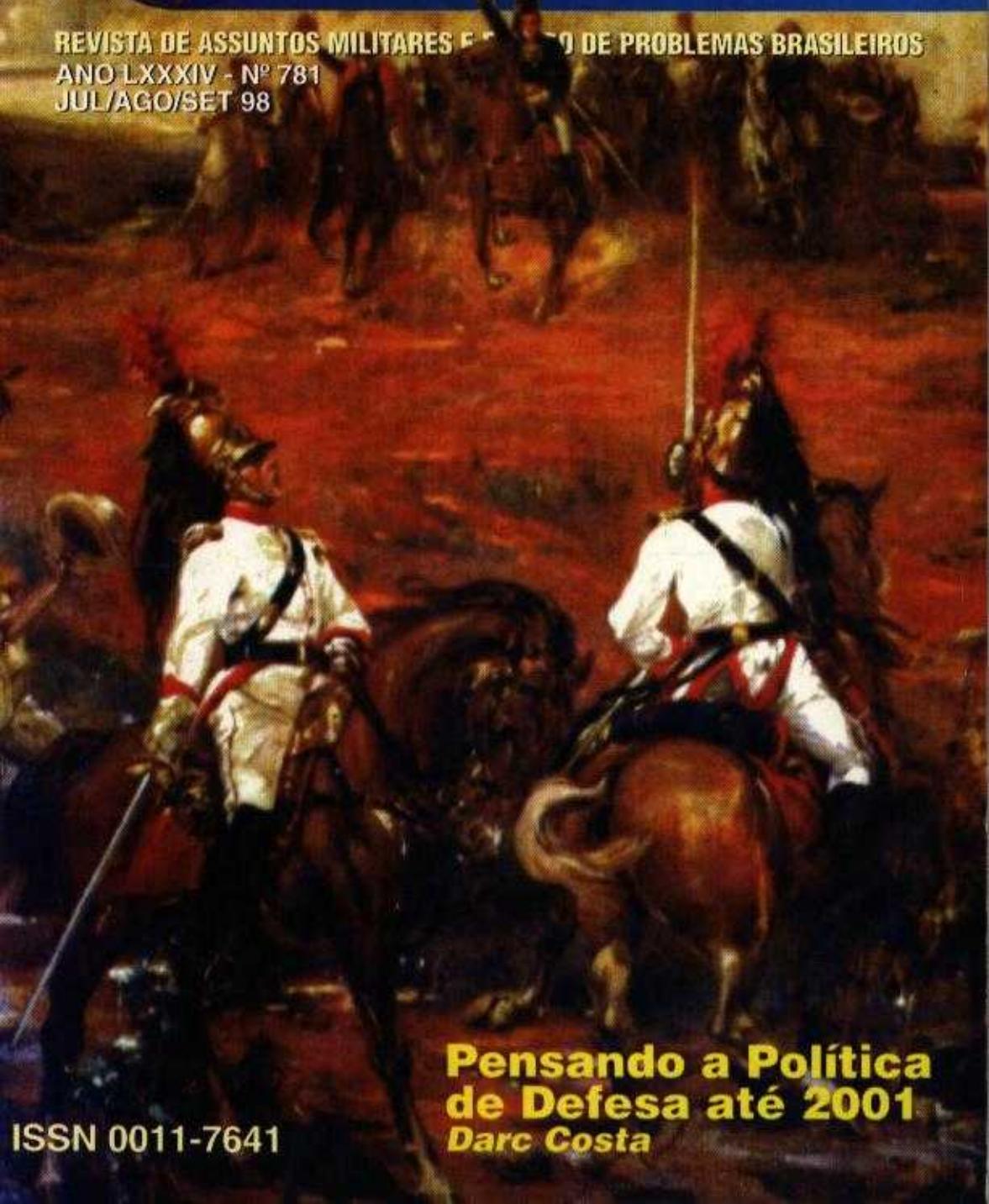




# A DEFESA NACIONAL

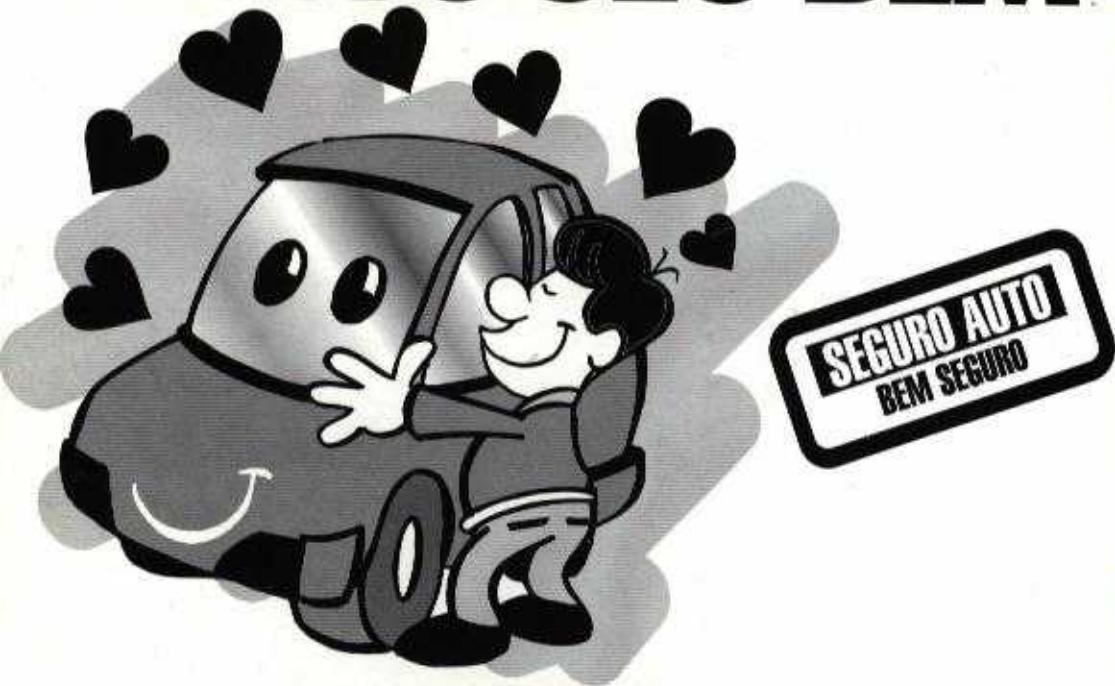
REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E DE PROBLEMAS BRASILEIROS  
ANO LXXXIV - Nº 781  
JUL/AGO/SET 98



**Pensando a Política  
de Defesa até 2001**  
*Darc Costa*

ISSN 0011-7641

# FAÇA BEM PARA O SEU BEM



# FAÇA SEGURO

NÓS TEMOS O SEGURO QUE SEU CARRO PRECISA

**SEGURO AUTO FHE/POUPEX  
PARA TODOS QUE QUEREM  
O MÁXIMO EM SEGURANÇA**

Para maiores informações ligue grátis

**0800-613131**



FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO

## ESCRITÓRIO DA SEDE

Esplanada dos Ministérios - Bloco 'O' - Anexo I - Térreo - s. 103 - CEP 70052-900  
Brasília-DF - Fone (061) 314.7539/7540/7541/7597 -

**POUPEX**  
Associação de Poupança e Empréstimo

## ESCRITÓRIO REGIONAL DA FHE/POUPEX - CML

Polícia Duque de Caxias - Alfa Cristiano Ottoni - 5º Andar - Centro - CEP 20221-260  
Rio de Janeiro-RJ - Fone (21) 253.0395 Fone e Fax (21) 253.0860



## ...INDEPENDÊNCIA

...ca a denominação *Dia da Independência* aplicada ao 7 de Setembro, mas não são as limitações a que o Brasil está submetido, mercê de suas muitas carências. São pessoas que interpretam o verbete *independência* por seu significado literal.

*Dia da Independência* foi a expressão usada para batizar o 4 de julho de 1776, data da assinatura da *Declaração de Independência*, documento histórico em que as 13 colônias inglesas que iriam constituir os Estados Unidos da América justificavam as razões que as levavam a romper com o sistema de governo da Grã-Bretanha.

*Independência*, aí, era usada no sentido político. Significava o direito de um país autogovernar-se, de produzir as suas próprias leis. Era sinônimo de emancipação, referida à tutela anglicana.

Dai para a frente, a expressão passou a ser dotada por todos os países do continente americano, ou fora dele, para denominar a data em que proclamaram a sua autonomia política, o fim da submissão ao regime colonial.

O 7 de Setembro de 1822 incluiu-se entre essas datas. Como nas demais ex-colônias, é o dia mais importante do calendário cívico. Em nosso caso, o único feriado nacional cuja comemoração, anualmente repetida, conta, ainda hoje, com alguma participação popular.

Pena que, aparentemente, tudo se passe em função dos desfiles militares e escolares, tradição que resiste à agonia dos valores que deviam conformar a identidade nacional.

Dentro da cultura televisiva dos nossos dias, fatos e vultos históricos são considerados desprovidos de apelo de *marketing*, condição necessária para conferi-lhe o direito de ocupar algum espaço na tela das televisões. Exceção normalmente se faz para as versões que se choquem com as chamadas *versões oficiais* ou quando o fato, ou a personalidade de algum dos seus atores, apresente detalhe depreciativo passível de ser explorado como apelo mercadológico.

Como decorrência, o orgulho nacional vai sendo transferido, com exclusividade, para o mundo das artes e dos esportes, estes, sim, com *merchandising* garantido para ocupar largos espaços da mídia, que os não regateia.

Não se pode menosprezar a força que têm as competições desportivas internacionais para ativar a nossa auto-estima, nem a sua contribuição para tirar o Brasil do anonimato ante os olhos do mundo. Só que o apresentam sob uma imagem limitada, passível de distorcer a caracterização do que seja o verdadeiro orgulho cívico.

A esse respeito, vale a pena ser lido *O Exemplo do Futebol*, matéria incluída entre os Destaques da Imprensa desta edição.



<b>EDITORIAL</b>	<b>01</b>
<b>PENSANDO A POLÍTICA DE DEFESA ATÉ 2010</b> Darc Costa	<b>05</b>
<b>ESTRATÉGIA E HISTÓRIA MILITAR</b> L. P. Macedo Carvalho	<b>19</b>
<b>O DUQUE DE CAXIAS E A SUA PROJEÇÃO COMO MINISTRO DA GUERRA</b> Cláudio Moreira Bento	<b>25</b>
<b>REPÚBLICA POPULAR DA CHINA: DICOTOMIA GEOPOLÍTICA</b> Therezinha de Castro	<b>39</b>
<b>A IMUTÁVEL IMPORTÂNCIA DA GEOGRAFIA</b> David G. Hanen	<b>47</b>
<b>A DOUTRINA DA LIDERANÇA MILITAR E SUA APLICAÇÃO PELOS QUADROS DA FORÇA TERRESTRE: UM ENFOQUE MODERNO</b> Milton Guimarães	<b>57</b>
<b>O PROCESSO POLÍTICO ANGOLANO, DA INDEPENDÊNCIA AOS DIAS ATUAIS: UMA VISÃO CONJUNTURAL</b> Paulo Roberto Laraburu Nascimento	<b>65</b>
<b>A PROBLEMÁTICA DO LIBERALISMO DEMOCRÁTICO NO PENSAMENTO DE ALEXIS DE TOCQUEVILLE – 1805/1859</b> Ricardo Vélez Rodriguez	<b>75</b>
<b>DEMOCRACIA E ESTADO DE DIREITO</b> Reis Friede	<b>105</b>
<b>INTENDÊNCIA DO EXÉRCITO</b> Márcio de Moura Barros	<b>115</b>
<b>COMENTÁRIOS</b>	
<b>Escravidão da Pré-História ao Neoliberalismo</b> Paulo Henrique da Rocha Corrêa	<b>127</b>
<b>Tempo para decidir a Reforma do Conselho de Segurança da ONU</b> Sven Bernhard Gareis	<b>131</b>
<b>Oportunidade para o Desenvolvimento Brasileiro – O desafio das Fontes Energéticas Primárias</b> João Metello de Mattos	<b>135</b>
<b>INFORMAÇÕES</b>	
<b>Um Livro sobre as Batalhas dos Guararapes</b> Rui Barbosa e o Exército	<b>139</b>
<b>DESTAQUES DA IMPRENSA</b>	<b>142</b>
	<b>147</b>



# BIBLIEIX BIBLIEIX BIBLIEIX BIBLIEIX BIBLIEIX PROGRAMA EDITORIAL 1998

## COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO

### 1. *Canhões de Agosto* — Barbara W. Tuchman

Obra notável da historiografia contemporânea. Apresenta, em forma de narrativa literária e estilo jornalístico, aspectos humanos e profissionais de estadistas, políticos, estrategistas e técnicos, pincados à luz de feitos, fatos e comportamento ético-pragmático. A autora se propõe a compreender a inteligência de pensamento político-estratégico-co-militar da Europa da segunda metade do século XIX e início do século XX, culminando no irrompimento da Primeira Guerra Mundial.

### 2. *O Choque de Civilizações* — Samuel P. Huntington

Samuel P. Huntington introduz, partindo de avaliação histórico-cultural, a tese da revisão do conceito tradicional ocidental de uma "civilização universal" para a definição de várias "civilizações", com núcleos, culturas e objetivos políticos e econômicos próprios. Trata-se de uma contribuição analítica e valiosa à pesquisa conjuntural de todo o intrincado processo dinâmico global, como o que se separará a próxima geração.

### 3. *O Dia D* — Stephen E. Ambrose

O livro apóia-se em 1400 minuciosos depoimentos de pessoas que, de uma forma ou de outra, participaram da Operação *Overlord*, no período da meia-noite de 5 para 6 até meia-noite de 6 para 7 de junho de 1944. Os depoimentos são integrados e analisados, a eles se juntando apreciações sobre o planejamento e execução das operações e as atitudes de comandantes e líderes aliados e alemães. Obra escrita em estilo de leitura fácil e atraente, prende a atenção do leitor e contém grande quantidade de informações para os estudiosos do assunto e o público em geral.

### 4. *Introdução à Estratégia* — André Beaufre

Obra prefaciada pelo não menos célebre estudioso de assuntos militares, o Cap. Liddell Hart, que a considera o tratado de Estratégia mais completo e mais cuidadosamente formulado dentre todos os que foram publicados ultimamente. O livro do Gen. Beaufre é um esplêndido manual de Estratégia, claro, preciso e atual em suas apreciações e objetivo nas análises que apresenta.

### 5. *Formação do Oficial do Exército* — Jeovah Motta

O livro é, ao mesmo tempo, um ensaio de história e um debate de assuntos pedagógicos. Em essência, aborda as questões das bases da estrutura intelectual e a evolução do ensino de formação dos oficiais do Exército Brasileiro desde a criação, em 1810, da Real Academia Militar.

### 6. *Do Recôncavo aos Guararapes* — Antônio de Souza Junior

Por ocasião dos festejos comemorativos dos 350 anos da vitória das embrionárias armas brasileiras sobre as holandesas na Primeira Batalha dos Guararapes é redigida essa obra de fundamental interesse para os estudiosos de história militar brasileira. De leitura fácil, descreve as estratégias e táticas empregadas, apresentando de maneira detalhada os efetivos em confronto, bem como documentos e relatórios nacionais e holandeses sobre as duas Batalhas de Guararapes.

### 7. *A Grande Barreira* — J. F. Maya Pedrosa

No meio civil, círculos universitários, políticos e dentre o público geral é de se esperar que o livro seja elogiado e criticado. Maya Pedrosa endereça sua obra "aos jovens que não viveram a confrontação ideológica no Brasil e ficam ouvindo versões condenatórias da conduta das Forças Armadas em suas intervenções históricas na política". Caso seus críticos, civis ou militares, publiquem reparos ou mesmo refutações ao trabalho do autor, ele se constituirá em um marco na história da participação do Exército na vida nacional.

### 8. *Tempestade do Deserto* — Frank N. Schubert e Theresa L. Kraus

É a história da Guerra do Golfo (agosto de 1990 a fevereiro de 1991), em que uma espetacular força militar composta por uma coligação de países liderada pelos Estados Unidos, atuou contra o Iraque. Mostra o Exército norte-americano dos anos 90 e como foi empregado debaixo de fogo e sob a atenção do mundo. O livro, escrito em linguagem simples, direta e clara, como são as obras militares, é do maior interesse para os profissionais das armas, mas não faltará civis dedicados ao estudo de História Militar capazes de o apreciarem.

### 9. *Democracia na América* — Alexis de Tocqueville

Embora publicado no início do Século XIX, permanece atual e desperta interesse geral. "Democracia na América" exalta o valor do império das leis e da oportunidade para todos como trunfamentos do regime democrático prevalentes na sociedade dos EUA no século passado. Trata-se de um clássico, que vem preencher uma lacuna na estante da Coleção Gen. Benício.

### 10. *O Brasil e a Globalização* — Francisco de Assis Grieco

Trata-se de obra de interesse atual, de vez que aborda um dos mais controvérditos fenômenos contemporâneos: a globalização das atividades humanas, quer sejam elas econômicas, políticas, sociais ou culturais. O autor, Francisco de Assis Grieco, é Mestre em Economia pela Universidade George Washington e pós-graduado em Economia Internacional e Pensamento Econômico pela London School of Economics and Political Science, de Londres.

### 11. *A Evolução Militar do Brasil* — Cel. J. B. Magalhães

Após uma apresentação sobre as origens e transformações da guerra, o autor realiza um estudo das nossas instituições militares, examinando-as em cada período histórico distinto. "A compreensão e o justo julgamento da razão de ser da eficiência ou não do mecanismo militar nacional, reclamam análise atenta das circunstâncias de cada momento histórico" — esta é uma das conclusões apresentadas nesse estudo de leitura útil e interessante.

### 12. *O Príncipe* — Comentado por Napoleão — Nicolau Maquiavel

A obra, elaborada a partir de um enfoque realista e humanista, dissecava o Estado, a ação política e seu agente — o político — mas como são de que como deveriam ser. Maquiavel se refere, nela, a um universo sócio-político específico e analisa fatos que lhe eram contemporâneos ou de ocorrência recente no encerramento do mundo medieval. Os comentários registrados por Napoleão, em 1816, apresentados em notas de rodapé, vem complementar este clássico escrito há quase cinco séculos, assegurando maior validade aos conceitos emitidos pelo florentino Maquiavel.

## SEJA ASSINANTE DA BIBLIEIX!

No final deste número da revista V. encontrará uma página com o "PEDIDO DE ASSINATURA" e maiores informações.

Ligação gratuita para todo o Brasil  
**(0800) 238365**

E-mail: [bibliex@ism.com.br](mailto:bibliex@ism.com.br)

# Pensando a política de defesa até 2010<sup>1</sup>

Darc Costa\*

**Seguindo os passos da metodologia doutrinária para avaliação estratégica militar, o autor apresenta os principais aspectos a serem atendidos pela política de defesa do Brasil até 2010, prazo estimado para mudanças no *status quo* do panorama mundial pós-guerra fria.**

**A** defesa do Brasil é antes de tudo uma questão de natureza estratégica. Não é, portanto, desses temas capazes de ter uma apresentação livre de metodologia. Existe, consagrada, uma metodologia para a avaliação de uma situação estratégico-militar. Seu desdobramento metodológico é o que se segue: *interpretação da missão*, no caso, uma política de defesa para o Brasil até 2010; *explicitação e análise das ameaças*, que pesam ou pesarão sobre o Brasil; *análise dos meios para a defesa*, disponíveis ou mobilizáveis; *escolha de*

*uma estratégia para a defesa*, do Brasil; e *conclusões*.

Seguir-se-á essa metodologia, ao longo de todo o desenvolvimento deste trabalho.

## Interpretação da Missão

Ao se iniciar uma configuração do mundo até 2010, suas implicações para o estabelecimento de uma política de defesa para o Brasil e assinalar as principais características que venham a influenciar a dinâmica política, econômica e psicosocial do Brasil, diante dos desafios mundiais, é de fundamental importância avaliar a evolução da conjuntura mundial a partir do quadro atual de poder.

Com o fim da bipolaridade há dois processos em evolução.

O primeiro, é que se voltou a priorizar, como parte determinante da equação política, as questões econômicas internacionais. A segregação dessas questões, ou a subordinação delas ao campo ideológico, deixou de existir, assim como desapareceu a estranha urdidura que a colocava como praticamente apolítica. Os homens lutaram por questões econômicas no passado e tudo indica que voltarão a lutar por essas questões no futuro. Como dizem Wonnacott, Paul e Ronald, em sua obra *Economia: a economia é o estudo de como os homens ganham a vida, adquirem alimentos, casa, roupa e outros bens, sejam eles necessários ou de luxo*.

\* Engenheiro, Do corpo-permanente da ESG.

1. Selecionado pelo PADECME.

Elas podem ser questões de vida ou morte, tanto quanto podem ser questões políticas.

Existe hoje o consenso, passados quase dez anos do fim da Guerra Fria, de que os Estados Unidos são, no momento, a única superpotência. Esse consenso tem nome: *globalização*. E isso decorre fundamentalmente da posição econômica dessa nação. Contudo, é bom observar que essa posição resulta, em muito, dos favorecimentos que lhe proporciona o sistema mundial de livre comércio que, por sua vez, se apoia, fortemente, no sistema de alianças norte-americano. Não é difícil se imaginar que a lógica desse sistema de alianças tende a enfraquecer e, com ela, a lógica do livre comércio. As nações perdedoras das guerras comerciais não tardarão a ver os inúmeros benefícios políticos que poderão auferir ao sair de relações comerciais desvantajosas. Isso sem falar em outro movimento que conspira contra o ideal do livre comércio, que é a emergência de blocos de comércio regionais, como a União Europeia, e que traz consigo a regionalização da vida econômica.

O segundo processo, que decorre também da já mencionada regionalização da vida econômica, é a nova emergência de potências políticas regionais como forças independentes e que crescentemente se posicionarão contra a unipolaridade.

Isso conduz a que exista, também, quase um consenso no pensamento estratégico dos EUA de que a sua situação hegemônica indiscutível é uma situação passageira e que, em 15, 30 ou, no máximo, em 50 anos, a estrutura de poder mundial voltaria a um clássico modelo multipolar. Exetuada a hipótese, que contradiz esse quase consenso, que deixaremos para o final desta análise inicial da questão (que é a de que os Estados Unidos conseguirão se impor como a única superpotência, ao longo do século XXI), as demais variantes que compõem esse quase consenso, de perda progressiva de poder dos Estados Unidos, diferem, profundamente, no modo pelo qual os americanos se defrontarão com o novo contexto.

Três são as correntes que tratam desse reposicionamento, melhor dizendo, do trato dessa futura decadência.

A primeira, que nomearemos como a dos fatalistas,

que colocam que nada poderá ou deverá ser feito, e encontra a sua conceituação mais forte na obra *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, de Paul Kennedy. Partindo de uma visão que se apoia em uma análise pós-terrá firma histórica, os fatalistas defendem que a própria posição hegemônica norte-americana conduz a imensos gastos para a manutenção desta situação, em especial, gastos militares, e isso, progressivamente, comprometerá as finanças públicas americanas e conduzirá à perda crescente de poder dos Estados Unidos no panorama mundial.

A segunda, que nomearemos como a dos ativistas, colocam que algo poderá ser feito e encontra sua melhor versão na obra *Diplomado* de Henry Kissinger, que afirma ser possível uma posturaativa que, aceitando a inexorabilidade da queda, a postula como possível de ser controlada por ações de curto prazo, algo que melhor seria traduzido como participar quando puder e do melhor jeito que puder.

A terceira, que nomearemos dos estrategistas, defende que muito poderá ser feito e que tem seu melhor texto na obra *The Grand*

*Chessboard*, de Zbigniew Brzezinski, ex-membro do Governo Carter, e que afirma que, dado à inevitabilidade da queda, os Estados Unidos precisam fazer uma retirada estratégica, procurando organizar o mundo para uma era *pós pax americana*, que teria como seu grande legado um sistema global de equilíbrio geopolítico auto-sustentável.

Entretanto, em suas três versões, o declínio, a perda da hegemonia recuperaram para o presente as sábias palavras de Sir Francis Bacon: *Quando um grande império desmorona temos a certeza da guerra*.

É verdade que a primeira dessas visões está muito mais próxima que as demais do conceito da guerra. Sua própria característica pressupõe um progressivo esvaziamento de poder decorrente do esforço econômico; todavia, o próprio final, a ruptura, resulta, como análise histórica pretérita procedida demonstra, de um esforço de guerra.

As outras visões repõem de forma nova a clássica dicotomia presente na visão americana de mundo, em que se opõem, há cem anos, os intervencionistas aos isolacionistas. Seria muito primitivo atribuir-se a Kissinger uma visão intervencionista

no modelo do *walk softly and carry a big stick* (pise macio e carregue um grande porrete), mas é indubitável a sua inteira subordinação ideológica ao que os alemães chamam de *real politik*, ou seja, a idéia de que os Estados Unidos têm de ser fortes e atuantes e sua política deverá ser global e pautada pelo interesse nacional. Assim, também poderia parecer despropósito vincular-se Brzezinski àqueles que defendem a tese que a política externa norte-americana deve ser exclusivamente baseada em princípios morais. Entretanto é óbvio, no texto deste autor, que é do exemplo que a democracia americana tira sua principal força.

Contudo, essas visões são análises próprias, de nossa época, das duas correntes que dividem o modo de ver o mundo dos estadunidenses e que, apesar de se apoarem em premissas diferentes, não afastam a hipótese de guerra e justificam a necessidade de generosas despesas militares no orçamento dos Estados Unidos. Aliás, é bom lembrar que os Estados Unidos mergulhados, no passado, nos ditames de uma corrente, caminharam, inexoravelmente, para situações de guerra.

Todavia uma das análises publicadas, a constante da obra *The Clash of Civilizations and The Remaking of World Order*, de Samuel Huntington, e que teve ampla divulgação nos círculos intelectuais norte-americanos, rompe com o quase consenso da inexorabilidade da decadência, ao apresentar a possibilidade da manutenção da hegemonia norte-americana como o centro de um esquema de poder dominante, composto basicamente pelos Estados Unidos e a União Européia. Nessa visão prospectiva, o conceito da guerra encontra-se, também, claramente presente e opõe sem efeito o que o autor conceitua como efetivamente civilizado, os europeus e os norte-americanos, a uma ou a várias barbáries, que se estruturam como outras formas civilizatórias.

Encontramo-nos, portanto, e aí existe um total consenso de todas as correntes formadoras da estratégia dos Estados Unidos, muito longe das visões irreal apresentadas, por Immanuel Kant, em *Perpetual Peace*, ou por Karl Marx, em *Withering Away of State*, e mais recentemente, conforme deixa antever Lord Williams Rees-Mogg, em sua obra *The Sovereign Indivi-*

*dual*, de que os Estados nacionais perderão sentido e que os conflitos deixarão de ser guerras nacionais e se darão no âmbito de relações no interior da sociedade civil. O conceito da guerra entre Estados nacionais é uma constante na visão da geopolítica e da estratégia norte-americana.

Posta a inevitabilidade do conflito armado, cabe-nos questionar quais seriam os interesses vitais dos Estados Unidos que o mobilizariam a ponto de se defrontarem militarmente com competidores, cujo tempo, inexoravelmente, fará aumentar em número e em poder. Serão vitais o controle das principais passagens marítimas do mundo? Será fundamental o suprimento de petróleo? O controle do mercado asiático é uma questão de prioridade estratégica?

Para responder a essa pergunta, cabe observar quais os desdobramentos passados da bem sucedida estratégia nacional dos Estados Unidos, pois eles configuram o círculo de interesses que arquitetou a sua hegemonia atual. Qualquer estudioso verifica

que a estratégia perseguida pelos norte-americanos foi a tão brilhantemente sintetizada na obra *The Coming War with Japan*, de George Friedman e Meredith Lebard, que estabeleceu os seguintes os patamares estratégicos perseguidos pelos norte-americanos desde a sua independência:

- *que o exército dos EUA domine completamente a América do Norte;*
- *que não exista nenhuma potência ou grupo de potências no hemisfério ocidental capaz de contestar a hegemonia dos EUA;*
- *que a marinha dos EUA seja capaz de manter as potências do hemisfério oriental fora do hemisfério ocidental, através do controle do Atlântico Norte e do Pacífico Leste;*
- *que nenhum poder do hemisfério oriental possa desafiar o domínio norte-americano dos oceanos, desviando suas energias para ameaças terrestres.*<sup>2</sup>

Essa macroestratégia tão bem resumida e explicitada é totalmente convalidada na leitura da obra central da formulação da ação norte-americana na II Guerra Mundial, *Estados Unidos Frente ao Mundo*, de Nicholas John Spykman.

Conforme se depreende da leitura dessa obra, o desafio estratégico norte-americano esteve e está posto a nível global.

Assim sendo, aonde estarão os possíveis contestadores? Quais serão suas ações? Qual é a ação preventiva dos EUA e quais suas possíveis reações?

Comecemos respondendo à última dessas questões. Em recente artigo publicado na revista Foreign Affairs, intitulado *How America Does It*, Josef Joffe faz uma detalhada análise que responde qual tem sido a ação estratégica preventiva norte-americana e que pode ser assim resumida: os EUA priorizam hoje como objetivo central de sua ação política internacional manter seu atual sistema de alianças e o regime de livre comércio como sistema permanente de controle internacional. Isso poderá vir a ser feito até mesmo através da transformação de seu sistema de alianças em um sistema imperialista, usando seu poderio atual, inclusive militar, para manter sua hegemonia tanto no seu sistema de alianças, como no antigo bloco soviético e, também, no antigo terceiro mundo.

2. Página 23 da obra traduzida, que teve como título, em português, "EUA X JAPÃO Guerra à vista", Editora Nova Fronteira.

Entretanto, os EUA poderiam ter amanhã outro posicionamento e vir a priorizar seu isolacionamento hemisférico, retirando-se do hemisfério oriental, criando um bloco político e econômico no hemisfério ocidental, utilizando a sua marinha para manter o domínio dos oceanos, evitando intervenções francas no hemisfério oriental, a menos que uma única potência ameace essa hegemonia, usando o seu controle dos oceanos para manipular o comércio marítimo mundial, de forma a evitar que tal potência venha a surgir.

Contudo, um ponto que nos parece óbvio e tem figurado, explicitamente, nas análises dos interessados em prever o comportamento futuro dos Estados Unidos é o fato de os EUA não se imaginar contestado no próprio continente americano. Todos os seus possíveis contestadores sempre são vistos no hemisfério oriental. Para os norte-americanos, a sua hegemonia incontestável no continente americano é algo fundamental acima de todos os demais interesses, como foi no passado (que o digam suas diversas intervenções militares no continente americano, neste sé-

culo) e é e será, certamente, o mais forte motivo para um novo engajamento militar em uma nova guerra, por parte dos Estados Unidos.

### Análise das ameaças

Em termos de política de defesa, não se deve operar com a probabilidade e, sim, com possibilidade. Existem no campo externo três situa-

preservá-las, pregam a desagregação territorial dos demais Estados do hemisfério ocidental. A última, decorrente do que nomearemos da imposição exógena aos demais Estados, de ações de máfias e cartéis, que se estruturam no centro do chamado processo de globalização e que buscariam intervir na economia e na soberania dos Estados da

*Para os norte-americanos, a sua hegemonia incontestável no continente americano é algo fundamental acima de todos os demais interesses, e será, certamente, o mais forte motivo para um novo engajamento militar em uma nova guerra.*

ções possíveis de conduzir a contestação para o hemisfério ocidental. A primeira delas diz respeito à chamada ameaça ecológica-ambiental, tão a gosto de determinados segmentos que ocupam postos de poder nos EUA e em minorias atuantes em espaços de seu sistema de alianças. A outra, de natureza sócio-antropológica, decorre da existência também de grupos minoritários no sistema de aliança norte-americano que vêem as diversas comunidades indígenas ainda existentes no continente como peças labororiais para as suas pesquisas e, para

América Latina. Essas situações, de forma isolada ou em seu conjunto, pode levar a progressivas intervenções do sistema de alianças norte-americano na soberania dos demais Estados do hemisfério, de tal forma que estes, de forma individual, em grupo, ou em conjunto, poderão vir a contestar o sistema de alianças. Essas ameaças foram assim apresentadas pelo general Meira Mattos em seu artigo *Estratégias de Segurança e Defesa*, no *Livro das Profecias*, organizado pelo Senado Federal.

*O atual quadro político mundial, no qual predo-*

*minam as pressões de organizações internacionais sobre os conflitos nacionais e regionais, pressões essas muitas vezes apoiadas, clara ou furtivamente, pelos governos dos "grandes", e geram as novas ameaças sobre o Brasil, possuidor do imenso território que abriga riquezas incommensuráveis, muitas ainda não exploradas...;*

*Consideramos, na perspectiva de futuro, a principal ameaça que pesa sobre nós, o perigo que se vislumbra nas organizações internacionais mais conhecidas como ONG, que procuram convencer os seus governos, e já convenceram grande parte da imprensa estrangeira, de que as questões ecológicas, indigenistas, antropológicas, demográficas, tráfico de drogas, são questões do interesse da humanidade e como tal devem escapar à autoridade dos governos nacionais.*

É, portanto, no âmbito de questões dessa natureza que se estrutura, para o Brasil, nos próximos anos, e também para os demais Estados da América Latina, a sua principal ameaça. Deve ser ressaltado que o Brasil livrou-se, pela sua estatura econômica, de um possível contencioso com seus vizinhos,

algo que não pode ser dito para os demais países do continente. Daí se depreende uma constatação óbvia, de que a montagem de uma aliança militar entre os países da América do Sul pode vir a ser um objetivo central a ser perseguido pela diplomacia brasileira.

Feita esta análise da possível evolução da conjuntura internacional, apesar da impossibilidade é bom ressaltar que qualquer ruptura da ordem internacional vigente que se processe antes de 2010 e que oponha militarmente os Estados Unidos a um de seus possíveis contestadores fora do continente, deve ter, por parte do Brasil, salvo as condições de contorno acima assinaladas, primeiro uma posição de neutralidade e, caso se tenha obrigatoriamente de optar preferencialmente, essa opção deverá ser a de uma aliança com os norte-americanos.

A dita globalização apresenta possibilidades de comprometimento da segurança interna, como já foi explicado anteriormente, e corresponderia à ação de máfias e cartéis buscando a derrota das fronteiras e a criação de sindicatos supranacionais do crime e do

terrorismo, buscando, em última análise, minimizar o poder normalizador e regulador do Estado nacional. Sobre a defesa interna, assim também manifesta-se o general Meira Mattos, no já mencionado artigo.

*Em termos de segurança interna..., o mundo atravessa uma crescente onda de desordem e violência, provocadas pela insatisfação das massas e da ferocidade de grupos radicais. Estamos assistindo à maré montante dos atos do terrorismo indiscriminados mais cruéis e das migrações forçadas de milhões de pessoas, repelidas nos países onde procuram abrigo.*

Existem, portanto, condicionantes completamente novas, diferentes das que resultavam do embate ideológico, que se diluíram e que requerem respostas diferentes.

### Análise dos meios

Estabelecido o quadro maior, é bom lembrar que política externa e a política de defesa são complementares e constituem dimensões fundamentais na vida do Estado. É através delas que o Brasil, como qualquer Estado, se relaciona com os demais Estados, explorando

as possibilidades que se oferecem, no exterior, à satisfação das necessidades da nação. Ambas se destinam à proteção dos próprios interesses do nosso Estado e à defesa de sua integridade, ou seja, o que estamos querendo deixar claro é que diplomacia e força são duas faces da mesma moeda; que, ao longo da história das civilizações, sempre caminharam juntas, com prevalência ora de uma, ora de outra.

É interessante ressaltar que as conquistas ou a defesa de interesses vitais pela diplomacia só se viabilizam quando há por trás dela uma força capaz de respaldá-la, isto é o mundo, mesmo num contexto de "paz e cooperação", só aceita os reclamos de países fortes e poderosos.

As políticas externa e de defesa são função de diversos fatores onde se destacam os de caráter geopolítico e os de caráter econômico. As dimensões do Brasil e sua importância no seu espaço geográfico deram, à política externa e à política de defesa do Brasil, condicionantes claros. A extensa fronteira terrestre, a inexistência de questões fronteiriças, o caráter também ibérico de seus vizinhos, a meridionalidade de sua posição geográfica, a

litoralidade atlântica, todos esses fatores constituem elementos mais proximamente delimitadores de uma atuação internacional do Brasil e, portanto, das suas políticas externa e de defesa.

Busca-se debater se nessas políticas devem ser acrescidos a esses fatores outros, de natureza histórica e cultural, que se fizeram constituir no corpo de idéias que lastream e lastreiam a nossa inserção internacional. Para tanto, faz-se necessário observar nossa atuação pretérita no plano externo e quais as características que nos distinguem no campo internacional.

O grau de previsibilidade de nossa política externa é dos mais elevados. Apesar de flutuações, que resultaram de diferentes visões governamentais, constituiu-se no Brasil um corpo doutrinário de política externa, que assim resumiremos:

- o Brasil sempre teve um caráter não-confrontacionista. Defende o princípio da auto-determinação e seu corolário a não-intervenção. Sempre foi a favor da solução pacífica de conflitos e sempre condenou o uso da força para obtenção de resultados externos. Tem

uma doutrina pacifista que se explica por fatores socio-culturais, tais como a defesa do território, a abundância de recursos naturais, a heterogeneidade cultural, a tolerância social e a tranquilidade diante dos vizinhos, diante dos vizinhos, o Brasil não é belicoso nem é belicista;

- o Brasil sempre foi jurídico. Sempre sacralizou os tratados ou as convenções, como se fossem manifestações irretocáveis da vontade nacional ou multilateral;

- o Brasil foi realista e tornou-se pragmático.

As modificações decorrentes de seu crescimento exigem que se explique, agora, uma política de defesa para o Brasil, não só pelo pragmatismo mencionado, pelas ameaças acima arroladas, mas, por ter sido o país alçado a um plano de poder mais alto do que os seus vizinhos, o que o colocou em um espaço menos tranquilo da arena internacional.

Tentaremos contribuir para essa política com algumas proposições, baseados exclusivamente nos meios de que dispomos. É importante, para o entendimento das propostas, o conhecimento de alguns pressupostos básicos, que resultaram de nossas

reflexões e que dizem respeito aos nossos meios e as nossas disponibilidades.

Primeiro, que diferentemente do que tentam difundir, a tecnologia de armamento só traz a vitória em situações muito especiais, como a guerra do Golfo. Mesmo assim, tem os seus limites, como pode afirmar Saddam Hussein. Armas de alta tecnologia não trouxeram muita ajuda em lugares como o Vietnam ou a Somália, onde diplomacia resultante de uma liderança nos parece que teria sido algo muito mais efetivo. Ao olhar a História, pode-se afirmar que o armamento sempre foi menos decisivo na guerra do que o moral das tropas. Isso sempre será verdade. O moral das tropas está cada vez mais associado a algo relativamente novo e que se conhece como opinião pública. A conquista desse espaço se faz pela permanente identificação do interesse público com o interesse nacional, algo que exige uma posturaativa por parte do beligerante. É bom sempre lembrar que, em clima de guerra, o interesse nacional é que estabelece o interesse público e não o contrário.

Segundo, que o desenvolvimento da tecnologia de

armamento vinha sendo vagaroso ao longo da História. Séculos se sucediam sem que houvesse desenvolvimentos significativos. Agora isso se modificou. Novas famílias

fator chave para o sucesso. Sem ele não se pode ter tecnologia para melhores armamentos ou tropas mais bem treinadas. Uma nação pobre tem de fazer o melhor

*É bom sempre lembrar que, em clima de guerra, o interesse nacional é que estabelece o interesse público e não o contrário.*

de armamento aparecem a cada década. O que está acontecendo com todas as mudanças que vêm se processando no modo de guerra não é algo novo. Nova é a velocidade com que vêm se materializando essas mudanças. Entretanto, os retardatários chegam aos mesmos resultados gastando mil vezes menos, ou menos ainda. Olhando as últimas décadas, verifica-se que as nações ricas gastaram trilhões de dólares em satélites espaciais, mísseis intercontinentais e explosivos nucleares. Hoje para se atingir os mesmos objetivos, gastar-se-ia mil ou mais vezes menos. Onde se gastou trilhões, gastar-se-ia bilhões, ou menos. Com o xerox e com o fax não há segredos. O que pode haver é mais falta de vontade política do que falta de recursos. Todavia, deve-se enfatizar que um mínimo de recursos financeiros é um

com seu parco orçamento, mas, em um confronto com uma nação rica, cabe lembrar que o dinheiro tende a falar mais alto que boas intenções. Além do mais, a história recente dos países centrais demonstra que o orçamento de defesa é aquela parcela que, dos gastos governamentais, tende a ser a maior fonte de desperdícios e de corrupção. Contudo, também, sempre é a fonte de maior poder político. Deve-se ter em mente, observando os orçamentos de defesa dos países ricos, que é comum nesses países armarem as tropas, não com o equipamento que necessitariam para cumprir seus objetivos, mas sim com aqueles dispositivos que foram politicamente mais úteis. Esse erro é imperdoável para um país pobre.

Terceiro, como as recentes guerras demonstram, as forças armadas, hoje, podem ser de duas naturezas:

as que nomearemos de intensivas em pessoal e aquelas que nomearemos de intensivas em material. As intensivas em pessoal são baratas, e as mais adequadas aos países pobres, enquanto que as intensivas em material são caras, e mais adequadas aos países ricos. Também, forças armadas de índole ofensiva custam bem mais que forças armadas de índole defensiva. Forças armadas de índole defensiva têm naturalmente o predomínio das forças terrestres sobre as forças aéreas e navais, pois o caráter defensivo resulta da baixa capacidade convencional de projeção de seu poder por meios aéreos ou marítimos para além de suas fronteiras. Contudo, não se pode prescindir de meios aéreos e navais que materializem o que se convencionou chamar de esforço combinado, principalmente por estar se tratando de um país com as dimensões do Brasil, que conta com teatros prováveis de operações que reúnem condições peculiares de emprego desses meios, como claramente é o caso da Amazônia. Lá avulta a necessidade de modernização da flotilha naval e do estabelecimento de um sólido e confiável sistema de proteção aérea.

Quarto, que dentro da força terrestre, a Infantaria é a grande responsável pelo sucesso de uma postura defensiva. O sucesso da Infantaria reside em dois pontos: primeiro, no grau de interação do combatente com a natureza que o cerca, e segundo, com a adequação de seu equipamento a esse meio ambiente. A adequação do equipamento em nações pobres tem, como um de seus maiores incentivadores, a utilização crescente por parte da população rural de bens industriais. A atividade rural deve ser servida com uma indústria com capacidade de transformação para fins bélicos.

Quinto, que em termos de guerra convencional, há uma revolução na guerra que virá. A última foi a mecanização. A próxima será a dos armamentos anti-mecanização. Deve-se entender como armamentos anti-mecanização todos aqueles capazes de destruir, a um baixo custo relativo, os armamentos resultantes da mecanização como tanques, aviões e navios. Esses equipamentos já estão disponíveis com a atual tecnologia e, entre eles, destaque especial deve ser concedido aos mísseis guiados, em especial àqueles portáteis e acessíveis ao infant.

Sexto, que o binômio espaço e tempo sempre foi o elemento determinante para a condução da guerra. Hoje, o fator tempo está maximizado. O tempo é fundamental, tanto para quem defende, como para quem ataca. A luta também é contra o relógio. Nas áreas geoestratégicas críticas, como é a Amazônia, o seu habitante deve estar habilitado para, prontamente, assumir as missões de defesa do território. Esta é uma vantagem – a defesa não pode abrir mão do profundo conhecimento do terreno.

Sétimo, que os gastos com a defesa são diretamente relacionados com o valor das riquezas a serem defendidas. O Brasil figura, hoje, como o detentor de riquezas construídas ou de riquezas naturais que o colocam entre os dez mais ricos países do planeta. A média de gastos anuais desses dez países, de acordo com dados colhidos no Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, em Londres, e no Instituto de Relações Internacionais e Estratégicas de Paris, é de cerca de 3,5% de seus produtos internos brutos (PIB). O Brasil gasta, de acordo com essas fontes, bem menos que a metade disso, cerca de

1,6% do PIB, dado do ano passado, que nos parece majorado.

Observados esses pressupostos, verifica-se deter o país as condições necessárias e suficientes para prover os meios necessários à sua defesa. A questão está na conscientização do problema a ser enfrentado para o emprego desses meios.

### Escolha da estratégia

Como fruto de nossas reflexões, caberia agora fazer a escolha de uma estratégia de defesa para o Brasil até 2010, baseada na avaliação das vulnerabilidades, dos possíveis inimigos e no ajustamento dos meios com os fins, e isso nos conduz, inexoravelmente, para a escolha da Estratégia de Dissuasão, tão bem apresentada e defendida também pelo general Meira Mattos no trabalho já referenciado para o Senado, de que retirei os seguintes trechos, onde ela é mencionada:

*A nossa estratégia de defesa mais aconselhada, em face desse tipo de ameaças, acreditamos, será a de dissuasão. No livro "Introduction à la strategie", o general francês André Beaufre, prefaciado por*

*outro renomado estrategista, o inglês Liddell Hart, o autor conceitua a estratégia de dissuasão como aquela em que "o país visado procura evitar a ação bélica, impondo uma ameaça que o agressor não possa ou não esteja disposto a pagar".*

*Essa estratégia vem dando certo nos últimos conflitos em que países pequenos e médios, como a Somália e grupos armados na dividida ex-Iugoslávia, querendo evitar a intervenção militar em seus territórios, apresentam uma capacidade de resistência que os governos dos "grandes" não podem pagar, sem se submeterem a um tremendo desgaste político perante a opinião pública de seus países. Há hoje, nas grandes democracias, uma verdadeira idiosincrasia ao envio de seus compatriotas a guerras exteriores, para lutar por causas que o povo não entende.*

Ainda com respeito à mesma estratégia, mas mais vocacionado agora para o teatro amazônico, assim colocava, no texto referido, o general Meira Mattos:

*A nossa estratégia para a Amazônia, portanto, deverá se apoiar na constante manifestação de firmeza do go-*

*verno e da diplomacia, repelindo qualquer intenção internacionalista, venha de onde vier, e na existência, ali, de uma força militar de dissuasão dispondo de armas e equipamentos modernos e de alta capacidade de treinamento para as ações na selva. Diz o escritor francês André Gluksmann ("Le discours de la guerre") que a intenção da nação de resistir e a eficiência da força militar devem ser constantemente reveladas, para que o efeito de dissuasão se realize.*

Apresento, complementarmente, as seguintes recomendações para a explicitação, em diretrizes, de uma estratégia de ação diplomática e de defesa para o Brasil:

- a participação em fóruns de poder, como o Conselho de Segurança da ONU, faria muito mais sentido se o País fosse dotado dos elementos de poder mais próximos daqueles com que constam os demais países que pertencem a esse fórum. Sem poder, corre-se o risco de não se ver o seu voto ou voto respeitado, ou pior, de ter o seu voto condicionado pelo poder alheio. Por isso, o Brasil não pode abrir mão de ter o seu poder não convencional, a menos que os ou-

tros, que o detenham, abram mão dele, dentro de uma política de desarmamento não convencional, pleno e irrestrito;

• observado o conhecido binômio segurança e desenvolvimento, em decorrência do seu atual estágio de retardatário, o Brasil ainda deve priorizar seus gastos em desenvolvimento, vis à vis seus gastos com segurança. Em função dessa priorização deve possuir forças armadas baratas. As Forças Armadas Brasileiras devem ser intensas em pessoal, o que afastaria, por critérios puramente técnicos, propostas como o término do serviço militar obrigatório. Devem também ser de índole defensiva, o que prioriza claramente as forças terrestres e o equipamento a ser desenvolvido, fabricado e utilizado. Entretanto, o avanço no projeto de desenvolvimento do País tem de vir acompanhado, no campo do armamento convencional, com uma progressiva capacitação de projeção de poder e da maior participação orçamentária para desenvolvimento e construção de meios aéreos e navais;

• a política de recrutamento deve privilegiar o conscrito da zona rural, em especial o morador da região

amazônica, uma vez que, atualmente, são creditados a essa importante área do nosso território, cerca de 50% da base física nacional, as prioridades dos planejamentos militares. A este deve ser

• deve-se considerar que é muito melhor para o defensor ter uma tropa permanente estabelecida no lugar a ser defendido, do que ter que deslocar tropa para lá, por mais rápido que seja o

***As Forças Armadas Brasileiras devem ser intensas em pessoal, o que afastaria, por critérios puramente técnicos, propostas como o término do serviço militar obrigatório.***

dado o serviço militar em condições especiais próximas ao antigo tiro de guerra. O conscrito da zona rural deve ser treinado em operar o equipamento bélico na sua região. A retirada do conscrito da zona rural para o serviço militar em zonas urbanas ou sede de municípios tem sido responsável por parcela significativa do êxodo rural que, entre outras mazelas, diminui, inclusive, a capacidade de defesa territorial;

• dentro das forças terrestres, ênfase especial deve ser concedida às operações na selva, principalmente, em razão do teatro amazônico, mais da metade do território nacional. Nesse espaço, a Infantaria é que trafega com maior desenvoltura no teatro de operações, e também é ali a de menor custo operativo e de melhor índice de custo/benefício;

seu deslocamento. O conhecimento do terreno é uma vantagem extremamente relevante. Daí porque é importante se ter uma política de ocupação militar para a Amazônia;

• é necessário conscientizar-se que, por mais barata que seja a linha de ação adotada, ela, ainda assim, custa dinheiro. Se se objetiva mais segurança deve se ter mais recursos. Deve-se aumentar os gastos com Forças Armadas no Brasil em termos de participação no PIB, de forma progressiva, até 3,5%, que é o valor médio adotado pelos países de mesma grandeza relativa que o Brasil;

• a prioridade em termos de política industrial para a área de defesa, de um lado, deve estruturar, nos pequenos centros urbanos imersos na área rural, múltiplas in-

dustriais voltadas para as necessidades de "camping" e do campo, e de outro, nas áreas urbanas mais desenvolvidas do País, de indústrias que desenvolvam atividades civis e militares vinculadas a mísseis guiados, como miniaturização eletrônica e mecânica, propelentes, explosivos, cartografia digitalizada e outras tecnologias. Só com autonomia estratégica, ou seja, com capacidade de produzirmos o necessário para nos defender é que tem sentido falar-se em política de defesa;

- é de fundamental importância revalorizar-se, no Brasil, a atividade militar. O militar deve ser visto como o cidadão em armas, o defensor da pátria e não como responsável pelo arbítrio, como parcela da mídia tenta infundir. Nenhuma ação retira o mito e aura que cerca a função militar impunemente. A opinião pública tem de entender e ver com bons olhos a função militar e a mídia tem um importantíssimo papel nesse processo;

- assim, também, é de fundamental relevância revalorizar-se a função do policial, defensor da ordem pública e da segurança interna, e priorizar-se a aplicação da justiça;

- finalmente, é preciso conscientizar a sociedade que defesa é um ato; segurança é o estado. Segurança tem o culto, o educado, frente ao inculto pois, sabendo mais, tem mais condição de se defender melhor. Segurança tem o desenvolvimento, pois

futuro vendo sua identidade nacional e sua soberania respeitada. Se não assegurarmos um grau razoável de autonomia estratégica militar, não seremos merecedores do respeito dos aventureiros e ambiciosos que existem no mundo.

***O militar deve ser visto como o cidadão em armas, o defensor da pátria e não como responsável pelo arbítrio, como parcela da mídia tenta infundir.***

tem mais meios para se defender. Segurança tem o mais rico, pois tem mais recursos para sustentar a sua defesa. Portanto, segurança é algo bem mais complexo e abrangente. Ao abandonar a terminologia, ao se envergonhar dela, a nação comete um grande erro, quaisquer que sejam as interpretações errôneas e exageros que posam ter ocorrido em percursos conjunturais do passado.

### **Conclusão**

Somos um país pacífico sem reivindicações territoriais, sem questões internacionais conflitantes com outros governos, mas somos um grande país que tem um projeto posto na sua Constituição e que quer cruzar o

Com o amplo espaço a ser defendido, o Brasil tem de possuir um eficiente sistema integrado de vigilância com radares. Uma força terrestre de vigilância de toda a extensa fronteira que disponha de um sistema eficiente de apoio de comunicações e transportes. Uma massa de reserva que contenha uma parcela estratégica de curto emprego e de alta mobilidade e que esteja localizada em área central do nosso espaço continental, e que deverá ter a capacidade de atender, rapidamente, a qualquer emergência no interior do País.

Até 2010, os nossos compromissos com a ONU e a OEA nos obrigam a manter forças adequadas e preparadas para as missões de paz,

que tendem a ser cada vez mais freqüentes. A proteção de nosso espaço aéreo não pode ser descuidada: a tendência é aumentarem as ameaças de violação. Nossa imenso litoral e águas territoriais exigem uma força naval eficiente.

O nosso maior objetivo, até 2010, deve ser o de aumentar a nossa autonomia estratégica. Cumpre, portanto, reavivar a indústria nacional voltada direta ou indiretamente para a publicação militar e os centros de pesquisas a ela vocacionados.

Finalmente, sintetizando tudo que foi dito, a nossa prospectiva, até 2010, para a defesa do Brasil, vê como ameaças principais as decorrentes de pressões internacionalistas, que se anunciam cada vez mais intensas, abrigando idéias de desrespeito à soberania nacional. Não se pode desprezar a preocupação que essas pressões venham a contar com o apoio militar ostensivo ou velado de uma ou mais potências do chamado primeiro mundo. Esta é, pelos indícios de que dispomos, a nossa maior ameaça.

Como diz o já mencionado estrategista francês Andre Gluksmann, a maior

vulnerabilidade dos chamados grandes está na opinião pública de seus países, que rejeita, hoje, a hipótese de participação em guerras distantes, em terras desconhecidas, por causas que não entende. Contudo, para que essa vulnerabilidade seja potencializada, é mister que o país ameaçado de intervenção ofereça uma visível disposição de reagir pelas armas e revele possuir forças armadas capazes de vender caro sua derrota, desencorajando assim, a expectativa de uma fácil vitória, sem sacrifícios de vida e de pesados ônus materiais. É a chamada estratégia de dissuasão ou dissuasão estratégica.

Todavia, para se manter um alto grau de ameaça dissuasória duas coisas são indispensáveis: vontade nacional de defender a soberania territorial e a existência de uma convincente força militar combinada (terrestre, naval e aérea).

A vontade nacional de resistir deve ser cultivada pelo estímulo à educação cívica. A juventude precisa ser reeducada no sentido de deter em alto grau orgulho nacional. Nossa diplomacia em todos os fóruns deve fazer ver e afirmar essa

vontade. É bom lembrar que a disponibilidade de armas não convencionais fortalecerá sempre a ação diplomática.

A força militar combinada dissuasória terá de revelar sua capacidade de durar na luta. Para isso, em termos de guerra convencional, teremos de apresentar, visivelmente, efetivos treinamentos, e bem armados, capazes de durar no combate, mesmo enfrentando adversários muito mais poderosos.

O armamento e o equipamento destinados a essa força dissuasória, deverá ser fabricado no País, tanto quanto possível, a fim de evitar embargos internacionais ao cumprimento de sua missão de defesa. A força dissuasória, para ser efetiva e durar na luta, precisará dispor de autonomia estratégica, isto é capacidade operativa e autonomia logística.

Face ao quadro internacional que vislumbramos até 2010, temos de mostrar, claramente, que somos capazes de vender caro a nossa soberania. Se assim o fizermos, sem dúvida seremos capazes de preservar incólume nosso patrimônio nacional e a nossa identidade nacional.

Ao terminar, cumpre ressaltar que a Política de Defesa Nacional, recentemente elaborada e divulgada, constitui um louvável esforço, um primeiro e importante passo visando a sensibilizar toda a

sociedade para as questões relativas à Segurança Nacional, cuja Política e Diretrizes (de Segurança Nacional) deveriam precedê-la. Primeiro, é preciso estabelecer as bases (objetivos e

metas) sobre as quais possa se assentar a segurança da Nação e de seus cidadãos. Depois, pensar em como se defender, caso essas bases sejam ameaçadas de rompimento.

AVALIZE SEU CADASTRO

**A BIBLIEX quer levar suas publicações até você em qualquer parte do Brasil ou do exterior. Se você mudou de endereço, ou deseja fazer alguma alteração junto ao nosso cadastro, preencha por favor o formulário abaixo indicando somente seu nome e a informação que deverá ser alterada. Obrigado!**

NOME

ENDEREÇO para correspondência

CIDADE

UF

PNS

CEP

DATA DE NASCIMENTO

SEXO

Masculino

Feminino

IDENTIDADE e Órgão Emissor

CPF

ORGANIZAÇÃO ONDE TRABALHA

ENDEREÇO PROFISSIONAL

MILITAR

POSTO / GRAU (se militar)

Aluna

Pensionista

PROFISSÃO (se civil)

REVISTA QUE ASSINA:

 A DEFESA NACIONAL REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO REVISTA MILITAR DE CIÉNCIA E TECNOLOGIA

#### BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Palácio Duque de Caxias – Praça Duque de Caxias, 25 – Ala Maccilho Dias – 3º andar – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20221-260  
Ligação Grátis para todo Brasil: (0800) 23.3365

Telefone: (21) 519.5569 – E-mail: [bibliex@sm.com.br](mailto:bibliex@sm.com.br)

# Estratégia e História Militar<sup>1</sup>

L. P. Macedo Carvalho\*

Trabalho apresentado no IV Encontro de Estudos Estratégicos da UNICAMP (maio de 1998)

*A Estratégia é um fenômeno da História.*

Tucídides

**A** guerra é o estado normal da humanidade. Tal como a saúde, a paz não está permanentemente assegurada; pelo contrário, encontra-se em constante risco de ser perdida. Assim, como existem diversos antídotos para evitar ou curar doenças, uma das maneiras de resolver os irredutíveis conflitos da humanidade é a guerra. Por isso, Aristóteles, em seus escritos, já preconizava que *o único objetivo da guerra é a paz*, ao tempo que Ortega y Gasset afirmava que *se a guerra é uma coisa que se faz, também a paz é uma coisa que se tem que fazer*.

Os fenômenos guerra e paz são as coordenadas da curva da evolução das civilizações. Foi pela guerra que pereceram quase todas as civilizações conhecidas e foi também pelos conflitos bélicos que se projetaram as que passaram à História.

O conceito de estratégia evoluiu muito nos últimos tempos. Surgida como, *a arte de o general preparar, desdobrar e aplicar os meios militares, a fim de alcançar os objetivos impostos pela política*, a estratégia ganhou amplas dimensões, extrapolando o campo bélico e estendendo-se ao domínio da política, da economia, do psicosocial e da tecnologia. Daí poder-se afirmar hoje, ser a estratégia *a arte de desenvolver e aplicar o poder nacional em toda a sua*

*vasta amplitude, a fim de atingir os objetivos ditados pela política*. Nos dias atuais, de globalização e de fragmentação, de entrechoques de civilizações, mais do que nunca se faz indispensável saber interpretar os sinais característicos da era em que se vive, ser capaz de reconhecer como a história do mundo se desenvolve, e quais são as prováveis tendências futuras da humanidade, e, ao mesmo tempo, identificar o interesse nacional para definir o *que e como* fazer, ou seja, a *política* e as estratégias. Aí avulta a importância de se possuir uma visão global da História Militar, para se delinear a ação política a ser desencadeada.

O estudo meticoloso da História Militar pode proporcionar uma valiosa visão em perspectiva para o exame

\* Coronel de Artilharia e Estado-Maior. Presidente do IGHMB.

1. Selecionado pelo PADECIME.

crítico dos problemas contemporâneos.

A perspectiva histórica conduz ao senso de equilíbrio e encoraja a visão de longo alcance; contribui para a conscientização de que a vida transcorre segundo um processo de mudança contínuo, ajudando, assim, a contrabalançar o excessivo otimismo, ou o excessivo pessimismo, em relação aos acontecimentos correntes. Mais ainda, ajudará a reavaliar os valores utilizados para pesar os feitos, os métodos e as decisões. Protegido do calor e das paixões dos argumentos partidários, pode-se por exemplo, compreender algumas das vantagens e das dificuldades da subordinação das forças militares a uma direção civil.

O estudo da História contribui, no processo global intelectual, para chegar-se a um julgamento abalizado. Melhor do que testar hipóteses em busca de tendências futuras, a História trabalha com causa e efeito de fatos. Uma atenta leitura da História Militar pode auxiliar o desenvolvimento do que *Lidell Hart* denominou *abordagem científica*, a respeito de que se questione ser possível aprender estratégia em livros-textos da mesma ma-

neira que se adquire conhecimentos acadêmicos.

Vale salientar que o estudo de História Militar envolve mais do que meramente testemunhos operacionais. Compreende, também, o estudo de aspectos institucionais do estamento militar e das relações entre civis e soldados, na paz e na guerra, do sistema militar forjado pela sociedade e as opções estratégicas e táticas adotadas em operações.

Em suma, o estudo de História Militar apresenta tanto valor educacional como utilitário. Permite apreciar a guerra como um todo e relacionar suas atividades em períodos de paz, dos quais irrompe e aos quais, inevitavelmente, retorna.

A História Militar também ajuda a desenvolver um modo de pensar profissional ou seja, uma atitude mental. No campo da liderança, mostra a grande importância do caráter e da integridade. Estudada em profundidade a História Militar permite ver a guerra, segundo a decantada expressão de Clausewitz, *como um camaleão, um fenômeno que alimenta e suga a sociedade que a provoca*.

Ao longo dos tempos, a História Militar teve altos e

baixos e desempenhou importante papel na formação de chefes militares e líderes políticos.

No período entre as duas guerras mundiais, ocupou lugar de relevo nos currículos dos principais estabelecimentos de ensino militar como um simples prolongamento da história política, em resposta à definição que Clausewitz deu à guerra. Daí resultou um certo enclausuramento do seu estudo.

Após a Primeira Guerra Mundial, nos trabalhos universitários, o estudo da guerra ficou restrito, durante muito tempo, ao domínio da História Geral. A História Militar orientou-se para o lado técnico, ficando restrita quase que exclusivamente aos historiadores militares.

No início deste século, a opinião pública mostrava-se desinteressada pela História Militar, exceto na Alemanha, vitoriosa de 1870, e na França, animada por um espírito revanchista.

Apesar de a Primeira Guerra Mundial ter suscitado a publicação de inúmeras obras – biografias, memórias e estudos de inegável valor – as pesquisas em História Militar nas universidades foram raras, arrimadas por certa repulsa ao holocausto

de 1914-1918, dando margem ao consequente surgimento de um espírito anti-militarista ou pacifista, sendo o estudo da guerra quase banido dos programas universitários.

Dessa forma, em 1940, a França se preparou para a guerra que passara e não para a futura conflagração mundial. Acusa-se injustamente a História Militar de ser responsável pelos erros cometidos, sem levar-se em conta que o curso de História Militar da famosa *École Supérieur de Guerre* de Paris havia sido extinto.

Nos anos posteriores ao conflito de 1939-1945, a matéria não recebeu tratamento igual em toda parte.

Na União Soviética e nos países do Leste Europeu, o estudo de História Militar foi estimulado como meio de propaganda. Nos países anglo-saxônicos, diante da desmoralização e das campanhas contra o serviço militar obrigatório, os interesses se concentraram nos efeitos da guerra sobre as populações. Apenas a Sociologia e a Psicologia deram mais atenção ao fenômeno guerra, aparecendo a figura de Janowitz, nos Estados Unidos, e Gaston Bouthoul, na França.

Após 1917, a guerra tomou outra feição, sob a influência de Lenin, Mao Tsé-tung e Che Guevara, não fazendo distinção entre civis e militares ou entre tempo de guerra e de paz, enfatizando a subversão, a resistência e o terrorismo. Tal transformação levou os pensadores militares a se interessar pelo estudo de uma nova modalidade de guerra, a guerra revolucionária, em seus aspectos sociais, morais estruturais e não conjunturais.

Não obstante, de maneira geral, a História Militar não recebeu a merecida atenção. E isso deveu-se, em parte, à explosão das informações nas múltiplas áreas de conhecimento, que compeliu os militares a dominá-las e, por outro lado, ao predomínio da especialização sobre a generalização, resultante do avanço desenfreado da ciência e da tecnologia, fatores determinantes da revisão dos currículos escolares. Ademais, o estudo das experiências passadas tornou-se irrelevante. Nas academias e institutos de altos estudos militares, o ensino e a aprendizagem da História Militar ficaram limitados a apresentações de casos históricos sem maior profundidade, na introdução de certas uni-

dades didáticas, para despertar a motivação dos discípulos. As universidades nenhuma ou pouca atenção lhe deram até algumas décadas atrás, sob o pretexto de ela se restringir à análise das batalhas, o que interessava apenas aos profissionais das armas.

Os militares estão pagando elevado preço por haverem negligenciado o estudo da História Militar na formação dos seus quadros de oficiais de estado-maior e sentem a necessidade de rever os currículos de diversos cursos, acrescendo-lhe a carga horária que tão importante disciplina reclama. O estudo da História Militar proporciona ampla base cultural e técnico-profissional e desenvolve o poder de análise e percepção, contribuindo para a tomada de decisões em situação crítica.

Nas últimas décadas deste final de século e de milênio, constata-se, em todo o Primeiro Mundo, um despertar generalizado nas escolas militares e nas universidades para o estudo da História Militar, experimentando, os cursos de pós-graduação nesse ramo da História, crescente demanda, particularmente por civis.

A situação começou a mudar na década de 70. Em consequência dos movimentos contestatórios de 1968, os cursos de História Militar no âmbito das Forças Armadas

compreendessem a especificidade da psicologia dos combatentes, enquanto que os acadêmicos transmitiam aos militares a sua grande problemática e os seus mé-

nazismo. A pesquisa foi incentivada mas também controlada, ao contrário do que ocorreu nos países anglo-saxônicos, onde a História Militar oficial se mostrou muito mais discreta, havendo ampla liberdade de pesquisa.

Em geral, pode-se dizer que a tutela oficial sempre se mostrou menos intensa no estudo de épocas antigas do que no das mais recentes.

***Os militares estão pagando elevado preço por haverem negligenciado o estudo da História Militar na formação dos seus quadros de oficiais de estado-maior e sentem a necessidade de rever os currículos de diversos cursos, acrescendo-lhe a carga horária que tão importante disciplina reclama.***

foram reavaliados e jovens oficiais sentiram-se encorajados a se graduarem nas universidades.

Na realidade, as coisas não foram assim tão fáceis. Os encontros entre militares e universitários viram-se marcados por uma certa incompREENSÃO. A história dos militares afigurava-se aos soldados como um complemento útil porém secundário à História Militar. Nas Universidades, por outro lado os pesquisadores não arriscavam a incursionar fora da história social das Forças Armadas para abordar o aspecto capital da História Militar ligado à finalidade das instituições militares, que é o estudo da guerra.

Mas ao final, todos lucraram. Os militares fizeram com que os universitários

todos de pesquisa. O resultado dessa troca de experiências redundou no progressivo desenvolvimento da História Militar que, pouco a pouco, incorporou aspectos da História Geral.

Assim começou a florescer a História Militar nas Universidades. Nelas surgiram centros de estudo de defesa nacional e de História Militar, como o de *Montpellier*. Todavia, os acadêmicos que responderam ao apelo foram, sobretudo, os juristas e os sociólogos – nem tanto os historiadores.

Nos países totalitários do Leste, a palavra de ordem foi dar uma interpretação marxista aos fatos, bem como exaltar os sacrifícios efetuados durante as guerras de libertação e na luta contra o

Uma visão global da História Militar não é obtida apenas analisando-se o desenvolvimento no campo da pesquisa histórica mas, igualmente, pela confrontação entre o pensamento dos historiadores de diferentes nacionalidades. A visão da História Militar deve ser global, tanto no plano internacional como no plano temático.

Somente no princípio do século XIX ela ganhou espaço próprio. Coube a Jomini, o famoso *adivinho de Napoleão*, a divisão da História Militar em três grandes categorias: *História das Batalhas*, *História da Arte da Guerra* e *História Político-Militar*. Enquanto o suíço Jomini dedicou-se à estratégia militar, o prussiano Clausewitz voltou-se para o

desenvolvimento da teoria da guerra, ocupando-se dos aspectos básicos dos conflitos entre as nações.

Até o princípio do século XX, reduzido número de pensadores se preocupou com a ampliação do campo da História Militar.

Em 1914, surgiram as primeiras tentativas de relacionar a História Militar com a política externa das nações e a arte da guerra. Na Alemanha, *Hans Delbrück* alargava os domínios da História Militar, ao pesquisar a correlação das operações de guerra com a política. Na França, *Jean Jaurès*, o líder socialista da época, desenvolveu a teoria de que as instituições militares só seriam reconhecidas quando traduzissem as aspirações nacionais, fazendo ressurgir o conceito de nação em armas.

Após a Primeira Guerra Mundial, o russo *Frunze*, legando o nome à Academia Militar de seu país, lançava os fundamentos de novo conceito de História Militar, com base na linha do pensamento marxista-leninista e no princípio clausewitziano de que *a guerra é a extensão da política*. Embora, ao final da Segunda Guerra Mundial, *Stalin* refutesse o princípio

da teoria de *Clausewitz*, dado ao sentimento anti-germânico reinante na União Soviética, os russos defendem a abordagem da História Militar como o inter-relacionamento do poder militar com o político. Até então, a História Militar era encarada como um meio para se avaliar o poder relativo de combate entre beligerantes, restrito ao estudo das batalhas e campanhas.

A História Militar como fundamento para o estabelecimento de doutrina militar só viria, realmente, a aparecer na Inglaterra, durante a década de 20, com *J. F. C. Fuller*, que advogou a transformação da arte da guerra em ciência para seu melhor entendimento e aplicação.

Na virada do século, os norte-americanos *Alfred Thayer Mahan* e *Walter Millis* buscaram relacionar a História Militar com a Estratégia e a Política.

Depois da Guerra da Coreia, a História Militar entrou em declínio, por causa do pensamento dominante de que se tratava de disciplina voltada exclusivamente para o estudo da guerra em si, a despeito da ampliação do seu campo.

O conflito do Vietnã veio contribuir sobremodo para se retomar o debate a respeito da natureza da História Militar, acentuando a importância da análise da relação entre a guerra e a sociedade, entre o cidadão e o soldado.

A corrida armamentista nuclear e a Guerra Fria impuseram nova interpretação da História Militar e a reavaliação do seu estudo.

Em 1971, o imaginativo crítico *Peter Paret* salientou que a História Militar vinha despertando mais atenção dos civis que dos militares. Paradoxalmente, enquanto crescia o interesse nos meios acadêmicos civis pelo assunto, este decrescia nos estabelecimentos de ensino militar. As universidades criavam e estimulavam os primeiros cursos de pós-graduação em História Militar.

Na atualidade, o conhecido historiador inglês *John Keagan*, sustentando as premissas de que a guerra é um conflito de culturas e de que *a história controvertida dos conflitos de personalidade da Segunda Guerra Mundial ainda não foi escrita*, bem como a propalada teoria de Huntington do *choque das civilizações*, volta-se a aguçar a atenção da comunidade

acadêmica para o estudo de História Militar.

Este *fin-de-siècle*, usando a expressão criada por *Paul Verlaine* ao término do século XIX como sentido de decadência, não sugere realidade diferente.

O quadro acre de hoje que se configura no horizonte é de cinzas e melancolia, apesar da revolução da bioengenharia, da cibernetica e da informática. Os Estados-nação, após décadas de confrontos e de esforços pela paz mundial, não encontraram ainda uma solução definitiva para o bem comum, permanecendo o mundo em crise.

Assim, passa-se da euforia que os avanços científico-tecnológicos trouxeram com a globalização e a modernização, para a desesperança consequente do alastramento do fantasma do desemprego e da permanente ameaça de instabilidade-sócio-político-econômica, que leva a uma atitude cautelosa de expectativa quanto ao porvir. O futuro se afigura tão incerto como ao final do século passado. Fala-se em fim da História, com a queda do muro de Berlim, o desaparecimento fictício das ideologias e o início de nova era de paz e

prosperidade internacionais. Mas, se o padrão de vida da humanidade não melhorar sensivelmente a médio prazo e se a justiça não prevalecer, não há dúvida de que o mundo, infelizmente, caminhará em direção a novos conflitos. Dessa forma, é recomendável difundir-se o estudo da História Militar entre civis e militares, de modo a torná-la um instrumento mais útil no relacionamento futuro entre o soldado e o Estado.

*A História provém da História Militar*, ensinava Pedro Calmon.

# O Duque de Caxias e sua projeção como Ministro da Guerra

Cláudio Moreira Bento\*

Produto de pesquisa histórica básica, o artigo apresenta aspectos pouco divulgados da biografia do Duque de Caxias. Ao mesmo tempo, resgata a memória de alguns militares ilustres seus contemporâneos.

**C**axias foi Ministro da Guerra por 6 anos, 6 meses e 24 dias em três períodos distintos: 24 de junho de 1855 a 04 de maio de 1857, 02 de maio de 1861 a 24 de maio de 1862 e de 12 de março de 1857 a 05 de janeiro de 1878.

Nesses períodos, acumulou o cargo com a chefia do Governo do Brasil, na condição de Presidente do Conselho de Ministros, exceto de 14 de junho de 1855 a 3 de agosto de 1856 (1 ano e 19 dias), em que só foi Ministro da Guerra.

Foi tempo suficiente para promover uma reforma administrativa profunda no

Exército, com a criação da Repartição do Ajudante General.

Criada por Lei de 30 de junho de 1856 e instalada em 31 de janeiro de 1857, teve ela como primeiro Ajudante General, o experiente tio de Caxias, Marechal Manoel da Fonseca Lima e Silva, Barão de Suruí, ex-Ministro da Guerra (1831-32 e 1835-36), e ex-subcomandante do Batalhão do Imperador, na Guerra da Independência da Bahia.

A reforma deu continuidade à administração do Exército, pois os ministros da guerra, em expressiva maioria, eram parlamentares civis que se sucediam na pasta, sem conhecimento ou interesse por seus problemas, às vezes lhes eram até hostis. A eles se subor-

dinavam diretamente os Comandos das Armas, até então descoordenados.

O Ajudante General era, em realidade, o comandante do Exército, como se verá, e o Ministro não possui a força que passou a ter após a República, para cuja proclamação o Ajudante General de então, o Marechal Floriano Peixoto, foi o fiel da balança.

O Ajudante General passou a ter, sob seu comando direto, os Comandos das Armas das Províncias e a comandar, pessoalmente, o Comando das Armas da Corte (atual 1ª Região Militar).

Essa organização perdurou até a regulamentação, em 6 de janeiro de 1899<sup>1</sup>, da Lei que criou o Estado-Maior do Exército e a atual 1ª Região Militar.

\* Coronel de Engenharia e Estado-Maior. Sócio benemérito do IGHMB e Presidente da AHIMTB.

1. Decreto 3.189.

A partir da República, os ministros da guerra passaram a ser militares (exceto Pandiá Calógeras, 1919-22), ao contrário do que ocorreu no Império, como já destacado. Neste chefiram a pasta da guerra parlamentares, deputados ou senadores, e excepcionalmente, militares-deputados ou senadores e, conforme se constata da relação geral publicada na História do Exército Brasileiro (v.1, p. 1-2). Muitos dos militares fizeram carreira mais de políticos do que de chefes militares, ou cabos de guerra.

Substituiu-se assim o Ajudante General, comandante do Exército em nome do Ministro, pelo Estado-Maior, assessor do comandante do Exército, e o Ministro da Guerra, a partir de 1967, passou a ser Ministro do Exército.

Ao Ministro da Guerra competia defender, junto ao Gabinete de Ministros, os interesses de sua pasta (verbas, leis etc).

Ministro da Guerra, Presidente do Conselho de Ministros por 4 anos e meio, Senador e Conselheiro de Guerra, Caxias ficou, como se diria, com a faca e o queijo

na mão para atender às necessidades do Exército, que ele conhecia como ninguém.

Junto com o Ajudante General, mais ligado à Tática e à Estratégia, foi criada a Repartição do Quartel Mestre General, ligado à logística. Ambos despachando diretamente com o Ministro.

O Ajudante General tinha a seu cargo: planos e operações militares; trabalhos de História Militar em apoio ao planejamento de operações; administração da justiça, da instrução e do ensino militar; administração do pessoal e da reserva, tudo enfim referente a pessoal – organização, justiça e disciplina, etc.

O Quartel Mestre era uma espécie do Intendente-mór. Era o responsável, no Exército, pela aquisição, depósito, recolhimento, conservação, suprimentos e transporte de armamento, munições, equipamentos e materiais diversos; pelas comunicações; pelos arsenais e fábricas, remonta, hospitais e farmácias, próprios nacionais, obras militares e pelo asilo de Inválidos da Pátria, na Ilha do Bom Jesus.

Fora essa a estrutura que Caxias implementara no Exército do Sul quando ao

seu comando, na Guerra contra Oribé e Rosas (1851-1852), durante a qual teve, como Ajudante General, o fluminense coronel de Artilharia José Mariano de Matos, que aderira a Revolução Farroupilha.

Mariano de Matos fora Ministro da Guerra e da Marinha, Vice-presidente e Presidente interino da República Rio-Grandense e, em 1864, foi Ministro da Guerra do Império do Brasil<sup>2</sup>. Foi ele o autor da idéia do Brasão Farrapo, adotado, em 1891, como o do Estado do Rio Grande do Sul.

O Quartel Mestre era o topo de um canal técnico que ia até o Tenente Quartel Mestre das unidades, tendo estágios e nomes próprios nos diversos escalões, como Deputado do Quartel Mestre das divisões e brigadas. Essa estrutura funcionou bem na Guerra do Paraguai.

Hoje se tem a falsa idéia de que o Ministro da Guerra, no Império e início da República, possuía poder e ação direta sobre o Exército, como a partir de 1899, com a instalação do Estado-Maior do Exército.

\*

Foi Ajudante General do Exército, ou comandante de fato do Exército no Império,

2. "O Exército Farrapo e seus Chefes" (BIBLIEx, v.1)

por longos 15 anos, o tenente-general Manoel Antônio da Fonseca Costa, pai do Visconde da Penha, Mare-

Vista. A expedição fora comandada por seu parente e pai de Caxias, coronel Francisco Lima e Silva, de

de 1847 a 7 de fevereiro de 1855.

Comandou também as Armas da Bahia, atual 6ª Região Militar por 5 meses, em 1855, tendo como ajudante-de-ordens seu filho, João, já consagrado colaborador de Caxias na Revolução Farroupilha e na guerra contra Oribe e Rosas (1851-52).

Comandou ainda a Guarda Nacional da Corte, de 6 de fevereiro 1858 a 22 de abril de 1868, por mais de 10 anos, quando organizou contingentes enviados ao Paraguai.

Foi titulado Barão da Gávea, em 17 de março de 1871. De 1873 a 1888, por 15 anos, exerceu a função de Ajudante General de dezenove ministros da guerra, parlamentares, deputados ou senadores, como interinos ou efetivos, em face da grande rotatividade entre liberais e conservadores. Esse fato revela a importância da função de Ajudante General, criada por Caxias.

Eis os ministros de que foi Ajudante-General: Visconde do Rio Branco (1872-73); João José de O. Junqueira (1873-75 e 1885-86); Duque de Caxias (1875-77); Luiz Antônio Pereira Franco (1876); Marques de Herval-

**Hoje se tem a falsa idéia de que o Ministro da Guerra, no Império e início da República, possuia poder e ação direta sobre o Exército, como a partir de 1899, com a instalação do Estado-Maior do Exército.**

chal João da Fonseca Costa, que fora colaborador de Caxias. Este, em reconhecimento, lhe deixou, em testamento, sua *invicta* espada de campanha. Ambos foram ligados por laços de parentesco e amizade aos Lima e Silva.

O tenente-general Manoel Antônio da Fonseca Costa, Visconde da Gávea (1803-1890), nasceu no Rio de Janeiro em 24 de abril de 1803, quatro meses antes de Caxias. Era filho de um oficial de Infantaria de mesmo nome. Fez carreira na Cavalaria, no atual Regimento dos Dragões da Independência de Brasília<sup>3</sup>.

Comandou um esquadrão no combate à Confederação do Equador, em 1824, tendo lutado no bairro da Boa

que logo a seguir seria ajudante-de-ordens, no Comando das Armas de São Paulo, em 1828.

De fato, com a abdicação de D. Pedro I, foi ele ajudante-de-ordens do tio de Caxias, Brigadeiro José Joaquim Lima e Silva, Visconde de Magé, que comandara o Batalhão do Imperador e o Exército Libertador da Bahia, em 2 de julho de 1823.

Na Revolução Liberal de 1842 de São Paulo, foi para lá enviado à frente de 280 homens, tendo sido na ocasião, como tenente-coronel, ajudante-de-ordens de seu parente e amigo, o então Barão de Caxias, enviado para pacificar a província rebelada, além de ser responsável pelo *Detalhe*, nome à época do Boletim Diário.

Promovido a coronel, comandou, por cerca de 8 anos, o atual Regimento de Dragões da Independência, de Brasília, de 7 de setembro

3. "Uma Testemunha dos Grandes Momentos da Nossa História" (Revista Militar Brasileira, v.98, mai/jun 1972, pp101 e 102, e Correio Brasiliense, Brasília, 21.04.1972).

general Osório (1878-79); Eduardo Andrade Pinto (1878); João Lins V. Canção Sinimbú (1879); Tenente-general Antônio Correa Câmara, Visconde de Pelotas (1880-81, por ocasião morte de Caxias); Barão Homem de Mello (1881); Franklin Dória e Barão de Loreto (1881-82, criador da Bibliex como fonte de consulta); Afonso Augusto M. Pena (1882-84); Carlos Afonso de Assis Figueiredo (1882-83); Antônio Joaquim Rodrigues Jr (1883-84); Felipe Franco de Sá (1884); Cândido Maria de Oliveira (1884-85); Engenheiro Militar Antônio Eleutério Camargo (1885); Alfredo Chaves (1886-87); Joaquim Delfino Ribeiro da Luz (1887-88) e Thomaz Coelho (1888).

O Marquês da Gávea deixou a função de Ajudante General em razão de protesto que lhe foi enviado pelo Clube Militar, sob a liderança do marechal Deodoro da Fonseca, protesto de recusa do Exército em fazer o papel de capitão do mato na perseguição de escravos fugidos.

Deixou o cargo de que pedira exoneração em 17 de

maio de 1888, quatro dias decorridos da Lei Áurea, após a qual, como se constata pela imprensa da época, a Princesa Izabel passou a ser chamada a *Redentora* e o Exército de *Redentor dos escravos*.

Foi ele Ajudante-General de Caxias (1875-77), quando em esforço coordenado, reformaram e ampliaram o atual Palácio Duque de Caxias, o qual adquiriu o aspecto que tinha no dia 15 de novembro de 1889, da Proclamação da República<sup>4</sup>.

Até bem pouco tempo, decoravam o refeitório de oficiais da 1<sup>ª</sup> Região Militar dois enormes óleos feitos na época. Um do Duque de Caxias em campanha, ao lado de um canhão, e outro do Marquês da Gávea, na atual Praça da República, tendo ao fundo, em reforma, o atual palácio Duque de Caxias. O óleo de Caxias foi destinado à Academia Militar das Agulhas Negras.

O Marquês da Gávea foi reformado, pela República, aos 86 anos, em 30 de janeiro de 1890, após 76 anos de serviço. Faleceu em 13 de junho de 1890.

Ele e seu filho, Marechal João Fonseca da Costa, sentaram-se lado a lado, por cerca de 8 anos, como Con-

selheiros de Guerra, de igual forma que Caxias sentou ao lado do pai por quase igual período no Senado do Império.

\*

O marechal João Fonseca Costa, Visconde da Penha, é estudado por Laurêncio Lago, em *Os Generais do Exército Brasileiro, 1860-1889*. Rio, Biblioteca Militar, 1942, pp. 67-72. Acompanhou, como alferes, o Duque de Caxias na Revolução Farroupilha (1842-45). Foi seu ajudante-de-ordens no Comando das Armas da Corte e Rio de Janeiro (1848-51) e na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-52). Retornando ao Rio, continuou nessa função, sendo Caxias Comandante das Armas da Corte, interrompendo para servir de ajudante-de-ordens do pai, o então brigadeiro Manoel da Fonseca Costa, comandante das Armas na Bahia, ser o assistente e ajudante-de-ordens do Ajudante General do Exército (o tio de Caxias e Visconde de Suruí) e coronel chefe do Estado-Maior de Caxias na Guerra do Paraguai. Brigadeiro, em 14 de novembro de 1869, recebeu consagrador elogio de Caxias.

A concluir-se das Memórias de Alfredo de Taunay,

4. "Quartéis Generais das Forças Armadas do Brasil", "O Exército na Proclamação da República" e "A Guardiâo do Rio de Janeiro na Proclamação da República", publicados sob os auspícios da FHE-POUPEX.

passou maus momentos até retirar-se para o Rio por motivos de saúde, em 12 de julho de 1869, depois de 5 meses junto à equipe do Conde D'Eu. Deve ter sofrido muito com a guerra de alfinetes que lhe moveram.

Barão da Penha, em 1874, foi promovido a marechal-de-campo, em 20 de julho de 1876, sendo Caxias Ministro da Guerra e Presidente do Conselho de Ministros. Nesse posto ele vai assistir à morte de Caxias, em 1880.

Fiel ao Império, acompanhou a Família Imperial no exílio. Pediu reforma em 21 de janeiro de 1890 e faleceu, em Paris, em 9 de janeiro de 1902, aos 79 anos.

Descendente seu confiou, em 1925, a espada que recebera de Caxias ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro onde, em 1930, serviu de modelo dos espadins de Caxias, símbolo dos cadetes do Exército<sup>5</sup>.

Por tudo se conclui a estreita ligação familiar e profissional dos Fonseca da Costa com os Lima e Silva,

durante todo o tempo que perdurou o Império.

Indiscutivelmente, os Fonseca da Costa prestaram assinalados serviços militares ao Brasil e estamos seguros de que Caxias estará satisfeita com o resgate histórico que aqui fazemos de seus ilustres e devotados colaboradores e parentes, Manoel Antonio e seu filho João Fonseca Costa<sup>6</sup>.

\*

Passemos pois a apreciar as realizações em prol do Exército pelo Duque de Caxias.

#### • Realizações em sua 1<sup>a</sup> investidura no Ministério da Guerra (1855-57)

– As promoções nas armas passaram a ser feitas todas na mesma data (Dec 1634, 1855) atendendo à justos reclamos da tropa.

– O rendimento da cavaliada do Exército, melhorou, ao ser contratado um veterinário e um picador – o célebre Luiz Jácome, carioca, que tirou curso de Hipologia na Inglaterra e que foi consagrado pelos pôsteros dando o nome ao picadeiro do Colégio Militar.

Luiz Jácome foi instrutor de equitação da Escola Militar durante a Guerra do Paraguai, quando propôs ao

Exército adotar seu *Sistema de doma racional de cavalos, éguas e muares chucros*. Depois de Caxias, foi também instrutor de equitação de D. Pedro II.

Estudado seu sistema, pelo marechal João Manoel Mena Barreto, que tombaria morto no assalto de Peribebu, após se imortalizar na defesa de São Borja, (1865) no comando de Voluntários da Pátria, este emitiu o seguinte parecer: *posto em execução no Exército o Sistema Jácome, em pouco tempo será abolido o Orçamento a rubrica Remonta*.

O sistema era de grande interesse militar, assim como sua publicação *Livro do Ferrador*, cuja importância assim Jácome justificava: *Por falta de um cravo perde-se uma ferradura e, por causa desta, uma batalha*.

Era um problema relevante a boa técnica de ferradura, num Exército hipomóvel. Tanto que, ao ser contratada a Missão Militar Francesa, veio junto um marechal de Logis que, ao leitor desavisado, pareceria, à primeira vista, um marechal especialista em logística, mas que, em realidade, era um sargento ferrador.

– No tocante à formação de oficiais, transferiu a ins-

5. "O Espadim de Caxias e seu Simbolismo" (Revista Militar Brasileira, v. 114, mar 1980, pp. 185-190).

6. Maiores detalhes sobre Marquês da Gávea consultar PRETEXTATO, Alfredo, Maciel da Silva, Cap., "Generais do Exército Brasileiro" - Rio, M. Orosco, 1907, p.407.

trução prática ou profissional do largo do São Francisco para a Fortaleza São João, enquanto se construía a Escola Militar da Praia Vermelha, que fechava a praia entre a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e o Instituto Militar de Engenharia atuais.

Escolheu uma área, o Salitre, na Lagoa Rodrigo de Freitas, para servir de campo de exercícios e de tiro à Escola Militar profissionalizada, uma grande preocupação sua.

Dionizio Cerqueira dâ-nos uma idéia dessa profissionalização antes da Guerra do Paraguai, no seu clássico *Reminiscências da Guerra do Paraguai*. A partir de 1874, ela sofreria o impacto da Reforma do Ensino (Decreto 5529, de 17 de janeiro de 1874) que introduziu o bachelismo militar, o qual perduraria até 1905, quando a Escola Militar foi fechada e, a seguir, extinta, para ser reaberta em Porto Alegre, com o nome de Escola de Guerra.

Presidia, em 1874, o Gabinete de Ministros o Visconde do Rio Branco. Era seu Ministro da Guerra o conselheiro João José de Oliveira Junqueira e, comandante da Escola Militar, fazia 23 anos, o marechal

Polidoro Quintanilha Jordão, Visconde de Santa Tereza. Engenheiro militar, sem experiência militar em campanha, Polidor ligou-se ao desastre de Curupaiti, o que determinaria a sua substituição no comando pelo Marquês de Caxias.

Outra medida de grande alcance na racionalização e padronização da administração das unidades do Exército foi a criação, nestas, dos Conselhos Econômicos.

A criação da Pagadoria das Tropas da Corte facilitou a administração do Exército.

Deu-se especial atenção à nova regulamentação do Corpo de Saúde do Exército.

Atacou-se o problema crucial do Recrutamento Militar, expondo o problema ao Gabinete de Ministros, que ele integrava, e ao Senado, de que era um membro, da seguinte forma:

*O recrutamento forçado admitido entre nós é sistema tortuoso, irregular e impróprio. Enquanto não tivermos uma Lei de Recrutamento, uma lei fundada nos sadios princípios de justiça e de equidade. Lei que obrigue todos os cidadão de qualquer condição a prestar tempo de serviço militar na força armada regular, em determinadas circunstâncias.*

*Lei que encoraje a voluntariedade, por isenções e favores, para a prestação de serviço militar, bem como os engajamentos dos que já serviram o tempo previsto em lei, é questão fechada para mim, que nunca teremos um exército composto de elementos de moralidade e ordem, como convém ao bom desempenho de sua nobre missão. Mais uma vez invoco o patriotismo (do parlamento), para que doteis o Exército com lei sobre tal matéria, com base no princípio das nossas instituições e em nossos costumes.*

Só em 1874 seria votada uma lei do Serviço Militar, mas, descumpriida por 42 anos, só foi implementada em 1916, com o 1º Sorteio Militar.

A Lei nº 2556, de 27 de setembro de 1874, regulamentada pelo Decreto nº 5.881 de 27 de fevereiro de 1875, estabelecia:

*O Recrutamento para o Exército e Armada (Marinha atual) será feito:*

*Parágrafo 1º: Por engajamento e rengajamentos voluntários.*

*Parágrafo 2º: Na deficiência de voluntários, por sorteio dos cidadãos brasileiros alistados anualmente, na conformidade da lei 2556 de 27 de setembro 1874.*

O sorteio só foi implementado a partir de 1916, sendo Ministro da Guerra o marechal Caetano de Farias, durante a 1<sup>a</sup> Guerra Mundial.

• **Realizações em sua 2<sup>a</sup> investidura no Ministério da Guerra.**

– Reformulação das doutrinas de Instrução, de emprego operacional, e de Justiça e Disciplina do Exército, que se encontravam bastante desatualizados.

A doutrina de emprego operacional era desordenada, segundo A. de Carvalho, em *Caxias* (Rio, Bibliex, 1972, p. 161):

*A Infantaria obedecia as instruções já fora de uso em Portugal, de Bernardo Antônio Zagalo. A Cavalaria seguia as Instruções de Doutrina do marechal inglês Carr Beresford, do início do século. A Artilharia seguia a Doutrina da Guarda Real Francesa do general Pardal e a da extinta Comissão Prática de Artilharia.*

A Disciplina e a Justiça Militar ainda se baseavam nas doutrinas do Conde de Lippe, quase centenárias.

Caxias adaptou a doutrina vigente em Portugal de in-

fluência ainda inglesa para as três armas, às circunstâncias de nosso Exército. E ressaltou na justificativa: *enquanto não se organize uma tática privativamente nossa, de acordo com as realidades operacionais sul-americanas...*

Com isso tornou-se o pionero do ideal de uma Doutrina Militar Terrestre Brasileira genuína, conforme ressaltou, o coronel Amerino Raposo em, *Caxias e a Doutrina Militar* (Bibliex, 1959).

– No tocante à Disciplina e à Justiça Militar, conseguiu, como Senador, Conselheiro de Guerra, Presidente do Conselho de Ministros e Ministro da Guerra, a aprovação do: *Regulamento Correcional das Transgressões Disciplinares* de um novo Código Penal Militar.

Foi com essa doutrina de instrução, emprego, justiça e disciplina que o nosso Exército enfrentou a Guerra do Paraguai, apoiada numa organização institucional mais ágil, representada pelas figuras do Quartel Mestre General e do Ajudante General.

– Caxias voltou a bater, em 1862, na tecla do Serviço Militar Obrigatório e insistiu:

*...o único meio de se conservar (manter) no Im-*

*pério um Exército, ainda que pequeno, mas o indispensável à sua defesa, é o de chamada obrigatória para o serviço das armas, dos indivíduos que, em vossa sabedoria, julgares que devem constituir a massa recrutável de nossa população*<sup>7</sup>.

– Ele defendeu, no Senado, a idéia da criação de Colônias Militares que constituiu grande avanço, de expressiva projeção geopolítica, ao criar núcleos políticos nacionalizadores em vazios demográficos junto as nossas fronteiras, em especial: *num país vastíssimo como o nosso, em muitos pontos baldo (carente) de população civilizada e, em outros, apenas habitados por selvagens, limítrofe, além disso com Estados (nações) em idênticas senão menos lisonjeiras condições, o estabelecimento (criação) de colônias militares não é só uma conveniência administrativa, como também medida política (dir-se-ia geopolítica) de reconhecida necessidade*<sup>8</sup>.

– Caxias dedicou atenção especial à fabricação da pólvora (ainda com fumaça), na Fábrica de Estrela.

Ele recebeu informação confidencial de Américo Costa, da Legação do Brasil

7. A. Carvalho, "Caxias", p. 165.

8. Idem, p. 166.

na Prússia, em 1º de outubro de 1861, sobre a descoberta de uma nova pólvora pelo capitão Shultze, do Exército dessa nação, que havia sido experimentada satisfatoriamente na fortaleza de Spandau.

Seguramente tratava-se de pólvora sem fumaça, cuja fabricação começou no início do século, na Fábrica de Piquete construída pelo Ministro da Guerra Marechal João Neponuceno Mallet. Ela foi a primeira da América do Sul e constitui um marco de sua administração, ao lado da criação do Estado-Maior do Exército.

Do grande pintor Araújo Porto Alegre, Barão de Santo Ângelo, Caxias recebeu a seguinte informação confidencial de Berlim, datada de 3 de setembro de 1861:

*Na Escola Politécnica de Viena, assisti a experiências de um novo bronze, que oferece dupla vantagem sobre o atual. É mais sólido e mais elástico, e com ele se poderá fazer Artilharia mais leve, o que será de grande auxílio para o transporte e manobra na nossa guerra (a do Paraguai?).....*

*Os homens que aí vejo, pacientes, com natureza para tais ensaios, por terem gênio particular para isso,*

*são o Conselheiro Mello, do Observatório, ou o dr Capanema (pioneiro da telegrafia no Brasil) e, talvez, o dr Azevedo Coutinho, da Casa da Moeda, porque é muito paciente e tenaz para tudo. E este ensaio se pode fazer sem embaraços, porque não envolve complicações e despesas grandes.....*

*Em ocorrência (época) alguma se procurou mais a arte de destruir do que na atual, em que todos os governos se armam por causa de uma mútua desconfiança.*

Em breve eclodiriam, ao nosso ver, três pioneiras guerras totais: a de Sesseão, nos Estados Unidos, a da Tríplice Aliança, contra o Paraguai, e a Franco-Prussiana.

Com as medidas abordadas nas duas oportunidades em que foi ministro da Guerra cumulativamente como Chefe do Governo, Caxias preparou o melhor possível o Exército para o confronto que seria a Guerra do Paraguai.

• **Realizações em sua 3ª e última investidura no Ministério da Guerra.**

— Logo no início de sua gestão, Caxias conseguiu a aprovação do Regulamento para a Disciplina (sentido de organização) e Serviço Interno dos Corpos Arregimenta-

tados em Quartéis Fixos. Equivalia ao atual RISG – Regulamento Interno dos Serviços Gerais. Possui disposições comuns a todas as armas. Havia nele uma grande preocupação com o manejo das cavalhadas, que representavam a mobilidade. As atribuições afetas ao comandante de unidade ainda são de muita atualidade. Foi aprovado pelo Decreto 6373, de 15 de novembro de 1876.

— Caxias, que a havia construído, na sua primeira investidura como Ministro da Guerra, promoveu a ampliação da Escola Militar. Consegiu adquirir armamento de retrocarga Comblain para a Infantaria, além de transformar, de percussão periférica para central, 5.000 fuzis Robert e 2.000 carabinas Spencer de retrocarga.

— Na sua 3ª gestão foram construídos os fortes de Uruguaiana, Corumbá e Tabatinga, de projeção na defesa da fronteira e na geopolítica brasileira. Veja-se hoje a importância dessas cidades no intercâmbio do Brasil com a Argentina, a Bolívia e a Colômbia.

— Nela foi criado o Corpo de Transportes, no Rio Grande do Sul, destinado a transportar materiais e pessoal, dos portos fluviais ou estações fer-

roviárias para as unidades de fronteira e vice-versa.

O corpo de Transporte, ao comando do major Bento Gonçalves da Silva Filho (neto do líder farrapo) foi capturado pelos federalistas no cerco, seguido de massacre por degola da Cavalaria Civil, em Rio Negro, atual Hulha Negra, em 28 de novembro de 1893.

Quando aluno da Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo, o futuro marechal Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB, usou meios desse Corpo para deslocar-se, de corona, até Rio Pardo.

– Caxias criou as Companhias de Telégrafos, as pioneiras da Arma de Comunicações, para apoiar o surto telegráfico acorrido quando, Chefe do Governo (1875-77), foram ligados ao Rio, pelo telégrafo, às cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, para atender à necessidades preventivas de Defesa Externa.

– Adquiriu a Ilha do Bom Jesus, local do asilo de Inválidos da Pátria, instituição que, até bem pouco tempo, amparou militares invalidados em operações militares.

Em 1885 ela abrigava a Companhia de Comando da 1<sup>a</sup>

Região Militar, ocasião que foi recolhido seu livro Histórico ao Arquivo Histórico do Exército, onde se encontra.

– Também nessa sua gestão deram-se a criação dos cursos de Infantaria e Cavalaria no Rio Grande do Sul,

fábrica de Pólvora de Estrela, aos hospitais, farmácias etc.

Em resumo Caxias, preocupou-se com os Voluntários da Pátria, com o ensino profissional de menores, com os militares inválidos em ação de guerra, com a

*O atual ABC, em São Paulo, foram terras que seriam destinadas aos ex-combatentes Voluntários da Pátria, segundo o general Plínio Pitaluga que hoje cuida dos interesses de veteranos de guerra brasileiros.*

da Escola Prática de Tiro de Campo Grande (local da Escola de Realengo), e do Corpo Eclesiástico do Exército (capelões) e dinamizaram-se os Depósitos de Aprendizes Militares no Arsenal de Guerra e Aprendizes de Artilheiros (pioneiros do SENAI) na Fortaleza São João.

Foram dadas garantias a veteranos Voluntários da Pátria do Paraguai. O atual ABC, em São Paulo, foram terras que seriam destinadas aos ex-combatentes Voluntários da Pátria, segundo o general Plínio Pitaluga, que hoje cuida dos interesses de veteranos de guerra brasileiros.

– Caxias criou estímulos ao recrutamento, para atender à Fábrica de Ferro de Santana do Ipanema, à Fá-

normalização da vida nas casernas, com o aperfeiçoamento do ensino no tocante a sua praticidade, com cursos de Infantaria e Cavalaria e a Escola Prática de Tiro de Campo Grande (Realengo), com a atualização do armamento do Exército, do de carregar pela boca pelo de retrocarga e de percussão periférica, e de fortificar alguns pontos desguarnecidos da fronteira, proporcionando grande intercâmbio com nações vizinhas.

33

### PROJEÇÃO DE CAXIAS NO DESENVOLVIMENTO DA DOCTRINA DO EXÉRCITO

Sendo a doutrina militar representada, numa defini-

ção simples, como a maneira pela qual um Exército é organizado, equipado, instruído, motivado (moral) e empregado operacionalmente, passaremos a apreciar a projeção de Caxias no desenvolvimento da doutrina do Exército, em face da sua atuação nas funções que exerceu como Ministro, Senador e Chefe de Governo, atrás comentada.

**• Quanto à organização:**

Caxias procedeu profunda reforma administrativa, com a criação das funções de Ajudante General e de Quartel Mestre General do Exército. Ele criou os Conselhos Econômicos nos Corpos de Tropa, que lhes racionalizaram e padronizaram a administração. Teve aprovado o Regulamento para a Disciplina (ordenamento administrativo) e Serviços Internos dos Corpos de Arregimentados e Fixos, com projeção no campo da Instrução e do Equipamento. Promoveu a criação do Corpo Eclesiástico do Exército (capelões), e a adoção do novo Regulamento para o Serviço de Saúde do Exército (Decreto 1900/57). Insistiu reiteradamente junto ao Parlamento para a adoção do Serviço Militar Obrigatório, que foi concretizado em 1874.

A criação do corpo de Transportes no Rio Grande do Sul, teve repercussões na organização e no emprego, de Companhias de Telégrafos, para fazer face ao surto da telegrafia iniciado em 1852. Com ela estabeleu uma linha de Segurança Interna, no Rio de Janeiro: QG – Palácio Imperial Quinta da Boa Vista – Polícia Militar (atual QG da PMRJ) – Arsenal de Guerra – Arsenal de Marinha.

Caxias deu apoio ao aproveitamento de menores carentes como aprendizes militares, no Arsenal de Guerra, e aprendizes artilheiros, na Fortaleza São João, contribuindo para a renovação de técnicos e de artilheiros. Ele construiu os fortões de Uruguaiana, Corumbá e Tabatinga, com reflexos na Organização já comentada. Promoveu o contrato de veterinário e de picador, com vistas ao manejo racional das cavalhadas do Exército. Deu estímulos à maior produtividade das fábricas de pólvora de Estrela, e de ferro, de Santana do Ipanema, em São Paulo.

**• Quanto ao Equipamento:**

Promoveu a aquisição parcial de armamento retro-

carga, para a Infantaria e a Cavalaria, de canhões Krupp para a Artilharia e a transformação de 5.000 fuzis Robert e 2.000 carabinas Spencer, de percussão periférica para percussão central.

**• Quanto a Instrução e Ensino:**

Retirou a formação profissional de oficiais do Largo do São Francisco para a Fortaleza de São João, enquanto durou a construção da Escola Militar da Praia Vermelha formadora da geração de jovens oficiais que combateram na Guerra do Paraguai (Deodoro, Floriano, Tibúrcio etc). Promoveu a destinação do Salitre, na Lagoa Rodrigo de Freitas, para manobras e instrução de tiro da Escola Militar; a dinamização da formação de menores aprendizes artífices e artilheiros já citadas; a criação da Escola Prática de Tiro (em geral) de Campo Grande, com sede no antigo prédio que seria ocupado, de 1913 a 1944, pela Escola Militar do Realengo; a criação dos Cursos de Infantaria e Cavalaria, na Província do Rio Grande do Sul; e a instrução do Exército segundo doutrina apoiada na adaptação das Ordenanças de Portugal para as três armas.

### • Quanto à Motivação (Desenvolvimento do Moral):

Incentivou-a com a adoção de data única para as promoções nas três armas; a criação de Pagadoria para as tropas da Corte; a adoção de novo Código Penal Militar, mais brando, que substituiu os draconianos e centenários *Artigos de Guerra* do Conde de Lipe, e do Regulamento Correcional das Transgressões Disciplinares, padronizando punições e critérios, que procuraram erradicar *abusos e arbitrariedades de algumas autoridades*, conforme justificou ao adotá-lo; a criação de Colônias Militares, avós dos Pelotões de Fronteira, onde eram aproveitados militares reformados por idade ou incapazes para o Serviço Militar, na dupla missão de vivificá-las, política e economicamente, e defendê-las, se necessário, como se fez em Dourados, sob a liderança do tenente Antônio João; da compra da Ilha de Bom Jesus, sede do Asilo de Inválidos da Pátria, instituição criada para amparar militares brasileiros inválidos quando em serviço; da garantia de vantagens aos Voluntários da Pátria, quando de seus alistamentos para Guerra do Paraguai; da sua liderança carismática, que foi capaz de anular ou de deses-

timular esforços erradicadores do Exército, retomados com vigor após a sua morte e a de Osório, em 1880 e 1879, respectivamente.

### • Quanto ao Emprego

Antes das guerras contra Aguirre e Rosas e do Paraguai, promoveu a adoção das Ordenanças de Portugal para as três armas adaptadas às realidades operacionais sul-americanas, que vivenciara nas 5 companhias militares que comandara. Aumentou a operacionalidade do Exército, com o Corpo de Transportes e as Companhias de Telegrafias. Consolidou a estrutura administrativa e logística de zona de retaguarda, representada pelo Ajudante General e o Quartel Mestre General.

## CONSIDERAÇÕES OPORTUNAS

Caxias não podia tudo. Dependia para as reformas que desejava para o Exército, da Câmara e do Senado, que eram mais simpáticos à Guarda Nacional, subordinada ao Ministério da Justiça. A Guarda competia de modo desigual com o Exército no recrutamento, o qual raramente conseguia atingir os efetivos que a lei lhe facultava.

Falecidos os senadores Caxias e Osório, já em 1881

foi fundado, na Santa Cruz dos Militares, o Diretório Militar. Esse Diretório visava a eleger militares dos três partidos para, na Câmara e no Senado, tentarem minimizar a falta de ambos os líderes na proteção dos assuntos do Exército.

Nesse contexto, surgiu a primeira revista militar, a Revista Militar Brasileira, atual Revista do Exército Brasileiro, que, em 1882, em editorial, traduziu o ânimo dos militares da seguinte forma: *Um país como o Brasil que julga que um Exército só se faz necessário quando o inimigo lhe bate arrogantemente à porta, que não aquilata o mérito militar, que aniquila a verdadeira disciplina, que pouco aprecia a dedicatória ao Serviço Pública....*

Caxias, conservador, e Osório, liberal, foram essenciais como obstáculos à erradicação do Exército e moderadores das hostilidades políticas e culturais contra ele.

Aí está estampado, em parte, o espírito de descontentamento do Exército, logo após a morte de ambos. Amigos íntimos e até confidentes, embora militares de agremiação políticas rivais, fizeram juntos a política do Exército e não política no Exército, como mais tarde o

general Goes Monteiro iria preconizar.

Desaparecendo essas lideranças as hostilidades de que eles eram obstáculos tomaram vulto e despertaram reação igual e contrária, traduzida pelo Diretório Militar, pela Questão Militar, pela Fundação do Clube Militar, pela deposição do Gabinete Ouro Preto e pela proclamação pacífica e tranquila da República, seguida de sua sangrenta consolidação para sufocar as reações armadas que a ela se fizeram, de 1891 a 1915.

Deodoro, ao depôr o Gabinete Ouro Preto, responsabilizou-o de *possuírem firme propósito em abater e mesmo de dissolver o Exército*. É o que se pode concluir da obra de Ernesto Senna, o repórter da Proclamação da República, *Deodoro, subsídio para a História-Notas de um Repórter* (Rio, Imp. Nacional, 1939).<sup>9</sup>

9. Ver "O Exército na Proclamação da República" (Bento, Cláudio Moreira, SENAI, 1989) e "Cadernos da Comissão dos Centenários da República e da Bandeira" (SENAI - BIBLIE, 1989).

10. Ver "A Questão Militar - Perspectiva do Exército" in: "Em Busca de Identidade o Exército e a Política" ... cit (pp. 46-64). Seu autor, Edmundo C. Coelho, faz interessantes considerações e apresenta gráficos com percentuais do orçamento destinado ao Ministro da Guerra, vendo-se, que foram normais, com Caxias Ministro.

Se Caxias tivesse sobrevivido até 1890, como o seu parente da mesma idade e colaborador, Marques da Gávea, é possível que a República não tivesse se implantado, pelo menos via Exército, com apoio de parte da Marinha.<sup>10</sup>

Caxias, na primeira vez que exerceu o cargo de Ministro da Guerra, teve seu Ministério contemplado com uma média de 27% do Orçamento; da segunda (1861-62), cerca de 21% em média, e da terceira cerca de 13% em média. O percentual durante a Guerra do Paraguai foi de cerca de 46% e, durante a Guerra de 1851-52, de 36,7%. Conclui-se, pois que Caxias não tirou partido de sua posição de Chefe do Governo para dotar o Exército de maiores verbas.

Caxias conseguiu com seu carisma e prestígio civil e militar minimizar o que interpretaria muito bem o general Aurélio de Goes Monteiro:

*Sempre achei que vemos num país que, a despeito das aparências em contrário, tem uma espécie de repulsa pelo espírito militar, sendo que, desde os tempos coloniais, o que tem prevalecido nas organizações que se dizem militares é o espírito miliciano ou pretoriano e não o do verdadeiro soldado.*

Tal contexto cultural foi modificado, a partir da Revolução de 30, pelo próprio general Goes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército e assessor do Ministro Dutra, ao orientar seus subordinados:

*Sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve ser criada no sentido de se fazer a política do Exército e não a política no Exército... A política do Exército consiste na preparação para a eventualidade de uma guerra. E esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material - no que se refere à economia, à produção e aos recursos de toda a natureza - e no campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e à formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo o interesse nacional.*

Parte desse pensamento, cremos que, implementado, ajudou a mudar o panorama cultural de repulsa histórica ao espírito militar. Para isso, muito contribuiu o ensino modernizado nas atuais Escolas de Sargentos das Armas, Academia Militar das Agulhas Negras, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, a Escola de Comando e Estado-Maior que, aos pou-

cos, consolidaram no Exército, o verdadeiro espírito do soldado, contrário ao dos pretorianos e milicianos que a Primeira República conseguira imprimir em alguns setores de Exército, por pressões oligárquicas.

Dão a medida do que foi o grande equívoco do bachelismo militar no Ensino (1874-1905), os ilustres e abalizados chefes: Marechal Setembrino de Carvalho, pacificador do século XX no Ceará (1910), no Contestado (1916) e na Revolução de 1923, no Rio Grande do Sul, e o Marechal Estevão Leitão de Carvalho, líder dos Jovens Turcos e que chefiou a Co-

missão Mista Brasil - EUA em Washington durante a II Guerra Mundial.<sup>11</sup>

Goes Monteiro se consagrou como grande pensador militar brasileiro no seu livro *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*. (Rio, Adersen Ed, s/d.). Seu arquivo pessoal foi trabalhado pelo Arquivo Histórico do Exército, dada a sua relevância a o interesse que tem despertado, inclusive em historiadores e cientistas políticos, nacionais e estrangeiros. Ele é aqui lembrado porque muito aprendeu com a vida e obra de Caxias, ao ponto de produzir como Ministro da Guerra (1934-

35), alentado artigo de 40 páginas, *Caxias como Comandante-em-Chefe* (Revista Militar Brasileira, 25 agosto 1935, Especial p.231-271), na qual o Presidente Getúlio Vargas de próprio punho escreveu, balizando a projeção de Caxias na Unidade Nacional:

*O Duque de Caxias, nas lutas internas em que foi chamado a intervir, nunca se deixou ganhar por ódios políticos ou por paixões subalternas. Agia sempre dentro de um equilíbrio perfeito entre o dever do cidadão e o prestígio da função militar, orientado sempre pelo sentimento da Unidade Nacional.*



11. Carvalho, Fernando Setembrino de, mal. "Memórias, Dados para a História do Brasil" (Rio, s/d, 1950); CARVALHO, Estevão Leitão do, mal. "Memórias de um Soldado Legalista" (Rio, BIBLIE, 1951, t.1, 1,1-2) e "Dever Militar e Política Partidária" (S. Paulo, Cia. Editora Nacional, 1959)

# A DEFESA NACIONAL

# REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

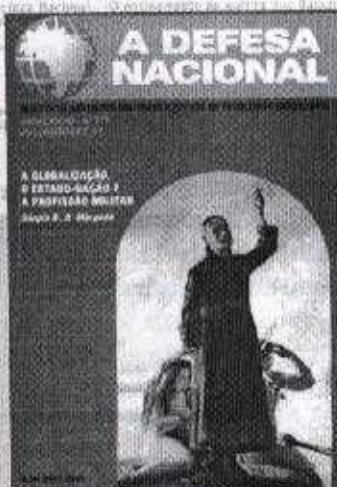
A DEFESA  
NACIONAL



**AGORA  
FICOU MAIS  
FÁCIL  
TORNAR-SE  
ASSINANTE!**

*Basta remeter um  
cheque em nome de  
A DEFESA NACIONAL,  
constando no verso,  
a finalidade do mesmo,  
e V. receberá em seu  
endereço, os quatro  
nímeros anuais.*

**LIGUE GRÁTIS**  
**(0800) 238365**  
E-mail: bibliex@ism.com.br.



**ASSINATURA ANUAL**  
Brasil - R\$ 15,00  
Exterior - US\$ 30,00

**Veja no final deste número,  
o PEDIDO DE ASSINATURA,  
com maiores informações**

# República Popular da China: Dicotomia Geopolítica

Therezinha de Castro\*

O artigo apresenta um estudo histórico-geográfico sintético da China.

**C**onsiderando a China como o *Centro Geográfico do Universo*, mesmo sabendo que não corresponde mais à verdade, os chineses continuam denominando o país de *Chung-Kuo*.

O topônimo é formado por dois caracteres: o primeiro um retângulo atravessado de alto a baixo por um traço, significando um meio ou centro; o segundo representando um campo cercado, traduzindo-se por país ou reino. Desse modo, *Chung-Kuo* significa País do Meio Reino do Centro, atualmente a única nação emergente com assento permanente na Conselho de Segurança da ONU.

A China é uma república dita parlamentarista de modelo socialista, com população de 1 bilhão e 222 milhões de pessoas não homogênea etnicamente, vivendo num país cuja língua oficial é o mandarim ou o putonghua, onde subsistem 8 dialetos com suas inúmeras variantes, além das línguas próprias de 55 minorias. A multiclidade linguística tem reflexos na profusão religiosa do confucionismo, budismo e taoísmo (principais) e minorias islâmicas e cristãs.

Posicionada no leste da Ásia, banhada pelo Pacífico, formando, de norte para o sul os mares Amarelo, da China Oriental e da China Meridional, findando no Golfo de Tonkin, limita-se com 13 países. É lideira de sul para o norte com o Vietnã,

Lâos, Mianmá, Índia, Butan, Paquistão, Tadjiquistão, Kirguisíia, Kasaquistão, Federação Russa (Sibéria), Mongólia e Coréia do Norte.

## Fisiopolítica:

A China, segundo maior país do mundo em terras contínuas depois da Federação Russa, se subdivide administrativamente em 22 províncias, 5 regiões autônomas e 3 municípios (Pekin ou Beijing, Shangai e Tientsin) numa área de 9.596.961 km<sup>2</sup>.

Seu espaço político se isola naturalmente da Ásia Ocidental por elevadas montanhas entrecortadas por páramos e desertos se estendendo do Himaláia ao Kuen-lun, passando pelo Tien Shan e terminando no Altai.

A unidade física é condicionada pelo sistema monta-

\* Professora. Do Corpo de Permanente da ESG.

nhoso que perde altura e se ramifica do interior para o litoral, permitindo a fácil penetração das populações para o *hinterland*<sup>1</sup>. Essa penetração foi favorecida pelas correntes fluviais, ocupando profundas gargantas.

Com suas nascentes no Tibet, o Bramaputra, o Saluen e o Mecongo direcionados para o sul saem do território chinês, não ocorrendo o mesmo com o Yang-Tsê inteiramente nacional, que nada tem de Azul, muito embora lhe seja atribuída a denominação. Com seus 4.600 km serve aos arroais com produção toda consumida internamente e se avizinha da Província de Hunan, a grande produtora mundial de tungstênio.

Ao sul, o Sikiang (2.640 km) serve aos importantes centros de Cantão, Hong Kong e Macau, a face do país mais exposta ao mundo ocidental.

O núcleo geohistórico do país implantou-se na Bacia do Hoang-Ho ou Amarelo com seu curso de 4.200 km, servindo a uma área de

1.900.000 km<sup>2</sup>. Serpenteando para o norte ou para o sul transporta grande quantidade de aluviões, o precioso lóess, beneficiando extensa planície, transformando-a num dos territórios agrícolas mais ricos do mundo. Os depósitos fluviais quando se acumulam podem produzir inundações catastróficas, gerando a necessidade da construção de diques de contenção e de canais sangradouros. Nasce o Amarelo do Kansu, das reservas petroíferas, servindo as províncias de Shansi, Hopeh e Shantung, com jazidas de carvão.

O Grande Canal, elo de união entre o Amarelo e Azul, com seus 1.600 km de construção terminada ainda no século XIII, une Pekim a Shangai. É o traço de União no setor marítimo, onde se concentra o ecumeno estatal encimado pelo núcleo geohistórico centrado em Pekim ou Beijing, exercendo as funções de capital do país desde 1213.

Além do setor marítimo, integram a China dois outros caracterizados como área geopolítica neutra; trata-se do interior, seguido da periferia, a faixa de fronteira terrestre caracterizada pela baixa densidade demográfica, notadamente povoada por chineses, em geral islâmicos.

fica, notadamente povoada por chineses, em geral islâmicos.

A dicotomia entre a costa desenvolvida e o interior marginalizado constitui um grande fratura geopolítica, que começa no Tibet, passa pelo Sinkiang Uighur, conectando a estepe ao Deserto de Gobi, já na Mongólia Interior. Dicotomia que irá caracterizar também o setor marítimo, não só pela integração Hong-Kong com os ingleses até 1997, e Macau, que deixará de ser portuguesa em 1999, bem como pela situação de Formosa ou Taiwan, que só acatará uma união consumada quando o governo continental abandonar o sistema comunista.

### Formação Histórica:

Embora haja quem acredite que a China seja bem mais uma civilização do que um Estado, sua história, remontando ao ano 2.000 a.C., já apresenta no início da Era Cristã com um poder unificado.

Seu primeiro contato com o Ocidente data do século XII, com o veneziano Marco Polo visitando a corte de Kubilai-Kan, o neto do mongol siberiano Gengis-Kan, conquistador de Pequim, em

1. Na América do Sul o declive do Planalto Central para o interior facilitou a penetração dos portugueses e, consequentemente a integração de vasta área do hinterland ao Brasil, no período da união das monarquias ibéricas (1580-1640).

1215. No entanto a abertura da China ao comércio regular com a Europa data da fundação de Macau, em 1555, onde os portugueses obtiveram o monopólio, sistema que atrairia os ingleses para Cantão (1715).

A chegada dos ingleses a essa porta de entrada da ocidentalização iniciava, no processo histórico chinês, a fase de desintegração territorial. Até então recomendavam os médicos chineses o uso do ópio para tratamento da diarréia e desinteria, advertindo que usado sem cuidado poderia matar como um punhal. Em 1729, graças aos ingleses, já se comeria na China 12 toneladas do produto para abastecer os viciados, levando o governo de Pequim a assinar o primeiro decreto contra sua venda para fins não medicinais. A medida não surtiria efeito e, já no ano de 1838, cerca de 1.800 toneladas do produto eram introduzidas na Índia e na China, desencadeando a chamada *Guerra do Ópio* (1839-1842).

Vencida, a China era obrigada a abrir vários de seus portos ao comércio com os europeus, tendo que pagar aos ingleses 21 milhões de dólares e entregar-lhes Hong-Kong.

Não tardaria o *efeito cascata* e, com o aumento de impostos incidindo sobre as massas camponesas à beira do caos e da fome, contribuindo, em 1850, para a *Revolução dos Taipings*. Vencido o movimento, ficava, no entanto, a China exaurida e alvo fácil para novas investidas europeias.

No final do século, pouco restaria da milenar China. Nessa fase de desintegração territorial, a China perde o Anam (atual Vietnam) para a França (1885), animando o expansionismo japonês que se apodera da Coréia, de Formosa e parte da Mandchúria, onde a Rússia obtém direitos ferroviários e facilidades portuárias.

As perdas territoriais geraram a *Revolução dos Boxers*, contrários à presença estrangeira, debelada pelos ocidentais e nipônicos, levando os Estados Unidos à *Política da Porta Aberta*, através da qual, em troca da manutenção da integridade territorial chinesa, se fazia a liberação total do comércio.

A situação caótica levaria o líder Sun Yat-Sen, em 1911, às reivindicações libertadoras, revoltando o sul que o elegeria presidente de uma república liberal. A disseminação das idéias republica-

nas, no final do século XIX, atingiria a China que, em 1912, depunha a secular dinastia mandchu.

Não tardaram os distúrbios levando o país à secular guerra civil (1927), culminando com a invasão da Mandchúria (1931) pelos japoneses, que se aproveitaram da rivalidade entre Mao-Tsê Tung e Chiang Kai Chek. Essas lutas entre comunistas e nacionalistas animaram o expansionismo japonês, que invadiu a China, só saindo de lá em 1945.

A guerra civil teria continuidade até 1949 quando, com a vitória do comunismo no continente, os japoneses restituem Formosa (1949) aos partidários do Kuomintang ou anticomunistas. Dividia-se em dois o governo chinês, em Pequim e Taipé; Formosa voltada para o mundo democrático e a República Popular aliada aos russos.

A China comunista trata de se impor no continente, invadindo, em 1949, o Tibete, detentor das nascentes de importantes rios chineses; e entra em conflito com a Índia, em áreas lindas do Aksai Chin e Aruchanel Prades.

Em situação econômica difícil contou, nos primeiros

anos, com o apoio de Moscou. Iniciando o conflito sino-soviético (1963) impôs no país o modelo comunista próprio da *Revolução Cultural Proletária* (1966-1976). Em 1971, a China conseguiu substituir Formosa na ONU, para aproximar-se, ano seguinte, dos Estados Unidos.

Dissidências, golpes fracassados e expurgos irão caracterizar a política interna do país, mesmo após a morte de Mao (1976) que, só em 1993, oficializava os conceitos de *socialismo com características chinesas* apoiado na *economia de mercado*. Era a Política Reformista de Deng Xiaoping, através da qual a China adotava a fórmula de um país e dois sistemas, diferindo assim da *Glasnost/Perestroika* de Michail Gorbatchev, na Rússia. Era a autêntica dicotomia do quase capitalismo dentro do comunismo; implantavam-se as ZEE (Zonas Econômicas Especiais) sem que expurgasse o sistema político herdado de Mao Tse-Tung e, na dicotomia, a China adotava a fórmula já referida de *um país e dois sistemas*.

Em função das 9 Emendas à Constituição visava-se a aceleração das reformas

econômicas, reduzindo-se a influência do Partido na administração. Secretário Geral do PC, Jiang-Zemin tornava-se o primeiro homem, desde a morte de Mao, em 1976, a acumular as funções de Presidente da República, Chefe do Partido e Comandante das Forças Armadas, o que o qualificaria como substituto de Deng Xiaoping, já bastante idoso e doente e que viria a falecer, em fevereiro de 1997.

### Revolução:

Rejeitando, via de regra as imposições da sociedade internacional, diz-se que, no passado, a China construiu a Grande Muralha, a única obra arquitetônica da Terra vista da Lua, para isolar e proteger a sua cultura. Dominada pelos mongóis e governada pelos mandchús, os chineses assimilaram culturalmente os conquistadores, mas não conseguiram fazê-lo quando sofreram o embate do ocidente. Nesse último caso, tiveram que improvisar contando com a sabedoria popular.

Com a política reformista, o comércio deixou de ser visto como prática contaminadora de sua milenar cultura e, as rotas do Sudeste

Asiático passaram, paulatinamente, a ser importantes. E assim, tentando viver mais intensamente que o resto da humanidade, enterraram um século em duas décadas.

No entanto, a atual revolução chinesa induz o país a uma dicotomia geopolítica pois, se a costa se envolve com o desenvolvimento, o interior se mantém estanque e atrasado, como setor marginalizado.

É fato que, da estrutura feudal à pós-industrial, a população chinesa enfrenta fase complexa rumo ao ascendente culto ao dinheiro. Mostrando, no entanto, que as desigualdades sociais e geográficas estão presentes numa China ainda de fraco poder real, mas de imenso poder latente, levando, geopoliticamente, as potências mundiais a lhe conferir destacado *poder prestígio*, levando a *Teoria Cline* a conferir-lhe o estágio de potência emergente e o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos de Londres a prever um duelo China/Estados Unidos, no próximo século XXI.

Modernizando suas Forças Armadas, mostra-se a China insatisfeita com as atuais fronteiras. Mantém assim a ocupação militar do

Tibet, reivindica a soberania sobre Formosa e disputa as Ilhas Spratly ou Paracelso<sup>2</sup>, também pretendidas pela Malásia, Singapura, Indonésia, Filipinas, Vietnam e

comprar eletrodomésticos, destacando-se que, há 20 anos atrás, não existiam os 84% da população que hoje possuem televisor, geladeira, máquina de lavar e vídeo.

*A atual revolução chinesa induz o país a uma dicotomia geopolítica pois, se a costa se envolve com o desenvolvimento, o interior se mantém estanque e atrasado, como setor marginalizado.*

Brunei, além do Arquipélago de Senkaku, ocupado pelo Japão.

Em se tratando das contradições internas, são essas proporcionais, não só à magnitude como a velocidade do processo de modernização. São interessantes os resultados da primeira pesquisa formal feita pelo Instituto Gallup, em fevereiro de 1995. Através dela, mais de 1 bilhão de pessoas, ou seja 60% da população, responderam ter como objetivo de vida tornarem-se ricos para

Os chineses comunistas demonstraram sempre serem mais pragmáticos do que ideológicos, muito mais ligados à sua sobrevivência do que ao ideário do marxismo que, nada mais era do que uma doutrina importada do pensamento ocidental. Assim, na pesquisa realizada pelo Gallup, apenas 4% dos chineses subscreveram a norma maoísta – *never pense em si mesmo; dê-se todo ao serviço da sociedade*.

No mundo agrário chinês, a família tem ainda papel decisivo na estrutura social. A rede familiar é baseada na função de apoio, pois a consciência de pertencer a um clã é decisiva. Essa população campesina recolhe suas emoções e a felicidade maior é poder contemplar sua sucessão por 3 gerações. Tal fato já começa a se tornar realidade pois, há cem anos

atrás, a esperança de vida era de 35 anos, sendo atualmente de 68 anos para os homens e 73 para as mulheres.

A superpopulação é grande problema para o país que, desde 1970, se impôs o controle da natalidade, com multas aplicadas a casais com mais de um filho. No campo, no entanto, são mais comuns os casos de transgressão, sabendo-se que a China tem um crescimento vegetativo de 12 milhões por ano e que, sem o controle, o teria 4 vezes maior.

O chinês da cidade, por sua vez, não admite que está assumindo a cultura ocidental. Para dosar o embate, é comum frente a uma loja de sanduiches como o McDonald's, por exemplo, ser instalado um restaurante com cardápio local. Muito embora nos centros urbanos o individualismo burguês se contrapõe ao clã, o cidadão dosa a situação pois, frente ao informalismo ocidental, está o sagrado protocolo chinês celebrando o confucionismo.

Vivendo nos dois extremos Pequim e Beijing e Shangai, com prédios de 40 ou mais andares, contam ainda com cerca de 5 milhões de bicicletas para apenas 800 mil veículos à motor. Nesse

2. Arquipélago formado por 33 ilhas e 400 atóis dispersos por 166.000 km, posicionados no trajeto das grandes linhas marítimas do Oriente Médio ao Pacífico Norte, no eixo do comércio japonês com a Índia/Oriente Médio/Europa. Com recursos potenciais de petróleo e gás natural a disputa em escala local, marca a presença dos países reclamantes; em escala regional, com a exploração dos primeiros campos petrolíferos por companhias dos Estados Unidos contratadas pela China e Vietnã, desde 1994.

ambiente de multinacionais estadunidenses e japonesas exibindo painéis de propaganda, as lanchonetes, há algumas décadas desconhecidas, servem Sprite com vinho, o drink da moda.

Na sociedade em mutação só os cinquentões ou mais idosos exibem o vestuário lançado por Mao Tse-Tung, curiosamente de origem japonesa, copiado de Sun Yat-Sen, o fundador da república, em 1911. Os mais jovens, freqüentando shoppings e discotecas, se vestem ao estilo ocidental ou usam calças compridas para facilitar a locomoção nas bicicletas.

A isenção fiscal nas ZEE, as facilidades para as exportações, a mão de obra barata tornou árduo o trabalho no setor litorâneo. Com poucos dias de férias, os chineses mantém o comércio aberto nos 7 dias da semana, das 10 às 22 horas.

Mas em toda essa *chinesificação* voltada para a modernidade, a China não esquece que, no passado, a história escrita pelo Ocidente foi marcada pelo desequilíbrio socio-econômico, que redundou na geopolítica da guerra e da tragédia. Trata, por isso, dentro da dicotomia de acertar porém aprendendo com o

passado de erros. Daí não se afastar da unidade política cimentada no culto das personalidades de Mao Tse-Tung e Deng Xiaoping. Mas, na dicotomia, a China vem demonstrando ser um vulcão prestes a realizar sua erupção, e isso deixou-se transparecer na *Revolução Estudantil de 1989*. A repressão não tardou, pois o regime forte se mantém na estabilidade política com Jiang Zemin, personalidade que antes mesmo da morte do reformador Deng Xiaoping o substituiu na liderança.

### Conclusão

Dentro do unipartidarismo, afastada da democracia e ignorando direitos humanos, a China instituiu a atual fase de transição de *leninismo de mercado*, onde é notória a ingerência do Partido Comunista na planificação econômica, sobretudo em setores geoestratégicos, considerados politicamente importantes. Participação essa quer através de aquisição de opções em empresas privadas, ou via notória associação da PLA (Exército de Libertação do Povo) com empresas civis.

O PLA fez sua entrada triunfal em 30 de junho de

1997 em Hong-Kong, a terceira praça financeira do Mundo, devolvida pelos ingleses à China e que se constituiu num excelente laboratório entre os interesses do Ocidente e do Oriente. A devolução é na realidade, um teste, pois se a linha dura vier a se implantar na Região Administrativa Especial de Hong-Kong, serão praticamente impossíveis as chances de reunificação pacífica com Formosa, as reações na Zona de Co-Propriedade do Pacífico serão extremamente negativas e será inevitável o confronto com os Estados Unidos. Nesse contexto, a reintegração de Hong-Kong significa risco e oportunidade para a China.

Concluindo-se, são muitos os caminhos a se percorrer nessa China emergente, buscando uma via comum e lutando para ser membro da WTO (*World Trade Organization*), e de manter seu status de *nação mais favorecida* junto ao governo de Washington.

Dessa China de dicotomia sociopolítica, já que os atuais líderes, como Jiang Zemin, estudaram nas universidades russas, enquanto os filhos desses membros da nomenclatura aprenderam o inglês, formando-se

## CHINA - FISIOGRAFICA E POLÍTICA

PROVÍNCIAS □

REGIÕES AUTÔNOMAS ■■■

GRANDE CANAL —

ORG. POR  
THEREZINHA DE CASTRO

nas universidades de Drexel, na Pensilvânia, ou em Michigan.

Dessa China que caminha em diferentes velocidades com direito de manifestação limitado até 1972, mas onde ainda o conceito de liberdade tem que se adaptar ao tradicional, sem se poder apelar

pelas independências do Tibet e de Formosa.

Dessa China das dicotomias de *um país dois sistemas*, que continua a manter dois sistemas para um país – um político e outro econômico.

E, nessa dicotomia são detectados, na própria área

da ZEE, resíduos do subdesenvolvimento ainda não redimidos. Convivendo com a mais sofisticada tecnologia, 21 milhões de chineses com padrão de classe média alta e 1 milhão de milionários contrastam com 60 milhões de pobres e 700 milhões de camponeses atrasados.

## Bibliografia:

- STAMP, L. Dudley – "Asia: Una Geografía Regional y Económica" – Ediciones Omega S. A., Barcelona, 1952.
- O MUNDO HOJE 95/96 – Anuário Econômico e Geopolítico Mundial – Editora Ensaio.
- JORNAL DO BRASIL (29 de junho de 1997) – Internacional.
- MASPERO – "La Chine" – Librairie Delagrave, Paris, 1925.
- FOUQUOIRE – BRILLET, Elizabeth – "Chine: Droit de l'homme et démocratie" – Défense Nationale, Octobre, 1995.
- GOLFIEM, Jacques de – "Le Poids Diplomatique de la Chine" – Défense Nationale, Avril, 1995.
- MENANTEAU, Pierre – "Asie – Pacifique: um mundo multipolar" – Défense Nationale, Octobre, 1996.
- EYRAUD, Henri – "Chine et États-Unis, face à face" – Défense Nationale, Octobre, 1996.

# SEGURO É PROTEÇÃO. APRENDA COM QUEM SABE.



**FUNENSEG**  
FUNDAÇÃO ESCOLA  
NACIONAL DE SEGUROS

Rua Senador Dantas, 74 - Térreo, 4º, 5º, 6º e 11º andares  
Centro - RJ - CEP: 20031-201 - Tel.: (021) 532-3322 532-3699  
262-3422 533-6334 - Fax: 262-3248  
<http://www.embratel.net.br/infoserv.funenseg>  
Biblioteca: <http://www.funenseg.org.br>  
e-mail: [funenseg@embratel.net.br](mailto:funenseg@embratel.net.br)

# A Imutável importância da Geografia<sup>1</sup>

David G. Hansen\*

Matéria extraída de artigo do autor publicado na Military Review, 2º Trimestre de 1997, sob o mesmo título.

**C**erta vez, um amigo comentou que sua única lembrança da geografia, do seu tempo de escola, era de que não gostava. Realmente, muitos de nós tendem a achar que a geografia, especialmente a geografia estratégica, tornou-

se uma ciência arcaica, de pouca utilidade para o profissional militar moderno. Uma vez que temos acesso aos mais recentes desenvolvimentos em tecnologia e informação, quem necessita saber a localização do estreito de Málaca, ou entender os padrões da colonização cul-

tural africana, ou saber quais são os componentes de uma saliência rochosa continental?

Estudantes e profissionais da política de segurança nacional aprenderam, através de suas experiências pessoais, ou por intuição, que a estratégia é realizada sobre território e espaço. Em última análise, operações militares consistem em controlar territórios e influenciar populações. A submissão do território e da população, como também o controle do espaço aéreo, são considerações geográficas.

Tudo isso pode ser considerado um pouco *clausewitziano*; contudo, poucas foram as tentativas de refutar os argumentos de Clausewitz de que território, povo, e aqueles que controlam os fatores físicos são as bases

\* Coronel do Exército dos EUA.

1. Selecionado pelo PADECEME.

2. Algumas dessas ambivalências podem ser atribuídas à extinção da Geografia como disciplina curricular de estudo, em favor dos "estudos sociais". (como descrito neste artigo existem inúmeras superposições com a definição de "geografia" agora expandindo-se além de considerações de terra e água para incluir aspectos culturais, políticos e históricos). Há 30 anos educadores acreditavam que professores de geografia não precisavam de treinamento especial; a disciplina podia ser ministrada por professores cujos campos próprios fosse história, moral e cívica ou até lições particulares. Agora, o analfabetismo geográfico do povo norte-americano tornou-se uma queixa comum, feita geralmente pelos mesmos planejadores que introduziram a Geografia no programa de ciências sociais e eliminaram, ao mesmo tempo, os requisitos educacionais para professores secundários.

Infelizmente essa atitude anti-geográfica não é só com aqueles que concluem escolas de 1º grau. Eu leciono Geografia a alunos do 2º grau e alunos dos cursos de pós-graduação. Os alunos que se tornarão professores primários e secundários assistem as minhas aulas para obterem crédito no curso de geografia exigido para obtenção do certificado estadual. Ao longo dos últimos anos, no primeiro dia de aula, tenho ministrado um teste diagnóstico com o objetivo de determinar seus conhecimentos geográficos. Uma das perguntas é: "Qual o nome do maior país localizado imediatamente ao sul do Texas?" Meus alunos, certamente uma amostra não-científica do universo, têm sido incapazes de responderem corretamente (isto é, mesmo nomear qualquer país ao sul do Texas) na terça parte de tempo. Além disso, quando revisei a sua preparação, 2/3 nunca haviam feito um curso de geografia em suas carreiras escolares.

sobre as quais uma estratégia bem-sucedida é construída. Da mesma forma, Sun Tzu disse, 2000 anos antes de Clausewitz, que *os elementos da arte de guerra são a medida do espaço, a estimativa de quantidades, os cálculos, as comparações, e as oportunidades de vitória*. O estudo da Geografia para o profissional militar deveria incluir assuntos que emprestarão clareza aos temas relacionados ao espaço geográfico, possibilitando a realização de cálculos e de comparações. Para assegurar que um conceito ou plano específico alcance os fins estratégicos desejados, os estrategistas deveriam fazer, inicialmente, um esforço determinado para tornarem-se

familiarizados com os campos da Geografia, da mesma maneira que são com a história ou qualquer outra disciplina acadêmica.<sup>3</sup>

Este artigo procura demonstrar a imutável importância da Geografia para os estrategistas. A Geografia mal-compreendida ou mal-empregada pode confundir nosso pensamento e frustrar nossos melhores esforços no estabelecimento de uma estratégia de segurança nacional eficaz. Entretanto, a Geografia aplicada sábia e inteligentemente é uma disciplina capaz de esclarecer assuntos estratégicos e aumentar as oportunidades de êxito de qualquer esforço político, econômico, ou militar.

ção, saúde, e até mesmo História. Realmente, o programa de especialização regional do Exército exige que os seus titulares estudem e se familiarizem com várias dessas mesmas disciplinas, transformando os especialistas regionais em recursos inestimáveis para os estrategistas. Porém, estrategistas e profissionais militares não deveriam relegar o estudo de questões geográficas aos poucos regionalistas do serviço ativo, especialistas do Departamento de Estado, ou aos acadêmicos civis; preferivelmente, todos os profissionais militares dos postos mais elevados, especialmente aqueles que se preocupam com assuntos estratégicos, deveriam ter um conhecimento funcional dos subcampos da Geografia. Em todos os seus aspectos, a Geografia os auxiliará a compreender as mudanças que vêm ocorrendo no mundo, procurando dar sentido ao seu rumo.

Não obstante a utilidade da Geografia para os estrategistas, não devemos concluir que ela determina onde os conflitos irão ocorrer, ou que deveria ditar as normas da estratégia. No século passado, vários deterministas geográficos, inclusive o Almirante Alfred Thayer

3. Meu objetivo neste caso não é discutir se os estrategistas deveriam estudar Geografia às custas de outras disciplinas. É trivial mas verdade que todas as disciplinas acadêmicas são complementares e úteis ao estrategista. Por exemplo, a História examina assuntos em diferentes épocas, mas a Geografia examina assuntos em relação ao espaço. A História ajuda na compreensão da criação, evolução e resoluções de problemas; entretanto, a Geografia pode ser utilizada para examinar como esses mesmos eventos se relacionam entre si econômica, cultural, e politicamente. A combinação das duas disciplinas permite ao estrategista aprender o que tem e não tem funcionado em situações anteriores, e a Geografia terá a chance de revelar uma relação oculta que conduziu aos resultados descritos pelo historiador.

## GEOGRAFIA ENTENDIDA E MAL COMPREENDIDA

Os geógrafos expandiram a disciplina, antes considerada como de sua exclusividade, englobando clima, condições meteorológicas, vegetação, solo, geologia, e a restrita especialização de nomes de localidades. Atualmente, a disciplina ostenta especialistas regionais e subcampos que incluem economia, política, doenças culturais, estudos urbanos, desenvolvimento, popula-

Mahan e Nicholas Spykman, desenvolveram teorias das quais evoluíram políticas nacionais. É acreditado, amplamente, que Mahan foi o responsável pela confiança que os Estados Unidos depositaram em uma Marinha poderosa para levá-lo a expandir suas possessões no além-mar. Um resultado foi que, em 1898, o presidente McKinley enviou uma esquadra norte-americana de seis navios de guerra para a Baía de Manila. Sem conhecer a importância de sua decisão, McKinley declarou à imprensa não saber onde as Filipinas se localizavam. Deus me falou para tomar as Filipinas, frisou ele. Sómente a inaptidão dos espanhóis e a nossa sorte fenomenal impediram que a Guerra Hispano-Americana fosse um desastre.<sup>4</sup>

Nicholas Spykman disse, em 1944, que a periferia da

Eurásia continha a chave do poder global. Suas teorias são consideradas, pela maioria dos estudiosos, terem orientado as normas políticas que formaram as idéias estratégicas durante a Guerra Fria, com seus efeitos refletidos até a presente década.

Recentemente, o estrategista moderno Colin Gray fez uso da teoria do Sir Halford Mackinder (1861-1947) onde as áreas centrais protegidas do oeste russo e leste europeu, chamada por MacKinder de *centro da terra*, se tornariam o palco para o domínio do mundo. Gray defendeu a tese de Mackinder no livro *The Geopolitics of Super Power* (1988), observando que *por mais distante no futuro que possa ser clamada como sendo de uma importância contemporânea, a União Soviética continuará a ser fonte de perigo, estreitamente, para a segurança nacional dos EUA e, mais abertamente (e quase literalmente), para o exercício dos valores da civilização ocidental*.<sup>5</sup> A obra de Gray oferece mais do que um elogio a Mackinder, demonstrando que suas idéias proporcionaram uma arquitetura intelectual, muito superior às concepções con-

trárias, por entender as principais questões de segurança internacional,<sup>6</sup> tudo isso apenas 2 anos antes do colapso da União Soviética.

Evidentemente, deve-se ter cuidado em empregar a História para explicar a importância geográfica de uma área.

Em recente exemplar da Military History Quarterly (MHQ), um respeitado jornal de História Militar, o editor e um colaborador postularam que Jerusalém tem sido historicamente um *ponto de estrangulamento estratégico*. Tal argumento é totalmente falso. O canal do Suez é um *ponto de estrangulamento estratégico*, mas não a cidade de Jerusalém, mesmo na História antiga. Depois que o rei hebreu Davi tomou a cidade de Jerusalém dos jebuseus (por volta de 1010 A.C.), ela teve pouca importância regional ou internacional. Desde o início da pré-história, os exércitos do Oriente Próximo atravessaram a Palestina ao longo da costa e de Megiddo; geralmente, não se aproximavam de Jerusalém, ou de Jebus, no alto das montanhas acima das estradas costeiras. Josué, o primeiro líder conhecido a tentar conquistar toda a Palestina, evitou Jerusalém.<sup>7</sup> Mais adiante na História, os

4. George J. Demko, *Why in the World: Adventures in Geography* (Nova York: Doubleday, 1992), p. 15.

5. Colin S. Gray, *The Geopolitics of Super Power* (Lexington: Univ. Of Kentucky Press, 1988), pp. 1-2. Infase no original. Ver meu original, "Seductive Reasoning Behind Dynamic Strategy," *Army*, setembro de 1988, pp. 77-78.

Ibid., p. 4.

7. "A Judéia não podia desalojar os jebuseus, que estavam vivendo em Jerusalém; até hoje os jebuseus vivem com o povo da Judéia." 15:63, NIV.

assírios a evitaram e, finalmente, os babilônios a destruíram (587-6 A.C.) pois precisavam do produto do saque e queriam reprimir os conturbadores, mais do que controlá-la como um ponto de estrangulamento.

Até seu recente crescimento demográfico explosivo, Jerusalém encontrava-se bem afastada da rota aquática do norte-sul e a quilômetros de distância ao sul das rotas comerciais que cruzavam a Palestina de leste a oeste. A cidade, topograficamente bem-situada em termos de posição defensiva, esteve por muitos séculos, em tempos antigos, cercada por vales profundos em três lados e possuía sua própria fonte de água. Porém, exceto pelos morros propriamente ditos, a cidade e seus habitantes nunca controlaram (e provavelmente não impediram) nada. Os romanos, e até mesmo Napoleão, evitaram Jerusalém; cada um comandou, sem problemas, a área da Palestina, em diferentes épocas, sem destruir a cidade por sua posição geográfica.

8. Ver David Wirth, "Climate Chaos", *Foreign Policy*, p. 74 (Spring 1989), pp. 3-22. Para uma análise do estado atual do debate sobre o aquecimento global, ver Shawna Vogel, "Has Global Warming Begun?" *Earth*, dezembro de 1995, pp. 24-35.

Jerusalém tornou-se estratégica historicamente não por sua topografia, mas por sua riqueza (1000 - 586 A.C.), sua importância cultural e sua proeminência como o local sagrado das três maiores religiões do mundo. Nos dias de hoje, essas mesmas características culturais determinam a importância estratégica da cidade, como também o fato de ser o centro político e religioso "de direito" do Estado de Israel, e um centro político e religioso "de fato" do Estado ainda não reconhecido da Palestina.

### QUESTÕES GEOGRÁFICAS CONTEMPORÂNEAS

Os estrategistas necessitam familiarizar-se com as diversas subdivisões da Geografia, como também com as preocupações tradicionais da Geografia Física. Dessa forma, ajudar-se-ão a compreender o entrelaçamento das relações entre Estado e Nação. Por exemplo, o conhecimento da Geografia ambiental pode ajudar na compreensão potencial de um conflito baseado em aspectos ambientais. Um argumento convincente tem sido que a mudança ambiental poderia afetar o equilíbrio do poder

entre Estados, regional ou globalmente, criando instabilidades que poderiam levar ao conflito armado.<sup>8</sup> Temperaturas mais quentes poderiam levar à disputa sobre novas rotas navegáveis no Ártico, ou tornar mais acessível a potencial abundância de recursos naturais da Antártica, resultando em uma disputa mundial por seus tesouros. E, se as recentes interpretações dos efeitos do aquecimento global estiverem próximas de acontecer, as implicações para a segurança nacional dos EUA serão espantosas. Um autor concluiu desta maneira:

*Os EUA, particularmente, tem feito um grande investimento na manutenção do status quo. Sua preeminência atual em assuntos mundiais, origina-se basicamente da força econômica do país. A produtividade de recursos naturais de um país como as incomparáveis e valiosas terras do meio-oeste, era... pré-requisito para a ascensão dos EUA como uma superpotência na segunda metade do século XX. Uma determinada mudança no clima significa que essa produtividade não pode ser mais encarada como fato consumado. O efeito estufa ameaça a saúde geral da*

*economia norte-americana e irá exigir um enorme desvio de recursos para atividades não produtivas que se adaptem à nova situação.<sup>9</sup>*

***A mudança ambiental poderia afetar o equilíbrio do poder entre Estados, regional ou globalmente, criando instabilidades que poderiam levar ao conflito armado.***

Dentre outros aspectos da Geografia que preocupam os estrategistas contemporâneos está a questão das passagens de águas internacionais. Existem mais de 100 estreitos internacionais que são utilizados para a navegação com larguras que variam entre 6 e 24 milhas. Essas passagens podem ser corretamente denominadas de pontos de estrangulamento estratégicos.

A Lei de Convenção Marítima traduz uma norma elaborada para prevenir que os Estados fronteiriços fechem esses estreitos ao tráfego inocente. Os EUA têm evitado aderir a essa convenção, entretanto, por razões que têm muito mais a ver com a futura exploração de nódulos submarinos de manganês, uma consideração econômica de extrema im-

portância, do que com a segurança nacional.

Ainda, os estrategistas, ao considerarem os planos de transporte de tropas pelo

mundo, precisam estar cientes do fato de podermos não ter acesso livre para atingirmos os locais onde queremos combater, incluindo permissão de sobrevôo de espaço aéreo. Basta recordar que, em 1986, os EUA não obtiveram permissão para sobrevoar os territórios da França e da Espanha, nossos aliados na OTAN, para bombardear a Líbia. Ao invés de nossas aeronaves tomarem a rota mais direta, de suas bases na Inglaterra em direção aos alvos, os pilotos tiveram que fazer um círculo a oeste da Espanha, enfiar-se pelo estreito de Gibraltar, atacar o alvo, e retornar pela mesma rota, acrescentando horas desnecessárias à missão, e aumentando o risco para as tripulações.

Muito freqüentemente, no planejamento de intervenções e durante o seu apoio, tomamos como direito adquirido o livre acesso. Considere-se a tonelagem de muni-

ção transportada via marítima para Arábia Saudita em 1990-91. Calcule-se agora, o número de sortidas que teria sido necessário apenas para o transporte da munição de mais alta prioridade, caso nos tivesse sido negado o acesso através dos estreitos de Gibraltar e Hormuz.

Questões envolvendo a Lei da Convenção Marítima emergem freqüentemente e tem conduzido a confrontações entre aliados da OTAN, bem como a disputas judiciais entre os EUA e nações amigas. Podemos esperar que o futuro seja significativamente diferente?

A interrupção das fontes históricas de águas é uma outra questão que poderá terminar em conflito. Um autor observou que *as fontes de águas asseguradas são tão importantes para Israel que uma das razões que o levou à guerra em 1967 foi o fato de a Síria e de a Jordânia tentarem desviar o curso do Rio Jordão. Sessenta por cento da água consumida por Israel provém do rio Jordão, porém somente 3% da bacia do rio estava situada em seu território, antes da Guerra dos Seis Dias.<sup>10</sup>* É interessante verificar que o artigo 6º do Tratado Israel-Jordânia, de 1994, era uma

9. Wirth, p. 11

10. Norman Myers, "Environment and Security," *Foreign Policy*, 74 (Spring 1989), p. 28.

delinção das fontes de água, enquanto que o artigo 9º tratava dos *locais de significância histórica e religiosa*.<sup>11</sup> A Jordânia é um dos países mais secos do planeta, possuindo menos água do que seus vizinhos ou do que qualquer um dos Estados do Saara.<sup>12</sup> Um estrategista pode ser levado a acreditar que lugares históricos e território são os únicos aspectos em jogo nos diálogos entre israelenses e palestinos. A mídia raramente menciona que a água é uma significante preocupação para toda a região.

Uma outra questão geográfica contemporânea importante é a produção mundial de alimentos. Nosso recente envolvimento na Somália foi uma consequência direta da pressão popular para aliviar o sofrimento dos habitantes daquele país. Lá, como em muitas outras situações, o mundo tem visto que uma redução na produção de alimentos resultará em ondas de refugiados que podem levar a um conflito. Entretanto, quantos estrategistas

irão considerar esses problemas quando se debaterem com a política de segurança norte-americana no próximo século?

Apesar da tendência de os EUA empregarem ou ameaçarem com forças militares, desde que se tornou a única superpotência remanescente,

uma esquadra sobre o horizonte, os mísseis de cruzeiro em alojamentos na barriga de um antigo B-52 não significa sofisticação na gerência de questões geopolíticas.

Entretanto, o interesse intenso e persistente em todas as formas da Geografia, pode ajudar o estrategista

***O mundo tem visto que uma redução na produção de alimentos resultará em ondas de refugiados que podem levar a um conflito.***

conflitos internacionais en volverão, inevitavelmente, países aliados ou amigos que nada têm a ver com o problema. Por exemplo, saber por onde correm os maiores sistemas de rios do Oriente Médio, e que países eles atravessam poderia ajudar os estrategistas a prever os problemas que eventualmente surgiriam das represas em construção na Turquia ou em qualquer outro lugar. Questões como essas requerem um conhecimento da Geografia, se quisermos prever, entender e obter vantagens em nosso proveito.

O pensamento estratégico exigirá freqüentemente mais opções do que o emprego direto da força para a solução de problemas. A capacidade de colocar tropas no terreno,

a abordar os problemas de maneira que envolva todos os elementos do poder nacional na busca por resultados pacíficos.

## COMPREENDENDO CULTURAS

Os estrategistas também devem se familiarizar com as diferenças culturais entre os povos do mundo, um importante e crescente campo da Geografia. Um passo para o esclarecimento da profissão militar foi fornecido pelo artigo escrito por Paul M. Belbutowski, *Strategic Implications of Culture in Conflict*, publicado no exemplar da Parameters, Spring 96.<sup>13</sup>

Nesse mesmo exemplar, o major Ralph Peters apontou, de forma dramática, que a

11. *The New York Times*, 27 de outubro de 1994, p. A-13.

12. "Raising the Dead Sea", *New Scientist*, 22 (julho de 1995), pp. 32-37.

13. Paul. M. Belbutowski, "Strategic Implications of Cultures in Conflict".

geografia de conflitos futuros pode bem ser o ambiente para o qual estamos menos preparados: as cidades e complexos urbanos dos países em desenvolvimento. Como os EUA descobriram, na Somália, mesmo uma cidade desolada e pobre como Mogadiscio, com uma população estimada em apenas 600.000, pode confundir nosso planejamento estratégico e operacional. Similarmente, os soviéticos pagaram o preço por tentarem operar em Kabul, uma cidade com o dobro da população, empregando uma doutrina desenvolvida para neutralizar as forças da OTAN na Europa.

Em seu recente artigo, Jeffrey Record, ao ensaiar teorias sobre a possibilidade de os EUA terem ganho a Guerra do Vietnã, concluiu que *os esforços de guerra dos EUA foram comprometidos não apenas por deixarem de avaliar a complexidade e evolução do caráter da guerra, mas, também, por uma ignorância fundamental*

*do país, sua história, e cultura.*<sup>14</sup> O artigo germinal de Samuel P. Huntington, *The Clash of Civilizations?* também salientou a importância de compreender as culturas. Huntington motivou estrategistas acadêmicos a saírem de suas letargias, em 1993, quando afirmou, que *no futuro, o mundo será moldado em grande parte pelas interações entre sete ou oito civilizações principais, identificadas como ocidental, confucionista, japonesa, islâmica, hindu, eslava-ortodoxica, latino-americana, e possivelmente africana.*<sup>15</sup>

Ele baseou seu parecer no fato de que, através dos séculos, *diferenças entre civilizações têm gerado os mais prolongados e mais violentos conflitos.*<sup>16</sup> Os conflitos de longa duração entre islâmicos e outros grupos nas Filipinas e Indonésia reforçaram a precisão de Huntington, enquanto os eventos que ocorrem nos Balcãs desde 1991 não têm desafiado sua tese seriamente. Em que pese os compromissos econômico e humano dos EUA em seus esforços para resolver os problemas dos Balcãs, e apesar da decisão presidencial, tomada em 1995, de desdobrar milhares

de combatentes norte-americanos na região, quantos políticos ou cidadãos interessados têm desenvolvido ao menos uma noção do emaranhado de diferenças culturais, religiosas, e étnicas existentes naquela região? Poderia uma maior conscientização do povo ter modificado a política dos EUA? Poderia pelo menos ter forçado expectativas mais claras dos limites do nosso interesse e da duração do nosso envolvimento naquela região?

As tentativas de explicar nossa presença como sendo *do interesse norte-americano* ainda não são aceitáveis. Talvez essa situação mudasse se os estrategistas militares e os formuladores de política da segurança nacional pudessem melhor compreender e articular a importância das culturas, as nossas assim como as outras, ao considerarem nossas políticas.

## GEOGRAFIA E POLÍTICA

53

Martin van Creveld expressa, em seu livro *The Transformation of War: A lógica da estratégia propriamente dita requer que o motivo do adversário seja entendido, já que sobre isso descansa qualquer perspec-*

14. Jeffrey Record, "Vietnam in Retrospect: Could We Have Won?" *Parameters*, 26 (Winter 1996-97), p. 55.

15. Samuel P. Huntington, "The Clash of Civilizations?" *Foreign Affairs*, 72 (Summer 1993), p. 25.

16. Ibid. *Parameters*, 26 (Spring 1996), pp. 32-42.

tiva de sucesso na guerra. Se durante o processo, a idéia de interesse tem que ser descartada, então que assim o seja.<sup>17</sup> Embora se possa discordar da implicação que poderia ter para os EUA manter por muito tempo as tropas no terreno, sem que haja um interesse nacional em jogo, certamente Van Creveld está correto ao dizer que o motivo do oponente deve ser sempre compreendido.

Embora vital, essa é uma tarefa difícil e nem sempre bem executada pelos estrategistas e historiadores norte-americanos. A Guerra das Ilhas Britânicas de Falkland proporciona um caso ilustrativo. Em 1992, 14.000 soldados argentinos tomaram as indefesas Ilhas Malvinas (a 250 milhas de distância da costa argentina) dos britânicos, os quais haviam assumido, em 1883, o controle dessas ilhas áridas e varridas pelos ventos, mais conhecidas por abrigar pingüins, focas, e outros animais marinhos.

Livros textos tentam arduamente explicar por que os

britânicos foram à guerra empreendendo um conflito que, no fim, custou centenas de vidas britânicas e argentinas, o naufrágio de navios de guerra britânicos e argentinos, e uma enorme soma de dinheiro. Um dos textos explica o envolvimento britânico desta notável maneira: *considere, por exemplo, a Guerra das Malvinas e o honorável leão britânico defendendo seu território. Os leões machos demarcam seu território. Ousado daquele outro leão que se atreva a invadir o espaço demarcado.*<sup>18</sup>

Tais observações, apresentadas em um livro texto, para explicar um importante movimento estratégico realizado por parte de um aliado da OTAN, desafia a razão e a lógica. São uma afronta à sensibilidade e à inteligência de nossos estudantes. Infelizmente, poucas monografias ou artigos são dirigidos às questões estratégicas em jogo na Guerra das Malvinas, o que permite invencionices simples, como a precedente, para suprir a lacuna, na tentativa de explicar questões estratégicas. Alguns escritores autênticos têm racionalizado que a guerra significou pouco mais do que uma Grã-Bretanha decadente

fazendo valer seus direitos soberanos. Porém esse argumento dificilmente demonstra lógica, uma vez que a pouco menos de três décadas, os ingleses, voluntariamente, desistiram de posses territoriais muito maiores que possuíam pelo mundo. Por que os ingleses se arriscariam em uma guerra, e sua reputação estratégica, atravessando meio mundo para reivindicar um amontoado de rochas no Atlântico Sul? Honra? Certamente que não. A Geografia, por outro lado, pode nos apresentar algumas razões, se não uma resposta.

As Malvinas situam-se sobre uma das maiores plataformas submarinas continentais do mundo, uma rica forma natural com potenciais depósitos de petróleo, cujo mar circundante é prolífico em fauna e nutrientes. O desejo dos ingleses de proteger um tesouro econômico internacional em potencial, mais do que explicações loquazes, ou teóricas inválidas de relativismo biológico, oferece a mais razoável das explicações para a perda de vidas inglesas (para não mencionar as argentinas). A qualidade não-geográfica do nosso mundo leva muitos de nós a ignorar os motivos geográficos de tal compor-

17. Martin van Creveld, *The Transformation of War* (Nova York: The Free Press, 1991), p. 217.

18. John T. Rourke, *International Politics on the World Stage* (4<sup>a</sup> edição; Guilford, Conn: Dushkin Publishing Group, 1993), pp. 117-18.

tamento, incluindo o fato de que as Malvinas estão próximas aos ricos recursos naturais da Antártica, provavelmente uma outra razão

veis, à opinião pública norte-americana.

Recentemente, vimos a relutância do povo norte-americano quanto à inter-

se estende do sul de Michigan, para leste, até o Maine e para o sul, até o extremo norte da Flórida), teria sido ele tão indiferente quanto ao envio de nossas forças para aquele país? Hoje, 2 anos após mais de 2000 homens terem sido desdobrados sobre a antiga Iugoslávia, quantos cidadãos norte-americanos são capazes de identificar as nacionalidades envolvidas naquele conflito ou articular como essa intervenção serve ao nosso objetivo nacional, além de *evitar futuros combates entre facções diversas?*

Até que o público decida a aprender, por si só, o que necessita saber sobre as questões de segurança, nossa prolongada ignorância sobre todos os aspectos da Geografia manter-nos-á igualmente ignorantes das reais questões envolvidas em tais decisões.

Os estrategistas precisam assumir a responsabilidade de sua própria educação, de forma a proverem orientação eficaz no estabelecimento da política de segurança nacional. Ninguém irá mostrá-lhes porque a nossa capacidade de intervir militarmente (conforme descoberto na Somália) é restrita pela Geografia.

***Por que os ingleses se arriscariam em uma guerra, sua reputação estratégica, atravessando meio mundo para reivindicar um amontoado de rochas o Atlântico Sul? Honra? Certamente que não.***

para a guerra curta e desagradável ocorrida em 1982.

A probabilidade de depósitos de petróleo no mar do sul da China, a exploração do espaço sideral, e a ascensão da região-Estado são outros aspectos da influência da geografia sobre a estratégia que raramente recebem seu valor.<sup>19</sup>

## RESULTADOS

Considerar as diversas subdivisões da Geografia poderá ajudar os líderes nacionais e estrategistas militares dos EUA a estabelecerem uma política sólida, ao enfocarem e explicarem nossas estratégias nacionais, em termos aceitá-

venção militar em países que não oferecem ameaça à nossa segurança nacional. Essa atitude pode estar ligada ao conceito de que nossas Forças Armadas existem para proteger e preservar nosso objetivo nacional. Nossos chefes da segurança nacional têm feito esforços desdobrados para justificar o custo de intervenções no exterior, porque têm sido incapazes de articular como tais aventuras servem aos objetivos e valores nacionais. Como resultado, eles têm, algumas vezes, apelado tanto para a falta de entendimento da Geografia mundial pelo povo, como tentar estimular uma desculpa messiânica para a operação em curso.

Se o povo norte-americano tivesse se dado conta de onde a Somália estava localizada, ou da sua dimensão (posta sobre o mapa dos EUA sobre uma área que

19. Dois artigos recentes que tratam deste interessante desenvolvimento geopolítico são Robert D. Kaplan, "The Coming Anarchy," *Atlantic Monthly*, fevereiro de 1994, pp. 44-76; e Kenichi Ohmae, "The Rise of the Region State," *Foreign Affairs*, 72 (Spring 1993), pp. 78-87.

Em um recente artigo, Peter Wooley prestou um valioso serviço à profissão, iniciando um exame de variáveis geográficas (acesso e isolamento) para auxiliar analistas e formuladores de políticas a explicarem se, e como, a nação deve intervir militarmente em crises internacionais.<sup>20</sup> Wooley defende vigorosamente *que seria ótimo que estudantes de política externa e de segurança nacional reconsiderassem a Geografia como um elemento essencial de análise, predição e recomendação políticas.*<sup>21</sup> Da mesma forma, Colin Gray salienta em um artigo recente que: *O argumento é que nem a localização geográfica, de algu-*

*ma forma geral mais simbólica, determina a política e a estratégia, nem as implicações daquela localização permanecem constantes à medida que a tecnologia evolui, mas sim que os fatores geográficos são difusos no mundo político. A Geografia define os jogadores (os quais são Estados organizados territorialmente ou que gostariam de ser), define frequentemente os interesses em jogo, e define sempre em que termos eles medem a segurança relativa a outros.*<sup>22</sup>

Essas duas fontes, por si só, seriam um bom começo para a educação de qualquer um. É importante para os estrategistas se refamiliarizarem com a composição

física do nosso planeta como distâncias, populações, cidades, eixo de transporte, meios de comunicação, e culturas. As questões sensatas empregadas para o desenvolvimento da Estratégia, as razões por que e onde os EUA irão à guerra nos próximos anos precisarão ser investigadas por estrategistas militares. Estes, juntamente com nossos líderes políticos e o público, necessitam resistir à tentação de acreditar que as Forças Armadas dos EUA pode fazer qualquer coisa em qualquer lugar. Não podem. A Geografia deveria estar entre as disciplinas importantes empregadas pelos estrategistas para determinar exatamente o que podemos fazer, e onde.

20. Peter J. Wooley, "Geography and the Limits of Military Intervention," *Conflict Quarterly*, 11 (Fall 1991), pp. 35-50.

21. Ibid p.35

22. Colin Gray, The Continued Primacy of Geography, *Orbis*, 40 (Spring 1996), pp. 248-49.

# A Doutrina da Liderança Militar e sua Aplicação pelos Quadros da Força Terrestre: um Enfoque Moderno<sup>1</sup>

Milton Guimarães\*

Resumo de monografia elaborada, pelo autor, como exigência curricular para a obtenção de diploma do Curso de Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, ECEME.

**A**natureza humana mantém-se inalterada desde os primórios dos conflitos armados. Líderes e liderados vivem os mesmos temores e moções em todas as operações militares. Dessa forma, a Liderança Militar é a ergamassa que une e consolida os espíritos, vencendo os desafios e garantindo o cumprimento das missões.

A Liderança Militar pode ser entendida como o processo de influenciar outros para a execução de tarefas tipicamente militares, através a compreensão da finalidade a missão, da orientação adequada e da motivação.

Major de Artilharia e Estado-Maior.  
Selecionado pelo PADECEME.

Um exército moderno necessita de líderes competentes e seguros, que saibam utilizar a iniciativa e o desejo de lutar a fim de assumir riscos bem calculados, dentro dos limites da missão imposta. Desde o soldado até o general, todos exercem algum grau de liderança. Cada nível possui sua ênfase e objetivos a atingir. De maneira geral, há princípios básicos que expressam a natureza da Liderança Militar.

## A DOUTRINA DA LIDERANÇA MILITAR

Qualquer doutrina que venha a ser elaborada não pode ignorar as peculiaridades da profissão militar. O Exército dos Estados Unidos

da América aponta como exigências a serem observadas na elaboração da doutrina da Liderança Militar: o seu exercício na paz para estar preparado na guerra, o desenvolvimento de líderes e de espírito e de equipe, e a descentralização das decisões. A tendência moderna mundial, e plenamente aceitável, é de expressar a Liderança Militar com onze princípios, todos passíveis de serem alcançados pelos líderes militares. São eles: *conhecer a profissão militar; conhecer-se e procurar o auto-aperfeiçoamento; assumir a responsabilidade por seus atos; decidir com acerto e oportunidade; desenvolver o senso de responsabilidade em seus subordinados; dar o exemplo;*

*conhecer e cuidar do bem-estar de seus subordinados; manter seus subordinados bem informados; assegurar-se de que ordens são compreendidas, fiscalizadas e executadas; treinar seus subordinados como uma equipe; e atribuir missões a seus liderados de acordo com suas possibilidades.*

## APLICAÇÕES DA LIDERANÇA MILITAR

A aplicação da doutrina da Liderança Militar pode ser exercida pela observância dos onze princípios de liderança. Eles são suficientemente abrangentes para que o líder moderno atinja excelentes resultados na condução do grupo, em direção ao cumprimento das missões.

Este trabalho, além de uma apresentação doutrinária objetiva, propõe-se a explorar algumas atitudes e procedimentos que venham aprofundar a aplicação da Liderança Militar através: do conhecimento dos principais modelos de comportamento; da identificação dos atributos próprios da liderança; e da proposta da auto-avaliação do líder.

Para o nível comandante, destina especial atenção ao desenvolvimento da percepção do clima reinante na

organização militar. A partir do reconhecimento de alguns indicadores de comportamento, pode-se avaliar o tipo de ambiente em que os subordinados estão vivendo. Bons ambientes estimulam o grupo a novas realizações, com vantagem para o desempenho coletivo.

### Principais Modelos de comportamento

O homem é um dos componentes do desempenho da unidade. Uma maneira de demonstrar essa assertiva pode ser expressa pela seguinte fórmula: *a soma dos desempenhos individuais vezes a habilidade dos componentes do grupo no trabalho em equipe vezes a habilidade da liderança em colocar os grupos trabalhando junto é igual ao o desempenho da unidade.*

Assim como se pode exprimir o valor do desempenho de uma unidade de forma aritmética, há também uma fórmula que destaca o desempenho individual: *a capacidade individual de exercer tarefas militares vezes a disposição de aprender e de colocar a habilidade de realizá-las na execução da missão é igual ao desempenho individual.*

Observa-se, então, que o desempenho individual repousa na vontade de executar tarefas eficazmente e na capacidade de realizá-las. O incremento do desempenho individual passa pela construção da vontade e da capacidade. Construir a capacidade de realizar tarefas está ligada à área do treinamento, enquanto a construção da vontade relaciona-se com o aspecto afetivo, que pode ser sensibilizado por ações de Liderança Militar.

O alvo a ser atingido é trabalhar o homem para que seja capaz e tenha vontade de desempenhar tarefas. Algumas pessoas estão aptas e motivadas o tempo todo. Elas dispõem de habilidade e disposição, não importa o quanto difícil seja a tarefa. Outras têm a disposição, elas tentam muito, porém não conseguem desincumbir-se da missão. Há ainda, outro grupo de pessoas que, apesar de possuidoras da capacidade de realizar tarefas, não demonstram disposição para tal.

Para que se consiga desenvolver individualmente os liderados, pode-se começar enquadrando cada um em termos de *o quanto é capaz e o quanto está disposto*. Em suma, fazer uma avaliação

sobre o parâmetro da *capacidade e da disposição*. Essa simples estratégia funciona bem, economiza tempo, e auxilia o líder a tomar o caminho certo no tratamento individual de seus liderados. A postura do líder frente a cada caso deve ser diferente: não se aborda uma pessoa que tem capacidade mas não tem disposição da mesma maneira que se aborda uma que deseja fazer mas não tem capacidade.

De modo geral, pode-se estabelecer quatro grandes modelos de comportamento dentro do parâmetro da *capacidade e da disposição*: *grande capacidade e disposição; pouca capacidade, porém com muita disposição; grande capacidade, porém com pouca disposição; e pouca capacidade e sem disposição*.

Uma pessoa pode migrar de um modelo para outro, dependendo da tarefa e da eficácia da liderança aplicada sobre ela. Apenas alguns poucos indivíduos irão se encaixar completamente nos modelos, porém um deles parecerá definir melhor o tipo de comportamento apresentando. O líder deve praticar, aprender, pensar a respeito e desenvolver o senso de julgamento para

utilizar o enquadramento da *capacidade e da disposição*. Homens não são máquinas, são pessoas diferentes umas das outras e cabe ao líder militar usar do conhecimento para liderá-los buscando resultados positivos.

Um subordinado que seja pleno de capacidade e disposição é um instrumento poderoso para desenvolvimento de outros no âmbito da unidade. O líder pode trabalhar com esse homem como um treinador adestra um campeão. Ainda, como vantagens, pode-se relacionar a emissão de ordens pela finalidade, o desempenho da tarefa sem supervisão aproximada, a economia de tempo para o líder atuar em outras áreas e a possibilidade de delegar tarefas à medida que a situação exija.

O tipo incapaz porém disposto, normalmente vem de uma situação de recém-chegado. É o caso típico do novato. O líder deve trabalhar com esse homem como se fosse um professor, pois há muito o que ensinar. O sistema de instrução anterior pode ter sido falho ou excessivamente abrangente, o que dificulta o conhecimento de tarefas específicas. A velocidade dos acontecimentos no ano de instrução,

pode facilmente torná-lo frustrado ou desencorajado. Esse liderado necessita instrução, paciência e muito acompanhamento. Provavelmente irá assumir parte do tempo livre do líder. Investir nele, no entanto, é ter a certeza de um grande retorno.

Um grande desafio para o líder é trabalhar com o tipo capaz porém sem disposição.

O líder deve ensinar como se fosse um pai. Sua falta de vontade pode estar associada a uma perda de confiança. Nesse caso ele necessita de uma oportunidade, talvez um leve toque de encorajamento. Outras razões para o desinteresse podem ser um problema familiar, ou mesmo pessoal, ou ainda dificuldades financeiras. É preciso que haja uma relação de confiança entre o líder e o subordinado para que, ao seu nível, o líder auxilie na reversão de uma situação instalada. Outra razão da falta de vontade pode ser uma questão de pura indolência. De qualquer forma o líder deve insistir para que as tarefas sejam cumpridas, dentro de padrões razoáveis de desempenho. Aquele que realmente tem problemas irá se sentir valorizado e o indo-

lente entenderá que sua preguiça não encontra espaço no Exército.

O subordinado do tipo incapaz e sem disposição não deveria, em princípio, estar fazendo parte do meio militar. Contudo, em algum lugar do passado um chefe, pobre em liderança, admitiu a permanência de tal pessoa na unidade. O líder deve posicionar-se com mão-de-ferro no trato com essa pessoa. Ao invés de puni-la quando há uma fuga do trabalho, exigirá que a tarefa seja cumprida completamente. A vantagem de fazê-lo cumprir a tarefa advém do fato de que o sentimento de missão cumprida possa reverter uma situação crônica de falta de vontade, além do que serve de exemplo para os demais. De qualquer forma não se deve permitir, na unidade, um subordinado que não reage às correções do líder e do grupo. Não há lugar para tal tipo de comportamento no campo de batalha.

Na busca do enquadramento dos subordinados dentro dos parâmetros da capacidade e da disposição, não se deve deixar traer pela cor da pele, credo religioso, sexo, aparência ou nível social do liderado. As diferenças devem estar simples-

mente no campo da capacidade e da vontade.

Assim como há diferentes tipos de comportamento, pode-se levantar diversas estratégias para que o líder venha a trabalhar, com sabedoria, em proveito de cada subordinado.

### ATRIBUTOS DA LIDERANÇA MILITAR

A liderança Militar quando traduzida em termos de comportamento apóia-se em atributos.

A dificuldade em identificar e isolar cada atributo tem sido o grande óbice no desenvolvimento do estudo da Liderança Militar. Contudo, a partir da análise do conjunto deles, pode-se concluir que sua caracterização ocorre quando o líder militar sabe ouvir, expressar-se, tomar a iniciativa, gerenciar o tempo, aconselhar, motivar, supervisionar e dialogar.

Essas características podem ser desenvolvidas a partir de uma visão pragmática, moderna e objetiva, que serve como farol a iluminar o caminho daqueles que são líderes militares.

As sugestões que a seguir são apresentadas, nos aspectos de aconselhamento e diálogo, fornecem uma boa

orientação como ferramentas para uso cotidiano. Elas são eficazes e já foram testadas pelas principais lideranças militares do mundo contemporâneo. Apesar de não conterem a fórmula específica para resolver os múltiplos problemas relacionados com a liderança, auxiliarão o líder a encontrar uma solução plausível em cada situação. Adaptar as ferramentas para cada tipo de situação é de responsabilidade de quem vai aplicá-las: oficiais e praças. Usá-las para conduzir militares em grandes desafios é despertar o espírito de corpo e o trabalho em equipe.

#### • *O líder deve saber aconselhar*

Uma tarefa de difícil execução para o líder militar é o aconselhamento. Entende-se por aconselhamento a execução de um programa de acompanhamento realizado para tornar o subordinado mais eficiente em suas atividades. Sessões de acompanhamento devem ser previstas e ter como objetivo apoiar o subordinado na resolução de seus problemas.

*O Programa de Aconselhamento deve recair sobre*

os liderados que apresentem mudanças de comportamento comprometedoras do desempenho individual. Outras pessoas que desejem se beneficiar dos resultados positivos advindos de sua prática poderão participar do processo.

Um clima adequado deverá ser estabelecido entre o grupo e o líder. O uso de uma política do tipo *portas abertas* permite que a comunicação entre o líder e os liderados se torne efetiva. Os problemas trazidos ao líder devem ser tratados com seriedade e honestidade de propósito: irreverência ou descaso podem destruir a eficiência do processo. Por vezes, problemas são apresentados com uma carga de emoção e objetividade tão fortes que os tornam de difícil compreensão; dessa forma, é importante que o líder, no papel de aconselhador, exija do aconselhado uma definição objetiva do problema.

O líder deve envidar esforços para apresentar e apoiar meios de superar os problemas. Se por outro lado, não for possível uma solução no nível considerado, isso deve ser colocado com franqueza. Durante uma sessão de aconselhamento, a maior

parte do tempo deve ser gasta com a palavra do subordinado. O aconselhador deve ouvir pacientemente, fazendo suas intervenções nos momentos oportunos, a fim de orientar ou retomar o rumo do diálogo.

Com o desenvolvimento das atividades de aconselhamento, o líder poderá concluir sobre a necessidade de encaminhar o aconselhado para outra pessoa, ou a um especialista em determinada área do conhecimento humano.

O grande termômetro avaliador da utilização do *Programa de Aconselhamento* é a mudança no comportamento do subordinado trabalhado, e a consequente melhoria na eficiência da execução das tarefas.

• *O líder deve saber dialogar*

O líder militar precisa se acostumar a entabular conversação com os seus subordinados. Essa interação pode se iniciar com assuntos triviais e aos poucos encaminhar-se para áreas do interesse profissional do líder. Nesse ponto, adequada abordagem auxilia na determinação do conteúdo e do nível das informações que serão

passadas ao líder. Uma boa conversação, mesmo de caráter informal, extraí conteúdo valioso para o líder compor um quadro completo de sua equipe de trabalho, e de como as coisas estão caminhando dentro do grupo.

Guia prático para formulação de perguntas:

– Evitar colocar o subordinado em situações delicadas que exijam dele criticar a unidade, a cadeia de comando ou o seu chefe imediato. A maioria das pessoas não gosta de colocar seus chefes em dificuldades.

– Evitar perguntas vagas e gerais, pois elas trazem respostas igualmente genéricas.

– Aprender a melhor forma de obter respostas otimistas dos subordinados para iniciar um diálogo profissional e desarmar os espíritos.

– Depois de uma pergunta de difícil resposta, onde a hesitação se fizer presente, deixar o subordinado se sentir o mais à vontade possível para proceder a explicação. A utilização de técnicas que exerçam pressão, contenham artimanhas não são próprias de líderes que conduzem homens livres.

– Evitar fazer perguntas que possam ser respondidas com um sim ou um não. Uma simples pergunta rotineira pode transformar-se em valioso instrumento de comunicação desde que convenientemente formulada, permitindo assim o desenvolvimento de idéias.

Seguem-se, no quadro abaixo, alguns exemplos de como transformar uma despretensiosa pergunta numa valiosa fonte de informações.

*cumprimento dos objetivos propostos.* Como o comandante tem responsabilidades específicas e diferenciadas dos demais níveis hierárquicos, novos elementos de Liderança Militar agregam-se aos princípios básicos.

Adicionalmente aos outros líderes, o comandante divide sua atenção entre as grandes preocupações organizacionais e a liderança pessoal. A visualização de

militar, devido à posição central que ocupa no processo decisório.

Os novos elementos da Liderança Militar, que se agregam no nível comandante, podem ser levantados considerando certos atributos a filosofias que determinam a qualidade final do comando.

Um comandante precisa avaliar os efeitos que a ação de sua liderança está produzindo sobre o grupo militar. Para tanto recomenda-se a

Pergunta simples	Resposta usual	Formulação adequada da pergunta
– Como está seu fuzil (rádio, viatura, etc.)?	– Está bem!	– Quando foi a última vez que o seu fuzil (rádio, viatura, etc.) sofreu manutenção? O que foi manutenido? Quanto tempo o material esteve em manutenção?
– O que você faz?	– Sou motorista.	– Qual a sua qualificação militar? Há quanto tempo tem trabalhado nesta função? Está habilitado a realizar este trabalho?

## Liderança Militar para Comandantes

A Liderança Militar para comandantes pode ser entendida como *a arte de intervir nos acontecimentos e a capacidade de criar condições para o sucesso da organização militar no*

como as ações devem ocorrer, o estabelecimento da comunicação para o entendimento das ordens e o esforço para que a realização das tarefas se concretize, resumem a missão dos comandantes. O impacto dos atos do comandante tem grande influência em todo o rendimento da organização

análise de alguns parâmetros que atestam a boa saúde da organização ou denotam os pontos em que ela está doente, e precisa de atenção.

Segue-se abaixo um diagnóstico quanto à saúde de um grupo em relação à Liderança Militar.

SAUDÁVEL	DOENTE
1. Os objetivos são amplamente divulgados pelos componentes, e há uma forte vontade coletiva de alcançar os melhores resultados.	1. Não se encontra esforço pessoal a fim de alcançar os objetivos do grupo, com exceção dos níveis mais altos da hierarquia.
2. Todos se sentem livres para expor suas preocupações porque esperam ter seus problemas resolvidos da melhor forma possível, com otimismo e tratados de forma conveniente.	2. As pessoas vêem as coisas caminharem mal e não fazem nada para mudar. Erros e problemas são escondidos. Todos falam das dificuldades em suas casas e não cobram soluções dos que estão envolvidos.
3. A solução de problemas é encarada de forma objetiva. Os militares trabalham com determinação e não estão preocupados com segundas interpretações. Os líderes são desafiados positivamente a aceitarem novas idéias.	3. A solução de problemas é dificultada pela estrutura organizacional. Há uma excessiva valorização da forma ao invés do conteúdo. O tratamento superficial e extremamente formal, principalmente com os líderes, mascara o cerne dos problemas.
4. As decisões são tomadas de modo impessoal e orientadas para o cumprimento da missão. As vantagens e desvantagens são pesadas a favor de objetivos comuns e não para privilegiar grupos de pessoas.	4. Aqueles que tomam decisão manipulam os dados quanto possível. Transformam-se em pontos de estrangulamento do canal hierárquico e tomam decisões com informações inadequadas e sem a visão de conjunto.

## Auto-avaliação da Liderança Militar

Devido à dificuldade natural do ser humano em se autocriticar, ganha destaque o princípio de Liderança Militar: *conhecer-se e procurar o auto-aperfeiçoamento*. Para a aplicação desse princípio, sugere-se o estabelecimento de uma estrutura

de apoio ao projeto de aperfeiçoamento pessoal a que o líder deseja se submeter. A auto-avaliação da Liderança Militar vem preencher essa necessidade de apoio. Um processo deve apresentar um mecanismo simples que, se bem conduzido e entendido pelos participantes, apresenta excelentes resultados na melhoria da qualidade da

liderança exercida pelo líder e na interação entre líder e liderados.

Um processo de auto-avaliação da Liderança Militar deve permitir levantar, de forma objetiva, um autoperfil de comportamento profissional-militar, confrontar o autoperfil profissional-militar com as informações extraídas do grupo,

realizando uma análise de desempenho pessoal, e desenvolver planos de aperfeiçoamento pessoal nas áreas em que necessita melhoria.

A metodologia aplicada precisa ser fechada no âmbito do grupo, e não deve ser utilizada para avaliar o desempenho do comandante pelos níveis hierárquicos superiores.

Contudo, através da compreensão de sua eficácia, produz efeitos benéficos no chefe, à medida que gera reflexão a respeito de sua postura. Também é igualmente vantajoso para o grupo, que encontra nesse instrumento um canal direto de ligação com o líder, sem prejuízo dos limites da hierarquia e disciplina.

A iniciativa do processo deve ser do chefe, depois de um tempo mínimo de convivência com os subordinados (de três a quatro meses). Sua repetição somente deve ocorrer quando o líder sentir que consolidou as modificações comportamentais indicadas no processo (em torno de um ano).

Para a aplicação de uma auto-avaliação, os integrantes do grupo avaliado devem sofrer uma preparação psicológica a fim de compreenderem profundamente o processo e não transformá-lo

em um foro de descompressão coletiva ou em instrumento de revanchismo pessoal.

O ciclo de trabalho termina na elaboração do plano de aperfeiçoamento pessoal. Em seguida deve-se destruir os subsídios utilizados, a fim de não atrapalhar a continuação do processo.

O entendimento mais adequado para a auto-avaliação pode ser conseguido a partir da seguinte ilustração: líder colocando-se frente a um espelho (submetendo-se ao processo) e comparando a imagem refletida (conjunto de observações emitidas pelo grupo) com a imagem que tem em si mesmo (levantamento de um perfil profissional feito pelo próprio chefe). A comparação causada pela superposição das imagens gera uma profunda e complexa reflexão. Dependendo das conclusões pessoais o líder motivar-se-á a buscar aperfeiçoamento em determinada área. Este seria então o grande benefício para quem se submete a um processo de auto-avaliação.

## CONCLUSÃO

A Liderança Militar é uma atividade de gerenciamento de recursos humanos que deve merecer amplo

destaque na Força Terrestre. Diferente das demais formas de liderança encontradas em outras instituições, empresas ou comunidades, ela apresenta dois componentes que a distinguem radicalmente: a sua base hierárquica e o comprometimento com os valores peculiares da profissão. Liderar homens e mulheres até os limites de sua força para alcançar o cumprimento da missão tem sido o grande desafio dos chefes militares em todos os tempos.

A deseável visão pragmática e objetiva da aplicação de princípios da Liderança Militar pode ser incrementada com o desenvolvimento dos atributos intrínsecos ao líder militar. O líder que, no limiar do século XXI, souber ouvir, expressar-se, tomar iniciativa, gerenciar o tempo, aconselhar, motivar, supervisionar e dialogar, certamente obterá excelentes resultados no desempenho individual de cada componente do grupo. O exercício de Liderança Militar em alto nível poderá fazer a diferença entre a vitória e a derrota, mesmo em um cenário onde as operações militares se valerão de complexa e avançada tecnologia bélica.

# O Processo Político Angolano, da Independência aos Dias Atuais: uma Visão Conjuntural

Paulo Roberto Laraburu Nascimento\*

Resumo de monografia elaborada, pelo autor, como exigência curricular para a obtenção de diploma do Curso de Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, ECEME.

*Existe uma terra turbulenta,  
uma imensidão de dor e sofrimento,  
origem desordenada de terror, inferno em vida.  
(Poema português sobre Angola)*

**A**ngola constitui um exemplo vivo do quanto é difícil e penoso o processo de maturação política de um país onde o conflito é uma constante. No processo político angolano a guerra é uma longa realidade. Iniciou-se em 1961, com a Guerra da Libertação Nacional, que desaguou nos *Acordos de Alvor*, instrumento político pelo qual Portugal concedeu a independência à Angola, a 11 de novembro de 1975. A partir de então, surge a Guerra Civil, manipulada pelos interesses da Guerra Fria.

Nos dias de hoje, os confrontos militares ainda permanecem, apesar de um processo de paz em curso no país. Ao longo de 1994, o conflito ocasionou a morte de mais de meio milhão de pessoas, arruinando a agricultura e a infra-estrutura de econômica de Angola. No primeiro semestre de 1997, a imprensa internacional registrava sérios combates no interior do território Angolano.

E nesse mesmo semestre, um brasileiro membro das Forças de Paz era morto e outro ferido, vítimas de uma emboscada quando realizavam missão de escolta motorizada.

No momento em que as Forças Armadas Brasileiras

acabam de participar com o maior contingente nas operações de manutenção de paz em Angola, como decorrência de meta da política externa nacional de ampliar o prestígio internacional da Nação, cresce de importância a necessidade de obter-se uma visão abrangente dos principais problemas políticos angolanos.

## OS PRINCIPAIS MOVIMENTOS POLÍTICOS DE ANGOLA

O movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de An-

\* Major de Artilharia e Estado-Maior.



Guerra Civil – Principal fator da instabilidade política de Angola.

gola (UNITA) são os partidos de maior destaque no processo político angolano. Surgiram no período da luta colonial contra os portugueses.

Na apreciação dos movimentos políticos angolanos é sempre bom ter em mente a diversidade étnico-tribal de Angola, pela influência que exerceram na formação desses partidos. A professora Therezinha de Castro muito bem caracteriza esse problema: *o tribalismo em Angola é representado pelos muitos grupos bantus (bakongo, quimbundo, ovimbundo e chakue) que, reunidos, perfazem 78% dos negros do país. O fato é, pois, original na África, já que se*

*constitui de um mesmo povo que poderia formar uma só nação, mas que não a forma porque se subdivide em grupos.*

### **O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)**

O MPLA nasceu no ano de 1956, tendo como base de apoio interno o grupo étnico-lingüístico dos quimbundos, que habitavam as províncias do noroeste do país, af incluindo a região da cidade de Luanda.

Esse partido sofreu forte influência do bloco soviético. Em seu manifesto de 1957, o MPLA proclamou a luta revolucionária como a única forma de libertação nacional. Além disso, várias de suas lideranças foram

formadas no exterior. Um ex-ministro de estado angolano, assim se manifestou quanto à sua participação na luta colonial: (...) depois fui para Cuba, onde terminei meus estudos. Voltei a fazer outros treinos em Cuba e depois regressei novamente às zonas liberadas, desta feita através da República da Zâmbia (...).<sup>1</sup>

A independência tornou Agostinho Neto o primeiro presidente de Angola e o país transformou-se num Estado marxista de partido único. A constituição subordinou o governo às regras do partido. Em 1979, Agostinho Neto faleceu, quando em visita oficial a Moscou, assumindo a presidência José Eduardo dos Santos, atual presidente angolano.

### **A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)**

O partido de Holden Roberto surgiu, no início dos anos 60, a partir de uma organização guerrilheira baseada num grupo étnico-regional dos bakongos, a União das Populações do Norte de Angola. Partindo de bases situadas no interior do vizinho ex-Zaire, a FNLA lançava incursões guerri-

1. Jornal de Angola, 16 de setembro de 1995, p.2.

lheiras sobre instalações portuguesas no interior de Angola.

Com a assinatura dos *Acordos de Alvor*, as ligações externas desse partido ampliaram-se. Passou a receber apoio de países de bloco ocidental, que viam o grupo de Holden Roberto como um contrapeso ao regime do MPLA, então apoiado pelos soviéticos e cubanos.

Porém, os auxílios externos não conseguiram impedir a derrota militar final da FNLA, ocorrida em novembro de 1975 num confronto com o MPLA. Desde então, o movimento foi perdendo expressão, agravados por seus conflitos internos e sua incapacidade de obter apoios fora de sua região tradicional, a área dos bakongos.

Nos dias de hoje, a FNLA sobrevive como grupo político, integrando a agremiação denominada Partidos da Oposição Civil Democrática.

#### A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA)

Cronologicamente, a UNITA de Jonas Savimbi foi criada no ano de 1966. Trazia como principal inovação uma nova concepção para a

condução da luta colonial. As incursões guerrilheiras deveriam partir do próprio território angolano, e não mais de fora para dentro de Angola, como até então eram realizadas.

Além disso Savimbi afirmava que, para a guerra de guerrilha ser vitoriosa, era imprescindível a presença de seus líderes no interior angolano, vivendo no desconforto das matas, junto à população. Esse posicionamento era diametralmente oposto ao de outros líderes angolanos, que julgavam ser possível conduzir a luta de libertação nacional do exterior.

Uma das razões para a formulação dessa nova estratégia prendia-se ao fato de o movimento de Savimbi estar enraizado nos ovimbundos, maior grupo étnico-tribal de Angola. Em 1960, eles constituiam cerca de 38% da população do país.

Com a independência, a UNITA passou a disputar o poder do jovem país com o MPLA, numa das maiores guerras civis do continente africano. A partir de então, Savimbi foi apoiado pelos governos dos Estados Unidos da América (EUA) e da África do Sul, interessados em barrar a expansão comunista na África.

Em 1991, a UNITA obteve assento no parlamento nacional, graças à assinatura dos *Acordos de Bicesse*, primeiro protocolo de paz entre os beligerantes, e à implantação de reformas democráticas no país. Em 1992, foi derrotada nas primeiras eleições gerais de Angola e não aceitou o resultado do pleito, sob a alegação de fraude nas eleições, reincidente a Guerra Civil.

Atualmente, diante de um novo processo de paz em curso no país, a UNITA adota uma posição mais diplomática do que militar, parecendo aceitar as regras da convivência democrática.

#### O MOMENTO DA INDEPENDÊNCIA

A fase do processo político angolano denominado de *Momento da Independência* marca o início da Guerra Civil angolana. Iniciou-se com a assinatura dos *Acordos de Alvor*, em janeiro de 1975, e terminou com a vitória do MPLA, nos primeiros dias de 1976. A partir desse período, o processo político de Angola passou a sofrer forte influência da Guerra Fria, que transformou o país em palco do confronto Leste-Oeste.

## A Situação Política no Momento da Independência

Os *Acordos de Alvor*, assinados pelo governo português e pelos três movimentos nacionalistas, previam a realização de eleições gerais em outubro de 1975. O partido vitorioso assumiria o poder no dia 11 de novembro, data prevista para a proclamação da independência angolana. Até essa data, Angola foi governada por um Governo de Transição quatripartido.

Porém, os *Acordos de Alvor* não asseguraram o caminho para uma independência de paz. O Governo de Transição não contou com a presença de Agostinho Neto, Holden Roberto e Jonas Savimbi, que optaram por preparar seus partidos e forças para a realização das eleições. Em decorrência, as divergências entre os três movimentos nacionalistas transformaram em luta armada uma disputa pelo poder que deveria ocorrer nas urnas.

Diante desse quadro, a independência encontrou Angola territorialmente divi-

2. À época, esse limite corria pela Namíbia, então sob tutela da África do Sul.

dida. O MPLA, enraizado na etnia quimbundo, dominava a região da capital. A FNLA, com base nos bakongos, marcava presença no norte e no leste. A UNITA, apoiada pelos ovimbundos, controlava o centro-sul do país.

Os interesses do conflito Leste-Oeste agravaram esse cenário. Os objetivos políticos dos líderes da Guerra Fria estavam bem definidos. Os soviéticos pretendiam exportar a ideologia comunista da região. Os EUA tentavam barrá-la.

Para cumprir seus propósitos, ambas lideranças envolveram-se diretamente no conflito, apoiando os movimentos em confronto. O suporte norte-americano às forças contrárias ao MPLA materializou-se por ajuda financeira, fornecimento de armamentos e pela presença de instrutores militares em território angolano. Por sua vez, o auxílio soviético efetivou-se pelo envio de farto material militar e de tropas cubanas, que foram decisivas para a vitória do MPLA, no início de 1976.

Os interesses da África do Sul também estiveram presentes no momento da Independência angolana. Relacionavam-se com a estratégia norte-americana de conten-

ção da doutrina marxista-leninista. A África do Sul procurava agir como representante dos interesses ocidentais na região. Além disso, o governo de Pretória não via com bons olhos a instauração de um regime comunista em sua fronteira noroeste.<sup>2</sup>

Alegava que a vitória do MPLA serviria de incentivo para que os grupos nacionalistas de outros países africanos procurassem auxílio soviético, aumentando a instabilidade política da área.

A presença militar da África do Sul em Angola teve papel de destaque no processo político angolano. Enquanto durou, fortaleceu a posição política e militar da UNITA, por aumentar o grau de liberdade de ação de Savimbi e agilizar o suporte logístico a suas forças.

A partir de meados de dezembro de 1975, a presença sul-africana em Angola ficou comprometida. A aprovação da denominada *Emenda Clark*, no senado dos EUA, que retirou a ajuda secreta norte-americana às forças que se opunham ao MPLA, abalou a confiança que Pretória depositava em Washington. Em decorrência, os sul-africanos retiraram-se do conflito no final de janeiro de 1976.

A retirada da África do Sul e a forte presença militar cubana em Angola impuseram à UNITA uma retirada estratégica para o interior do país, sob pena de ser aniquilada. Nessa ocasião, assim se manifestou Savimbi no comunicado que ordenava a retirada de suas forças, em 10 de fevereiro de 1976: (...) *nenhum exército em África, exceto o Egito, teve de enfrentar uma máquina de guerra de tais proporções como as do exército que agora divide o nosso país (...) aos aliados da UNITA faltara a coragem política de cumprir as promessas assumidas.*

#### A Situação Militar no Momento da Independência

No campo militar, o conflito civil girou em torno do domínio da capital e do controle de áreas do território angolano, então dividido pelo MPLA, FNLA, e UNITA. O partido que proclamasse a Independência em Luanda e detivesse o controle de maiores áreas territoriais estaria em acen-tuada vantagem política na reunião da Organização da Unidade Africana (OUA), que discutiria a problemática da independência de Angola.

Nessas condições, cada partido estabeleceu seus objetivos estratégicos operacionais. O MPLA, apoiado por forças cubanas e já instalado em Luanda, procurou manter essa região e controlar áreas que permitissem barrar o avanço de seus adversários sobre a capital. A FNLA e a UNITA, secundadas por tropas do Zaire e África do Sul, respectivamente, direcionaram suas operações para a conquista da capital e para o controle de maiores porções territoriais.

As ações militares desenvolveram-se em duas frentes, cujos resultados influenciaram o processo político angolano. Na Frente Norte, a ofensiva final da FNLA sobre Luanda foi detida na Batalha do Quifandongo, ocorrida no início de novembro de 1975. Essa batalha assinalou a derrocada do movimento de Holden Roberto, que perdeu expressão política e militar. Na Frente Sul, as forças sul-africanas e da UNITA foram barradas na Batalha de Quibala, no final de dezembro. O resultado dessa batalha, juntamente com a *Emenda Clark*, contribuiu para a decisão política do governo da África do Sul de retirar-se do conflito angolano.

#### A CONJUNTURA POLÍTICA DO PÓS-INDEPENDÊNCIA AOS DIAS ATUAIS

A conjuntura política de Angola pós-independência pode ser apreciada segundo três períodos, que são balizados por eventos significativos da história do país.

##### Primeiro Período – Da Consolidação da Independência à Retirada dos Cubanos de Angola (1976 – 1991)

Nesse período, o processo político angolano esteve sujeito a três componentes instabilizadores. Identificavam-se com as ações do governo do MPLA, secundado pelos cubanos, da UNITA e da África do Sul, no novo contexto de uma Angola independente, porém ainda sob os efeitos da Guerra Fria.

A imposição da soberania territorial tornou-se uma das principais metas do MPLA. Para isso, o governo de Agostinho Neto implementou ações no campo político e militar. Na esfera política, as medidas adotadas objetivaram a sedimentação do regime de partido único para todo o território sob controle governamental. No campo militar, tropas governamen-

tais atingiram a fronteira da Namíbia, ao sul do país. Ao norte, chegaram até a Província de Cabinda. Na fronteira leste e nas regiões interioranas a autoridade do governo central ficou restrita a algumas cidades, tendo em vista o controle que a UNITA exercia nessas áreas.

As ações da UNITA visavam à realização dos dois principais objetivos políticos de guerra de Savimbi: continuar a luta pela conquista do poder e expulsar as tropas cubanas do solo angolano. Na consecução dessas metas, o partido de Savimbi foi beneficiado pela implantação de uma vigorosa política anti-soviética levada a efeito pelo governo dos EUA, a partir de 1981, que lhe garantiu o aumento de seus suportes logísticos externos. Como resultado, deixou de ser uma força essencialmente de guerrilha, pois adquiriu a capacidade de executar operações regulares.

As ações da África do Sul em Angola situavam-se no contexto da problemática da independência da Namíbia, então território sob administração sul-africana. O governo de Pretória acusava o recém empossado governo comunista de Luanda de

fornecer apoio logístico e permitir que o movimento nacionalista da Namíbia, a Organização dos Povos do Sudoeste da África (SWAPO, na sigla em Inglês), mantivesse bases guerrilheiras ao sul de Angola. Em decorrência, a partir de junho de 1976, a África do Sul lançava uma série de incursões militares sobre Angola, iniciando-se uma verdadeira guerra não declarada entre os dois países, que se prolongou até 1988.

No final desse ano, Angola, Cuba e África do Sul assinaram os Acordos de Nova York, mediados pelos EUA. Esse protocolo estabelecia a retirada dos cubanos de Angola, dos sul-africanos do território namíbiano e lançava as bases da independência da Namíbia.

### **Segundo Período – Da Retirada dos Cubanos ao Protocolo de Lusaka (1991-1994)**

A eliminação das componentes de instabilidade externa do processo político angolano facilitou os entendimentos entre o MPLA e a UNITA na busca de uma solução diplomática para o fim dos conflitos. Após mais de quinze anos de confrontos

armados, o conceito de Estabilidade de Crise caracterizou-se em Angola. Ambos os lados reconheceram que não atingiriam seus propósitos pela força das armas. Era preciso negociar.

Mudanças no cenário internacional e no quadro regional da África Austral também condicionaram essa nova política dos partidos. No plano internacional, o desmoronamento do bloco comunista retirou do governo do MPLA suas ligações externas, que lhe garantiam o necessário suporte na condução da Guerra Civil. Por outro lado, o governo dos EUA decidiu cancelar a assistência material que mantinha ao movimento de Savimbi. No setor regional, mudanças políticas internas na África do Sul não mais favoreceram a UNITA. O governo de Pretória, em transição para a democracia multirracial, comprometeu-se a cortar o apoio à UNITA, o que reduziu uma das fontes logísticas desse movimento.

Nessas condições, em maio de 1991, os *Acordos de Bicesse* foram assinados pelo MPLA e UNITA, sob o patrocínio dos governos dos EUA, Rússia e Portugal. Dentre outras estipulações, o protocolo previa a realização

de eleições legislativas e presidenciais, num quadro multi-partidário.

Para o cumprimento do tratado e forçado pelas alterações do quadro internacional e regional, o governo do MPLA iniciou um programa de mudanças políticas liberalizantes, que rejeitou o regime comunista de partido único. A partir de 1991, permitiu-se que outras tendências políticas ingressassem no parlamento nacional.

No final de setembro de 1992, Angola viveu as primeiras eleições presidenciais e legislativas de sua história.

Dentre os candidatos à presidência destacavam-se José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi. Na parte legislativa, 17 partidos concorreram às 220 cadeiras do Parlamento Nacional. De maneira geral, as eleições transcorreram em clima de paz, tendo a participação de cerca de 91% dos eleitores inscritos.

Em meados de outubro, as Nações Unidas, que supervisionavam o processo eleitoral, declararam o MPLA vencedor das eleições. Para a presidência, o candidato do MPLA obteve 49.57% dos votos, contra 40.07% a favor de Savimbi. E para as 220 cadeiras da Assembléia Na-

cional, o MPLA conseguiu 129, enquanto a UNITA ficou com 70, sendo as 21 restantes distribuídas entre os partidos de menor expressão política. Por considerar as eleições fraudulentas, a UNITA não reconheceu o resultado do pleito. Assim, em 31 de outubro de 1992, reacenderam-se os conflitos entre partidários do MPLA e a UNITA. Era o reinício da Guerra Civil angolana. De acordo com dados da ONU, o conflito matava cerca de mil pessoas por dia, não só vítimas dos confrontos armados, mas também pela fome e doenças. Pela primeira vez na história dos conflitos angolanos, milhares de civis ficaram sitiados em cidades sob constante bombardeio, fugindo das precárias condições de vida do interior do país.

Diante desse quadro, a comunidade internacional passou a pressionar as partes em conflito para que coloassem um ponto final na guerra. As conversações de paz são então reiniciadas, no final de 1993, na capital da Zâmbia. Como resultado, a 20 de novembro de 1994, era assinado o Protocolo de Lusaka, numa nova tentativa de apaziguar Angola.

### Terceiro Período – do Protocolo de Lusaka aos dias atuais

Após a assinatura do protocolo de Lusaka, a reconciliação nacional vem merecendo grande destaque na política angolana. Ela se traduz pela vontade política do governo de Angola e da UNITA de coexistirem num quadro de ordem constitucional. Para sua real consecução, há necessidade da superação de dois dos maiores óbices do atual processo político angolano: o destino político a ser dado a Jonas Savimbi e a formação de uma Força Armada única, integrada por elementos do MPLA e da UNITA.

Para solucionar o primeiro deles, o governo angolano já apresentou a fórmula das duas vice-presidências – uma para Savimbi e a outra para o MPLA, até a realização do segundo turno das eleições de setembro de 1992. Por enquanto, o presidente da UNITA tem se recusado a participar dessa solução: *Não estou a procura de um posto. Eu pretendo apenas desempenhar o papel que levará a todos os que me seguiram a aceitar e cre-*

*rem que haverá um futuro radioso para os angolanos.<sup>3</sup>*

Para resolver o segundo deles, o Protocolo de Lusaka prevê estipulações relacionadas à formação de uma Força Armada única, iniciada nos Acordos de Bicesse e ainda não de todo concluída. A existência de um Exército nacional único é fundamental à estabilidade política do país. Nos dias de hoje, os partidos políticos angolanos afirmam que a democracia só será realidade no país se a UNITA abandonar de uma vez por todas sua força militar, conformando-se simplesmente com o seu estatuto de partido político.

A conclusão da formação de uma Força Armada única parece ser o verdadeiro teste para se aquilatar o grau de comprometimento do MPLA e da UNITA em relação ao Protocolo de Lusaka. O governo acusa a UNITA de manter suas melhores tropas em estado de prontidão, desmobilizando somente os efetivos menos adestrados. Por sua vez, a UNITA afirma que o governo do MPLA ainda não criou as melhores condições para sua segurança; daí a necessidade da

manutenção de um poder militar dissuasório, que serve de instrumento de pressão nas negociações. Em suma, a reintegração da UNITA no convívio constitucional e a conclusão da formação de uma Força Armada única são fundamentais à pacificação de Angola.

## CONCLUSÃO

A partir da independência, a principal característica do processo político angolano foi a sua constante instabilidade, motivada por fontes externas e internas.

As fontes externas estavam ligadas ao cenário da Guerra Fria. O conflito Leste-Oeste impôs à Angola seus interesses, impedindo-a de procurar seus próprios caminhos para o nascimento de um país unido em torno de ideais comuns. Como resultado, o processo político angolano foi agitado por uma verdadeira guerra não declarada entre África do Sul e Cuba, que se prolongou de 1976 a 1988.

A motivação de instabilidade interna encontra-se na disputa pelo poder entre o MPLA e a UNITA, que retarda a implementação das estipulações do Protocolo de Lusaka.

Assim sendo, faz-se necessário apresentar os reflexos do cenário analisado na conjuntura política angolana da atualidade, para bem caracterizar a permanência da instabilidade no quadro político de Angola:

- a instauração de um governo de linha comunista em Angola, quando de sua independência reflete-se na existência de diversas estruturas socializantes que ainda persistem no país, as quais se chocam com a atual implantação de reformas democráticas;
- a sobrevivência militar da UNITA, ao longo de todos os embates contra o MPLA, assegurou a Jonas Savimbi posição de destaque na vida política do país. Isso obriga o Governo de Angola a encontrar fórmulas que garantam espaço político para esse grande líder angolano, sob pena de abalo na tão almejada reconciliação nacional;
- a divisão do território de Angola por áreas de influência partidária, desde o momento de sua independência, ainda gera incidentes armados entre o MPLA e a UNITA, a despeito de um processo de paz em curso no país. Isso dificulta a consecução da unidade nacional Angolana;

<sup>3</sup> Jonas Savimbi, Jornal da Terra Angolana.

- a existência de forte antagonismo entre membros do MPLA e da UNITA gera um clima de desconfiança mútua que obriga ambos partidos a se manterem em estado de prontidão, pela possibilidade do uso da força militar a qualquer momento; e

- a recusa da UNITA em aceitar o resultado das eleições gerais de 1992 faz com que persista a dúvida em

alguns setores do governo de Angola sobre quais são as reais intenções de Savimbi no atual processo de paz.

A classe política e o povo angolano devem ter a nítida compreensão de que o Protocolo de Lusaka representa um dos últimos esforços para apaziguar Angola. Chegará o dia em que os representantes da comunidade internacional que fiscalizam o

cumprimento do acordo de paz deixarão o país. Aí reside a principal dificuldade à estabilização do processo político angolano: a superação das diferenças políticas internas, sem a participação internacional.

Angola não pode falhar nesse desafio, sob pena de comprometer sua existência como nação livre e soberana.



**Com toda  
excelência,  
a COPPE / UFRJ abre novos  
laboratórios e a pesquisa  
tecnológica ganha força no país**



IAEC

Ministério da  
Educação  
e Cultura



FAPERJ



Prefeitura da Cidade  
do Rio de Janeiro

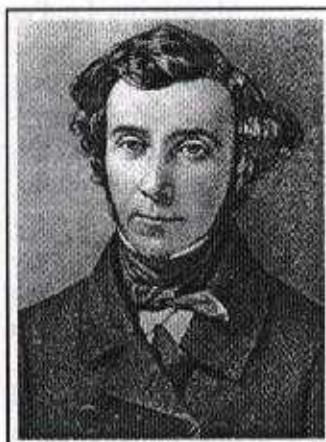
# A Problemática do Liberalismo Democrático no Pensamento de Alexis de Tocqueville 1805/1859<sup>1</sup>

Ricardo Vélez Rodriguez\*

**Matéria extraída de conferência proferida pelo autor, dia 7 de novembro de 1966, na Confederação Nacional do Comércio, Rio de Janeiro, RJ, e publicada na Carta Mensal 43(503): 3-37, fevereiro de 1997, órgão de divulgação cultural dessa entidade.**

O pensamento político de Alexis de Tocqueville reveste-se de grande atualidade, não só no contexto europeu e norte-americano, como também do ponto de vista da problemática vivida hodiernamente pelos países latino-americanos. A história, na Ibero-América, desenvolveu-se sempre entre dois extremos: de um lado, o velho absolutismo ibérico e o seu herdeiro, o caudilhismo latino-americano; de outro, o anarquismo revolucionário. São as sístoles e diástoles do coração do Estado de que fa-

lava o general Golbery do Couto e Silva, referindo-se à monocórdica sucessão de períodos autoritários centrí-



pedos e de anarquia branca (Oliveira Vianna) marcadamente centrífuga, presente nos momentos democráticos.

A história política da França, ao longo do século XIX, esteve submetida a essas duas forças, que assombravam a vida dos cidadãos com os fantasmas herdados do centralismo absolutista e do anarquismo revolucionário. Não que um fosse alheio ao outro. Pois o jacobismo herdou o procedimento centralizador do velho absolutismo, que pretendeu esconjurá-lo. E os rituais cartoriais dos *intendentes do Rei*, ao longo do século XVII, espalharam o terror e a incerteza, de forma paradoxal, toda vez que se apresentavam alicerçados nas *lumières* dos *philosophes*.

Mas o certo é que a história francesa do oitocentos desenvolve-se entre essas

\* Da Universidade Gama Filho e Federal de Juiz de Fora. Membro fundador da Sociedade Tocqueville.

<sup>1</sup> Selecionado pelo PADECEME.

duas forças. A grande façanha dos liberais doutrinários, Guizot à testa, consistiu em ter conseguido estabelecer um divisor de águas entre tradição e anarquismo, salientando a necessidade de práticas respeitadoras da liberdade, alicerçadas em leis. Mas a geração de Guizot parou aí. Não se preocupou em equacionar a questão da democracia. Já tinha dado suficiente contribuição, ao ter conseguido deter a maré revolucionária, bem como impedir a volta do Antigo Regime *tout-court*.

A discussão da problemática da democracia, no seio do liberalismo francês do século dezenove, coube ao herdeiro dos doutrinários: o jovem Tocqueville. É propósito deste ensaio, seguir as pegadas do pensador normando, em dois momentos fundamentais da sua vida intelectual: na obra de juventude, *A Democracia na América*, cujos dois volumes apareceram sucessivamente em 1835 e em 1840, e na obra de maturidade, *O Antigo Regime e a Revolução*, publicada em 1856. Serão destacados os pontos

em que o pensamento tocquiano é, ainda hoje, fonte de profunda renovação para o liberalismo contemporâneo, notadamente no meio latino-americano, submetido ainda ao risco dos extremos caudilhista e revolucionário.

### ALEXIS DE TOCQUEVILLE E LA DÉMOCRATIE EN AMÉRIQUE

#### Formação de Tocqueville<sup>2</sup>

Alexis-Charles-Henri-Clérel nasceu no dia onze de Termidor do ano XII (29 de julho de 1805), em Paris. Seus pais, de origem nobre, eram Hervé-Louis-François-Jean-Bonaventure Clérel e Louise-Madeleine Le Peletier Rosanbo. A família Clérel, ramo paterno de Alexis, provinha de uma nobreza normanda muito antiga. Um antepassado seu, Guillaume Clarel, foi companheiro de lutas de Guilherme, o Conquistador, e muito provavelmente deu origem à família inglesa dos Clarell. Outro ramo da família Clarel ou Clérel estabeleceu-se, a partir do século XII, na região de Caux, tendo legado seus bens à Abadia de Jumièges. Em fins do século XIV, essa família deslocou-se para o leste.

Em 1590, uma parte da família Clérel estabeleceu-se no Contentin, no feudo de Auville, pertencente à paróquia de Tocqueville, da qual os Clérel tomariam o nome, em 1661, após a solução favorável da disputa em que outra família, os Leverrier, pretendia a posse do mesmo feudo. No século XVII, a família Tocqueville, graças a uma hábil política matrimonial, conquistou indiscutível preeminência social nos quadros da nobreza: o avô paterno de Alexis, Bertrand Bonaventure, chamado de *cavaleiro de Tocqueville*, casou-se com Catherine de Damas-Crux, pertencente a uma família de Forez, por cujas veias corria o sangue de São Luís e de César Borgia, tendo sido considerada pelo genealogista Beaujon como *uma das mais antigas e importantes do reino*<sup>3</sup>.

A mãe de Alexis, Louise-Marie Le Peletier Rosanbo, era neta, por via materna, do ex-conselheiro real Malesherbes e filha de Rosanbo, ex-presidente da Câmara do Parlamento de Paris. Tanto o avô materno de Louise-Marie, Malesherbes, quanto os seus pais, o casal Le Peletier de Rosanbo, foram guilhotinados em 1794, junto com Jean-Baptiste de Chateau-

2. Cf. Larousse, 1865 a; Jardim, 1991; I, IX - XLVII; Mélonio, 1993: 16 - 25; Lamberti, 1983: 9 - 21; Rousanvallon, 1985.

3. Apud Jardim, 1984: 10

briand e sua esposa, tendo os filhos desses últimos ficado sob a guarda de Hervé Bonaventure, esposo de Louise-Marie e pai de Alexis de Tocqueville. Os Próprios pais de Alexis (que tinham contraído matrimônio em março de 1793), bem como as irmãs de Louise-Marie e seus maridos ficaram presos durante três meses, à disposição do tribunal revolucionário. Em virtude desses sofrimentos, a atmosfera familiar da juventude de Alexis de Tocqueville viu-se fortemente obscurecida<sup>4</sup>. A mãe, Louise-Marie, sofreria doravante de constantes depressões, até o seu falecimento, ocorrido em 1836.

Em que pese as perseguições de que foi vítima durante o Terror, o pai de Alexis, Hervé Bonaventure, passou a integrar a nova nobreza instaurada na Restauração, tendo recebido de Luís XVIII, em 1820, o título de conde. Em 1827, Hervé foi nomeado par do Reino, título que perdeu na revolução de 1830. Habil administrador, Hervé Bonaventure conseguiu, em longos processos, recuperar boa parte dos bens da família, que tinham sido ex-

propriados durante o Terror. Isso proporcionaria a Alexis e aos seus irmãos uma relativa tranquilidade financeira nesses conturbados tempos. Mas Hervé Bonaventure se destacou principalmente pelo seu devotamento no serviço público e à causa monárquica, tendo encarnado o ideal de fidelidade ao Rei e de independência em relação aos seus ministros, que caracterizou a nobreza da Restauração. O conde Hervé de Tocqueville foi, em linhas gerais, um eficiente funcionário público, entre 1815 e 1827, tendo ocupado sucessivamente os cargos de alcaide em Vercueil e de prefeito em Angers, Oise, Dijon, Metz, Amiens e Versailles.

De outro lado, parentes nobres do conde Hervé de Tocqueville figuravam nos principais quadros políticos da Restauração, como Louis de Rosanbo, Le Peletier d'Aunay, Molé, Louis de Kergolay, etc. Duas influências, no sentir de Jardin<sup>5</sup>, o conde Hervé (que faleceu em 1856) exerceu na formação ética do seu filho Alexis: de um lado, o devotamento ao serviço público; de outro, o gosto pela vida intelectual, de que dão testemunho as suas *Memórias*.

Alexis de Tocqueville iniciou sua formação intelectu-

al em Paris, sob a orientação de um preceptor, o abade Lesueur. Em 1821, o jovem Alexis deu continuidade aos seus estudos com o curso de retórica no Liceu de Metz, cidade onde o conde Hervé era prefeito. Naquela época, graças às múltiplas leituras (especialmente das obras de Rousseau e Voltaire) que realizou na biblioteca da prefeitura municipal, Alexis se distanciou da fé e da moral tradicionais e teve lugar o seu primeiro romance, que duraria cinco anos, com a jovem Rosalie Malye, filha do arquivista local. Em 1823, Alexis iniciou os seus estudos na Faculdade de Direito da Universidade de Paris, tendo obtido o título de licenciado em 1826.

O currículum da Faculdade, após as reformas reacionárias de 1822 — que pretendiam banir as abordagens filosóficas e humanísticas, em prol da ênfase no estudo do Direito Romano e de *conhecimentos positivos e usuais* — era bastante pobre, se comparado ao que tinha viabilidade anteriormente, inspirado nas reformas de Royer-Collard (1819). *Fora algumas noções de história do direito* — frisa Jardin (1984: 69) — o ensino reduz-se aos institutos de Justiniano e às

4. Jardin, 1984: 14

5. 1984: 36

*"Pandectas"*, ao comentário do Código Civil, ao procedimento civil e penal, ao direito comercial. Certamente pesou mais na formação de Tocqueville, preocupado com a compreensão dos grandes movimentos históricos e sociais, a influência das suas leituras de juventude, as quais, além de Rousseau e Voltaire, devem ter abarcado os autores que se achavam na biblioteca paterna: Montesquieu, Buffon, Mably, Reynal, Chateaubriant. Pesou de forma decisiva, outrossim, como detalhado mais adiante, a influência de Guizot.

### Exercício da magistratura e viagens de estudo

O exercício da magistratura e, sobretudo, as viagens de pesquisa e os estudos sociológicos e jurídicos foram as atividades com que o jovem Alexis iniciou sua vida profissional. Entre 1827 e 1830, desempenhou o cargo de juiz auditor no tribunal de Versailles e, de 1830 a 1832, foi juiz suplente no mesmo tribunal. A falta de eloquência do nôvel magistrado, bem como seu senso crítico, fo-

ram os motivos que, muito provavelmente, o impediram de ser nomeado juiz titular<sup>6</sup>. Desinteressado pela magistratura Tocqueville dela se afastou em 1832. Antes, porém, de abandoná-la, ele e seu amigo e colega de tribunal Gustave de Beaumont aproveitaram o interesse do ministro do interior, Montalivet, em conhecer o sistema penitenciário norte-americano, e conseguiram dele a missão de viajar aos Estados Unidos com essa finalidade. Entre abril de 1831 a março de 1832, ao longo de nove meses, Tocqueville e Beaumont visitaram vários estabelecimentos penitenciários desse país, onde se tinha aplicado o sistema de prisão celular. Como resultado dessa viagem de estudos, os dois jovens magistrados publicaram, em 1833, o informe intitulado *Du Système pénitentiaire aux États-Unis et son application en France*<sup>7</sup>, que foi premiado pela Academia Francesa.

Na verdade, a viagem de Tocqueville e Beaumont à América, mais do que motivada pelo intuito imediato de conhecer o sistema penitenciário americano, situava-se na trilha, seguida pelas dois jovens advogados, de conhe-

cer *in loco* a pátria onde tinham vingado os dois ideais por eles cultuados: a liberdade e a democracia. As viagens de estudos constituíram um dos *leitmotivs* da vida intelectual de Tocqueville, e se inserem no contexto ramântrico da literatura política que valorizava, ainda na primeira metade do século XIX, os relatos de viagens. Podemos afirmar, sem exagero, que as visitas a outros países foram, ao lado dos estudos sociológicos, as duas escolas onde o nosso autor formou a sua disciplina de cientista social.

Entre 1826 e 1857, Tocqueville realizou onze viagens de estudos: em 1826, partiu para Itália, em campanha do seu irmão Édouard. Em 1829, visitou a Suíça, junto com o seu primo Louis de Kergolay. De 2 de abril de 1831 a 20 de fevereiro de 1832, ocorreu a viagem aos Estados Unidos e ao Canadá, em companhia do amigo Gustave de Beaumont; os viajantes visitaram New York, Albany, a ilha do Francisco, no lago Oneida, Auburn, Canandaigua, Saginaw, Detroit, os Grandes Lagos, Québec no Canadá, e, de novo nos Estados Unidos, Boston, Filadélfia, Baltimore, Cincinnati, Sandy Bridge, na beira do Mississippi, Memphis, New Orleans

6. Jardin, 1984: 76-77.

7. Mélonio, 1993: 45; Jardin, 1991: 111

e Washington. Em 1833, Tocqueville realizou a sua primeira viagem à Inglaterra. Em 1835, o nosso autor voltou a esse país, em companhia de Gustave de Beaumont, e foi até a Irlanda. Em 1836, visitou novamente a Suíça, em companhia de Madame de Tocqueville, a jovem inglesa Mary Mottley, com quem tinha casado, em 1835. Em 1841, realizou sua primeira viagem à Argélia, em companhia de Beaumont. Em 1846, realizou sua segunda viagem a essa colônia francesa. Em 1849 realizou viagem à Alemanha, tendo visitado Colônia, Frankfurt e Bonn. Em 1854, visitou de novo essa última cidade, com o intuito de documentar seu estudo sobre o direito feudal, para a elaboração da sua obra *L'Ancien Régime et la Révolution* que seria publicada em 1856. Em 1857, Tocqueville visitou pela última vez Londres, onde completou a documentação para a redação da segunda parte da citada obra, que deixou inconclusa<sup>8</sup>.

As viagens de estudos conferiram à obra de Tocque-

ville uma feição de etnologia descritiva dos costumes políticos dos países por ele visitados. O autor deu continuidade, assim, a uma tendência presente na ensaística política francesa, que se revela já na obra de Mantaigne (1533-1592)<sup>9</sup> e que se prolonga na de Montesquieu (1689-1755)<sup>10</sup>. Assim, encontramos na obra de Tocqueville uma série de ensaios que os editores têm arrolado como *escritos de viagens*, entre os quais sobressaem *Voyage en Sicile*, *Voyage en Amérique*, *Voyage en Angleterre*, de 1833, *Voyage en Angleterre et en Irlande*, de 1835, *Voyage en Suisse* (1836), *Notes du Voyage en Algérie* de 1841<sup>11</sup>.

Tínhamos frisado que Tocqueville recebeu o especial influxo de Guizot. Detalhemos esse fato, que pôs em contato nosso autor com as idéias dos liberais doutrinários. Em 1829-1830, ele frequentou os cursos que Guizot ministrou na Sorbonne acerca da história da França. Como lembra Françoise Mélonio (1993: 17), o jovem Tocqueville foi um *ouvinte atento*, que *tomava notas nas quais se vê a admiração do discípulo*. Mas, por outro lado, um discípulo crítico, que tinha sofrido na pele

da sua família sobre os excessos da Revolução que era focalizada pelo burguês Guizot de uma forma mais distanciada e formalista. Particularmente, o nosso autor encontrava dificuldade em aceitar a idéia de Guizot de superar o ciclo revolucionário num regime fundado apenas na opinião.

Sem dúvida que a influência de Guizot foi decisiva em Tocqueville, em que pese o reparo que acaba de ser mencionado. O cerne dessa influência consistiu na insistência do velho doutrinário em *incluir nas jovens gerações o respeito ao passado, para restabelecer a unidade da*<sup>12</sup> *Nação ao longo dos séculos*. Pierre Rosanvallon (1985: 26) destacou, de forma clara, com as seguintes palavras, a finalidade perseguida por Guizot e pelos demais doutrinários:

*Terminar a Revolução. Construir um governo representativo estável, estabelecer um regime garantidor das liberdades e fundado na Razão.*

*Esses objetivos definem a tripla tarefa que se impõe a geração liberal nascida com o século. Tarefa indissoluvelmente intelectual e política, que especifica um momento bem determinado do liberalismo francês: aquele*

8. Cf. Jardin 1991: L1-LIX.

9. Cf. Montaigne, 1987, 1988.

10. Cf. Montesquieu, 1982, Chevallier, Touchard, 1972.

11. Cf. Tocqueville, 1991.

12. Mélonio, 1993: 17.

durante o qual o problema principal é prevenir a volta de uma ruptura mortal entre a afirmação das liberdades e o desenvolvimento do fato democrático. Momento conceitual que coincide com o período histórico da Restauração e da monarquia de Julho, no curso da qual essa tarefa está praticamente na ordem do dia e que se distingue, ao mesmo tempo, do momento ideológico, que prolonga a herança das Lutes e do momento democrático, que se inicia depois de 1848 (...).

Tocqueville assimilou perfeitamente a herança dos doutrinários, notadamente de Guizot:

A obra de Tocqueville<sup>13</sup> nasce do sentimento da precariedade do compromisso efetivado pela monarquia constitucional entre a reivindicação igualitária e a herança do Antigo Regime. Tocqueville vivenciou esse sentimento nas desgraças da sua família mas ele lhe deu uma forma racional, graças à leitura das obras dos seus antepassados. Desde 1828, ele se afasta do radicalismo

dos seus familiares, ao repudiar a ilusão de uma volta ao passado: ele aceita 1789 como uma ruptura definitiva na história da França. De entrada, ele compatilha com os liberais ou os doutrinários, seus antepassados, o sentimento de pertencer a obscuras gerações de momentos de mudança. Como eles, observa a democracia 'correndo a margens cheias'<sup>14</sup>. Como eles, crê no caráter irresistível do curso dos acontecimentos: 'Os rios não remontam em direção à fonte. Os fatos acontecidos não viram nada'<sup>15</sup>. A obra de Tocqueville seguirá interminavelmente a metáfora fluvial introduzida pelos doutrinários. Ao aceitar o diagnóstico dos liberais, Tocqueville faz também seus os objetivos deles. Pois tudo está destruído, é tempo de reconstrução. Tarefa difícil. A paixão de destruir, que sobrevive à Revolução, mantém a sociedade em estado de guerra civil. Depois de 1820, a Restauração é alvo de complôs renovados que manifestam a impossibilidade de um consenso em relação às instituições.

Mas, se Tocqueville é tributário dos doutrinários, no entanto supera-os. A defesa da liberdade, que no pensamento daqueles veio a se tra-

duzir num certo formalismo, que pretendia garantir as conquistas da Revolução apenas para a burguesia comodamente instalada no poder, no nosso autor constitui imperativo categórico a ser consolidado e garantido para todos os franceses. Tocqueville abre-se à democracia, que vivencia de fato na América, através do caminho da defesa da liberdade para todos.

Em relação à maneira peculiar com que o nosso autor entende ao ideal liberal e democrático, em contraposição à forma tacanha em que era concebido pelos doutrinários, Françoise Mélonio (1993: 37) escreve:

Mas, se o self-government não é mais do que um dos aspectos da auto-regulação da sociedade, Tocqueville faz de toda a vida social uma grande escola de responsabilidade: na ordem jurídica, pela participação de todos no júri, na ordem da opinião por uma reflexão sobre os partidos e os jornais, que ele designa com o termo genérico de 'associação'. Polêmica, a argumentação de Tocqueville é dirigida contra a feição conservadora dos publicistas liberais ou doutrinários, que rapidamente se tinham mostrado infieis à liberdade exigida por eles sob

13. Escreve Françoise Mélonio, 1993: 16.

14. Expressão cunhada por Royer-Collard, em discurso pronunciado em 15.05.1820.

15. Expressão de Guizot

*a Restauração, ao fazer votar as leis de 16 de fevereiro de 1834 acerca do anúncio e a venda de jornais, de 10 abril de 1834 sobre as associações, de setembro de 1835, após o atentado de Fieschi. Toda a estratégia de Tocqueville consiste em mostrar que a ordem tão cara aos conservadores não pode ser garantida senão graças à liberdade de se reunir, que eles negam precisamente ao cidadão francês. É necessário apostar, estamos envolvidos. Não há meio-termo entre a servidão e a extrema liberdade. Todas as políticas de frear a história, todos os sonhos de uma ordem estabelecida, decorrem dessas ilusões em que adormecem geralmente as nações doentes'. A democracia não é o lugar da identidade miraculosa entre os homens, mas é aquele regime que se consolida na relação entre as classes antagônicas.*

É evidente que a posição crítica de Tocqueville face aos doutrinários, suscitou a reação deles. Françoise Mélonio (1993: 57) sintetizou a posição de Guizot a respeito, nos seguintes termos:

*Para Guizot, Tocqueville destruiu a moralidade ao*

*proclamar a autonomia das vontades em detrimento dos direitos da Verdade, tal como ela se apresenta aos espíritos esclarecidos. Guizot não é um filósofo da liberdade. Para ele, a liberdade não é no homem mais do que o poder de obedecer à verdade. A noção de capacidade (...) remete também a uma teoria da razão e a uma teologia, segundo a qual há, na economia da salvação, procuradores do Direito investidos da missão de guiar a humanidade. A argumentação de Guizot se encontra em todos os escritores preocupados em preservar as elites (...).*

#### **A "conversão" de Tocqueville ao ideal democrático**

Quando se deu a conversão de Tocqueville à idéia democrática? Essa conversão efetivou-se, de forma clara, na sua viagem à América, que ocorreu entre 11 de maio de 1831 e 20 de fevereiro de 1832. É possível datar as etapas dessa conversão<sup>16</sup>. Em New York, onde permanece de 11 de maio a 2 de julho, Tocqueville é, de entrada, muito reticente. Essa sociedade de mercado onde o governo está ainda na infância, não possui nada

*que possa seduzir a um jovem aristocrata. Tudo quanto observo não me entusiasma, anota ele então, pois aposto mais na natureza das coisas que na vontade da homem'. Mas ele não pode deixar de invejar o patriotismo do povo americano e a tranquilidade com a qual ele 'se mantém em ordem, graças somente ao sentimento de que não há mais salvaguarda contra si mesmo do que em si mesmo'. A conversão se completa em Boston (7 de setembro-3 de outubro), onde Tocqueville, ao descobrir o que é a igualdade bem regrada, adere a uma democracia que, de resto, triunfa irresistivelmente. É então somente agora, no fim de setembro, quando ele decide escrever um livro sobre as instituições americanas, a fim de testemunhar, entre os franceses, que a democracia feliz existe, pois a tem encontrado (...).*

Vale a pena citar o trecho da carta em que Tocqueville dá conta do novo projeto ao seu primo, Louis de Kerorlay:

*Descrever muito exatamente o que seria necessário esperar e temer da liberdade. Nós temos tido na França, nos últimos cem anos, a anarquia e o despo-*

<sup>16</sup> Escreve Françoise Mélonio

*tismo sob todas as suas formas, mas jamais nada que se assemelhasse a uma república. Se os monarquistas pudessem ver a marcha interior de uma república bem organizada, o respeito profundo que se tem ali pelos direitos adquiridos, a pujança desses direitos nas massas, a religião da lei, a liberdade real e eficaz de que ali se goza, o verdadeiro reino da maioria, o progresso cômodo e natural que ali seguem todas as coisas, perceberiam que abarcam sob um nome comum, estados diversos que nada possuem de análogo. Os nossos republicanos, por sua vez, sentiriam que o que temos chamado de República, não tem sido mais do que um monstro que não se saberia classificar (...), coberto de sangue e de sujeira, vestido de farrapos, ao som das querelas da antigüidade<sup>17</sup>.*

### Tocqueville e a nova ciência política

82

Alexis de Tocqueville, com a sua *Démocratie en Amérique* deu ensejo, na França, a uma nova ciência política. Quais os contornos

que a definem? Em primeiro lugar, nosso autor estava inspirado numa epistemologia que hoje chamaríamos de modesta. Se é verdade que o absolutismo é, em política, irmão gêmeo do dogmatismo em filosofia, também podemos afirmar que a modestia epistemológica é pressuposto do liberalismo. Não pode haver autêntica defesa da liberdade e da tolerância onde se professam verdades inamovíveis, no que tange à concepção do homem e do mundo. Eis o que Tocqueville escrevia, em 1831, ao seu amigo Charles Stoffels:

*Para a imensa maioria dos pontos que nos interessa conhecer, nós não temos mais do que verossimilhanças, aproximações. Desesperar-se porque as coisas são assim, é se desesperar pelo fato de ser homem; pois essa é uma das mais inflexíveis leis da nossa natureza (...). Sempre considerei a metafísica e todas as ciências puramente teóricas, que de nada servem na realidade da vida, como um tormento voluntário que o homem consentia em se impor<sup>18</sup>.*

Em 1858, nosso autor explicava ao filósofo Bouchitté que a mais refinada metafísica não era mais clara que o simples senso comum acer-

ca do sentido do mundo e, especialmente, em relação (...) à razão do destino deste ser singular que chamamos homem, ao qual foi dada tanta luz quanta era necessária para lhe mostrar as misérias da sua condição e insuficiência para mudá-la<sup>19</sup>. Passagem de verdadeira inspiração pascaliana, no sentir de Françoise Mélonio, que escreve a respeito:

*Que miséria que é o homem... Tocqueville retoma a crítica pascaliana dos limites da Razão, atualizando-a contra todos aqueles que identificam o discurso racional com o real. A hostilidade futura de Tocqueville a Hegel não terá outra fonte diferente desta rejeição a um providencialismo secularizado, junto com o desgosto dos espíritos finos em relação às coisas especulativas, fora do uso comum<sup>20</sup>.*

Na trilha que acaba de ser mencionada, Tocqueville situa sua crítica ao historicismo, que, no sentir do nosso autor, termina sacrificando a liberdade e a pessoa no altar da abstração histórica. Tocqueville considerava que esse era um vício próprio dos historiadores que vivem em séculos democráticos, preocupados mais em serem lidos com facilidade pelas grandes

17. Apud Mélonio, 1993: 30

18. Idem: 31

19. Ibidem

20. Ibidem

multidões, do que em fazer uma análise verdadeira dos fatos. Antecipava-se genialmente o nosso autor, destarte, da crítica que os neo-kantianos, com Rickert à testa, deflagraram, na virada do século XIX para o XX, à tendência abstrata da escola histórica alemã de Savigny.

A respeito da historiografia, Tocqueville escreve o seguinte, diferenciando-a da historiografia que se pratica nos séculos aristocráticos (1977:375):

*Os historiadores que vivem nos séculos democráticos mostram tendências inteiramente contrárias. A maior parte deles quase não atribui influência alguma ao indivíduo sobre o destino da espécie, nem aos cidadãos sobre a sorte do povo. Mas, em troca, atribuem grandes causas gerais aos pequenos fatos particulares. Essas tendências opostas são explicáveis. Quando os historiadores dos séculos aristocráticos lançam os olhos para o teatro do mundo, a primeira coisa que nele percebem é um pequeno número de atores principais, que conduzem toda a peça. Essas grandes personagens, que se mantêm à frente da cena, detêm a sua visão e a fixam: ao passo que se aplicam a revelar os mo-*

*tivos secretos que fazem com que ajam e falem, esquecem-se do resto. A importância das coisas que vêm alguns homens fazer dá-lhes uma idéia exagerada da influência que pode exercer um homem e naturalmente os dispõe a crer que é sempre necessário remontar à ação particular de um indivíduo para explicar os movimentos da multidão.*

*Quando, ao contrário —* prossegue Tocqueville — *todos os cidadãos são independentes uns dos outros, e cada um deles é frágil, não se descobre nenhum que exerça um poder muito grande nem, sobretudo, muito durável, sobre a massa. À primeira vista, os indivíduos parecem absolutamente impotentes sobre ela e dissera-se que a sociedade marcha sozinha pelo concurso livre e espontâneo de todos os homens que a compõem. Isso leva naturalmente o espírito humano a procurar a razão geral que pode assim atingir a um tempo tantas inteligências e voltá-las simultaneamente para o mesmo lado.*

O principal defeito que Tocqueville enxergava na historiografia dos tempos democráticos, consistia no fato de tal modelo se alicerçar numa concepção fata-

lista da História, que pressupõe, em primeiro lugar, uma concepção determinista do homem. A respeito, nosso autor escreve:

*Os historiadores que vivem nos tempos democráticos não recusam, pois, apenas atribuir a alguns cidadãos o poder de agir sobre o destino do povo; ainda tiram aos próprios povos a faculdade de modificar a sua própria sorte e os submetem ora a uma providência inflexível, ora a uma espécie de cega fatalidade. Segundo eles, cada nação é invencivelmente ligada, pela sua posição, sua origem, seus antecedentes, sua natureza, a certo destino, que nem todos os esforços poderiam modificar. Tornam as gerações solidárias umas às outras e, remontando assim, de época em época e de acontecimentos necessários em acontecimentos necessários, à origem do mundo, compõem uma cadeia cerrada e imensa, que envolve todo o gênero humano e o prende. Não lhes basta mostrar como se deram os fatos: comprazem-se ainda em mostrar que não podiam dar-se de outra forma. Consideram uma nação que chegou a certo ponto da sua história e afirmam que foi obrigada a seguir o ca-*

minho que a conduziu até ali. Isto é muito mais fácil que mostrar como teria podido fazer para seguir um melhor caminho<sup>21</sup>.

Tocqueville, pensador definidamente liberal, rejeita de pleno tal historiografia, por considerar que essa concepção nega a liberdade humana, base da dignidade das almas. Trata-se de superar as desgraças da Revolução e do terror, não de conduzir a nação francesa à sua definitiva destruição. Nossa autor identifica, alto e bom som, o caminho que deve ser seguido: o da liberdade, ou melhor, o da conquista da liberdade para todos os franceses.

A respeito da crônica efectuada a essa concepção fatalista, Tocqueville (1977: 377) escreve:

*Se essa doutrina da fatalidade, que tem tantos atrações para aqueles que escrevem a história nos tempos democráticos, passando dos escritores a seus leitores, penetrasse assim em toda a massa de cidadãos e se apoderasse do espírito público, pode-se prever que logo paralisaria o movimento das sociedades novas e reduziria os cristãos a turcos. Direi mais: semelhante doutrina é*

*particularmente perigosa à época em que nos encontramos; nossos contemporâneos acham-se muitíssimo inclinados a duvidar do livre arbítrio porque cada um deles sente-se limitado por todos os lados pela sua fraqueza, mas ainda atribuem, de boa vontade, força e independência aos homens reunidos em corpo social. É necessário que nos guardemos de obscurecer essa idéia, pois se trata de restabelecer a dignidade das almas e não de completar a sua destruição.*

Mas se, por um lado, Tocqueville se insurge contra o historicismo que torna o homem peça de uma engrenagem universal, por outro lado, sua formação cristã o leva a aceitar a providência divina, não como Deus ex machina que negue a liberdade, mas justamente como marco teórico que pressupõe: o plano de Deus consiste em que os homens sejam livres, não em que se tornem escravos. O progresso e a liberdade não são caprichos humanos, mas formam parte do plano que Deus providencialmente traçou ao gênero humano. Lembramo-nos, aqui, da figura de outro liberal de formação católica, contemporâneo de Tocque-

ville: o historiador português Alexandre Herculano, cuja visão providencialista se aproxima muito da acalentada pelo pensador francês.

Françoise Mélonio (1993: 32) explica da seguinte forma o providencialismo tocqueviliano:

*De entrada, o recurso à Providência aparece, de um lado, como uma ampliação retórica da derrota dos aristocratas ou um mito consolador. O avanço irresistível da democracia é essencialmente uma constatação histórica em grande escala e a Providência fornece o aspecto objetivo de uma lei à intuição que Tocqueville tem das tendências do corpo social. Ela é a palavra que designa aquilo que é revelado pelo espírito de 'finesse': aquilo que sentimos, que está diante dos olhos de todos mas que não sabemos demonstrar; aquilo que é patente ao juízo, mas do que à razão cognoscente. Invocar a Providência é, pois, explicar o que não é geometricamente demonstrável, mas não somente isso: é também escolher o que deve ser explicado. O espírito de 'finesse' permite discernir, no espetáculo do mundo democrático em gestação, a verdade, afinal desvendada, da*

revelação cristã: o 'verdadeiro quadro' da humanidade reduzido à simplicidade da natureza na qual todos os homens são semelhantes. Invocar a Providência é, pois, buscar interpretar os conhecimentos humanos como um todo, sob o ângulo do universalismo cristão e tomar a decisão de resolver o dualismo entre a história e o seu fim, na liberdade igual de todos os filhos de Deus.

Assim concebido, — prossegue Françoise Mélonio — o recurso à Providência não dá à história um sentido obrigatório. A Providência 'traça, é verdade, ao redor de cada homem, um círculo fatal do qual não pode sair, mas, nos seus simples limites, o homem é poderoso e livre; da mesma forma acontece com os povos' (...). A igualdade e o poder do povo são 'irresistíveis', mas a história humana, aberta à possibilidade da liberdade, é o fruto de uma cooperação entre Deus e os homens. A afirmação da inexorabilidade do curso da história é, em virtude desse fato, continuamente corroída medianamente a introdução de degraus e passos ao ponto de Tocqueville, este 'profeta' famoso, somente utilizar o linguajar da predição para lembrar a

sua recusa a um determinismo absoluto.

A idéia providencialista em Tocqueville não é, pois, um dogma teológico que interfira na sua visão racional da política, colocando uma espécie de fim absoluto para a história. É um recurso epistêmico que, de um lado, lhe permite delimitar a área de estudos da política e, de outro, lhe serve para tender uma ponte com a sua concepção ética, que pressupõe a mesma dignidade para todos os homens. A respeito do papel instrumental da idéia providencialista em Tocqueville, escreve Françoise Mélonio (1993: 33):

O recurso à Providência não implica, pois, que a ciência política seja um ramo da teologia, da fenomenologia do espírito ou da história natural. Tendo afirmado no mesmo movimento a Providência e a Liberdade, Tocqueville pode demarcar o campo da política e procurar ali uma racionalidade específica. A primeira *Démocratie* apresenta-se como uma inquirição do regime democrático.

Um outro aspecto que salta à vista na ciência política tocquevilliana, é a influência que recebe da que poderíamos chamar tendência orgâ-

nica dos estudos sociais, característica que era comum no final do século XVII e início do século XIX. Françoise Mélonio (1993: 33) registrou essa influência da seguinte forma:

*A prática de Tocqueville tinha um precedente: as pesquisas sociais, inauguradas no século XVII, que conheceram a sua idade de ouro na primeira metade do século XIX. Elas tinham como objeto privilegiado o mal social. Tendo sido pensada a sociedade como um organismo, a sua doença implicava uma disfunção geral. Se interessar pelo pauperismo, pela criminalidade, pela prostituição, constituía o caminho para elaborar um diagnóstico acerca da sociedade, a fim de fixar uma terapêutica. A viagem de Tocqueville insere-se na grande corrente da pesquisa social, estatística e qualitativa (...).*

### A ética tocquevilliana

85

Não duvidamos em falar de ética intelectual e não de ética política em Tocqueville, referindo-nos ao binômio formulado por Max Weber: ciência como vocação e política como vocação. O compromisso funda-

mental do pensador francês era com o esclarecimento da verdade histórica, que conduzisse à conquista da liberdade para todos os franceses. Nesse seu empenho, não admitia negociação. Daí as suas fortes críticas aos socialistas, aos bonapartistas, aos seus pares, os nobres, que tinham ancorado numa proposta de volta ao Ancien Régime, e aos próprios doutrinários, seus mestres, que tinham fechado as conquistas liberais na gaia-lia de ouro do formalismo jurídico e do elitismo burguês.

Três pontos básicos saltam à vista na ética tocquevilliana: em primeiro lugar, a fundamentação das suas convicções morais no cristianismo, da qual o nosso autor tira o princípio fundamental de que todos os seres humanos possuem a mesma dignidade e, portanto, podem aspirar aos benefícios da liberdade. Em segundo lugar, a solidariedade com os seus concidadãos, que correm perigo de cair nas mãos do despotismo, em lugar de conquistar a almejada liberdade. Em terceiro lugar, o dever de testemunhar a verdade histórica que o nosso autor

descobriu na sua viagem à América: *a liberdade democrática é possível*.

No tocante ao primeiro ponto, Tocqueville (1977: 329) escreve:

*Todos os grandes escritores da Antigüidade faziam parte da aristocracia dos senhores, ou pelo menos viam essa aristocracia estabelecida sem contestação ante os seus alhos: a seu espírito, depois de se haver estendido por vários lados, achou-se, pois, limitada por aquela, e foi preciso que Jesus Cristo viesse à terra para fazer compreender que todos os membros da espécie humana eram naturalmente semelhantes e iguais.*

Em relação ao segundo ponto, assim escrevia Tocqueville<sup>22</sup>:

*Eu creio que cada um de nós deve prestar contas à sociedade, tanto dos seus pensamentos quanto das suas forças. Quando vemos os nossos semelhantes em perigo, é obrigação de cada um ir em socorro deles.*

Em relação ao terceiro ponto, o dever de testemunhar a verdade histórica descoberta na América, Françoise Mélonio (1993: 30-31) escreve:

*Tocqueville regressa, pois, da América, investido*

*do dever de testemunhar. O primeiro volume da *Démocratie*, que publica em 1835, recebe desse objetivo apolítico os traços que fazem dele o brevíario da democracia moderna. A *Démocratie* é uma obra de auxílio ao povo em perigo (...). Ora, há urgência. Na Europa, 'os tempos se aproximam' do triunfo da democracia. Tocqueville assume a postura de um João-Batista da democracia clamando no deserto: 'acordai antes que seja tarde demais; o movimento democrático 'não é, ainda, suficientemente rápido como para desesperar de dirigí-lo. A sorte (das nações europeias) está nas suas mãos, mas bem cedo lhes escapa'. E que não se diga que é tarde demais para tentar'. Contra os profetas das desgraças, os resignados, Tocqueville faz um apelo aos franceses para que, sem delongas, tomem o seu destino nas suas mãos, a exemplo da América. Como os profetas e os pregadores, Tocqueville argumenta com os riscos de uma 'conversão tardia'.*

**Estrutura geral e idéias fundamentais de *La Démocratie en Amérique***

O principal trabalho de Tocqueville constituiu, inici-

22. Carta inédita a Orglandes de 24.11.1834, apud Mélonio, 1993: 30.

almente, duas obras, as chamadas popularmente Primeira e Segunda Democracia. A primeira foi editada em 1835, em dois volumes. A segunda apareceu em 1839, em 4 volumes. A Primeira Democracia constituiu mais uma descrição do que do nosso autor observou na América. Já na Segunda Democracia encontramos uma dimensão mais abstrata. Conforme salientou Pierre Larousse (1865b), a obra de Tocqueville sobre a democracia americana se divide, quanto ao fundo, em duas partes: na primeira, vê-se um observador que analisa; na segunda, um pensador que medita e julga.

A elaboração da obra foi complexa, não tendo se limitado o seu autor à reprodução das notas de viagem. Profunda meditação sobre os materiais coletados, bem como sobre as relações entre os sistemas políticos americano e francês, precederam a escrita de *La Democratie*. Estudioso do caminho percorrido por Tocqueville na elaboração dessa obra, James T. Schleiter (1980:15-16) escreve:

*A primeira viagem de Alexis de Tocqueville à América do Norte concluiu em 20 de fevereiro de 1832, data em que o navio Le Havre partiu*

*de Nova York rumo à França. Mas a sua visita de nove meses tinha sido somente o prólogo de uma segunda viagem, que se estenderia pelos oito anos seguintes à composição de *A democracia na América* (...). Há tempo os intelectuais perceberam o fato de que os ingredientes que compõem *A Democracia* são muitos e variados. Alguma coisa deve o livro ao ambiente em que se movimentava Tocqueville, particularmente ao panorama intelectual e político da França de começo do século XIX. A obra revela os estígmas da juventude e a educação do autor. Baseia-se nas intensas experiências de primeira mão, que ele e Gustave de Beaumont tiveram dos Estados Unidos e do presidente Jackson. Responde também às cartas e ensaios de amizades norte-americanas e européias que lhe ajudaram; a uma longa lista de materiais impressos; às opiniões e críticas de parentes e amigos, que leram os primeiros rascunhos às suas experiências na França durante a redação de *A Democracia*; responde, por último, às suas crenças, dúvidas e ambições pessoais. No entanto, a narração da elaboração do livro exige uma*

*reavaliação geral dessas fontes e, ao mesmo tempo, coloca questões mais específicas. Quando e em que medida determinados homens, livros ou acontecimentos afetaram *A Democracia*? As leituras de Tocqueville e as suas conversas acerca dos diferentes temas, eram adequadas? Como conciliava ele, opiniões e informações contraditórias? Quais as fontes que, em última instância, eram as mais importantes? Revela os rascunhos ou manuscritos de trabalho algumas raízes novas não suspeitadas.*

Embora conscientes dessa complexidade, consideramos que é possível se ter uma idéia geral da obra. É o que tentaremos fazer nas páginas seguintes. O fato que mais impressionou a Tocqueville no seu primeiro contato com a América foi, a igualdade da sociedade americana. Mas, ao mesmo tempo, ele descobriu que se tratava de uma democracia alicerçada na defesa da liberdade. Depois de ter salientado as principais características físicas da América do Norte, Tocqueville passou a identificar as populações que, fugindo das perseguições religiosas na Europa, vieram para a América a fim de tentar uma nova

88 foma da convívio religioso e político. A essa busca veio somar-se, no sentido do nosso autor, a igualdade civil e política, garantida pela divisão da terra desde o período colonial. Foram fatores que concorreram à prosperidade das calórias anglo-americanas e que se somaram a outras variáveis: os costumes puritanos, a poupança, fruto do espírito de trabalho, bem como um certo desleixo da Metrópole que, já adiantado o século XVIII, terminaria sendo decisivo para o momento independentista<sup>23</sup>.

A prática política e administrativa das Colônias anglo-americanas terminou consagrando alguns princípios que eram, em geral, desconhecidos dos países europeus, como a participação direta do povo nos negócios públicos, notadamente nas comunas, o voto livre do imposto, a responsabilidade dos agentes do poder, a liberdade individual e o julgamento pelo júri. Tocqueville destacou no seu estudo que, enquanto a liberdade se desenvolvia na ordem civil e política na América, a religião presidia no terreno moral,

fundando os direitos sobre a base firme dos deveres, eticamente justificados.

Depois de o nosso autor ter assinalado, de forma bastante detalhada, os efeitos sociais da igual partilha da propriedade nas sucessões, passou a analisar a forma em que, paralelamente, a inteligência também estava mais ou menos distribuída de forma equilibrada. Não encontrou Tocqueville, na América, grandes individualidades que brilhassem pela sua inteligência, como na Europa. Mas constatou que o bom senso e um nível básico de instrução estavam democraticamente distribuídos na população do vasto país. Nos Estados Unidos, destacava ele, a soberania do povo domina e ainda gaverna, e ela se exerce pelo sufrágio universal. A União americana, destacava, compõe-se de Estados, cada um dos quais se divide em comunas e condados. No seu entender, a comuna parecia surgida das mãos de Deus como primeiro refúgio da liberdade e não dependia senão dela própria, em tudo que se relacionasse ao convívio dos cidadãos. A comuna era enxergada por Tocqueville como um foco de febril atividade social e de sadias emulações. O condado,

por sua vez, seria o equivalente do *arrondissement* francês; caracteriza-se porque é puramente administrativo e judiciário, não é eletivo e pauta juridicamente a ação das comunas. O governo americano, considerava nosso autor, age como a Providência, sem se revelar. O poder é, sem dúvida, o auxiliar da lei. Mas o soberano é a lei mesma.

Sendo o poder respeitado no seu princípio, justamente pelo fato de ser enxergado não como sobranceiro à sociedade, mas como o seu instrumento, ele não era concebido pelos anglo-americanos como algo que devesse se concentrar numa única mão, à maneira do absolutismo europeu, mas como uma instância que deveria ser dividida, a fim de que a sua ação se mitigasse. Tocqueville apontava, surpreendido, para o fato de não existir na América nenhum centro geral da administração. O que não significava que as decisões fomadas pelos poderes legitimamente constituídos fossem fracas. Em nenhuma outra parte do mundo, considerava Tocqueville, a ação governamental é mais poderosa, justamente porque brota do concurso da maioria. Nossos autor não deixava de apontar para o risco da tira-

23. Cf. Larrousse, 1865; 1865a; 1865b; Friedman, 1956; Jardin, 1984; 1991; Mélomio, 1993

nia da maioria, que essa prática anglo-americana pressupunha.

De outro lado, Tocqueville observava que o poder judiciário ocupa um lugar de destaque na sociedade americana. Sua influência estende-se da ordem civil à política. Aos atributos que em todas partes caracterizam a ação da Justiça juntava-se, na América, o de exercer um controle indireto sobre os outros poderes, alicerçada na interpretação da Constituição, mais do que das leis, mas somente em casos particulares.

Depois de ter exposto a organização civil, jurídica e política do Estado, Tocqueville passava a examinar a Constituição Federal da União. Nossa autor achava interessante se adentrar no espírito que animava essa Carta, bem como nas relações das instituições políticas federais. A unidade política reside nas atribuições soberanas assinaladas à União. A unidade judiciária é constituída por uma corte suprema, que interpreta as leis e que regulamenta os diferentes entre os estados; o princípio da independência dos estados é representado pelo Senado; a Assembléia dos representantes encarna o

dogma da soberania nacional. Ao poder legislativo o Senado junta o poder judiciário e político. Já o poder executivo é vigiado, mas não dirigido, pelo Senado e per-

ricano se movimentar e se agitar: a liberdade de imprensa e o espírito de associação. Mas é a liberdade de associação que parece ser o princípio vital: ele se aplica a tudo,

***A prática, aceita pela Constituição americana, da reeleição do Presidente coloca-o, no sentir de Tocqueville, a serviço do despotismo da maioria.***

sonifica-se no Presidente, a fim de que a sua responsabilidade seja mais completa. O primeiro mandatário está munido com o poder do voto suspensivo.

A prática, aceita pela Constituição americana, da reeleição do Presidente coloca-o, no sentir de Tocqueville, a serviço do despotismo da maioria. O único motor de todo esse mecanismo é o povo. Sob o império da organização comunal, do sufrágio universal e do tribunal do júri, o povo se administra a si mesmo na América, faz e aplica as leis. Os partidos que, nos sufrágios, fossem relegadas à categoria de minoria política, renunciam à prática da violência e assumem o compromisso de tentar vencer seus adversários mediante a persuasão e a prática parlamentar. Nossa autor assinalava dois caminhos que permitiam ao povo ame-

desde às decisões mais co-mezinhas da vida civil, até aos atos mais importantes da soberania nacional. Nossa autor chamava a atenção para a fato de que a mutabilidade da administração e da legislação era consequência do governo eletivo.

O princípio do mandato imperativo, adotado nos Estados Unidos, parecia a Tocqueville, estimulara despotismo da maioria, mal que o autor apontava como ameaça para o futuro da liberdade americana. Esse despotismo, no sentir dele, corre o risco de instaurar o reino da mediocridade a paralisar os espíritos. Nem Molière nem La Bruyère poderiam pensar e escrever livremente acerca do ridículo dos políticos ou dos vícios do povo americano, caso fossem cidadãos os Estados Unidos. Esse despotismo, contudo, aponta Tocqueville, é tem-

perado pelos costumes em geral, pela divisão do poder, pela ausência de qualquer centralização administrativa, pela influência dos advogados, bem como pela ação do tribunal do júri. Nossa autor se perguntava se as leis e os costumes políticos imperantes na América seriam suficientes para manter vivas as instituições democráticas, em qualquer outro lugar do planeta. Responde afirmativamente.

Tocqueville traçava um quadro bem dramático do relacionamento entre os três grupos raciais presentes na América: os índios, os negros e os brancos.

Em relação aos índios, destacava com perplexidade que, justamente no país em que a liberdade dos cidadãos fez mais progressos, *os selvagens da América do Norte só tinham dois meios de escapar à destruição: a guerra ou a civilização*. Já que os aborígenes não podiam fazer a guerra, em decorrência da sua evidente inferioridade numérica e técnica, Tocqueville analisava esta paradoxal questão *porque não desejam civilizar-se quando o poderiam fazer, e não mais o podem quando chegam a desejá-lo*. Nossa pensador desenhava com cores sombrias, outrossim, o futuro da

problemática do negro. De forma irônica, numa sociedade em que tinha se realizado o ideal da igualdade, *o preconceito dos brancos contra os negros parece tornar-se mais forte à medida que se destrói a escravidão*. E, numa espécie de premonição acerca do futuro das relações internacionais no século XX, previa que russos e americanos elevar-se-iam até o primeiro lugar no contexto de todas as nações, pois um designio secreto da Providência os chamava a partilhar um dia o império do mundo.

Logo após ter estudado a influência geral que a democracia tinha sobre o desenvolvimento intelectual, moral, civil e político da sociedade americana, face a outras sociedades da época, e após ter identificado as virtudes e os vícios da mesma, nosso autor passava à conclusão do seu estudo. O individualismo, solidamente alicerçado na prática do livre exame, converteu-se em traço marcante da sociedade americana. No entanto, essa característica foi mitigada pela influência da religião, que se estruturou separada da ordem política. As grandes verdades morais, destarte, conservaram o seu salutar império.

Mas Tocqueville apontava, na sua conclusão, um paradoxo: a sociedade americana professava, paralelamente, um grande amor ao conforto e ao bem-estar material. Esse confronto entre religião e materialismo, talvez se encontre solucionado graças à mediação, na sociedade americana, da ética do trabalho. O trabalho produtivo, quaisquer que fossem as condições em que era praticado, tinha alta relevância social. Na América, destacava outrossim nosso autor, a indústria e o comércio predominam sobre a agricultura. Emerge daí uma aristocracia manufatureira que explora e degrada o operário. No que tange à organização familiar, impressionava ao nosso autor o fato de que a tutela paterna, nos Estados Unidos, fosse abandonada facilmente. As crianças são, do ponto-de-vista social, quase iguais aos pais. Não se observam, na sociedade americana, esses traços de acentuado paternalismo do chefe de família, que se encontravam nas sociedades europeias do século XIX. Inferior na sociedade, a mulher, nos Estados Unidos, é elevada ao nível do homem na intimidade. A noção de honra está, de outro lado, em franca decadência.

O amor ao lucro sobrepõe-se ao espírito militar.

Face aos graves problemas da democracia apontados na obra, Tocqueville não escondia as contradições presentes na sociedade americana. A mais importante delas, já mencionada, é o risco do despotismo da maioria. Esse perigo era tanto menos forte, na América, quanto grande era, nessa sociedade, a tradição de defesa da liberdade. Nossa autor, evidentemente, chamava a atenção para o fato de tal risco ser maior numa sociedade que se esqueceu de lutar ardentemente pela liberdade, como a francesa do período da monarquia de Luis Filipe.

### Repercussão passada e presente da meditação de Tocqueville

A publicação da *Primeira Democracia* granjeou a Tocqueville o reconhecimento da sociedade francesa. Nossa autor passou a ser convidado habitual dos salões mais exclusivos de Paris, como o da duquesa de Dino que era freqüentado pelo velho Talleyrand, Royer-Collard, Berryer e pelo duque

de Noailles. Outros salões por ele freqüentados foram o de Madame D'Arguesseau, o de Madame Ancelot, o de Madame Récamier, situado em L'Abbaye-au-Bois, etc.

Nada melhor para auferir a repercussão da obra de Tocqueville na sua época, do que transcrever o parecer da Academia Francesa, quando da premiação do nosso autor, em 1836. O porta-voz da Academia, Villemain, afirmou no seu discurso<sup>24</sup>:

*Encontram-se reunidas aí a grandeza da matéria, a novidade das pesquisas, a elevação das perspectivas. De qualquer ângulo que se considere, o governo e a sociedade dos Estados Unidos são um problema curioso e inquietante para a Europa. Discutir esse problema, analisar esse novo mundo, mostrar as suas analogias com o nosso e as suas insuperáveis diferenças, ver transplantadas ao seu lugar de origem e desenvolvidas, num alto grau de crescimento, algumas teorias que agitam a Europa e julgar assim o que, mesmo no meio de uma natureza feita expressamente para elas, falta ao seu sucessor ou tangencia a duração e as torna de entrada impossíveis, eis sem dúvida uma das mais graves lições que*

*poderia dar o publicista amigo da humanidade, e tais são os resultados involuntários ou buscados do trabalho de Monsieur de Tocqueville (...). Uma das belas características do seu livro é a de ser um protesto contra toda iniquidade social, de qualquer um que a autorizar (...). Habil apreciador dos grandes princípios da imprensa livre e do júri, lamenta-se de vê-los às vezes esvaziados na América, por essas correntes uniformes de opinião, que ele chama de despotismo intelectual da maioria e, por esse caminho, indica como seria conveniente um tipo de governo mais concentrado, menos popular para beneficiar esses mesmos princípios e lhes conferir força, encontrando neles apoio. Tal é o livro de Monsieur de Tocqueville. O talento, a razão, a amplitude de visão, a firme simplicidade do estilo, um eloquente amor ao bem caracterizam esta obra, não deixando à Academia a esperança de coroar tão cedo outras obras semelhantes.*

Apreciação positiva, não há dúvida, mas cautelosa. Nada de projeções diretas da análise tocquevilliana sobre a realidade francesa da época.

Apreciação ponderada, porém mais aberta às suas te-

24. Apud Pierre Larousse, 1865a: vol. 6, pg. 408.

ses fundamentais, fez da obra de Tocqueville, entre nós, Paulino Soares de Souza, visconde de Uruguai (1960: 343-418). O grande estadista do Império valorizava em *A Democracia na América*, a defesa da descentralização administrativa entre os americanos. Mas considerava que a descentralização, tal como existia nos Estados Unidos, pressupunha uma tradição política que era alheia ao Brasil. O *self-government*, não sendo uma prática decantada na realidade brasileira, mal poderia ser pressuposto no nosso meio, a fim de nele alicerçar a descentralização administrativa. No entanto, considerava Paulino Soares de Souza (1960: 418), *há muito o que estudar nesse sistema, por meio de um esclarecido edetismo. Cumpre porém conhecer-lo a fundo, não o copiar servilmente como o temos copiado, muitas vezes mal, mas sim acomodá-lo com critério, como convém ao país (...). Cumpre distinguir acuradamente quais sejam esses negócios para evitar confusão, usurpações e conflitos, e, a respeito deles, dar mais largas ao self-government entre nós, reservada sempre ao poder central aquela fiscalização e tutela*

*que ainda mais indispensáveis são em países nas circunstâncias do nosso (...).*

A obra de Alexis de Tocqueville, neste século, somente começou a ser valorizada na França a partir dos anos cinqüenta. Segundo Françoise Mélonio (1993), pode-se distinguir três momentos na re-leitura que os franceses têm feito da obra de Tocqueville, ao longo do século XX: em primeiro lugar, os anos cinqüenta, época em que Raymond Aron estimula uma reflexão sobre os regimes, centrada na leitura da Primeira Democracia. Em segundo lugar, os anos sessenta, período no qual os sociólogos, filósofos e etnólogos focalizam a Segunda Democracia, aprofundando a concepção tocquevilliana acerca da cultura democrática. Em terceiro lugar, os anos setenta, período no qual François Furet e o grupo dos seus colaboradores (entre os quais se situa Françoise Mélonio), reunidos no *Centro de Recherches Politiques Raymond Aron* (entidade ligada à *École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris*), deram ao trabalho de Tocqueville intitulado *L'Ancien Régime et la Révolution* (editado pela primeira vez em 1856) um lu-

gar de destaque na interpretação da história da França.

A respeito do significado desse triplo enfoque por parte dos estudiosos franceses, Françoise Mélonio (1993: 274) escreve:

*Três leituras que se sucedem mas que também se interrelacionam, pois pertencem ao mesmo universo intelectual. Todas nascem de um encontro frutífero com a cultura americana e colocam como cerne da reflexão a comparação entre Europa e América; todas elas buscam reintroduzir a liberdade como critério central nas ciências sociais, que se tinham constituído na hipertrofia de uma positividade cega.*

Raymond Aron, lembra com propriedade Françoise Mélonio, considerava que as sociedades ocidentais se polarizaram, ao longo do presente século, ao redor de dois modelos de democracia: o totalitária, que seguiu as pegadas de Jean-Jacques Rousseau e que terminou sendo encampado pelo pensamento de Marx, e o liberal, herdeiro dos ensinamentos de Tocqueville. Ao passo que o primeiro modelo seduziu a intelectualidade europeia até os anos trinta, o segundo passou a ser valorizado quando foram sentidas as

catastróficas consequências do totalitarismo, ao longo das décadas de 40 e 50.

A indiscutível atualidade de Tocqueville na cultura francesa hodierna decorre, com certeza, da sua defesa incondicional da liberdade no contexto da tradição democrática. A respeito, Françoise Mélonio (1993: 304) conclui:

*A obra de Tocqueville tem um alcance diferente pelo fato de ser um elo história do liberalismo, depois de Montesquieu ou Constant e antes do liberalismo democrático moderno (...). A obra de Tocqueville nos interessa, pois, menos pela linhagem na qual se insere, do que pelo seu exotismo. Aristocrata por instinto e democrata por razão, na encruzilhada das duas culturas, a americana e a francesa, Tocqueville tem sido tradição democrática.*

Poderíamos afirmar que, no Brasil hodierno, o pensamento de Tocqueville também merece aprofundado estudo, toda vez que descobrimos — como fez o grande pensador na França do século XIX — a falência do democratismo patrimonialista, e passamos a valorizar uma versão de democracia consentânea com o exercício da liberdade e o funciona-

mento das instituições do governo representativo. De forma semelhante a como a reflexão de Tocqueville sobre a sociedade e as instituições americanas iluminou a trilha pela qual deveria enveredar a França pós-revolucionária, também podemos aproveitar as suas análises acerca da problemática democrática na América e no Velho Mundo, para encontrarmos o caminho que devemos trilhar, neste final de milênio, no Brasil e na América Latina, na caminhada rumo à plena democracia.

### O PENSAMENTO DE ALEXIS DE TOCQUEVILLE NA SUA OBRA DE MURIDADE: *L'ANCIEN RÉGIME ET LA RÉVOLUTION*

*L'Ancien Régime, no contexto do despotismo de Luis Napoleão*

*L'Ancien Régime et la Révolution* corresponde, na agitada vida intelectual de Tocqueville, à obra da maturidade. A sua elaboração foi, no espírito do nosso autor, um bálsamo para as feridas morais causadas pela atividade política.

Tocqueville opôs-se decididamente ao golpe-de-Estado desfechado pelo presiden-

te Luis Napoleão, em 2 de dezembro de 1851. Junto com outros membros ilustres da Câmara dos Deputados foi preso e conduzido, já doente, a Vincennes. Tão grande foi o desagrado que causou a Tocqueville esse atentado do absolutismo que, como frisa André Jardin (1988: 369) (...)*jamais perdoou ao seu autor a afronta feita à representação nacional e à perda das liberdades públicas.*

Assim exprimia Tocqueville o seu repúdio à aventura militarista, em carta dirigida a um conterrâneo seu, em 14 de dezembro de 1851:

*O que acaba de acontecer em Paris é abominável, no fundo e na forma, e quando se conhecem os detalhes, parecerão ainda mais cruéis que todo o acontecimento. Quanto a este, já se encontrava em germe desde a revolução de fevereiro, como o pintinho no ovo; para fazê-lo sair, não faltava mais do que o tempo necessário de incubação. A partir do momento em que se viu aparecer o socialismo, devia ter-se previsto o reino dos militares. Um geraria o outro. Eu esperava isso há algum tempo e, embora sinta muita pena e dor pelo nosso país, e uma grande indignação*

contra certas violências ou baixarias, que vão além do aceitável, estou pouco surpreendido ou perturbado interiormente... Neste momento, a nação está com medo louco dos socialistas e deseja ardente voltar a encontrar o bem-estar, é incapaz, digo-o com pena, e indigna de ser livre... É necessário que a nação, que tem esquecido desde há 34 anos o que é o despotismo burocrático e militar... o prove de novo e, desta vez sem o ornato da grandeza e da glória<sup>25</sup>.

### A defesa da liberdade ameaçada

Tendo abandonado a vida pública, segundo escreve André Jardin (1988: 389; 1984: 460), Tocqueville encontra, na preparação ativa da obra projetada, o melhor remédio para a profunda tristeza que o invadia e, muito rapidamente, entrega-se a essa tarefa com paixão. A defesa da liberdade, ameaçada pelo binômio despótico socialismo/militarismo, eis o verdadeiro motivo que levou Tocqueville a essa apaixonada luta. Motivo, aliás, que está

presente na sua restante obra. Eis um testemunho claro dessa ampla motivação liberal, no prólogo de *L'Ancien Régime*<sup>26</sup>:

Alguns hão de acusar-me de mostrar neste livro um gosto muito intempestivo pela liberdade, a qual, segundo me dizem, é algo com que ninguém mais se preocupa na França. Só pedirei àqueles que me fariam esta censura, lembrar-se que esta tendência é muito antiga em mim. Há mais de vinte anos, falando de uma outra sociedade, escrevia quase textualmente o que vão ler aqui.

No meio das trevas do futuro, já podemos descobrir três verdades muito claras. A primeira é que, em nossos dias, os homens estão sendo levados por uma força desconhecida, que temos a esperança de poder regular e abrandar, mas não de vencer, e que os impele, suave ou violentamente, a destruir a aristocracia. A segunda é que, em todas as sociedades do mundo, aquelas que sempre encontrarão as maiores dificuldades para escapar por muito tempo ao governo absoluto, serão precisamente estas sociedades onde não há mais e que não pode haver uma aristocracia. A terceira é que em nenhum lu-

gar o despotismo poderá produzir efeitos mais nocivos do que nesse tipo de sociedade, porque mais do que qualquer outra espécie de governo, ele favorece o desenvolvimento de todos os vícios, aos quais essas sociedades são especialmente sujeitas, e assim as empurra em uma direção à qual uma inclinação natural já as fazia pender.

(...) Só a liberdade — conclui o nosso autor — pode combater eficientemente, nessa espécie de sociedades, os vícios que lhes são inerentes e pará-las no declive onde deslizam. Com efeito, só a liberdade pode tirar os cidadãos do isolamento no qual a própria independência de sua condição os faz viver, para obrigá-los a aproximar-se uns dos outros, animando-os e reuniendo-os cada dia pela necessidade de entender-se e de agradar-se mutuamente na prática de negócios comuns. Só a liberdade é capaz de arrancá-los ao culto do dinheiro e aos pequenos aborrecimentos cotidianos (...) para que percebam e sintam sem cessar a pátria, acima e ao lado deles. Só a liberdade substitui vez por outra o amor ao bem-estar por paixões mais energicas e elevadas, fornece à ambi-

25. Apud Jardin, 1988: 369

26. Tocqueville, 1988a: 93-95; 1989: 46-47

ção objetivos maiores que a aquisição das riquezas e cria a luz que permite enxergar os vícios e as virtudes dos homens. (...) Eis o que eu pensava e dizia há vinte anos. Tenho de confessar que desde então nada aconteceu no mundo que me levasse a pensar e falar diferentemente. Tendo demonstrado a boa opinião que eu tinha da liberdade num tempo em que alcançou o apogeu, não acharão ruim que nela eu persista quando a abandonam.

Trata-se, sem dúvida alguma, de uma profissão de fé liberal, que constitui o ponto de partida de toda a obra tocquevilliana.

### O processo de elaboração de *L'Ancien Régime*

O período de maturação da obra foi longo. Encontramos, aliás, um paralelismo muito significativo no processo de elaboração das duas grandes obras de Tocqueville. *La Démocratie en Amérique* foi precedida de longas reflexões que se estenderam de 1825 a 1835 e que, após a viagem de nove meses à América, tornaram-

se mais sistemáticas. Em relação a *L'Ancien Régime*, Tocqueville pensou nos temas centrais da obra entre 1836 e 1850; nesse último ano, ele amadureceu o projeto. Esses longos períodos de meditação prévia guiaram-no na elaboração do trabalho. Foram o momento de acúmulo de experiências e de conhecimentos sobre os quais o nosso autor se debruçou, para dar forma acabada às suas obras<sup>27</sup>.

O plano detalhado de *L'Ancien Régime et la Révolution* foi elaborado em dezembro de 1850, em Sorrento, na Itália, onde Tocqueville permaneceu até março de 1851, se recuperando de uma crise de tuberculose, doença que lhe causaria a morte anos mais tarde, em 1859. Ao longo de 1852, o nosso autor começou o seu trabalho de busca e organização de documentos, tendo realizado, também, uma enquéte na Normandia. O trabalho de documentação continuou em 1853, em Tours, onde nosso autor estudou os Arquivos da Intendência relativos ao século XVIII. Em 1854, entre os meses de julho e setembro, Tocqueville viajou à Alemanha, onde, em Bonn principalmente, estudou as

características da feudalidade. Ao longo de 1855, o autor deu forma final à obra, que apareceu publicada em junho de 1856 pelo editor Michel Levy, de Paris.

Frisávamos atrás que o período de maturação de *L'Ancien Régime* foi longo. Efetivamente, já em 1836 encontramos Tocqueville preocupado com os temas básicos da obra, conforme revela o artigo que publicou, a pedido de John Stuart Mill, na *London and Westminster Review*, sob o título de *Political and social condition of France*, que constituiu o primeiro trabalho de Tocqueville como historiador da França, e que foi posteriormente publicado em francês sob o título de *Etat social et politique de la France avant et depuis 1789*<sup>28</sup>.

### Finalidades de *L'Ancien Régime*

Antes de analisarmos as fontes compulsadas pelo nosso autor, identifiquemos as finalidades por ele perseguidas em *L'Ancien Régime*. Podêmo-las reduzir, basicamente, a quatro: a) explicar por que a Revolução, que já se preparava em outras partes da Europa, eclodiu pri-

27. Cf Jardin, 1984: 456-457

28. Tocqueville, 1988b; cf. Mélonio, 1988: 11

meiro na França; b) explicar por que os franceses, que deflagraram a Revolução em nome da liberdade, abandonaram cedo esse ideal; c) explicar por que as mudanças efetivadas pela Revolução Francesa, já estavam presentes, de forma imperceptível, no Antigo Regime; d) alertar os seus contemporâneos, à luz da análise feita, para os riscos que corria a liberdade na França de meados do século XIX<sup>29</sup>.

### Fontes consultadas por Tocqueville

Quanto às fontes consultadas, podem ser arroladas em duas grandes classes: bibliográficas e documentais. No que tange à bibliografia, era grande a lista de obras aparecidas na França, ao longo do período em que o nosso autor madureceu *L'Ancien Régime*. Entre 1820 e 1841, efetivamente, tinham sido publicadas as seguintes obras: *L'Histoire des Girondins*, de Lamartine; a primeira parte da *Histoire de la Révolution Française*, de Michelet; a *Histoire de la Révolution*, de Louis Blanc;

a *Histoire de la Révolution*, de Thiers (obra que Tocqueville leu ao terminar os seus estudos secundários, e cujo amoralismo o impressionou profundamente); a *Histoire du Consulat et de l'Empire*, de Thiers; a *Histoire de France*, de Michelet; a *Histoire de la Révolution*, de Miguet; a *Histoire du régime de Louis XVI pendant les années où l'on pouvait prévenir la Révolution*, de Droz; *Les considérations sur la Révolution Française*, de Madame de Staël; *L'Histoire parlementaire de la Révolution*, de Buchez e Roux, etc. Tocqueville conhecia essa bibliografia, em que pese o fato de não fazer referências explícitas a todas as obras<sup>30</sup>. Ainda no relacionado à bibliografia, Tocqueville (1988a: 88-89) frixa, de maneira genérica, que consultou também os *livros célebres que o século XVIII produziu*.

No que tange às fontes documentais, podem ser classificadas em quatro tipos: atos públicos do Governo e dos Intendentes; processos verbais das Assembléias de Estados; processos verbais das Assembléias Provinciais; por último, cadernos elaborados pelas três Ordens, em 1789. A essas fontes, poder-se-ia adicionar uma quin-

ta: a literatura panfletária, muito numerosa na época da Revolução. A respeito desse tipo de fontes, escreveu A Jardin (1984: 459):

*Quando da sua morte, ele deixaria uma rica coleção de jornais revolucionários, códernos dos Estados Gerais, discursos, endereços e outros impressos da mesma época. Ele adquiriu, sem dúvida, muitos desses documentos quando da elaboração do seu livro, mas nada impede pensar que alguns se encontravam anteriormente na biblioteca do castelo de Tocqueville e que ele pode conhecê-los antes desta época.*

Não foi fácil para Tocqueville desenvolver a pesquisa documental que deu sustentação a *L'Ancien Régime*. A sua preocupação básica era estudar a forma em que se efetivavam os negócios públicos, a fim de flagrar os hábitos administrativos do período pré-revolucionário. A respeito, o nosso autor escreve: (...)

*Mas, no que se refere à forma em que eram conduzidos os negócios, à prática verdadeira das instituições, à posição exata das classes, uma face às outras, à conduta e aos sentimentos dos que não se faziam ainda nem entender, nem ver, ao fundo mesmo das opiniões e dos*

29. Cf. Tocqueville, 1988a: 90-93; 1989: 44-46  
30. Cf. Jardin, 1984: 458-459

costumes, nós não temos mais do que idéias confusas e amêndoas furtivas (...). Dediquei-me a conhecer bem todos os atos públicos nos quais os franceses puderam, quando se aproximava a Revolução, mostrar as suas opiniões e os seus gostos.<sup>31</sup>

### Método de trabalho e modelo teórico seguidos por Tocqueville

Qual o método seguido pelo nosso autor em *L'Ancien Régime*? Poderíamos caracterizá-lo como de gênese histórica. As nações, como os organismos, possuem uma espécie de código genético que as caracteriza. Mesmo que aconteçam grandes movimentos revolucionários, não se perde a identidade primordial. As mudanças e as revoluções acontecem essencialmente vinculadas a essa identidade. Por isso, para entender a França de 1789, a França revolucionária, era necessário, no sentir de Tocqueville, interrogar a França do Antigo Regime. Ao estudar a França revolucionária, Tocqueville escreve no Prefácio de *L'Ancien Régime* (1988: 187-88; 1989: 43):

31. Tocqueville, 1988a: 88-89.

32. Tocqueville, 1988a: 90; 1989: 44.

33. Tocqueville, 1988a: 90, 1989: 44.

(...) eu tinha a convicção de que, sem sabê-lo, (os franceses) retiveram do antigo regime a melhor parte dos sentimentos, dos hábitos e das próprias idéias que os levaram a conduzir a Revolução que o destruiu e que, sem querer, serviram-se de seus destroços para construir o edifício da nova sociedade. De modo que, para bem compreender tanto a Revolução como sua obra, era preciso esquecer por um momento a França que vemos e interrogar, no seu túmulo, a que não existe mais, o que tenho tentado fazer aqui (...).

Essa idéia aparece clara em outros lugares do Prefácio, como por exemplo aqui:

À medida que progredia neste estudo, admirava-me ao rever em todos os momentos da França dessa época, muitos traços que impressionam na França de hoje. Reencontrava um sem-número de sentimentos que pensava nascidos da Revolução, um sem-número de idéias que até então achava oriundas exclusivamente dela, mil hábitos que só a ela são atribuídos, e por toda parte encontrava as raízes da sociedade atual profundamente implantadas nesse velho solo. Quanto mais me apro-

ximava de 1789, percebia mais distintamente o espírito que fez a Revolução formar-se, nascer e crescer. Via, pouco a pouco, desvendar-se aos meus olhos toda a fisionomia dessa Revolução. Já anunciarava seu temperamento, seu gênio: era ela própria. Lá não só descobria a razão do que ia fazer no seu primeiro esforço, mas talvez, ainda mais, o anúncio do que devia fundar com o tempo (...).<sup>32</sup>

Um pouco mais adiante, nosso autor afirma:

(...) a Revolução teve duas fases bem distintas: a primeira, durante a qual os franceses parecem abolir tudo que pertenceu ao passado; e a segunda, onde nele vêm retomar uma parte do que nele deixaram. Há um grande número de leis e hábitos políticos do antigo regime que desapareceram assim, repentinamente, em 1789, e que aparecem novamente alguns anos mais tarde, como certos rios que se afundam na terra para reaparecer um pouco mais adiante, mostrando as mesmas águas a novas margens.<sup>33</sup>

O modelo teórico que inspirou *L'Ancien Régime* foi a obra de Montesquieu intitulada *Considérations sur les causes de la grandeur des Romains et de leur*

*decadence*. Em relação a esse ponto, André Jardin (1984: 460) escreve:

(...) Montesquieu tinha uma tarefa mais cômoda ao trabalhar sobre uma história longínqua, livre de todos os fatos secundários, enquanto que, para uma época recente, e um período de dez anos, os fatos determinantes ficam atrelados aos detalhes. Ainda segundo Jardin (1984; *ibid.*), Tocqueville pretendia realizar na sua obra (...) um misto de história e de filosofia da história, intimamente ligadas.

### **Estrutura de O Antigo Regime e a Revolução**

A obra divide-se, nitidamente, em três grandes partes: a) essência, finalidade e efeitos da Revolução Francesa; b) raízes da Revolução Francesa no Antigo Regime; c) como se desenvolveu o processo revolucionário.

Na primeira parte, Tocqueville centra a atenção, especialmente, na análise das finalidades perseguidas pela Revolução Francesa. Desenvolve cinco capítulos com os seguintes títulos: *Julgamentos contraditórios que são enunciados sobre a Revolu-*

*ção na sua origem; Que o objetivo fundamental e final da Revolução não era, como se pensou, destruir o poder religioso e enervar o poder político; De como a Revolução francesa foi uma revolução política, que se processou à maneira das revoluções religiosas e por quê; Como quase toda a Europa teve precisamente as mesmas instituições e como essas instituições caíam em ruínas por toda parte; Qual foi a obra peculiar da Revolução francesa.*

Na segunda parte, o nosso autor desenvolve doze capítulos, com os seguintes títulos: *Por que os direitos feudais tornaram-se mais odiosos ao povo da França que em qualquer outro lugar; Que a centralização administrativa é uma instituição do Antigo Regime e não obra da Revolução ou do Império, como dizem; Como o que chamam hoje de tutela administrativa é uma instituição do Antigo Regime; Que a justiça administrativa e a estabilidade dos funcionários são instituições do Antigo Regime; Como a centralização conseguiu introduzir-se no meio dos antigos poderes e suplantá-los sem destruí-los; Dos costumes administrativos no Antigo Regime; Como a França era, entre*

*todos os países da Europa, aquele onde a capital tinha adquirido a maior preponderância sobre as províncias e melhor absorvia todo o império; Que a França era o país onde os homens tinham-se tornado os mais parecidos uns com os outros; Como esses homens tão semelhantes eram mais separados que jamais o foram em pequenos grupos, alheios e indiferentes uns aos outros; Como a destruição da liberdade política e a separação das classes foram a causa de quase todas as doenças que mataram o Antigo Regime; Da espécie de liberdade que se encontrava no Antigo Regime e de sua influência sobre a Revolução; Como, apesar dos progressos da civilização, a condição do camponês francês era às vezes pior no século dezoito, do que fora no século treze.*

Na terceira obra, Tocqueville desenvolve os seguintes capítulos: *Como, em meados do século dezoito os homens de letras tornaram-se os principais homens políticos do país e dos efeitos que disso resultaram; Como a irreligiosidade pôde tornar-se uma paixão geral e dominante entre os franceses do século dezoito e que espécie de influência isso teve sobre o*

*caráter da Revolução; Como os franceses quiseram reformas antes de querer liberdade; Que o reino de Luis XVI foi a época mais próspera da antiga monarquia e como esta prosperidade apressou a Revolução; Como sublevaram o povo ao querer aliviá-lo; De algumas práticas com as quais o governo ultimou a educação revolucionária do povo; Como uma grande revolução administrativa tinha precedido à revolução política e as consequências que isso teve; Como a Revolução surgiu naturalmente do estado de coisas que a antecedeu.*

Do simples enunciado dos capítulos que integram as três partes da obra, observa-se uma característica marcante: nosso autor deita por terra, de forma sistemática, um a um, os mitos revolucionários. E destaca que as grandes linhas da Revolução Francesa já se encontravam no Antigo Regime. Ou melhor: essas grandes linhas centralizadoras e igualitárias já estavam presentes antes, posto que o Antigo Regime tinha se esborrado não em 1789, mas com o surgimento e a posterior consolidação do Estado Moderno, na França de Luis XIV. Em que pese a sua posição

crítica, a análise do nosso autor não injustiça o grande movimento revolucionário de 1789. Tocqueville não hesita em indicar o aspecto positivo da Revolução Francesa: ela constituiu um singular momento de busca da liberdade face às tradições, cuja fachada ainda subsistia e, antes de mais nada, face ao Estado centralizador e despótico, administrado como mão de ferro pelos Intendentes do Rei. *O Antigo Regime e a Revolução* abria, portanto, nos estudos políticos franceses, um capítulo novo, de avaliação crítica do ciclo revolucionário, não para voltar ao passado, mas para completar a Revolução de 1789 no que ela teve de autêntico: a busca da liberdade. E para vacinar a França contra os vírus (persistência do centralismo despótico, intolerância e radicalismo), que converteram a gesta de 1789 numa doença social.

### **O fenômeno do centralismo na sociedade francesa**

Qual foi o fenômeno fundamental observado por Tocqueville na vida política da sociedade francesa da segunda parte do século XVIII? Sem dúvida alguma que esse fenômeno consistiu

na centralização. O nosso autor não deixa de constatar essa descoberta com surpresa (...) *Um estrangeiro* — escreve (Tocqueville, 1988a: 89) — *ao qual fossem liberaladas hoje todas as correspondências confidenciais que estavam contidas nos bilhetes do ministério do interior e das prefeituras, saberia muito mais sobre nós do que nós mesmos. No século XVIII, a administração pública já era (...) muito centralizada, muito poderosa, prodigiosamente ativa. Vela-famos ajudar sem cessar, impedir, permitir. Ela tinha muito para promover e muito para dar. Ela influenciava já de mil maneiras, não somente no andamento geral dos negócios, mas também na sorte das famílias e na vida privada de cada homem. De resto, ela permanecia sem publicidade, o que fazia com que as pessoas não tivessem medo de vir a expor aos seus olhos até as doenças mais secretas (...).*

O que mais incomodava ao nosso autor era o efeito político que o centralismo terminara causando na sociedade francesa: o despotismo. O centralismo tirava da sociedade a sua iniciativa e a transformava em eterno menor de idade perante o Es-

tado todo-poderoso. O grande mal causado à França pelo centralismo era antigo, no sentir de Tocqueville. A substituição paulatina do velho direito consuetudinário germânico pelo direito romano, situava-se nas origens de todos os males e era como que a fonte jurídica do processo centralizador que se alastrou depois a todos os aspectos da vida social. O despotismo é, na sua essência, centralizador. Acaba com as solidariedades locais e torna insensíveis os cidadãos às comuns desgraças e necessidades. O nosso autor descreve, de forma detalhada, o efeito deletério do despotismo, naquelas sociedades que, como a francesa, foram niveladas pelo centralismo avassalador do rei e os seus intendentes.

A propósito, escreve:

*Não havendo mais entre os homens nenhum laço de castas, classes, corporações, família, ficam por demais propensos a só se preocuparem com os seus interesses particulares, a só pensar neles próprios e a refugiar-se num estreito individualismo que abafa qualquer virtude cívica. Longe de lutar contra*

*essa tendência, o despotismo acaba tornando-a irresistível, pois tira aos cidadãos qualquer paixão comum, qualquer necessidade mútua, qualquer vontade de um entendimento comum, qualquer oportunidade de ações em conjunto, enclausurando-os, por assim dizer, na vida privada. Já tinham a tendência a separar-se: ele os isola; já havia frieza entre eles; ele os congela.<sup>34</sup>*

O nosso autor prossegue, no mesmo texto, com a descrição das desgraças causadas pelo despotismo centralizador:

*Nesse tipo de sociedades onde nada é fixo — acrescenta Tocqueville —, cada um sente-se constantemente aferroado pelo temor de descer e o ardor de subir e como o dinheiro, ao mesmo tempo que lá se tornou a marca principal que classifica e distingue os homens, também*

*adquiriu uma singular mobilidade, passando sem cessar de mãos em mãos, transformando a condição dos indivíduos, elevando ou rebaixando as famílias, que se não há mais ninguém que não tenha de fazer um esforço desesperado e contínuo para conservá-lo ou adquiri-lo. A vontade de enriquecer a qualquer preço, o gosto pelos negócios, o amor ao*

*lucro, a procura do bem-estar e dos prazeres materiais lá são portanto as paixões mais comuns. Essas paixões facilmente espalham-se em todas as classes, penetram mesmo naquelas até então mais alheias e conseguiram rapidamente enervar e degradar a nação inteira se nada viesse pará-las. Ora, faz parte da própria essência do despotismo favorecer as e espalhá-las. Essas paixões debilitantes ajudam-no, desviam e ocupam a imaginação dos homens, mantendo-os longe dos negócios públicos, e fazem com que a simples idéia de revolução os faça tremer. Só o despotismo pode fornecer-lhes o segredo e a sombra que deixam a cupidez à vontade e permitem angariar lucros desonestos ao desafiar a desonra. Sem ele teriam sido fortes, com ele reinam.*

Tão deletério para a constituição política de um povo é o despotismo, no sentir de Tocqueville, que chega até se esconder sob a aparência de honestidade da vida privada, tolhendo o surgimento de bons cidadãos.

*As sociedades democráticas que não são livres podem ser ricas, refinadas e até magníficas e poderosas, graças ao peso de sua massa*

34. Tocqueville, 1988a: 93-94; 1989: 46-71

homogênea; nelas podemos encontrar qualidades privadas, bons pais de família, comerciantes honestos e proprietários dignos de estima; nelas veremos até mesmo bons cristãos, pois a pátria daqueles não é deste mundo e a glória de sua religião é produzi-los na maior corrupção dos costumes e debaixo dos piores governos: o Império Romano na sua extrema decadência estava repleto deles. Mas o que nunca se verá em sociedades semelhantes, ouso dizer, são grandes cidadãos e principalmente um grande povo, e não tenho medo de afirmar que o nível comum dos corações e dos espíritos não cessará nunca de baixar enquanto houver a união da igualdade e do despotismo.<sup>35</sup>

Pareceria, do exposto, que a liberdade é a condição menos natural ao homem e que o despotismo é o clima que melhor responde à sua natureza. Nada mais falso, no sentir de Tocqueville. A busca da liberdade é essencial ao ser humano. O despotismo ocorre, portanto, contrariando as tendências naturais humanas. Somente vinga ali onde o despotista quer, com mão de ferro, toda a liberdade.

35. Tocqueville, 1988a: 95; 1989: 47

36. Idem, 1988a: 95-96; 1989: 47

de para si e desconhece esse direito aos demais. A respeito, o nosso autor escreve:

(...) Qual o homem com uma natureza tão baixa que preferiria depender dos caprichos dos seus semelhantes, que seguir as leis que ele próprio contribuiu a estabelecer, caso considerasse que a sua nação tinha as virtu-

tico, aplicava-se, em primeiro lugar, à França revolucionária. Em que pese o fato das juras libertárias dos jacobinos, no entanto a Revolução terminou sendo degluti- da pelos velhos hábitos centralizadores e despóticos. Nossa autor cita, para confirmar essa apreciação, as pa- lavras que Mirabeau escrevia

**Tão deletério para a constituição política de um povo é o despotismo, no sentir de Tocqueville, que chega até se esconder sob a aparência de honestidade da vida privada, tolhendo o surgimento de bons cidadãos.**

des necessárias para fazer bom uso da liberdade? Acho que este homem não existe. Até os despotas não negam a excelência da liberdade. Somente que a querem só para eles e sustentam que todos os outros não são dignos dela. Assim não é sobre a opinião que se deve ter sobre a liberdade que existem divergências, e sim sobre a menor ou maior estima em que se têm os homens. E é assim que se pode dizer, a rigor, que o gosto mostrado para o governo absoluto está em relação exata com o desprezo que se tem para com o seu país (...).<sup>36</sup>

O que Tocqueville afirma do centralismo despótico

secretamente ao rei, menos de um ano depois de ter eclodido a Revolução:

Comparemos o novo es- tado das coisas com o anti- go regime: lá nascem os consolos e as esperanças. Uma parte dos atos da Assembléia Nacional — a mais conside- rável — é evidentemente fa- vorável ao governo monár- quico. Não significará nada ser sem parlamento, sem go- verno de Estado, sem corpo de clero, de privilegiados, de nobreza? A idéia de formar uma só classe de cidadãos teria agradado a Richelieu: esta superfície igual facilita o exercício do poder. Alguns reinos de um governo abso- luto não teriam em prol da

autoridade real quanto este único ano de Revolução.<sup>37</sup>

Arguto e crítico observador do fenômeno revolucionário, Tocqueville comenta as palavras de Mirabeau, destacando o caráter cosmético da Revolução de 1789, no que tange ao despotismo centralizador. O processo revolucionário fez ruir um governo e um reino, mas sobre as suas cinzas ergueu um Estado muito mais poderoso que o anterior.

Como o objetivo da Revolução Francesa não era tão-somente mudar o governo mas também abolir a antiga forma de sociedade,

teve de atacar-se, ao mesmo tempo, a todos os poderes estabelecidos, arruinar todas as influências reconhecidas, apagar as tradições, renovar os costumes e os hábitos e esvaziar, de certa maneira, o espírito humano de todas as ideias sobre as quais se assentavam, até então, o respeito e a obediência. De lá, seu caráter tão singularmente anárquico.<sup>38</sup>

Mas afastemos esses resquícios — prossegue Tocqueville — e perceberemos um poder central imenso que atraiu em sua unidade todas as parcelas de autoridade e influência antes disseminadas numa porção de poderes secundários, de ordens, de classes, profissões, famílias e in-

divíduos, por assim dizer espalhados em todo o corpo social. Não se tinha visto no mundo um poder semelhante desde a queda do Império Romano. A Revolução criou esta nova potência ou, melhor, esta saiu das ruínas feitas pela Revolução. Os governos que fundou são mais frágeis, é verdade, porém são cem vezes mais poderosos que qualquer um daqueles que derrubou (...). Foi dessa forma simples, regular e grandiosa que Mirabeau já entrevia atrás da poeira das velhas instituições meio destruídas. Apesar de sua grandeza, o objeto ainda era invisível para os olhos da multidão: mas, pouco a pouco, o tempo foi expondo esse objeto a todos os olhares (...).

37. Apud Tocqueville, 1989: 56.

38. Idem: 56-57.



## BIBLIOGRAFIA

- BOURRICAUD, François (1983), "Préface". In: Jean-Claude Lamberti. *Tocqueville et les deux démocraties*. Paris: PUF, 1983, pgs. 1-8.
- CHEVALLIER, Jean-Jacques (1973). *As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias*. (Prefácio de A. Siegfried; tradução de L. Christina). 2<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Agir.
- FRIEDMAN, Francis (1956). *Breve historia de los Estados Unidos*. Buenos Aires: Agora, vol. I.
- JARDIN, André (1984). *Alexis de Tocqueville 1805-1959*. Paris: Hachette. (Tradução ao espanhol de R. M. Burchfield e N. Sancholle-Henraux). México: Fondo de Cultura Económica, 1988.
- JARDIN, André (1991). "Introduction et chronologie". In: Alexis de Tocqueville, *Oeuvres*. (édition publiée sous la direction de A. Jardin, avec la collaboration de F. Mélonio et L. Queffélec). Paris: Gallimard, pgs. IX-LX. Pléiade.
- LAMBERTI, Jean-Claude (1983). *Tocqueville et les deux démocraties*. (Préface de F. Bourrivaud). Paris: PUF.
- LAROUSSE, Pierre (1865a). "Démocratie en Amérique (De la)". In: *Grand dictionnaire universel XIXe siècle*. Paris: Larousse, vol. 6, pgs. 407-408.
- LAROUSSE, Pierre (1865b). "Tocqueville (Alexis-Charles-Henri Clerel de)". In: *Grand dictionnaire universel du XIXe siècle*. Paris: Larousse, vol. 15.

- MÉLONIO, Françoise (1988). "Préface, in: Alexis de Tocqueville, *L'Ancien Régime et la Révolution*. (Préface, notes, chronologie et bibliographie par F. Mélionio). Paris: Flammarion, pgs. 7-37.
- MÉLONIO, Françoise (1993). *Tocqueville et les français*. Paris: Aubier.
- MONTAIGNE, Michel de (1987). *Ensaios I*. (Tradução de S. Milliet). 4<sup>a</sup> edição. São Paulo: Nova Cultural. Os Pensadores.
- MONTAIGNE, Michel de (1988). *Ensaios II e III*. (Tradução de S. Milliet). 4<sup>a</sup> edição. São Paulo: Nova Cultural. Os Pensadores.
- MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat (1982). *Do espírito das leis*. (Tradução de F. H. Cardoso e L. Martins Rodrigues). Brasília: Editora da UNB; Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho.
- PAIM, Antônio (organizador) (1987). *Evolução histórica do Liberalismo*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- PENNA, José Osvaldo de Meira (1987). "O pensamento de Tocqueville", in: Antônio Paim (organizador), *Evolução histórica do Liberalismo*. Belo Horizonte: Itatiaia, pgs. 45-56.
- ROSANVALLON, Pierre (1985). *La moment Guizot*. Paris: Gallimard.
- SCHLEIFER, James T. (1987). *Como nació "La Democracia en América" de Tocqueville*. (Tradução de R. Ruza). 1<sup>a</sup> edição. México: Fondo de Cultura Económica.
- SOUZA, Paulino Soares de, visconde de Uruguai (1960). *Ensaios sobre o direito administrativo*. (Apresentação de T. Brandão Cavalcanti). Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. (s. f.). *Quinze jours au désert*. Paris: Éditions 14 bis.
- TOCQUEVILLE, Alexis de (1977). *A Democracia na América*. (Tradução, prefácio e notas de N. Ribeiro da Silva). 2<sup>a</sup> edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp.
- TOCQUEVILLE, Alexis de, (1988a). *L'Ancien Régime et la Révolution*. (Préface, notes, bibliographie, chronologie par F. Mélionio). Paris: Flammarion.
- TOCQUEVILLE, Alexis de, [1899]. *O Antigo Regime e a Revolução*. (Apresentação de Z. Barbu; introdução de J. P. Mayer; tradução de Y. Jean). Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Hucitec.
- TOCQUEVILLE, Alexis de (1988b). "État social et politique de la France avant et depuis 1789", in: *L'Ancien Régime et la Révolution*. (Préface, notes, bibliographie, chronologie par F. Mélionio). Paris: Flammarion, pgs. 41-85.
- TOCQUEVILLE, Alexis de (1988c). "Fragments sur la Révolution: deux chapitres sur le Directoire". In: *L'Ancien Régime et la Révolution*. (Préface, notes, bibliographie, chronologie par F. Mélionio). Paris: Flammarion, pgs. 375-403.
- TOCQUEVILLE, Alexis de (1991). *Oeuvres*, I. (Introduction et chronologie par A. Jardin, avec la collaboration de F. Mélionio et L. Queffélec). Paris: Gallimard, La Pléiade.
- TOUCHARD, Jean (1972). *História de las ideas políticas*. (Tradução ao espanhol de J. Pradera). 3<sup>a</sup> edição. Madrid: Tecnos.
- VÉLEZ-RODRÍGUEZ, Ricardo. (1993). "La crítica de Tocqueville al determinismo histórico", in: *Nueva Frontera*, Bogotá, n. 964, pgs. 18-19.
- WEHLING, Arno. (1985) "Tocqueville e a razão histórica", In: *Anais da IV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, pgs. 103-108.

# REVISTA DO Exército Brasileiro

*Seja assinante do periódico mais antigo do Exército Brasileiro, em circulação há mais de um século, sempre levando à tropa e ao meio civil, artigos variados sobre a vida da caserna, temas históricos e técnico-profissionais.*

REVISTA DO  
Exército Brasileiro

ESTA  
DO I

REVISTA DO  
Exército Brasileiro



REVISTA DO  
Exército Brasileiro



REVISTA DO  
Exército Brasileiro



REVISTA DO  
Exército Brasileiro



*Basta remeter um cheque em nome da Biblioteca do Exército, constando no verso, a finalidade do mesmo e V. receberá em seu endereço, os quatro números anuais*

**LIGUE GRÁTIS**  
**(0800) 238365**

E-mail: [bibliex@ism.com.br](mailto:bibliex@ism.com.br)

**Veja no final deste número,  
o PEDIDO DE ASSINATURA,  
com maiores informações.**

**ASSINATURA ANUAL**

Brasil - R\$ 15,00  
Exterior - US\$ 30,00

# Democracia e Estado de Direito<sup>1</sup>

Reis Friede\*

Partindo de considerações sobre conceitos de *democracia*, *Estado democrático* e *Estado de direito*, o artigo aprecia a sua prática no Brasil, nos períodos recente e no atual.

**D**emocracia (do grego *demo-kratia*) se traduz, em termos amplos, pelas expressões *governo do povo*, *soberania popular* e *democratismo*, podendo ainda ser entendida como a doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição eqüitativa do poder (*regime de governo que se caracteriza, em essência, pela liberdade do ato eleitoral, pela divisão dos poderes e pelo controle da autoridade*). Aurélio Buarque

de Holanda Ferreira in *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 2<sup>a</sup> ed., Nova Fronteira, RJ, 1986, p. 534.)

Em termos históricos, por outro lado, é lícito afirmar que a expressão democracia evoluiu do conceito básico de forma de governo<sup>2</sup> para a noção contemporânea de regime político, transcendendo, portanto às idéias clássicas de sistema de governo ou mesmo de regime de governo, inerentes ao gênero forma de governo, não obstante a insistência de um ou outro autor em eventualmente classificar a democracia de forma diversa.

Por efeito consequente, a democracia possui hoje incontestável natureza jurídica de regime político, o chamado regime político democrático, ainda que essa concepção provoque, em sua perfeita

caracterização, inúmeras controvérsias doutrinárias.

*Historicamente, o desenvolvimento teórico do conceito de democracia foi resultado da prática de sucessivos e diferentes tipos de governo considerados – e muitas vezes, autoproclamados – democráticos. Assim, de diversos tipos de democracia praticados veio sendo destilado pela doutrina um conceito prático de democracia, que é sempre discutido em contraposição aos ideais teóricos de uma democracia perfeita.*

*Hoje, longe de assentamento, persiste ainda essa discussão dos valores e fatores da democracia.* (Manoel G. F. Filho, in *Curso de Direito Constitucional*, 23<sup>a</sup> ed., Saraiva, SP, 1996, p.68)

\* Mestre e Doutor em Direito Pú-  
blico.

1. Selecionado pelo PADECME.

2. Inserida na classificação aristotélica de formas puras (*monarquia*, governo de um só; *aristocracia*, governo de um grupo; e *democracia*, governo de todos) e impuras (*tirania*, *oligarquia* e *demagogia*) de governo e também presente na concepção platônica de *democracia legal* e *arbitrária*.

## Tipos de Democracia

Muito embora tecnicamente a democracia, como autêntico regime político, não comporte espaços para uma efetiva classificação em tipos, a verdade é que o ideal de fazer coincidir, no máximo possível, os governantes e governados, buscando a máxima da liberdade do homem perante o Estado, com a sujeição do mesmo a um poder de que também participe<sup>3</sup>, acabou por permitir o surgimento de pelo menos duas concepções de democracia: a *democracia direta* (utópica), onde o poder emana do povo e pelo mesmo é exercido diretamente (ou seja, as decisões fundamentais são tomadas pelos cidadãos em assembleia), e a *democracia indireta*, onde o poder emana do povo e, em seu nome, é exercido por representantes eleitos previamente para tanto (*democracia representativa*) ou onde tais representantes consultam o povo antes (*plebiscito*) ou posteriormente (*referendum*) em relação às suas decisões (*democracia plebiscitária ou cesarista*).

3. Vd. Manoel G. F. Filho, ob. Cit., p.69

A democracia representativa provém do governo representativo que as revoluções liberais começaram a implantar pelo mundo, a partir do último quartel do século XVIII. (...)

A base fundamental da representação nasceu da idéia exposta por Montesquieu de que os homens em geral não têm a necessária capacidade para bem apreciar e, consequentemente, bem decidir os problemas políticos. (...) A seleção da minoria governante era feita por uma minoria dentre o povo por intermédio do sufrágio censitário. Este, com efeito, excluía os mais pobres de qualquer articulação política, graduando o direito de votar e a elegibilidade para os demais em função de seu grau de riqueza. Com o passar do tempo, porém, alcançou-se o sufrágio universal. (...) Com este, os representantes vieram a ser escolhidos por todo (ou quase) o povo. Tomou, por isso, o governo representativo um caráter democrático. Veio a ser chamado de democracia representativa. Um tipo de democracia em que o povo se governa indiretamente, por intermédio de representantes que elege (...)

Outra forma, pretendidamente de democracia indireta, é a *democracia plebiscitária*, ou *cesarista*.

Consiste em um povo conferir o poder a um homem, que em geral o consulta diretamente sobre medidas de importância capital. O caráter indireto do regime é assim temperado.

A *democracia plebiscitária* foi posta em prática por Napoleão I, imitada posteriormente por Napoleão III e Hitler, entre outros. Teoricamente o seu caráter democrático é sustentável: o poder vem do povo como vem do povo o dos parlamentares ou do presidente. Na verdade, porém, sempre foi ela uma ditadura disfarçada pelo chamamento das massas a referendar entusiasmaticamente as decisões do homem forte. Esse resultado é obtido de um lado pelo controle da propaganda que opera num único sentido, de outro pelo que os psicólogos chamam de *horror ao vazio*. Todo povo posto diante da escolha entre alguma ordem e o caos, à incerteza, opta por essa ordem qualquer. Destarte, sempre diz sim ao César. Por outro lado, em tal regime não há freios nem limites ao poder do chefe, já que o

mesmo, pela invocação do voto das massas, pode a qualquer instante superar os existentes.

*As eleições presidenciais nas repúblicas latino-americanas, não raro adquiriram o caráter plebiscitário. Tal é fruto principalmente do caudilhismo demagógico que encontra fácil acolhida nesse continente.* (Manoel G. F. Filho, ob. Cit., ps. 71/72 e 81)<sup>4</sup>

Além desses tipos clássicos de democracia, ou de exercício do regime político democrático, vale registrar que alguns autores sugerem ainda a existência de um modelo intermediário denominado de *democracia semidireta*, não obstante outros estudiosos também arriscarem classificar a democracia

em tipos, formas ou modalidades alternativas e nomenadas, que acabaram ganhando certo destaque histórico, como, por exemplo, a chamada *democracia autoritária* (sistema de governo, em verdade, regime político surgido após a 1<sup>a</sup> Guerra Mundial, em geral anticomunista, forjado na supremacia do Poder Executivo em relação aos demais poderes<sup>5</sup>), a denominada *democracia ou república popular*, (designação comum aos regimes políticos monopartidários dominantes nos ex-países socialistas da chamada *cortina de ferro*<sup>6</sup>), entre outras.

A verdade, em todos os casos, é que, com a popularização do vocábulo democracia, na qualidade de virtual indicativo legitimador do regime político, prati-

camente nenhum país, a partir do advento do século XX, ousou afirmar que todo o poder que, indiscutivelmente, sempre emana do povo não fosse exercido – direta, semidireta ou mesmo indiretamente – pelo mesmo, ainda que sob os mais diversos sofismas. Assim, mesmo regimes políticos onde a concepção básica de liberdade, como marco fundamental do regime democrático, não possui espaço político, como por exemplo, o regime comunista da extinta União Soviética ou o regime nazista da Alemanha Hitleriana, eram, de alguma forma, classificados de democracias, por seus defensores, ainda que tal conotação política nem sempre fosse reconhecida pela Comunidade Internacional.

Diagrama: Tipos de Democracia



4. Não se pode negar que, apesar de todas as críticas que se possa fazer a democracia indireta plebiscitária (que aliás, são muito justas e acertadas), a democracia indireta representativa também possui inúmeros problemas, notadamente a sua indiscutível e invencível vulnerabilidade ao domínio do poder econômico – e, em especial, dos grupos que o mesmo representa – que acabam por manipular as eleições e o processo eleitoral – através, sobretudo dos meios de comunicação, forjando uma autêntica ditadura das mais poderosas sobre a parcela majoritária do povo, em detrimento dos ideais do próprio regime político democrático.

5. Aurélio B. H. Feneira, ob. Cit., p. 534.  
6. Ibidem.

## Características Básicas da Democracia

Se, por um lado, a conceituação efetiva de democracia não pode ser estabelecida de forma inequívoca, restando apenas a identificação genérica de espécie do gênero *regime político*, certamente subsiste na doutrina muitas dúvidas sobre quais seriam, em tese, as características básicas da democracia.

Para alguns, a democracia está associada a idéia da constante participação dos nacionais e, particularmente dos cidadãos, na atividade estatal, decidindo, executando o decidido e, em última análise, transformando a realidade sócio-política, por intermédio de um genuíno processo democrático. Para outros, a democracia se encontra associada, fundamentalmente, à questão da legitimidade do exercício do poder, permitindo ao povo uma sinérgica participação, ainda que indireta, no governo, em sua acepção ampla. Há também aqueles que identificam a democracia com o regime de amplas liberdades, independente da efetiva participação nas decisões políticas, que seria uma questão basicamente

volitiva e individual, e ainda certos doutrinadores que elegem a máxima da *prevalecência da vontade da maioria com respeito aos direitos da minoria* para bem traduzir, de maneira objetiva, o vocábulo democracia.

Em qualquer hipótese, resta claro que, independente de outras considerações, o denominado regime democrático é, em última análise, a prevalência absoluta do império da lei em sentido amplo, incluindo neste dia-paço a Constituição, com todos os direitos e deveres – individuais, coletivos e difusos – ali previstos desde que a mesma, evidentemente, goze da necessária legitimidade popular, inicial e posterior.

## Democracia, Estado Democrático e Estado de Direito

A noção básica de *Estado de Direito* – embora inicialmente forjado no século XVIII pela burguesia com único objetivo de virtual oposição ao absolutismo, através da submissão dos governantes à vontade geral – acabou por romper, no início do século XIX, a última fronteira entre as concepções de democracia

como simples forma de Estado e como autêntico regime político. Nesse sentido, convergindo os autores para a acepção de democracia, não obstante sua inerente complexidade e múltipla caracterização, como afirmado como o *império da lei*, restaria, em todos os casos, a plena sujeição do Estado às leis que o mesmo edita para a completa efetivação do regime democrático, o que acabou ocorrendo, em última análise, com o surgimento do chamado *Estado de Direito*, não obstante toda a sorte de críticas que se possa fazer no que alude ao restrito e, neste aspecto, limitado estado de legalidade que imperou nos primórdios de seu nascimento.

Desta feita, o fato de o Estado passar a se submeter à lei *lato sensu* pareceu, em momento subsequente, não ser suficiente para a plena caracterização do regime democrático, posto que não restaria garantida à necessária submissão do Estado e, sobretudo, de seus governantes à vontade popular e aos fins propostos pelos cidadãos, fazendo surgir, em resposta, logo no início do século XX, a concepção última do denominado *Estado Democrático de Direito*.

O Estado de Direito, mais do que um conceito jurídico, é um conceito político que vem à tona no final do século

Assim passa o Estado a ter suas tarefas limitadas basicamente à manutenção da ordem, à proteção da

Desencadeia-se, então, um processo de democratização do Estado; os movimentos políticos do final do século XIX, início do XX, transformaram o velho e formal Estado de Direito num Estado Democrático, onde além da mera submissão à lei deveria haver a submissão à vontade popular e aos fins propostos pelos cidadãos. Assim, o conceito de Estado Democrático não é um conceito formal, técnico, onde se dispõe um conjunto de regras relativas à escolha dos dirigentes políticos. A democracia, pelo contrário, é algo dinâmico, em constante aperfeiçoamento, sendo válido dizer que nunca foi plenamente alcançada. Diferentemente

**O denominado regime democrático é, em última análise, a prevalência absoluta do império da lei em sentido amplo, incluindo neste diapasão a Constituição, com todos os direitos e deveres – individuais, coletivos e difusos – ali previstos desde que a mesma, evidentemente, goze da necessária legitimidade popular, inicial e posterior.**

XVIII, início do século XIX. Ele é fruto dos movimentos burgueses revolucionários, que àquele momento se opunham ao absolutismo, ao Estado de Polícia. Surge como idéia força de um movimento que tinha por objetivo subjuguar os governantes à vontade legal, porém, não de qualquer lei. Como sabemos, os movimentos burgueses romperam com a estrutura feudal que dominava o continente europeu; assim os novos governos deveriam submeter-se também a novas leis, originadas de um processo novo onde a vontade da classe emergente estivesse consignada. Mas o fato de o Estado passar a se submeter à lei não era suficiente.

Era necessário dar-lhe outra dimensão, outro aspecto.

liberdade e da propriedade individual. É a idéia de um Estado mínimo que de forma alguma interviesse na vida dos indivíduos, a não ser para o cumprimento de suas funções básicas; fora isso deveriam vigir as regras do mercado, assim como a livre contratação.

Como não poderia deixar de ser, esse Estado formalista recebeu inúmeras críticas, na medida em que permitiu quase que um absolutismo do contrato, da propriedade privada, da livre empresa. Era necessário redinamizar esse Estado, lançar-lhe outros fins; não que se desconsiderassem aqueles alcançados, afinal eles significaram o fim o arbítrio, mas cumprir outras tarefas, principalmente sociais, era imprescindível.

submeter-se às leis, sejam elas quais forem.<sup>7</sup> (Celso R. Bastos, in *Curso de Direito Constitucional*, 18<sup>a</sup> ed., Saraiva, SP, 1997, ps. 156/157)

Rebatendo, com sinergia, todas as críticas à concepção inicial do Estado de Direito, a nova acepção do Estado Democrático de Direito acabou por permitir, pelo menos *prima facie*, a plenitude da democracia e, por efeito, do regime democrático, com a efetivação de uma série de princípios, tais como aqueles enunciados por José Afonso da Silva<sup>8</sup>: princípio da constitucionalidade, princípio da justiça social, sistema de direito fundamentais, princípio da igualdade, princípio da divisão de poderes, princípio da legalidade e princípio da segurança jurídica.

*Por outro lado, se se concebe o Direito apenas*

*como um conjunto de normas estabelecido pelo Legislativo, o Estado de Direito passa a ser o Estado da legalidade, ou Estado legislativo, o que constitui uma redução. Se o princípio da legalidade é um elemento importante do conceito de Estado de Direito, nele não se realiza completamente.<sup>9</sup>*

*(...) Como se depreende, ao Estado de Direito não é necessário, ou não é essencial, a organização democrática. Se houver democracia, estaremos em face do Estado Democrático de Direito, ao qual, em seguida, nos referimos. Mas como se verifica também, ao Estado de Direito não é suficiente apenas o respeito à lei, pois, como já dissemos anteriormente, esse grande equívoco validaria qualquer Estado, mesmo aquele em que atrocidades e desprezo total à liberdade e à cidadania existissem.*

*O Estado Democrático de Direito, como inserido na constituição em seu artigo 1º, necessita, além dos requisitos já enumerados, que o poder emanado do povo. Em nossa Constituição, este é exercido*

*direta ou indiretamente (parágrafo único do artigo 1º).*

*Portanto, o Estado sómente poderá ser democrático se e quando o povo exercer efetivamente o poder por meio de seus representantes, ou, em algumas circunstâncias, diretamente. Além disso, e, efetivamente sobremais disso, mister que direitos fundamentais constem das cartas políticas e sejam cabalmente respeitados. Em consequência, o Estado de Direito é o estado de legitimidade.<sup>10</sup>*

Somente nas últimas décadas, todavia, parte da doutrina acabou por despertar para o fato incontestável de que, mesmo na plenitude do chamado Estado Democrático de Direito, com todas as suas caracterizações e em sua concepção anteriormente descrita, a democracia pode ainda não se efetivar plenamente, posto que no regime democrático também se exige, por parte do Estado, além de todos os elementos já mencionados, sinérgica ação comissiva dentro do contexto do binômio poder-dever que condiciona a atuação estatal no âmbito maior da promoção con-

7. Celso R. Bastos, in *Curso de Direito Constitucional*, 18<sup>a</sup> ed., Saraiva, SP, 1997, p. 156/157.

8. in *Curso de Direito Constitucional Positivo*, 6<sup>a</sup> ed., p. 101/108.

9. José Afonso da Silva, in *Curso de Direito Constitucional Positivo*, 6<sup>a</sup> ed., p. 101.

10. Lúcia Valle Figueiredo in *Estado de Direito e Devido Processo Legal*, R. AJUFE, N<sup>o</sup> 56, Out/97, p. 12/13.

creta do império da lei (e, consequentemente, da ordem jurídica derivada).<sup>11</sup>

II. Durante muito tempo a doutrina preocupou-se em resolver uma preocupante dúvida e um verdadeiro dilema sobre o papel do Estado e, particularmente, do Estado Democrático de Direito. O Estado possuiria, nesse contexto, o poder legítimo de agir em nome do cidadão e da sociedade ou, ao contrário, apenas o *dever* de fazer cumprir as leis?

Se tivesse o Estado restritivamente o *poder*, ainda que legitimado pelo consenso popular, para agir, o governante, em certas situações, teria a livre opção de usar ou não o poder outorgado pelo povo, em eventual detrimento do insuperável dever de agir. Se, ao contrário, o Estado tivesse apenas o *dever* de fazer cumprir as leis, muitas vezes se encontraria em situação de impotência, face à ausência do necessário *poder* de agir.

O problema foi parcialmente resolvido com o advento da noção contemporânea do binômio poder-dever que, em certa medida, caracteriza o moderno e autêntico Estado Democrático de Direito, em sua concepção inerente à chamada *democracia material*, obrigando, nas situações reportadas abstratamente na lei, como *dever* inexorável do governante, o uso do *poder* que lhe foi outorgado pelo povo com finalidade perspicua.

Nesse aspecto, resta obrigatório, por exemplo, a ação comissiva do agente policial de prender, em flagrante delito, o indivíduo que esteja praticando um crime tipificado pela lei penal. Da mesma forma, o Estado é obrigado, através de suas diversas instituições, a proteger a posse legítima da propriedade individual privada que esteja sendo eventualmente turbada, independente de considerações político-discriminatórias, muito embora, muitas vezes, o Estado (e seus agentes) não cumpra nenhuma das hipóteses, utilizando-se do *dever* de empregar o *poder* (e todos os recursos disponíveis) para fazer valer o mandamento legal e constitucional, caracterizando, em grande medida, o que contemporaneamente se convencionou definir por democracia formal, ou Estado Democrático de Direito Formal (Aparente).

## Democracia Formal (Aparente) e Democracia Material (Substantiva)

É exatamente desta virtual omissão do dever estatal de agir que, em muitos casos, mesmo existindo um indiscutível Estado Democrático de Direito (pelo menos sob a ótica formal), a democracia, na qualidade de império da lei e da ordem jurídica, não se realiza em sua plenitude (democracia material ou substantiva), forjando o que, nos últimos anos convencionamos chamar de democracia formal ou aparente.

Nesse regime, ainda que possa existir ampla liberdade, efetivo respeito (por parte do Estado) aos direitos individuais e coletivos e outras características próprias da democracia, não há a necessária efetividade plena da lei e, sobretudo, da ordem jurídica, existindo um Estado que, em essência não consegue, por simples omissão de seus governantes e/ou sinérgica impotência de meios, concretizar, na prática, o próprio direito positivo (constitucional e infra-constitucional) que produz e continua a produzir.

Em grande medida, esse é, para muitos estudiosos, o

retrato do Estado brasileiro que, não obstante toda a sorte de avanços legislativos e de outras matizes, não consegue fazer valer, em termos práticos e concretos, para todos os cidadãos e em todos os casos como determina a Constituição, elementos legais básicos, muitas vezes relativos à direitos fundamentais, de natureza constitucional, e que, nesse aspecto, apenas aparentemente se encontram assegurados.

Nesse particular, é lícito afirmar que, em certo aspecto, o denominado período revolucionário de 64-84, relativo ao movimento militar inaugurado em 1964 e que parte da doutrina define como autêntica revolução, ao passo que alguns autores preferem caracterizar como golpe-de-estado ou, em essência, golpe de governo, inaugurou em nosso País, o chamado estrito Estado de Legalidade, consolidado, particularmente, com a obediência sublime, por todos (e, inclusive, por parte do próprio Estado) ao novo regime constitucional introduzido com o advento da Constituição de 1967 e, posteriormente, da EC1/69, não obstante a malsinada edição do AI-5, em 1968, que tanto contribuiu para o sinérgico

comprometimento da inicial feição democrática do regime.

Todavia, deixando de lado as discussões de cunho ideológico (e, no campo do direito, mais precisamente, de natureza de legitimidade jurídica do regime político implantado), não há como deixar de reconhecer que aquele período vis-a-vis com a atual fase política brasileira se caracterizou por uma presença viva, de natureza efetivamente co-missiva, do Estado, garantidora, em última instância, da lei e da ordem jurídica vigentes à época, ainda que

se pudesse ser discutida a legitimidade estrita do sistema legal.

O próprio presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, em discurso proferido em 20/01/1998, nesse aspecto não poupou elogios ao regime político patrocinado pelos militares e, muito particularmente, ao regime constitucional anterior à vigência da Constituição Federal de 1988, verbis:

*O regime militar, tão malsinado, teve realmente pontos muito positivos. Faço questão de dizer isso. Poucos têm coragem de dizer isso. Talvez a falta de prática dos militares com o poder tenha tido alguns erros e exageros. Talvez por isso tivéssemos uma situação no Brasil que levou à Constituição de 88, tão aplaudida por todos na época. Mas tenho a consciência tranquila porque não aplaudi. A constituição Cidadã é a causa de grandes males do Brasil.*

Em necessária comparação elucidativa entre os dois regimes (o pretérito e o atual), a verdade é que, independente da intenção dos governantes, o Estado brasileiro recente, de forma diversa do anterior, tem se

pautado, em grande medida, por uma crescente e altamente preocupante omissão, geradora não só de virtual insegurança jurídica, mas, particularmente, de perigosa ausência de sinônico comprometimento em relação ao provimento de garantias reais aos direitos constitucionais básicos dos cidadãos e demais nacionais e estrangeiros em solo patrio.<sup>12</sup>

Para alguns, inclusive, este é o Estado de Legitimidade, pois o *consensus* ao regime político democrático atual, resta incontestável, que não conseguiu se firmar como Estado de Legalidade, em curiosa oposição ao anterior Estado de Legalidade que, muito possivelmente, pelo menos para uma expressiva parcela da doutrina, não conseguiu se caracterizar como Estado de Legitimidade, forjando, em ambas as situações, apenas uma democracia formal (aparente), considerando a inexorável necessidade da presença de ambas características para a verdadeira consolidação do regime democrático, convencionalmente designado, nos últimos anos, por democracia material, posto que o verdadeiro Estado Democrático

12. É o caso, por exemplo, de diversas situações cotidianas, onde o Estado brasileiro atual, por sinérgica omissão (e algumas vezes, até mesmo impotência), não assegura direitos constitucionais elementares, como o direito de ir e vir em amplas áreas públicas dominadas por grupos civis armados. Também, é a hipótese, quase que comum, entre outras tantas, do não-acatamento, pelo Estado-Executivo, de decisões judiciais liminarés ou mesmo transitadas em julgado, especialmente em situações de reintegração possessória (situação em que as forças policiais, mesmo oficialmente acionadas, ficam inertes diante do dever de agir) e de toda sorte de situações em que os cidadãos comuns são obrigados a pagar, direta ou indiretamente, por proteção (de sua própria vida ou de seu patrimônio) a grupos criminosos e a diversas estruturas organizacionais transestatais, de cunho mafioso, que simplesmente competem (muitas vezes em situação mais favorável) com o Estado formal.

de Direito não se constitui apenas um conjunto de sérias e rigorosas limitações ao poder estatal, em face dos

direitos individuais e coletivos fundamentais, mas, sobretudo, na efetiva garantia, por parte do Estado, de

que esses mesmos direitos não serão violados por outros indivíduos e grupos trans ou paraestatais.<sup>13</sup>

(3) Alguns estudiosos, têm inclusive, a esse respeito, elencado interessante comparação entre o Estado pretendido e o atual em pontos considerados nevrálgicos durante a vigência do regime anterior, como a questão da tortura. Sob o aspecto jurídico, resta afirmar que, em ambas situações, o Estado Democrático Formal não só vedava (como vedava) a abominável prática da tortura, como a tipificava, ainda que de forma legislativa diversa, como crime. Na prática efetiva, contudo, os dois regimes estatais, em certa ótica, compactuam, ainda que de forma diferente, por sinérgica omissão (e às vezes virtual impotência), com a tortura, ainda que, no passado praticado por eventuais criminosos infiltrados no serviço público e, no presente, praticado por grupos civis mafiosos, em sua maioria distantes da estrutura estatal oficial, através, particularmente, de seqüestro com fins extorsivos.



# PEDIDO DE ASSINATURA

## COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO — 1998

Composta de 12 (doze) livros, de renomados autores internacionais, sobre temas de grande interesse na atualidade, com primorosa apresentação gráfica.

**Valor da Assinatura Anual — R\$ 120,00**

Preencha o pedido com suas opções.

**EDITORIAL 1996**  — somente pagamento integral

**EDITORIAL 1997**  — somente pagamento integral

**EDITORIAL 1998**  — faça sua opção de pagamento:

- A — Em cheque(s),**  — integral R\$ 120,00  
 ou desconto  — 2 vezes R\$ 60,00 — até 15 de outubro  
 em folha  — 3 vezes R\$ 40,00 — até 15 de setembro  
 — 4 vezes R\$ 30,00 — até 15 de agosto  
 — 5 vezes R\$ 24,00 — até 15 de julho  
 — 6 vezes R\$ 20,00 — até 15 de junho

**B — Desconto em folha de pagamento**  — remeter junto com o Pedido de Assinatura uma cópia do último contracheque

Checke

**C — Cartão de crédito** —  Credicard Mastercard  Dinner's Club International

Nº

## REVISTA DO Exército Brasileiro

Publicação com informações variadas sobre a vida na caserna; temas históricos e técnico-profissionais, trimestral. É o veículo de comunicação da Força Terrestre com mais de um século em circulação.

**Valor da Assinatura Anual — R\$ 15,00 para o Brasil e US\$ 30,00 para o exterior.**

Sim  Não

**Cheque nominal à Biblioteca do Exército**

## A DEFESA NACIONAL

Publicação de assuntos militares e estudo de problemas brasileiros, trimestral. Circula nos meios civil e militar desde 1913.

**Valor da Assinatura Anual — R\$ 15,00 para o Brasil e US\$ 30,00 para o exterior.**

Sim  Não

**Cheque nominal à A DEFESA NACIONAL**

## GAT REVISTA MILITAR DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Publicação de pesquisa e desenvolvimento científico-tecnológico do Exército Brasileiro, trimestral.

**Valor da Assinatura Anual — R\$ 15,00 para o Brasil e US\$ 30,00 para o exterior.**

Sim  Não

**Cheque nominal à Biblioteca do Exército**

## DADOS CADASTRAIS

NOME		FONE/COP	
<input type="checkbox"/> MILITAR	<input type="checkbox"/> Apos.	<input type="checkbox"/> Reserva	Organização Militar (OM)
Posto ou graduação		OM — Período de attività	
ENDERECO		UF	CEP
Rua		Complemento	
CIDADE	UF	CEP	
Tel.	Fax	Email	

## BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, 25 - 3º andar - Ala Marcílio Dias.

CEP 20221-260 - Rio de Janeiro, RJ

Tel.: 55 (021) 516-2386 Fax: 55 (021) 519-5569 E-mail: biblex@ism.com.br

# Intendência do Exército

Márcio de Moura Barros\*

**Matéria extraída de palestra proferida pelo autor, em 20 de agosto de 1997, no Ministério da Aeronáutica, Brasília (DF), nas comemorações do Dia da Intendência da Aeronáutica.**

## ASPECTOS HISTÓRICOS

**A**s atividades de intendência, diretamente ligadas à sobrevivência dos homens na guerra, foram evidenciadas e desenvolvidas ao longo dos tempos por chefes militares como Ciro, Alexandre, César, Gustavo Adolfo e Napoleão. No Exército Brasileiro, o Serviço de Intendência teve sua organização formalmente registrada através de leis, decretos e decretos-leis. Seu desenvolvimento obtido através de experiências, legou – nos as bases para estudos visando ao aperfeiçoamento das suas formas de funcionar na paz e na guerra.

\* General-de-Brigada.

## Período de 1549 a 1920

### • Evolução

No dia 29 de março de 1549, chegou Tomé de Souza ao Brasil. Com 600 homens em armas, grande quantidade de material bélico e a primeira lei orgânica da força armada do Brasil, representada pelo Regimento d'El – Rei, visava a estabelecer a unidade da colônia. Iniciava-se aí a história da administração militar brasileira.

Os homens, para se alimentar, recebiam as soldadas, e para o fardamento, recebiam recursos em dinheiro fornecido pela Coroa. Já no governo de Mem de Sá, o fardamento das tropas de linha e de milícia era confecionado no Brasil com pano vindo de Portugal.

Em 1763, ao tempo das campanhas do Sul, o sistema dava mostras de falhas. Foi nesse ano, que se criou, no Rio de Janeiro, uma organização chamada *O Trem*, para atender às necessidades de transportes e outros serviços para a tropa.

Em carta de 18 de dezembro de 1767, o general João Henrique Bohn dirigiu-se ao Conde de Oeiras solicitando a designação de um comissário tesoureiro para cada regimento, a fim de se incumbir da administração dos dinheiros.

Em 1774, a feitura dos uniformes, barracas e equipamentos era realizada na Fábrica Real no Rio de Janeiro.

Após a chegada, em 1808, de D. João VI, a administração militar tomou outro

rumo. A 1º de Março de 1881, aquele monarca criou os arsenais de guerra, que tinham, entre outras atribuições as atinentes ao material de intendência. Esses arsenais se impunham porque o provimento de uniformes aos corpos, durante o Brasil reinado, era coisa complexa, já que cada unidade tinha um tipo peculiar de complicado fardamento.

No que respeita à alimentação da tropa, o sistema não mudou, até 1821, quando foi criado o Comissariado Militar do Brasil, instituição destinada a prover as necessidades dos corpos em gêneros. Nesse mesmo ano, foi criado o Quartel Mestre General, encarregado das questões relativas ao rancho da tropa, provimento de uniformes, equipamento e material de acampamento, arreiamento e utensílios de uso do Exército.

Em 1851, restabeleceu-se o *Trem*, que deixara de existir no tempo de paz. Nessa época, com a finalidade de conduzir o comboio do Exército, composto de inúmeras carretas, Caxias criou uma Companhia de Transportes.

Essa organização manteve-se até 24 de outubro de 1896, quando foi criada a Intendência Geral da Guerra, extinta em 1908 e substituída pelo Departamento de Administração. *O Corpo de Intendentes*, organizado em 1908, foi a primeira idéia no sentido de as repartições provedoras de material de Intendência serem administradas por um quadro técnico e especializado.

O Serviço de Intendência, todavia só seria criado a 1º de março de 1920, sob os auspícios da Missão Militar Francesa.

#### • Experiências em Campanha

O Brasil, de tradição notoriamente pacífica, possui algumas experiências de combate, sendo a mais recente a 2º Guerra Mundial. Os grandes períodos de paz ocasionavam a extinção de Órgãos que atendiam, com relativa eficácia, às tropas em campanha.<sup>1</sup> Como consequência, ao ser necessário o emprego das tropas, recorria-se a procedimentos não planejados para aquisição de suprimentos, pela exploração de recursos locais ou aquisição através de mascates que acompan-

nhavam o Exército. Não havia, portanto, um controle ou uma coordenação adequada.

#### Guararapes (1648 – 1654)

Nosso Exército nasceu em Guararapes e, com ele, o Serviço de Intendência, embora não tivesse esse nome de batismo, ou qualquer outro.

Em 1648, o General Francisco Barreto de Menezes foi mandado por D. João VI a Pernambuco, para assumir a chefia das operações no sentido de expulsar os holandeses que o invadiram em fevereiro de 1630.

O pequeno número de destemidos brasileiros que expulsaram o invasor de Pernambuco, justamente por ser pequeno, vivia à conta dos recursos do território, do socorro eventual que recebia da Metrópole e dos donativos dos homens de posses da região simpáticos à causa.

Porém, as suas necessidades eram mínimas e o fértil solo que pisavam tinha o suficiente para alimentá-los. O equipamento reduzia-se a armas brancas e de fogo, e uniformes não eram necessários para distingui-los dos louros e bem aparentados soldados batavos.

1. Um exemplo foi o Comissariado Militar do Brasil, extinto em 1830.

## Campanha da Cisplatina (1825 – 1828)

Ao começar essa campanha, o governo imperial adotou o reabastecimento misto, embora os recursos locais fossem limitados quase que exclusivamente ao gado, abundante na região. A tropa era reaprovisionada com o concurso de carretas de víveres e dos mascates, que seguiam de perto as colunas com quinquilharias e conservas, o que auxiliava a alimentação dos homens.

Ensaioou-se aí, pela primeira vez no Brasil, o processo de reabastecimento por meio de recursos vindos da retaguarda. Se bem que conduzidos por fornecedores civis, que nos seus movimentos obedeciam às ordens do comando.

## Revolução dos Farrapos (1835 – 1845)

Nessa luta fratricida, a tropa imperial, para viver, recebia abastecimentos por via marítima do Rio e de São Paulo, e recorria aos recursos do território. Os revolucionários recebiam armas pelas fronteiras e a sua alimentação limitava-se à carne, abundante na região.

A sobriedade do gaúcho e a sua predileção pela carne fizeram com que a tropa resistisse às vicissitudes dessa longa campanha. Quanto ao fardamento ou roupa, o próprio nome com que o movimento passou a história – *Guerra dos Farrapos* – explica.

## Ações contra Oribé e Rosas (1851 – 1852)

A campanha de 1851-1852 contra Oribé e Rosas assinalou acentuado progresso em nossa arte militar. Caxias, nomeado Comandante em Chefe do Exército que iria intervir no Prata deu, ao seu Quartel General, uma organização que foi adotada posteriormente para o próprio Ministério da Guerra. Reorganizou o Comissariado Militar do Brasil e a Repartição do Quartel Mestre General.

Caxias, ao mover-se para Santa Lúcia, levou, na esteira da sua tropa, um comboio de 19 carretilhas e 80 carretas, com víveres e munição. Para o reabastecimento de carne verde, contava com recursos abundantes da região, que lhe asseguravam farto reaprovisionamento diário.

O provimento de arreioamento e equipamento era feito pelos arsenais de guerra do Rio de Janeiro e de Porto Alegre. O fardamento e o calçado eram providos pelos próprios corpos de tropa, a custa dos fundos de fardamento.

## Guerra do Paraguai (1864 – 1868)

Julgando-se espoliado em seu patrimônio territorial, compreendido pelas bacias dos rios Paraguai e Paraná, centro irradiador de colonização espanhola na América do Sul o Paraguai, em dezembro de 1864, o Governo do Paraguai determinou a invasão do estado de Mato Grosso, dando início à guerra.

Uruguai e Argentina, por motivos de antagonismos econômicos e políticos com Assunção, uniram-se ao Brasil, dando início à Tríplice Aliança, que tinha como objetivo combater o inimigo invasor.

O relato das medidas em torno do reaprovisionamento dos corpos que operaram contra o Paraguai é uma fileira de imprevistos, dificuldades, faltas, falhas e lacunas. O Rio foi eleito como eixo principal dos supri-

mentos e as embarcações fluviais preponderaram como meio de transporte, atuando como verdadeiros depósitos flutuantes. Os ancoradouros eram os terminais onde compareciam as carretas (puxadas a cavalo) que, depois de carregadas, rumavam em direção à tropa.

Durante esse período e apesar das dificuldades, o abastecimento das tropas brasileiras fez-se com regularidade.

## Canudos (1896 – 1897)

Durante o ano de 1896, quando as bases do novo regime republicano ainda se mostravam frágeis, no sertão baiano o messianismo religioso, com origens que remontam ao sebastianismo português, explodia em contestação ao regime. Na impossibilidade de as milícias estaduais debelarem prontamente à sedição, coube ao Exército o encargo de neutralizá-la antes que, como um incêndio de proporções imprevisíveis, se alastrasse

pelo interior do país. Nessa campanha, o veterano da Guerra da Tríplice Aliança, então Ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado Bitencourt, destacou-se de forma brilhante, ao deslocar-se pessoalmente para o teatro de operações onde, organizando de forma eficiente o apoio logístico às operações de combate, permitiu que a rebelião fosse extinta.

## De 1920 aos dias atuais

### Evolução

O Decreto 14.835, de 1º de outubro de 1920, assenta um marco relevante na evolução do Serviço de Intendência, quando, a partir de sua vigoração, é aprovado o regulamento para o Serviço de Intendência da Guerra. Cram-se dois quadros distintos: *Intendentes da Guerra*, para direção e verificação, e *Intendentes para Administração Militar*, com finalidade de gestão e execução. Cram-se também tropas de administração e as Escolas de Intendência<sup>2</sup>.

Em novembro de 1921, o alicerce do Serviço de Intendência foi finalmente consolidado, com a fusão das duas antigas Diretorias, de Inten-

dência de Guerra e de Administração, em uma única denominada *Diretoria Geral de Intendência de Guerra*. É por meio do novo regulamento que se definem as responsabilidades, deveres, diretrizes do Serviço, tanto em tempo de paz como de guerra e as normas para o recrutamento e funcionamento das Escolas recém criadas.

Sem dúvida, a experiência francesa absorvida na 1ª Guerra Mundial, representou um dos componentes da matéria prima utilizada na feitura do conjunto normativo. É mister citar que, até então, o recrutamento para os dois quadros citados daria basicamente quanto ao posto e graduação dos profissionais candidatos: para a Escola Superior de Intendentes de Guerra oficiais e, para a Escola da Administração Militar, sargentos.

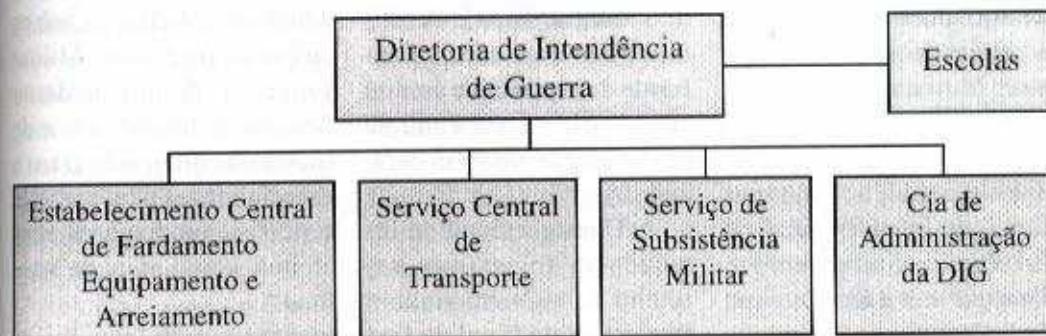
Em 1921, é criado o quadro de oficiais contadores, que teriam, como encargo, a contabilidade exercida nos corpos da tropa e nos estabelecimentos militares.

Para que haja perfeita compreensão da evolução do serviço de Intendência, é imprescindível transcrever o seu primeiro quadro de efetivos:

1. Escola Superior de Intendência de Guerra, para formar o intende de guerra, e Escola de Administração Militar, para formar oficiais de administração.

Quadro Postos	Intendentes de Guerra	Oficiais da Administração	Contadores		
			Tes	Almox	Aprov
Gen Bda	1				
Cel	08				
Ten Cel	12				
Major	22				
Capitão	07	30	39	21	
1º Ten		30	81	99	
2º Ten		20		13	86
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>80</b>	<b>120</b>	<b>133</b>	<b>86</b>

Em 1924, pelo Decreto 16.606, é aprovado um novo regulamento para o serviço de Intendência, que ficou constituído da seguinte forma:



Em 1927, o Serviço de Intendência iniciou a atividade de subsistência de forragem.

O Decreto 24.287, de 24 de maio de 1934, reestruturou-o, conforme discriminado abaixo, destacando-se a criação do Serviço de Fundos, encarregado de prover as necessidades das Unidades: de inspeção (Inspetoria do Serviço de Intendência); de direção (Di-

retoria de Intendência do Exército); de execução (Serviços de Subsistência, Estabelecimentos, Depósitos de Material, Formação de Tropas de Intendência, Serviço de Intendência dos Corpos de Tropa, Estabelecimento e Repartição); de preparação técnica (Escola de Intendência do Exército) e serviço de fundos.

Em 1935, foi instituído o Serviço de Intendência Re-

gional (SIR) e criado o Estabelecimento Central de Material de Intendência, atual 14º Depósito de Suprimento.

Em 1940, foi feita a unificação do Serviço, com a junção dos Quadros então existentes.

Para a formação do oficial intendente, seria utilizada a Escola de Intendência do Exército onde também seria desenvolvido o Curso de Aperfeiçoamento de Capi-

tães e, na Escola de Estado-Maior, o Curso de Alto Comando. Era o passo decisivo para a completa integração do Serviço.

Em 1942, foram criadas as Diretoria de Material de Intendência, Diretoria de Subsistência e a Diretoria de Finanças.

Em 8 de setembro de 1944, o Aviso Ministerial nº 2761 fixa instruções para o concurso de admissão na Escola Militar de Resende e, no ano seguinte, o curso de formação de aspirante-a-oficial do serviço passou a ser feito naquela escola.

Em novembro de 1950, os órgãos de direção são extintos e criadas as Diretorias *Geral de Intendência*, e de *Produção, Suprimento e Transporte* e a de *Finanças* do Exército.

Em junho de 1952, a Diretoria de Suprimento e Transporte é desmembrada em Diretoria de Suprimento e Diretoria de Transporte.

Em 1955, foi criada a COSEF—Comissão Superior de Economia e Finanças, que iniciou o seu funcionamento em 1º de janeiro de 1956.

Em 1956, a Diretoria Geral de Intendência passou a subordinar-se ao Departamento de Provisão Geral e a compreender as seguintes

Diretorias: de Material de Intendência; de Subsistência; e de Finanças.

A Diretoria de Suprimento teve a sua denominação alterada para Diretoria de Material de Intendência.

Em junho de 1969, o COSEF é extinto, sendo criada a DGEF (Diretoria Geral de Economia e Finanças) composta por duas novas diretorias: DAF (Diretoria de Administração Financeira) e D Cont (Diretoria de Contabilidade). A primeira das duas com a finalidade de controle de crédito orçamentário e a 2ª controle de numerário, também orçamentário.

A Diretoria Geral de Intendência foi extinta em janeiro de 1971, surgindo o Departamento Geral de Serviços, que comporta a Diretoria de Subsistência, Diretoria de Material de Intendência e a Diretoria de Transporte, e também foram criados os batalhões logísticos.

Em agosto de 1982, é extinta a Diretoria Geral de Economia e Finanças, sendo criada, nessa mesma data, a Secretaria de Economia e Finanças, composta atualmente pela Diretoria de Contabilidade, Diretoria de

Administração Financeira, Diretoria de Auditoria e Centro de Pagamento do Exército.

## EXPERIÊNCIAS EM CAMPANHA

### • Lutas Internas (1924, 1926, 1930 e 1932)

Nessas campanhas, o Serviço de Intendência já se apresentou em moldes semelhantes aos seus congêneres dos exércitos dos países adiantados. A criação, sob os auspícios da Missão Militar Francesa, de um moderno Serviço de Intendência e de escolas de diferentes graus e especialidades para preparar o pessoal produziu os seus efeitos, como se pôde verificar.

O Serviço de Intendência, na curta campanha de 1924, em São Paulo, valeu-se da linha férrea e organizou um sistema de reaprovisionamento dentro da técnica moderna: – estações reguladoras, trem diário, terminais, pontos de distribuição, onde se estabeleceram os contatos com as viaturas das unidades, etc. Nas campanhas subsequentes dessa rebelião, no Paraná e no interior do Brasil, nos estados da Bahia, Goiás e Mato Grosso, o

Serviço de Intendência estendeu suas redes, aproveitando as estradas de ferro em curso, as rodovias, os meios de transportes marítimos e fluviais, estabelecendo um sistema que nunca falhou no proporcionar, às colunas combatentes, as provisões que lhe competia fornecer.

### • Segunda Guerra Mundial

Em 1944 para atender à mobilização do Exército Brasileiro para a 2ª Guerra Mundial, é composto o Serviço de Intendência da Divisão de Expedicionários, com os seguintes órgãos: Chefia do Serviço de Intendência; Companhia de Intendência e Companhia de Viaturas de Intendência.

Criou-se, ainda, o Depósito de Intendência da FEB, Serviços de Fundos, Pagadoria Central e Fixa da FEB.

Nessa guerra ficou evidenciada a deficiência do Exército Brasileiro em termos de Serviço de Intendência. Anotações do General Senna Campos, E4 da FEB, nos dão conta de que muitos itens de suprimento não atendiam às reais necessidades da tropa, sendo substituídos por similares americanos, tendo mesmo uma boa parte retornado ao

Brasil. Na alimentação, não possuímos cardápio que pudesse atender ao desgaste natural do homem. Cabe salientar que nosso soldado adaptou-se perfeitamente à nova situação e novas técnicas foram aprendidas e incorporadas, aprimorando-se mais as atividades realizadas pela Intendência.

A doutrina militar americana saiu-se vitoriosa. Passamos a adotá-la em substituição à francesa.

### ORGANIZAÇÃO ATUAL

#### Efetivo de Oficiais de Carreira

General-de-Divisão	1
General-de-Brigada	7
Coronel	74
Tenente-Coronel	110
Major	125
Capitão	204
1º Tenente	235
2º Tenente	67
Soma	823

### ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

#### • Centro de Pagamento do Exército

O Centro de Pagamento do Exército (CPEx), órgão de apoio e de execução diretamente subordinado à Secre-

taria de Economia e Finanças (SEF), tem por finalidade executar as atividades de pagamento de pessoal centralizado e da dívida externa do Ministério do Exército, mediante a utilização plena dos meios de informática. O CPEx integra o Sistema de Controle Interno do Ministério do Exército, competindo-lhe, especificamente: exercer a gerência do Sistema Automático de Pagamento de Pessoal (SIAPPES) e de outros sistemas a serem criados, necessários à centralização de pagamentos; tratar de assuntos de estatística referentes à sua área de atuação; elaborar propostas relativas a planos, projetos e programas que dependem de aprovação superior, relativos às suas atividades, e visitas de orientação; receber, aplicar e comprovar a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros, descentralizados para o cumprimento de sua atividade-fim; recolher ou determinar o recolhimento de valores pagos indevidamente a terceiros; e executar os encargos de mobilização que lhe forem atribuídos.

Traduzindo em números, são atendidas mensalmente (são pagas), aproximada-

mente, 600 unidades administrativas, com um efetivo médio pago de 400 mil usuários, utilizando-se uma rede de 5.800 agências bancárias em 13 bancos conveniados, e um pagamento mensal da ordem de R\$ 430.000.000,00.

#### • Diretoria de Contabilidade

A DCont é um órgão de apoio técnico-normativo da Secretaria de Economia e Finanças, incumbido de realizar as atividades de gerenciamento do Sistema de Controle de Material Permanente do Exército (PATRIMEX); suprimento em numerário às unidades gestoras da Força; elaboração do Calendário Anual da reunião dos chefes de Inspetorias de Contabilidade e Finanças; análise e interpretação dos balancetes sintéticos e dos balanços do Ministério do Exército; e levantamento de custos dos projetos/atividades deste.

#### • Diretoria de Auditoria

A Diretoria de Auditoria (D Aud), órgão de apoio técnico normativo e de execução da Secretaria de Economia e Finanças (SEF), tem por finalidade, como estágio superior e final do controle

interno do Ministério do Exército (MEx), acompanhar e avaliar os atos de gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal das unidades gestoras (UG), com o propósito de: certificar a adequação e a regularidade das contas; comprovar a eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos e no controle e manutenção dos bens patrimoniais públicos; e emitir pareceres sobre legislação dos atos de admissão e desligamento de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, no âmbito do MEx, e remetê-los à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU).

A ela, além de outras atividades, compete especificamente: realizar estudos e propor normas relacionadas com o aperfeiçoamento e a racionalização das atividades de auditoria desenvolvidas no MEx; coordenar e executar atividades de auditoria contábil, de gestão, de programas, de sistemas, de pessoal. Operacional e especial, no âmbito do MEx, inclusive no das entidades vinculadas, acompanhar e avaliar os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial das UG do MEx, a fim de cer-

tificar a legalidade e eficiência na utilização de recursos e bens públicos; acompanhar e avaliar os recursos de execução física e financeira de projetos, atividades, convênios, ajustes, acordos e similares, de forma a evidenciar o cumprimento das metas programadas, a ocorrência de eventuais distorções, bem como das aplicações, sob qualquer forma, dos recursos públicos; coordenar o processo de avaliação do desempenho funcional dos Ordenadores de Despesas (OD); e examinar os atos de admissão e desligamento de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões no âmbito do MEx, a fim de atestar sua legalidade.

#### • Diretoria de Material de Intendência

A Diretoria de Material de Intendência (DMI) é o órgão de apoio, integrante do Departamento-Geral de Serviços (DGS), incumbido de superintender as atividades ligadas à administração do material de Intendência.

A ela compete especificamente: planejar, orientar, coordenar e controlar as atividades pertinentes à obtenção, armazenamento, dis-

tribuição, manutenção e alienação do material, objeto do subsistema de material de intendência; elaborar propostas relativas a : planos, projetos, programas, instruções e normas concernentes às suas atividades, orçamento e programação de recursos, distribuição dos créditos disponíveis pelos órgãos executivos das atividades/projetos, aperfeiçoamento da legislação e das normas administrativas em vigor, manuais técnicos, visitas e inspeções, e realizar o controle físico, bem como o aperfeiçoamento orçamentário e financeiro da execução de suas atividades;

#### • Diretoria de Subsistência

São suas principais missões:

– a organização das atividades de alimentação de pessoal e arraçoamento de animais em tempo de paz a fim de atender, com um mínimo de adaptação, às necessidades da F Ter em caso de emprego operacional;

– o provimento de todas as OM da F Ter com suprimentos de subsistência, adequados aos diversos ambientes geográficos nacionais;

– o estímulo e orientação da indústria nacional para a

produção dos artigos de subsistência, visando a reduzir ao mínimo a dependência de fontes externas;

– a obtenção em suas atividades, da eficácia, por meio da racionalização dos recursos disponíveis;

– a promoção do permanente levantamento e da avaliação das necessidades de estocagem;

– dos suprimentos de subsistência, em função do consumo, do tempo de conservação, dos níveis de segurança, do prazo para obtenção e das exigências operacionais;

– a busca da otimização dos recursos por meio de judiciosas aquisições;

– a obtenção da eficácia do controle dos suprimentos com a crescente utilização do processamento automático de dados;

– a interação com as demais Forças Singulares, buscando a padronização dos suprimentos, particularmente no tocante às rações operacionais; e o

– acompanhamento da evolução tecnológica no campo de pesquisa e de projetos, de interesse da alimentação humana e animal, sugerindo ao DGS propostas a serem encaminhadas ao Estado-Maior do Exército

e ao Estado-Maior das Forças Armadas.

#### • Diretoria de Transporte

Como órgão de apoio técnico normativo, a Diretoria de Transportes planeja, orçamenta, programa e controla a atividade de transporte administrativo de tropas e cargas do Exército, sendo que sua execução é de responsabilidade das Regiões Militares.

#### • Outras Unidades de Intendência

– Inspetorias de contabilidade e finanças do Exército

Atualmente, integrando o Sistema de Controle Interno do Ministério do Exército e diretamente subordinadas à SEF, 10 Inspetorias têm, na contabilidade de suas unidades gestoras vinculadas, o seu principal campo de atuação, no exame da conformidade legal dos atos das gestões orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos agentes responsáveis; no exame e na manutenção do controle do rol dos agentes responsáveis; na elaboração e na remessa para a Diretoria de Auditoria da Tomada de Contas Anual das Unidades Gestoras; e na

colaboração com a formação de novos intendentes.

– Batalhões Logísticos

Criados a partir de 1971, os Batalhões Logísticos têm por missão assegurar apoio logístico à Brigada (DE) nas classes de suprimento de subsistência (Classe I); combustíveis e lubrificantes (Classe III); itens completos, peças e conjuntos de reparação (classes II, IV, V(A), VI, VII, IX e X); e material de saúde (Classe VIII), com as respectivas capacidades, além do transportado pelas unidades.

À Companhia de Intendência, orgânica dos mesmos, compete realizar o transporte de suprimento e de tropa, e prestar serviços em campanha especificamente de refrigeração, banho e lavanderia. Na missão de distribuição de suprimento incluem-se as classes de I, II, III e produtos de outras classes acabados.

– Bases Logísticas

Têm atividades semelhantes às dos Batalhões Logísticos, com a característica de operarem na Selva Amazônica e utilizarem o transporte fluvial em suas atividades de suprimento.

– Depósitos de subsistência

Têm como objetivo atender às unidades em suprimento de classe I – Alimentação.

– Depósitos de Suprimento

Têm como objetivo suprir a tropa em todas as classes de suprimentos, exceto material de aviação.

– Batalhões de Suprimento

Desempenham atividades semelhantes às dos Depósitos de Suprimento.

– Estabelecimento Central de Transporte

Localizado no Rio de Janeiro, tem atribuições de transporte de pessoal e de carga por todo o Brasil.

– Batalhão DOMPSA

O Batalhão de Dobragem Manutenção de Pára-quedas e Suprimento Aéreo, também localizado no Rio de Janeiro, é a unidade de intendência do Exército responsável pela dobragem e manutenção dos pára-quedas da Brigada pára-quedista, bem como pelo lançamento de cargas em apoio a operações terrestres e navais.

## A FOLHA DE ACANTO

A alusão mais remota ao Serviço de Intendência Militar de que se tem notícia está consignada no poema, misto de história e lenda: *A Ilíada*. Com efeito, Homero conta que nas hostes de Agamenon, lendário rei de

Micenas e herói das pugnas troianas, havia oficiais de alta patente, investidos de magistratura, pelo poder fiscalizador dos reis, aos quais incumbia a gestão dos fundos destinados ao pagamento dos soldados e das demais despesas *in loco*, decorrentes da campanha.

Eram os primeiros *intendentes*! Foram justamente esses magistrados das finanças militares, das tropas de Agamenon, que elegeram a folha de acanto para seu símbolo distintivo, não como adorno de uniforme, mas como meio prático de se fazerem localizar, com facilidade, dentro dos acampamentos.

Esse ornato tem sido aplicado a uma infinidade de obras de arte, desde o capitel coríntio que encimava as colunas que sustinham o templo de Salomão. O acanto é considerado a expressão máxima de arte e beleza, que poderá ser encarado, também, como símbolo de integridade de caráter e perfeição moral. A Botânica nos ensina que o acanto, do grego *Akantos*, é uma planta da família das dicotiledôneas, de flores brilhantes, e caracteriza-se por suas folhas largas, que se tornam rapidamente amarelecidas após seu

corte, das deduzir ser essa a razão da cor amarela representar a Intendência.

Com a criação do Serviço de Intendência, sob o influxo da Missão Militar Francesa, era natural que fossem adotados os mesmos distintivos dos quadros congêneres do Exército Francês, e assim sucedeu. Esse ornato tornou-se o distintivo dos Quadros de Intendência das nossas três Forças Armadas.

## O PATRONO DO SERVIÇO DE INTENDÊNCIA

O aniversário do nascimento do Marechal Carlos Machado Bittencourt marca, também, o dia consagrado ao Serviço de Intendência. Nada mais justo e significativo do que, num preito de gratidão, externar-se o reconhecimento ao grande *Marechal de Ouro*, elegendo-o para Patrono do Serviço de Intendência.

Neto e filho de militares, era gaúcho, de Porto Alegre, assentando praça em 1º de janeiro de 1857. Participou, como tenente, dos maiores feitos bélicos da guerra do Paraguai, entre eles a travessia do rio Paraná, as batalhas do Estero Bellaco e Tuiuti, o combate de Tuiuti-Cuê e o sítio e rendição de

Humaitá. Mais tarde, junto ao pai, brigadeiro que comandava o 1º Corpo de Exército, destacou-se nas operações da Dezembrada, na passagem da ponte de Itororó, nas batalhas de Avaí e Lomas Valentinas e na rendição de Angustura, entrando, com o estado-maior do corpo, em Assunção, em janeiro de 1869. Em Lomas Valentinas, por sua bravura, foi promovido a capitão.

Quando a República foi proclamada, era coronel e comandava a guarnição e fronteira de Jaguarão, comissão que continuou a exercer quando foi promovido a brigadeiro, em janeiro de 1890. Comandou o 6º Distrito Militar, em Porto Alegre, e o 4º, em São Paulo, além da Guarda Nacional. Em 1895, foi nomeado Adjunto-General do Exército e, já marechal graduado, Ministro do Supremo Tribunal Militar, cargo que honrou até 17 de maio de 1897, quando aceitou o convite do Presidente da República para gerir o Ministério da Guerra.

Preocupou-o, de imediato, a Campanha de Canudos, onde o Exército vinha acumulando seguidos insucessos. Decidiu então intervir pessoalmente, seguindo para a Bahia com homens e supri-

mentos suficientes, em particular víveres e munição. Cuidando, ele próprio, dos problemas logísticos, conseguiu pôr fim à sinistra campanha. Quando do desembarque da tropa que lutara no sertão baiano, foi assassinado a facadas, no Arsenal de Guerra, no Calabouço, ao defender a vida do Presidente Prudente de Moraes contra as tentativas homicidas de um fanático.

No ano de 1997, comemorou-se o centenário de sua morte, com homenagens mais do que justas ao grande herói.

## O PADROEIRO DO SERVIÇO DE INTENDÊNCIA

No início da era cristã, um exército romano dirigia-se às Gálias para sufocar uma revolta. No comando estava Maximiliano, chefe exigente e implacável que, juntamente com Deocleciano, governava o Império. Durante um grande alto, Maximiliano estranhou que a Legião Tebana estivesse distanciada, à parte, e enfureceu-se ao saber que seus integrantes, sendo cristãos, mantinham-se afastados como fito de não participar dos sacrifícios do ceremonial pagão.

A Legião Tebana era conhecida pela eficiência e

bravura com que lutara na Ásia Menor e, como era próprio das legiões romanas, combinava elementos de combate e de apoio, à semelhança das nossas atuais brigadas. Maximiliano exigiu a presença da Legião Tebana no ceremonial e, ante a recusa unânime, mandou dizimá-la.

Sorteados e decapitados os homens em quantidade igual à décima parte de seu efetivo, a Legião não mudou de atitude. Repetiu-se o sorteio e o morticínio. Abatidos os homens do terceiro sorteio, veio o ultimato: se a Legião não abjurasse a fé cristã seria inteiramente extermínada.

Foi o que aconteceu.

Cândido, o Intendente-mor da Legião Tebana, era magnífico pelo desprendimento e perfeição com que cumpria seus deveres de cristão, soldado e intendente.

Canonizado como São Cândido e festejado a 22 de setembro, dia de sua devoção, é, oficialmente, o padroeiro dos Intendentes.

## PERSPECTIVAS

A História nos mostra que as necessidades vitais do homem são imutáveis, a evolução do serviço de Intendência está ligada a novas técnicas e novas organizações que melhor as satisfazam. Com o passar do tempo, ficou evidenciada a necessidade de os chefes militares realizarem um organizado apoio às tropas na guerra. Daí não podermos abrir mão de uma estrutura de paz que possa, em um curto espaço de tempo, atender às necessidades de uma situação de beligerância.

No Brasil, órgãos que atenderiam a esta mudança de situação foram criados e

extintos em épocas diversas. Claro é que a maior dificuldade para adotarmos tal estrutura prende-se ao fato de sermos um país de política essencialmente pacifista.

É inegável que a Intendência evolui muito. Hoje acha-se em estudo, no Estado-Maior do Exército, diretriz do Senhor Ministro do Exército, com uma proposta que, entre outras considerações, transforma o Serviço de Intendência do Exército em Arma, com a posição de que todos os oficiais oriundos da AMAN terão o mesmo tratamento. Assim sendo, as funções terão um caráter mais abrangente com concorrência às aditâncias militares, as mesmas vagas na Escola de Estado-Maior e a disputa ao generalato entre os concorrentes das demais armas, com a possibilidade de alcançar o mais alto posto da Força.

## Bibliografia

- 126  
 DEL RÁ, J J, General, "A Intendência Militar – Através dos tempos".  
 SENNA CAMPOS, General, "a FEB na Itália".  
 SALLÉS, José, Coronel, "A Intendência em Campanha".  
 PILLAR, Olintho, General "Os Patronos das Forças Armadas.  
 \_\_\_\_\_ A Defesa Nacional, revista edição 1978.  
 Noticiário do Exército, edições de 12 de abril de 1987, 1991, 1993, 1995, e 1996.  
 \_\_\_\_\_ "Evolução Histórica do Serviço de Intendência", monografia, Es AO, 1984.

## ESCRAVIDÃO Da Pré-História ao Neoliberalismo

Paulo Henrique da  
Rocha Corrêa\*

**A**o contrário do que se possa supor, a escravidão teve consequências iniciais benéficas, ao dominador e ao dominado.

Um chefe sagaz, no remoto dos tempos, substituiu o morticínio dos prisioneiros por coisa mais vantajosa e menos cruel. Ao invés de sacrificá-los, temeroso de revoltas, fez deles instrumentos de trabalho.

Foi uma evolução<sup>1</sup> quer no aspecto econômico, quer no humanitário.

Costumávamos ensinar que essa fase da escravidão era homocrônica, pois uma tribo submetia outra em geral da sua raça ou não muito diversa dela. Antes dos Descobrimentos Marítimos a afirmação, é na maioria, válida pois que, anteriormente aos grandes Impérios da Antigüidade (Assíria,

Babilônia, Egito), os escravos procediam de povos próximos. Só com os medopersas e os romanos, já no auge de seus Impérios, é que a colheita de escravos se torna distante.

Vale considerar que o Cristianismo com os altos padrões morais de seus primeiros tempos, atenuou os horrores da escravidão do estilo romano, por exemplo, com o surgimento da servidão, em que não havia o direito de morte do senhor sobre o escravo. Tivemos, então, os servos da gleba, livres ao menos da morte, venda, e remoção para lugares longínquos.

Os despotas esclarecidos, monarcas absolutos, mas embebidos pelos ensinamentos dos enciclopedistas franceses, sobretudo José II, da Áustria e Catarina II, da Rússia melhoraram as condições dos servos da gleba.

Antes disso, no entanto, com os Descobrimentos Marítimos, houve mudança quanto à origem de grandes massas de escravos.

Os ibéricos, precursores das Grandes Navegações, depois seguidos por franceses, ingleses e holandeses, não sentiram constrangimen-

mentos morais ou religiosos em escravizar quer povos da África (iniciadas pelos lusos) quer da América (feita pelos espanhóis).

Na África foi mais fácil, conquanto talvez mais dispendioso, pois a maioria dos negros já eram escravos de seus régulos ou sobas. Compravam-nos os portugueses com fumo, aguardente, especiarias e enfeites; era o comércio de escambo ou troca. A perda por doenças ou pelo longo trajeto nos navios negreiros é que encrecia.

Na América Espanhola já a submissão de astecas, incas e maias, bastante adiantados, e de outros ameríndios menos civilizados, era a ferro e fogo, consequentemente muito mais barata.

Não eram brancos nem cristãos, e isto bastaria à prática rendosa.

Em nossas análises, de méritos e deméritos dos colonizadores da América costumávamos aplicar um critério que influi, também, nos julgados sobre a escravidão.

Assim, do ponto de vista *intelectual*, colocaríamos na ordem a seguir os cinco colonizadores do Novo Mundo.

\* Professor.

1. "Apóios para um Curso de Geopolítica - I, Síntese da Evolução" Editora Ellos, Ribeirão Preto - SP. 1974 - 8<sup>a</sup> Edição.

Primeiro os *franceses*, narradores da região, sobre amplos aspectos, bem como dos hábitos indígenas, como Jean de Léry (França Antártica ou Rio de Janeiro), André Thevet (mesma região), Yves d'Evreux (França Equinocial ou Maranhão) além de seus *viveiros de plantas*, isto é jardins botânicos reduzidos, ou bancos de espécies vegetais, como chamaríamos hoje a Guiana e as Antilhas Francesas<sup>2</sup>.

Depois, possivelmente, os *holandeses*, que teriam estabelecido, em Recife, o observatório astronômico e o museu de História Natural, pioneiros das Américas. Em seguida os *ingleses*, com grande número de escolas primárias. Penúltimos, os *espanhóis*, com uma Universidade, e, finalmente os *nossos colonizadores*, com muitos méritos mas não no âmbito intelectual.

Sob o ângulo *econômico*, não é fácil o ordenamento entre *holandeses*, que cria-

ram os engenhos hidráulicos (substituindo os lusos, de tração animal), a moenda metálica (ou com invólucro de metal, mais durável e que permitia melhor esmagamento da cana) substituta das de madeira, dos portugueses, os *ingleses* com pequenas propriedades rurais de produção diversificada, e que transportaram, para a América, toda a vocação industrial, comercial e marítima da Inglaterra, ou, ainda, os *lusos* com a primeira grande plantação de cana e a maior produção açucareira do mundo, além da mineração diversificada (pedras preciosas e ouro) em amplo espaço (Minas, Goiás, Mato Grosso). Em quarto lugar viriam os *espanhóis*, sem agricultura expressiva mas com mineração intensa, embora de duração relativamente efêmera. Os franceses ocupariam o último lugar, talvez porque fossem logo expulsos do Brasil. Mas, no Canadá e Louisiana, se limitaram ao comércio de peles – exploração geográfica excelente, mas sem proveitos econômicos.

Na visão *humana/cultural*, os portugueses vencem os *franceses* pois, se o trato com o índio não é de tão bom nível (aqui, mesmo expulsos

de suas bases, os *franceses* deram muito trabalho, pois sabiam agradar os indígenas com presentes e não os escravizavam) estes últimos não mestiçavam com os indígenas como os lusos. Os casamentos iniciais de lusitanos com as indígenas (Bartira e outras) criaram escola, além do fato, muitíssimo maior, dos acasalamentos naturais, na mata.<sup>3</sup> A raça mestiça foi de grande importância na civilização brasiliaca e na expansão territorial. Era um povo belicoso que juntava a vocação guerreira do gentio à arma de fogo dos brancos; o conhecimento dos rios e da terra às bêncas e aos perigos da mata, à ambição lusitana pelas preciosidades minerais, à necessidade de caminhar sempre, de ir além, ampliando o Domínio Português, teoricamente marcado pela abstração de uma linha geodésica.

Ao mesmo tempo, hábitos indígenas de caça (mundeu, arapuca, pios), de pesca (côvios e, mesmo, o timbó), de agricultura (queimadas e não arado, preferência pelas plantas de curto ciclo), alimentação (farinhas, sobretudo as de mandioca e de peixe), a rede, a habitação rústica e efêmera, foram ligando colonizador e coloni-

2. De lá foram trazidos para o Brasil o café, a cana chamada "caiana" (corruptela da Cayenne), a palmeira imperial (imponente planta ornamental, difundida em todo o Brasil), o abacateiro, algumas das "especiarias", etc. Sobretudo durante a ocupação Jusobrasileira da Guiana Francesa (1809-17)

3. Da expressão que chegou até os nossos dias, "caxados na Igreja Verde".

zado, o que não lograram os franceses da França Ártica (Canadá). Costumamos ensinar que um Brasil não luso seria mero Chile Atlântico, pois sem o apoio da raça nativa, não lograrmos colonizar o imenso interior além da Serra do Mar.

Já holandeses e ingleses, não obstante outros méritos, colocar-se-iam abaixo de portugueses e franceses. Mesmo espanhóis - ibéricos como nós - não lograriam posição melhor que esses dois povos analisados, mas ficariam acima de flamengos e anglos.

Os castelhanos legaram sua língua e sua religião, como nós; miscigenaram-se com os astecas no México e com negros em Cuba. Todavia, causaram grande morbo entre ameríndios, quer pela dominação apressada, quer por dar ao indígena trabalhos incompatíveis com seus hábitos, como a mineração em galerias etc.

Em nosso caso, pouco a pouco, passamos aos africanos, já sedentários, os labores da agricultura, da indústria açucareira e, mesmo, da mineração - a céu aberto, observe-se. Ao índio, nômade por excelência, que preferia trabalhos menos monótonos, ficaram labores como de canoeiros, pescadores, extratores de alimentos da mata, guerreiros - nos quais foram mais eficientes que os negros e com manifesta aceitação.

Registramos que a escravidão indígena no Brasil pouco durou. Os interesses na produção do açúcar e na mineração substituíram-na pela negra, progressivamente, a partir dos meados do século XVI.

As invasões holandesas (1624-54) reanimaram a escravidão vermelha. Sabiam os batavos da força que o trabalho negro representava e bloquearam a entrada dos africanos escravos no Brasil, durante sua breve dominação.

Também nas regiões mais pobres do Brasil, onde não havia a mineração (concentrada em Minas Gerais) nem a ocorrência do açúcar (Pernambuco), recorria-se ao índio escravo, mais barato e de fácil obtenção quer quanto

ao apresamento, quer quanto ao transporte, pois se transportavam andando ou remando canoas, sem o custo do escambo e dos navios negreiros.

Enquanto a escravidão negra crescia, solicitada por novas culturas como o café,<sup>4</sup> o fumo, o algodão e plantações de subsistência, a vermelha diminuía, com o domínio territorial mais ou menos estabelecido, pela sua inadequação aos fins maiores da produção.

A escravidão negra foi considerável, quer no Brasil, quer, mais tarde, no sul dos Estados Unidos,<sup>5</sup> onde o africano trabalhava nas extensas plantações de fumo e de algodão. O movimento abolicionista de Lincoln nada tinha de humanitário; era puramente econômico. O norte, bastante industrializado, inclusive pela chegada de alemães e escandinavos que fugiam das privações em seus países, não conseguia ainda, com seus teares, máquinas de preparar o solo, engenhos de tirar água de poços e transportá-la, competir com o barato custo desses engenhos em áreas de escravidão. Isso determinou a Guerra da Secessão que, diga-se de passagem, foi das muitas viola-

4. O plantio do café expandiu-se lentamente no Brasil em fins da Colônia, no Império e nos primeiros anos da República. Tomou o Vale do Paraíba, ao sul de Minas e leste de São Paulo, rapidamente. Houve um momento no 2º Império em que, de oito milhões de brasileiros, cinco milhões eram negros.

5. Ver "História dos Estados Unidos", Fábio Roz, Cia Editora Nacional, São Paulo.

ções do Direito<sup>6</sup> ao longo da história de prepotência interna e externa dos EUA. Essa crudelíssima guerra civil (1861-5) fez com que o Embaixador dos Estados Unidos no Brasil exclamasse, na festa da Lei Áurea (13 de maio de 1888): *Grande povo, consegue com flores o que conseguimos com tanto sangue.*

A abolição no Brasil foi por etapas, um grande bem, mas infelizmente sujeita às pressões externas, mal evidente que perdura até hoje nas *Forças Ocultas*, (F.O.)<sup>7</sup>, denunciadas por Vargas em 24 de outubro de 1945 e por Jânio em 24 de Agosto de 1963. A Inglaterra queria o

grande mercado de tecidos do Brasil, mas possuía maquinário ainda nascente. Ele não competia, então, com a produção dos escravos, semi-gratuita. Daí imposições como o *Bill Aberdeen* e a *Lei de Extinção do Tráfico*. O interesse inglês era mundial, mas no Brasil a intromissão externa era melhor aceita (como sempre) que nos EUA, por exemplo. As Leis dos Sexagenários e dos Nas-cituros já foram frutos do ideal abolicionista brasileiro. A lei Áurea foi um erro pela precipitação<sup>8</sup> e pela desnecessidade. Faltava – nos o Imperador, em viagem, e a grande imprensa (desde aqueles tempos), acionada, por certo, pelas F.O., assim como *líderes populares inflamados* dobraram a débil princesa, apesar do aviso: *V. M. Liberta uma raça mas perde o trono.* O duelo íntimo de Isabel, a Redentora, deve ter sido difícil.<sup>9</sup> Mas venceu o coração, o sentimentalismo altruísta e perdeu a razão, do raciocínio puro e certo. Centenas de milhares de escravos foram libertados com a roupa do corpo, a comida do estômago, tendo as estradas por moradia, num dos invernos mais frios do sul do Império. Morreram de fraqueza – fome, desabrigos,

doenças pulmonares – no frenesi da liberdade despreparada.

Além de não nascerem mais escravos no Brasil (*Lei dos Nas-cituros*), de não virem mais da África (*Lei de Extinção do Tráfico*), de estarem forros os de mais de sessenta anos (*Lei dos Sexagenários*), leis que tinham descumprimentos, é óbvio, como todas as leis do mundo, mas que, no conjunto, representavam algo concreto, além delas havia o *Plano Decenal do Imperador*. Consistia este em remir, em dez anos, os escravos remanescentes, por um ajuste governamental, resarcindo em parte os fazendeiros pelos prejuízos.<sup>10</sup> O aproveitamento dos escravos libertos, com o trabalhador remunerado, estava nos planos do Imperador. Também imigração mais controlada, de sorte a vir o europeu em número menor e espaçadamente, por mais tempo, dando o mesmo equivalente numérico, com prazos maiores para adaptação do recém vindo, e de medidas governamentais complementares, entre elas a imigração diversificada e não de um mesmo grupo étnico para uma só região. Suecos, alemães, eslavos, tangidos pelas dificuldades da vida na Euro-

6. Idem.

7. Que resumiremos nas iniciais "F.O.", daqui em diante.

8. Victor Ribeiro, "Autobiografia e Outros Escritos", Ed. Revista dos Tribunais, SP, 1952.

9. Ver o capítulo "Isabel, a Redentora", dos "Panoramas da História", de nossa autoria, distribuição da Editora Brasiliense, São Paulo- SP, 1947.

10. Vinicio Stein de Campos estimava o valor dos escravos em 2/3 dos bens de um fazendeiro na região de Capinas (Capivari). Área rural, plantações de café, benfeitorias, máquinas de beneficiar o café, valeriam 1/3. Daí a República como reação dos fazendeiros ao Império. Se hoje 66% dos nossos bens fossem confiscados, o país teria uma República Socialista, Soviética ou Sindicalista, como resposta; assim, a Lei Áurea, mal feita, trouxe-nos uma República com guerras civis, quarteladas e péssimos governos.

pa Norte e Central, entre-mear-se-fam<sup>11</sup> a italianos, espanhóis, portugueses<sup>12</sup>. O

11. Quando o Brasil se colocou contra o Eixo, por forte pressão externa, tivemos problemas com os núcleos alemães, italianos e japoneses, concentrados. Política imigratória cautelosa teria evitado isso.

12. Após o Sete de Setembro os portugueses passaram também à condição de imigrantes; não eram mais os colonizadores.

13. A aristocracia rural, baseada no dinheiro puro e simples, substituía, com muito mais poder, sobretudo graças à ascensão de potentados regionais, nas célebres eleições "à bico de pena", a nobilarquia imperial, na sua maior parte, alicerçada em valores maiores que os econômicos.

14. Ver História do Brasil de Pedro Calmon (6 volumes, José Olympio Editora, Rio-RJ, bem como as declarações, historicamente fundamentadas, do Deputado Federal por São Paulo, Antônio Henrique da Cunha Bueno.

15. Durante a Segunda Grande Guerra, era comum ver-se nas casas comerciais, estrangeiras, de São Paulo e Rio cartazes com o lema "Inglaterra, campeã das liberdades". Jamais concordamos com isso. A França foi a primeira a dar liberdade de religião, com o Édito de Nantes (1598), a ter o Legislativo todo de origem popular, bem como o Executivo (1793); e a abolir a escravidão (1793).

16. O escravo, com a senzala por morada; angu, abóbora, batata doce e carnes inaproveitáveis pelos seus senhores, tinha melhor tratamento que seres humanos rebaixados ao máximo, pelo capitalismo selvagem, morando sob os viadutos e pontes ou expostos à chuva e ao sol, caídos nas ruas das grandes cidades e buscando matar a fome com restos de lixo. O escravo era um bem, uma propriedade, e como tal, sua perda ou enfraquecimento não interessava aos proprietários. No mínimo, um animal caro, bem zelado pelo trabalho que produzia... Portanto, filmes e outros veículos das F.O., que generalizam maus tratos exagerados aos escravos negros, não suportam a realidade histórica.

Plano era excelente e foi-se com a República Plutocrática (jamais Democrática),<sup>13</sup> estabelecida aqui, inclusive com a colaboração de belonaves ianques, na Revolta da Esquadra, na Bahia de Guanabara.<sup>14</sup>

Com o *Ato da Convenção* (período áureo da Revolução Francesa, cujo auge foi em 1793) que extinguia a escravidão nos domínios da grande nação francesa<sup>15</sup>, com o triunfo do presidente Lincoln na *Guerra de Secessão* (1865) e, finalmente, com a *Lei Áurea*, no Brasil (1888), a escravatura ostensiva terminava no mundo ocidental.

Passaria a vestir a partir daí a roupagem mais amena do colonialismo contemporâneo, com a mão de obra semigratuita de malaios, hindus, chineses, árabes e africanos. A pior forma de servidão, de sujeição econômica, física e moral, serve ao capitalismo apátrida, sob os eufemismos de *globalização* ou de *neoliberalismo*. Perto deles, as desgraças da bomba atômica, de hidrogênio, de neutrons, bacteriológica, ou napalm, são miniaturas. Matam na hora ou em dias ou meses. O *neoliberalismo* é, no mínimo, o retorno à Idade Média, o fim do Estado Nacional, o ressurgimento

dos castelos sem alma, a voracidade do Bezerro de Ouro. Todos os valores, costumes tradicionais de povos, liberdades relativas, são substituídos pelos pregoes do consumismo, pelo poder maior do dinheiro, conseguido seja como for. É a subnutrição, são as hospedarias debaixo de pontes e viadutos. As doenças e epidemias tornarão os assalariados famintos forçados a trabalhar por ordenados vis, em nome da competição entre grupos econômicos, a pobreza alastrar-se-á enormemente, enquanto a riqueza se concentra em poucas mãos, trazendo de volta a luta entre patrícios e plebeus da velha Roma mas, agora, sem pão nem circo.<sup>16</sup>

## TEMPO PARA DECIDIR A reforma do Conselho de Segurança da ONU<sup>1</sup>

Sven Bernhard Gareis\*

 reforma do Conselho Mundial de Segurança, mais uma vez objeto de intensa discussão na Assembléia Geral da ONU.

\* Tradução feita pelo Coronel de Infantaria e Estado-Maior Roberto Rodrigues.

1. Artigo publicado na revista militar alemã IFDT, edição de julho de 1996.

em 1996, situa-se no centro de uma ampla revisão da Carta das Nações Unidas. A complexidade do processo e o grande número de interesses divergentes entre os estados-membros tornam improvável, no entanto, a ocorrência de um *grandelance*, em se tratando da reformulação do Conselho de Segurança. Ao invés disso, é bem mais provável que a pretendida reforma ocorra passo a passo, ao longo vários anos.

A discussão em torno da composição do Conselho de Segurança, bem como os privilégios inerentes aos seus cinco membros permanentes (China, França, Grã-Bretanha, Rússia e EUA), é tão antiga quanto a própria Organização das Nações Unidas. Já durante a assembléia de criação das Nações Unidas, na primavera de 1945, muitos dos 46 membros ordinários faziam severas críticas à condição dos *cinco permanentes*, com direito de voto em todas as questões inerentes aos trabalhos do Conselho de Segurança. Em presença do recém-surgido conflito Leste-Oeste, nenhuma das grandes potências sentia-se em condições de curvar-se perante as decisões de uma organização interna-

cional. Diante da opção entre aceitar o direito de voto ou colocar em risco a criação do organismo internacional, 51 Estados assinaram, em 26 de junho de 1945, uma Carta das Nações Unidas que exigia claramente a marca registrada das potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial.

A Carta das Nações Unidas estabelece, em seu Artigo 23, a diferença entre os cinco membros permanentes, nominalmente citados, e os não-permanentes, eleitos pela Assembléia Geral a cada período de dois anos, sem direito à reeleição para o mandato subsequente. Em decorrência de uma alteração da Carta, decidida em 1963 e posta em vigor a partir de 1965, o efetivo de membros transitórios foi elevado de seis para dez. No intuito de preservar o equilíbrio entre as representações das diversas regiões do mundo, a eleição dos membros não-permanentes é realizada a partir de uma distribuição regional de vagas.

Quanto às deliberações no Conselho de Segurança, o Artigo 27 estabelece, para todas as questões processuais, a necessidade de obtenção da maioria de nove votos, tendo cada partici-

pante o direito a um voto. Em se tratando de matéria específica, contudo, é indispensável a concordância dos cinco membros permanentes. Porém, uma vez que o seu direito de voto se estende a qualquer decisão do Conselho, o que logicamente inclui as questões processuais, os membros permanentes são, na prática, todo-poderosos, quando se trata de bloquear um parecer ou decisão. Essa posição privilegiada dos cinco membros permanentes não se reflete, entretanto, somente nos trabalhos do Conselho de Segurança. Desde a escolha do Secretário Geral das Nações Unidas, feita a partir da indicação do Conselho de Segurança, passando pela admissão de novos membros ou a escolha dos juízes de tribunais internacionais, até a modificação ou revisão da Carta, a aprovação dos membros permanentes é condição indispensável em todos os pontos decisivos.

Essa posição é tão forte que freqüentemente enseja, na rotina de trabalho do Conselho, a reunião do P3 (França, Grã-Bretanha e EUA) ou do P5, como *mini-conselhos*, e a tomada de decisões em círculos restritos. Em consequência,

reduz-se, por um lado, a transparência do processo decisório no Conselho, enquanto que, por outro, discrimina-se sistematicamente os membros transitórios. É bem verdade que sete desses membros possuem, de fato, um voto cumulativo; na prática, porém, essa possibilidade não desempenha mais do que um papel subalterno.

As exigências de mudança do atual *status* sempre tiveram presentes, ao longo das décadas passadas, na agenda da Assembléia Geral, sem que tenha sido possível encontrar uma solução. Na realidade, a América Latina e a África não têm qualquer participação entre os membros permanentes, e a Ásia só se faz representar pela República Popular da China. Em vista da crescente necessidade de cooperação para a solução dos problemas internacionais que se vêm acumulando, questiona-se cada vez mais a repartição do poder no âmbito das Nações Unidas, que até hoje segue o modelo ditado pela constelação de forças do pós-guerra. Quanto à necessidade de adaptação do Conselho de Segurança aos desafios do século XXI, não há dúvidas; difícil, no entanto, é o acordo em torno da forma e da extensão das mudanças.

Durante a 47<sup>a</sup> Assembléia Geral, em 1992, decidiu-se, por iniciativa da Índia, recolher sugestões dos estados-membros sobre a reforma do Conselho de Segurança, para posterior discussão na 48<sup>a</sup> assembléia. Em 1993, decidiu-se a criação de um *open-ended-working-group*, que deveria estabelecer, considerando as propostas dos estados-membros, as bases para a reforma do Conselho de Segurança. Em seu terceiro relatório desde então, o grupo de trabalho apresentou, em setembro de 1996, um quadro atualizado da discussão em curso, que revelava a concordância entre os estados-membros numa série de pontos, mas também as claras divergências, em número bem maior. A reforma do Conselho de Segurança deverá ocorrer em três campos decisivos, muito embora seja altamente duvidosa a obtenção do consenso necessário para um "grande lance". Ao mesmo tempo em que são poucas as divergências, entre os membros das Nações Unidas, acerca da ampliação do Conselho, a questão dos Estados a serem contemplados cria sérias dificuldades. Considerações sobre o poder e o prestígio de cada

um dos estados-membros são tão importantes quanto a respectiva disposição para assumir responsabilidades internacionais. É sobejamente inaceitável a admissão de outras nações industrializadas, como, por exemplo a Alemanha e o Japão, sem o acréscimo, em número adequado, de países situados no hemisfério Sul. É claro que não existe, no âmbito regional, candidatos *natos*, capazes de angariar apoio unânime. Na América Latina, concorrem a Argentina e o Brasil; na África a Nigéria e a África do Sul, tendo o Egito anunciado recentemente o seu interesse; na Ásia, por fim, a Índia revela suas pretensões, inaceitáveis para o Paquistão; e a candidatura do Japão provavelmente só será aceita se vier acompanhada de uma outra vaga para os asiáticos. O mesmo ocorre, também, na Europa Ocidental, onde as ambições da Alemanha não estão livres de contestação, posto que a Itália é um severo opositor do assento permanente alemão. Por trás dessas discussões de cunho regional, um modelo parece estar ganhando forma – o que prevê a criação de membros semi-permanentes. Neste caso, dois ou três estados de um grupo regional

revezar-se-iam na ocupação de um assento permanente. Segundo esse princípio rotativo, seriam eliminadas as idéias de concorrência regional. Todavia, essa nova categoria de membro permanente resultaria em menor expressão, servindo mais à consolidação do que à compensação do poder atribuído aos cinco permanentes.

Uma possível solução para a questão da ampliação do Conselho de Segurança seria a admissão da Alemanha e do Japão, como membros permanentes, suspendendo-se – até a obtenção, nos blocos regionais, do consenso em torno de um candidato comum – a proibição de reeleição prevista no Artigo 23. Mediante o aumento simultâneo do número de membros transitórios, a África, a Ásia e a América Latina seriam melhor representadas, tornando-se possível para um determinado país, por meio de reeleições sucessivas, a situação de membro *quase-permanente*. Ampliado, o Conselho

poderia comportar até 25 membros.

Estão em julgamento, da mesma forma, o processo decisório do Conselho de Segurança e, sobretudo, o direito de voto dos membros permanentes. Mas não há, entre as potências com direito a voto, a menor disposição para abrir mão desse privilégio, de tal modo que qualquer compromisso nesse sentido só poderá ser estabelecido através de negociações muito lentas. Existe, outrossim, um consenso de que esse tema só deva ser tratado após resolvido o problema da ampliação. Acontece, porém, que são problemas independentes: teriam, os novos membros permanentes, o direito de voto? Até onde poder-se-ia estender esse direito, no caso dos membros permanentes rotativos? Quão eficiente seria o trabalho do Conselho de Segurança no momento em que sete, ou mesmo dez, potências com direito a voto lutassesem pela manutenção dos seus interesses?

Nessa questão, um possível compromisso poderia residir na adoção do voto duplo ou triplo, que limitaria o poder individual dos membros permanentes. De forma semelhante, a alteração do

*quorum* entre os membros não-permanentes assim como o fortalecimento do processo eleitoral no âmbito regional poderiam contribuir para contrabalançar a superioridade dos membros permanentes.<sup>2</sup>

A questão do voto deveria ser resolvida, em médio prazo, de modo a não permitir a discriminação dos novos membros permanentes, em relação aos antigos. A condição de permanência implica uma série de obrigações (tais como maior participação em missões de paz e o financiamento destas), em vista das quais a diferença qualitativa entre membros permanentes viria, cedo ou tarde, causar problemas. Poder-se-ia imaginar, no entanto, um período de transição durante o qual somente as tradicionais potências com direito a voto exerceriam esse privilégio, todavia com limitações – como, por exemplo, a exclusão de certas matérias da lista passível de voto pelo P5. Considerando, porém, que tais limitações à competência dos membros permanentes passa, obrigatoriamente, pela concordância dos mesmos, o fracasso da reforma, nesse caso, tem mais chances do que o seu sucesso.

2. Blocos regionais representados por membros não permanentes no Conselho Mundial de Segurança (Art. 23, § 1º, da carta da ONU): 3 Estados da África, 2 da Ásia, 2 da América Latina, 2 Estados ocidentais ou outros e 1 do Leste Europeu.

No tocante ao regimento interno do Conselho de Segurança, as ainda provisórias *Rules of Procedures*, as reformas poderiam ser mais rápidas, posto que não dependeriam de modificações na Carta.

Em torno de alguns aspectos, importantes para a melhoria da transparência na tomada de decisões pelo Conselho de Segurança, já existe um amplo consenso. Além disso, deverá melhorar sobretudo o relacionamento com a Assembléia Geral, intensificando-se as consultas aos membros estranhos ao Conselho. Isso se refere particularmente à cooperação com aqueles países que cedem tropas e, por conseguinte, são diretamente atingidos pelas decisões do Conselho de Segurança. De um modo geral, a comunicação horizontal e vertical dentro do sistema Nações Unidas é passível de correção, em especial nos casos do apoio à Secretaria, aos organismos especiais, como a Comissão de Refugiados, aos acordos e instituições regionais e, sem dúvida, também às Organizações Não-Governamentais, de cujo conhecimento especializado e competência cada vez menos pode-se prescindir.

## OPORTUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO – O DESAFIO DAS FONTES ENERGÉTICAS PRIMÁRIAS

João Metello de Mattos\*

**M**omento em que a sociedade brasileira começa a se conscientizar da efeméride dos 500 anos do Brasil, que ocorrerá a 21 de abril de 2000, começam a ser feitas discussões e analisados fatos históricos, o que é muito importante para abrir a percepção do canal temporal. Ao estudarmos fatos históricos, compreendemos melhor nosso presente e podemos perceber os contornos do futuro que se apresenta.

É analisando dados históricos que o professor Cesare Marchetti, no trabalho preparado para o *Internacional Institute for Applied Systems Analysis* concluiu que: *As ondas de inovação ocorrem com a periodicidade de 54 anos; cada nova onda é anunciada com a introdução de uma fonte primária de energia; estamos vivendo nos primórdios do ciclo nuclear: o ápice do ciclo nuclear ocorrerá no ano 2100, quando será respon-*

*sável por 50% do fornecimento de energia em nível mundial; somente em 2025 uma outra fonte de energia primária estará abrindo seu espaço no mercado, ou seja responsabilizando-se por 1% do mercado, essa fonte será provavelmente de fusão nuclear.*

Hoje a energia elétrica utilizada pela França já é, em sua maior parte, originada em nucleogeradores, cerca de 60%. Tal fato garante fornecimento constante de energia elétrica, independente do regime pluviométrico e sem a poluição atmosférica pesada que ocorreria caso utilizassem termoelétricas convencionais. Os resíduos nucleares são retrabalhados e não liberados na atmosfera sob forma de gases. Com essa garantia de fornecimento os franceses lançaram-se em um audacioso programa de interligação das grandes cidades europeias com trens de alta velocidade.

Por razões históricas, o Brasil não pôde aproveitar as oportunidades tecnológicas abertas com o ciclo do carvão, cujo impulso foi amplamente aproveitado pela Inglaterra com a industrialização baseada em máquinas à vapor (ferrovias a

\* Analista de Ciência e Tecnologia.

vapor, geração de vapor para movimentar máquinas etc.)

O ciclo seguinte teve seu impulso magistralmente aproveitado pelos Estados Unidos, que soube tirar partido da reconversão industrial, propiciada pelo uso do petróleo como fonte de energia (veículos automotores, termoelectricidade, etc.). Esse ciclo prolonga-se através do uso do gás natural, que só se encontra ainda em fase de crescimento. Embora o gás natural possa ser considerado um ciclo próprio, não guarda o período de 54 anos como o seu antecessor, até porque não rompe com o paradigma do petróleo, exigindo apenas adaptações aos equipamentos industriais.

As ondas de inovação causadas pela energia nuclear estão apenas começando. A energia de fonte termonuclear será responsável por metade da energia consumida no planeta no ano 2100.

O país pode tirar partido da mudança de paradigma em curso no setor energético, onde as fontes energéticas tradicionais, hidroeletricidade e termoelectricidade vão encontrando suas limitações, seja no alagamento de áreas ricas em biodiversidade, ou já ocupadas com atividade

econômica, seja na poluição atmosférica com a liberação de gases e partículas.

A Eletrobrás estima, quanto as fontes hidroelétricas, em média, ser necessário alagar 600m<sup>2</sup>, matando 150 árvores para acender 10 lâmpadas de 100 watts.

Já as fontes termoelétricas convencionais são responsáveis por cerca de 57% do "efeito estufa", resultante do lançamento de CO<sub>2</sub> dioxido de carbono na atmosfera.

A queima de derivados de petróleo e carvão, além do efeito estufa emitem partículas e outros gases, como óxidos de enxofre e nitrogênio, que poluem a atmosfera e são responsáveis pelas chuvas ácidas.

Os ecologistas terão que distinguir, caso efetivamente desejem preservar as condições de vida no Planeta, que existe uma grande distância entre artefato nuclear, este destruidor e poluidor, e o uso da tecnologia nuclear (energia, motores), esta capaz de, vencidos os preconceitos, transformar-se em instrumento de viabilização da preservação ambiental do Planeta, já que seus resíduos são reprocessados, tratados e armazenados de forma controlada.

Se, por contingências históricas, o Brasil não pôde colocar-se junto aos países que souberam beneficiar-se dos ciclos do carvão e do petróleo, hoje as circunstâncias são diferentes, nesse início do ciclo nuclear. Existem condições objetivas que permitem ao país alavancar seu desenvolvimento, aproveitando o longo impulso desse novo ciclo de inovação, que irá consistentemente ganhar mercado, gerar empregos e renda até o fim do próximo século.

Para que isso ocorra é preciso tornar prioritários as pesquisas e os desenvolvimentos em torno da energia nuclear, como por exemplo: novos materiais, ligas para construção de pequenos motores nucleares; aperfeiçoamento de todo ciclo de produção de pastilhas (combustível) para reatores e sistemas de reciclagem dos rejeitos; sistemas de controle e automação, substituindo a manipulação humana em operações de risco; geradores termo-nucleares para uso em pequenos núcleos urbanos, onde fontes alternativas de energia (eólica e solar) não se revelam viáveis técnica ou economicamente, e assim por diante.

O assunto precisa ser considerado com muito cui-

dado, para não enfatizar o nuclear, hoje estigmatizado pelos efeitos das explosões sobre o Japão e pela corrida dos megatons entre as potências nucleares.

O desenvolvimento do *complexo nuclear*, em particular considerando suas aplicações como força motriz (motores) e suas aplicações como fonte de energia elétrica, seus usos na Medicina, na conservação de

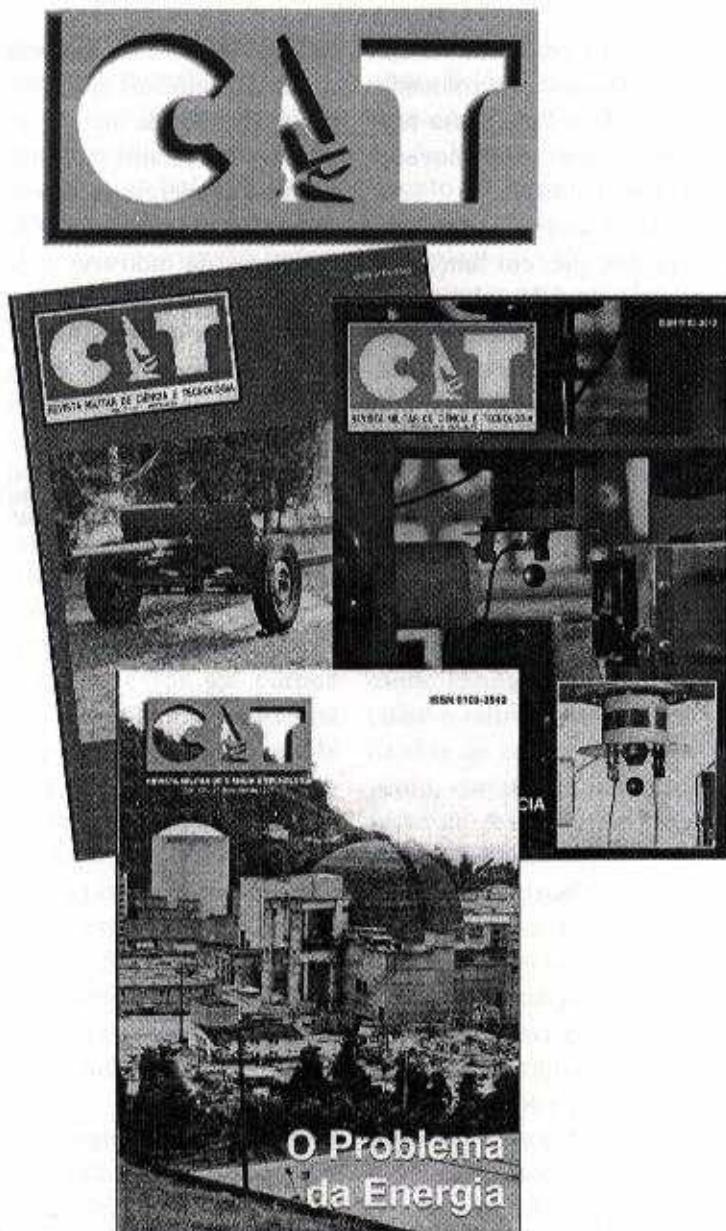
alimentos entre outros, não pode deixar de ser colocado, para que o País possa tirar proveito desse ciclo inovador de longa duração.

Deve-se considerar mais também que, em função do trauma causado pelas explosões nucleares, essa tecnologia não é facilmente difundida. Essas circunstâncias aliadas aos passos já dados pelo Brasil, na pesquisa do ciclo completo de processamento

do combustível e a existência de jazidas minerais já conhecidas, capazes de atender às necessidades dessa fonte primária de energia, recomendam atribuir prioridade às pesquisas da indústria e da economia, como um todo, vez que o consumo de energia tenderá a crescer com o uso de maior número de aparelhos e equipamentos eletro-eletrônicos, seja nas indústrias ou nas residências.

**SEJA ASSINANTE DA**

**REVISTA  
MILITAR  
DE CIÊNCIA  
E TECNOLOGIA**



*Publicação de  
pesquisa  
e desenvolvi-  
mento científico-  
tecnológico do  
Exército  
Brasileiro.*

**AGORA FICOU  
MAIS FÁCIL  
TORNAR-SE  
ASSINANTE!**

**LIGUE GRÁTIS**

**■ (0800) 238365**

E-mail: [bibliex@ism.com.br](mailto:bibliex@ism.com.br)

*Veja no final deste número, o  
PEDIDO DE ASSINATURA,  
com maiores informações.*

**ASSINATURA ANUAL**

Brasil - R\$ 15,00

Exterior - US\$ 30,00

**ASSINATURA ANUAL**

Brasil - R\$ 15,00

Exterior - US\$ 30,00

## UM LIVRO SOBRE AS BATALHAS DOS GUARARAPES

**S**Tenente Coronel Antônio de Souza Júnior, professor de militar da Escola do Estado-Maior do Exército, acaba de conquistar o primeiro prêmio do concurso comemorativo do tricentenário da segunda batalha dos Guararapes instituído pela Biblioteca Militar, com a monografia intitulada *Do Recôncavo aos Guararapes* (Rio, 1949). A vitória, que merecidamente lhe foi conferida, premiou um trabalho que estuda com segurança o aspecto até agora não versado das lutas holandesas do Nordeste: aquele que do ponto de vista técnico militar examina o desenvolvimento estratégico e tático das duas batalhas dos Guararapes.

Na verdade os dois grandes feitos brasileiros não tinham tido até agora o seu historiador tecnicamente militar, e o Barão do Rio Branco já lamentava no começo do século que nem mesmo existia um mapa topográfico da região, o que dificultava, senão impossibilitava, o exame dos as-

pectos estritamente militares desse episódio. Com a mesma dificuldade lutou o autor, que conseguiu com detido exame do local, levantar um pequeno mapa do terreno, do qual apresenta esboço no livro. Conhecido o terreno, o autor passa a descrever em capítulos próprios as duas ações dos ouseiros dos Guararapes, estudando em relação a cada uma, estratégia e tática, os preliminares e o desenvolvimento das batalhas e as perdas sofridas pelos exércitos em luta.

Estes são os capítulos em que o autor apresenta realmente uma contradição notável e digna de ser conhecida. Nos demais em que procura fazer uma *história resumida das guerras holandesas ao norte do Brasil*, nada de novo apresenta; talvez mesmo só os tenha ajuntado com o intuito de situar o ponto culminante da luta, do ponto de vista militar, representado pelas batalhas. Entretanto, alguns pequenos enganos escaparam ao cuidadoso estudo: assim é que, à p. 54, o forte Ernesto aparece como Santo Ernesto; à p. 80, d. Luiz de Rojas y Borja é mencionado como duque de Lerma, quando apenas per-

tencia pelo lado paterno à família deste, embora em alguns documentos surja com o título de duque de Granja; à mesma página e com relação ao mesmo militar, menciona-o como ocupando o posto de governador e superintendente na guerra de Pernambuco (engano em que outros autores, Varnhagen inclusive, incidiram) quando, na verdade, segundo a própria patente, da qual examinei cópia autêntica na Biblioteca Nacional (Secção de Mss. catálogo I - 35, 15, 12), datada de Madrid 30 de janeiro de 1635, trazia apenas o de lugar – tenente em terra do Marquez de Velada, este sim, indicado general e governador de terra e mar e encarregado de uma frota que se preparava em portos ibéricos; à p. 86, o conde João Maurício de Nassau, governador de Pernambuco, é dado como filho de Guilherme, o Taciturno, sendo na realidade sobrinho-neto deste (no que também se enganou Rodolfo Garcia, que o apontou como neto do Taciturno: nota a Varnhagen, 4<sup>a</sup> ed. II, p. 338); à p. 138, indica que Francisco Barreto foi aprisionado pelos holandeses na costa de Pernam-

buco, quando na realidade o foi a cerca de 30 léguas ao mar da Bahia (a Bahia, e não Pernambuco, era aliás o destino de Barreto, que só depois de chegar ao Brasil é que foi nomeado governador de Pernambuco); à p. 178, surge, ao modo holandês, intitulada de Santo Antônio Vaz a ilha de Santo Antônio e, finalmente à p. 212, Camaçarão é dado como capitão-mor dos índios brasileiros, quando o era apenas de todos os índios da costa do Brasil, desde o rio São Francisco até o Maranhão, como ele próprio declara em documento de que a Biblioteca Nacional possui cópia (Secção de Manuscritos I, 35, 15, 9). Pequenos enganos, como se vê, dos quais somente um estudante de história como o que escreve estas linhas, dominado pela paixão da minúcia (do que, com razão, o acusou o erudito historiador das lutas holandesas, Dr. José Honório Rodrigues), se atreveria a pedir retificação.

Já indiquei que a contribuição realmente muito valiosa do tenente-coronel Antônio de Souza Júnior é o estudo militar das batalhas dos Guararapes. Salienta com muita justeza o autor que, *em contato com a realidade brasileira e sofrendo a*

*influência do nativo, os lusitanos foram obrigados a modificar inteiramente sua maneira de fazer guerra no Brasil. Não compulsamos documento oficial que descrevesse a organização e os processos não tinham semelhança com os empregados pelos exércitos europeus, no século XVII.* Estas conclusões muito exatas do autor baseadas aliás em boa documentação, coincidem com as minhas próprias, já expressadas em livro. Apenas o autor vê nesses processos de combate, a assimilação pelos luso-bresileiros de métodos de lutas indígenas: *as forças irregulares brasileiras baseavam seus processos de lutar na malícia dos índios e na improvisação e coragem que lhes eram próprios.* Concordando com a sugestão, desejo lembrar, porém, que no caso havia coincidência dos processos indígenas com os processos africanos de luta: mamelucos e mulatos, índios e africanos parecem que foram na verdade os verdadeiros mestres da guerra brasílica, ou ao modo do Brasil – embora inegável a preponderância em influência dos processos de luta indígena sobre os africanos. Mas o autor salienta que os holandeses assimili-

aram alguns desses processos, através de Calabar, Calabar, um mulato brasileiro (pp. 61/62). A apreciação faz-me recordar, a propósito, a observação de Gilberto Freyre sobre o nosso football jogado por brancos, pretos e mulatos brasileiros, de que *o nosso estilo de jogar football me parece contrastar com o dos europeus por um conjunto de qualidades de surpresas, de mancha, de astúcia, de ligeireza e ao mesmo tempo de brilho e de espontaneidade individual em que se exprime o mulatismo, etc...* Creio que, sem esforço, a observação de Gilberto Freyre pode ser estendida aos processos de luta dos brasileiros, pelo menos nesse período de nossa história, fato que tentarei esclarecer em futuro artigo. Para esse estilo de luta – o que o autor caracteriza como sendo o da malícia, o da improvisação, e o da coragem – a espada representa, ao contrário do mosquete e do arcabuz e, em geral da arma de fogo de que o soldado se serve à distância, a arma ideal para a expressão desse mulatismo psicológico quando não genético, arma ideal porque, como no caso da bola no football, concede oportunidade

dade excepcional para afirmação do valor, e das qualidades individuais do lutador. A documentação histórica confirma plenamente a observação que, partindo do football, é possível estender à luta armada do século XVII, segundo o estilo brasileiro. *Sem dúvida nenhuma* (diz o autor, p. 144), o que predominava era a arma branca, especialmente a espada. Peritos em manejá-la, arrojados, valentes e ágeis, os brasileiros tornaram-se temíveis no combate individual corpo a corpo. As informações de contemporâneos holandeses e luso-brasileiros só fazem confirmar a afirmativa do Autor.

Com relação ao usado pelas tropas brasileiras, há muita indicação a recolher em valiosos documentos que a Biblioteca Nacional conserva, a saber: para a primeira fase da guerra (1630-1635), o chamado *Códice Pernambuco*, da coleção Castelo Melhor, e para a última (1645-1654) os mandados copiar no Arquivo Histórico Colonial pelo ministro Jerônimo A. Figueira de Melo e por ele doados à Biblioteca. As armas preferidas, quanto as de fogo, eram em especial os arca-

buze de Biscaia e depois os mosquetes, espingardas, carabinas e pistolas. Quanto a armas brancas, a espada, como já ficou radicado, ocupava o primeiro lugar, embora fossem usados os piques-de-campo e mesmo facas carniceiras. Um acordo realizado em 1633 entre pernambucanos e holandeses (e ao qual o Autor se refere à p. 64 citando Southey) do qual o *Códice Pernambuco* inclui cópia, proibia o uso de *balas empêçhadas ou quadradas ou esquinadas ou enramadas e o atirar com barretas de ferro e chumbo e canhão rajado*.

Quanto ao desenrolar das batalhas, a exposição e os comentários do tenente-coronel Souza Júnior pareceram-me perfeitamente precisos e em concordância com a documentação. Seria de desejar, porém, que o Autor tivesse recenseado a documentação manuscrita e as publicações contemporâneas que descrevem o desenvolvimento geral das batalhas ou apenas a luta de determinados regimentos nela empenhados.

Com relação à primeira batalha, contam-se do lado brasileiro o relatório oficial de Francisco Barreto (pu-

blicado na *Rev. do Inst. Histórico Brasileiro* n. 56), uma carta do tenente-general Philippe Bandeira de Mello (ainda inédita) e a *Relação da Vitória*, etc., publicado por Eduardo Brazão; da parte holandesa, as partes oficiais de Sigemundt von Schkoppe e de Cornelis van den Brande (inéditos, publicado ambos pelo Autor) e o relatório de 22 de abril de 1648 dirigido aos Estados Gerais (em MS no Instituto Histórico, publicado contemporaneamente em Haia, 1648); com relação à segunda, da parte brasileira, não foi encontrada até agora o relato oficial de Francisco Barreto, existindo apenas a *Relación de la Vitoria* (reproduzido nos *Anais da Biblioteca Nacional* n. 20); da parte holandesa conhece-se o de Michiel van Gogh (que o autor publica em apenso ao livro), o relatório de Schkoppe (copia MS. no Instituto Histórico Brasileiro) e de diversos outros depoimentos importantes de coronéis holandeses (como o de Lobbrecht e o de Houthain, que o autor lamenta não ter conhecido, p. 171, mas dos quais recentemente encontrei cópia no Instituto Arqueológico Pernambucano). Estes, para mencionar apenas depo-

mentos de testemunhas presenciais ou de contemporâneos em condições de poder descrever com precisão os acontecimentos.

Embora o tenente-coronel Souza Júnior não tenha conhecido todos os depoimentos acima mencionados (de que resultou, por exemplo, por não conhecer a *Relación de la Vitoria*, deixar de mencionar a existência no exército pernambucano, na segunda batalha, de duas companhias de cavalaria), a descrição que apresenta do desenvolvimento dos dois encontros é muito boa e os gráficos que ajunta dão ideia precisa das várias fases da luta.

Ao ter o prazer de comentar o livro *Do Recôncavo aos Guararapes*, ressalto a contribuição original que o ilustre oficial e professor de história militar, Antônio de Souza Júnior, acaba de prestar ao estudo do período flamengo do passado nordestino, representada pela magnífica descrição e comentários técnicos das duas batalhas dos Guararapes, que agora ficam os leitores conhecendo em todas as suas fases.

Reprodução de matéria publicada no *Diário de Pernambuco*, edição de 22 de janeiro de 1950.

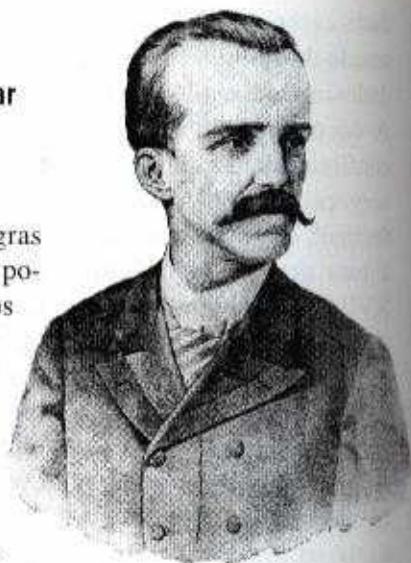
## RUI BARBOSA E O EXÉRCITO Discurso no Clube Militar a 26 de junho de 1821

**S**enhores Bastavam as regras mais vulgares da polidez e os sentimentos mais naturais do reconhecimento, para que me não fosse lícito deixar de estar hoje aqui, obedecendo ao convite, com que me honrastes. Esse dever grato e simples, vim cumpri-lo, e o estou cumprindo cativo e lisonjeado.

Não é, porém, uma civilidade ordinária e um agrado de ocasião o que me conduz, neste dia, a participar convosco da celebração de um aniversário caro aos brasileiros: o da inauguração deste clube.

Uma aproximação misteriosa tem, nestes cinquenta anos, paralelizado o meu caminho com o vosso, exercendo sobre as vossas aspirações e as minhas a subtil atração, que culminou em 15 de Novembro.

De sorte que, esta noite, ao transpor-vos as portas, na irradiação de luz, que as inunda, na claridade que delas se derrama em torno, pareceu-me ver menear-se



para mim um, gesto conhecido, antolhou-se-me que me acenava com agasalho aquela dextra amiga, em que tantas vezes se estreitou a minha, a mão do velho Deodoro o meu grande chefe dos quinze meses do Governo Provisório, meses pujantes e criadores, de que a República saiu feita, o companheiro que nunca me variou na estima e confiança, o soldado, o cidadão, o herói que, durante longos anos, presidiu ao Clube Militar, depois de o ter fundado.

Tive a sensação de que os ossos do escritor, rudemente sacudidos, estalavam entre os do bravo, num aperto de efusão entre dois vivos, que aquele encontro inesperado reunia. Percebi que me não

deixava. Senti que atravessava comigo a multidão aglomerada. Escutei-lhe, amortecidos pela alcatifa. Os Passos que subiam comigo as escadas. Ao ver-me nesta sala, neste deslumbramento de esplendores, eis que me acomete a impressão de que o ausente se torna realmente visível, ei-lo que se levanta, na multidão, tal qual era, estatura avantajada aos circunstantes, presença espiritual, olhar de águia, vivo entre os vivos, como se lhe houvesse a boa sorte desta data deparado o momento de, abraçando-se comigo aos vossos olhos, dar-vos o testemunho supremo da verdade que há trinta anos se me nega, e, há outro tanto tempo, se me deve, a verdade, que com essa irredutível pertinácia, adulteram, e caluniam malignos interesses e paixões odiantas.

Que verdade, senhores?

A de que a causa militar, no Brasil, nunca teve servidor mais sincero, mais leal, mais constante que eu; a de que ninguém teve ela nunca, em cujos atos se achasse mais larga e multiplamente gravada em expressões de toda a ordem, a inteligência das correlações orgânicas e vitais, por onde os interesses das classes civis se associam aos das classes armadas tornando-as inseparáveis

umas das outras no desenvolvimento e prosperidade, na moralidade e eficácia, no brilho e cultura.

Notai, senhores, que não preconizo a importância ou valia dos meus serviços. Apenas lhes falo na sinceridade, na cordialidade, na tenacidade, e tão somente insisto, em que jamais se desmentiram, em que se entrelaçam com a minha vida toda, em que constituem um trabalho de afeição, desinteresse e solidariedade, trabalho que nunca pediu ou recebeu nada em troco, mas também não faltou ou tardou nunca na hora oportuna.

Cada um dá o que tem. O meu era pouco. Não podia dar mais. Mas dei com o coração inteiro, dei meramente, como quem cumpre o que deve. Saber que estou quite nessa conta, que não acabo os dias em dívida com o meu país, que só não cheguei, para o servir, até onde a nação e Deus não quiseram que chegasse, é o galardão maior da minha vida toda. E receber eu a expressão dessa recompensa, recebê-la de vós, recebê-la na grave imprensa desta solenidade, entre as tradições da vossa abnegação, acolhido pelo favor da hospitalidade vossa, contra o empestado ambiente exterior, à regeneradora atmosfera deste abrigo, terá

sido, para o meu desconsolo desta época tristíssima, o maior contentamento, a surpresa mais reparadora, que a Providência me podia consentir nesta árida e rude sazão dos anos declinantes.

Deus me tem dado mais, muito mais, infinitamente mais do que eu mereço, dando-me a fé, que se me não apaga no seio, a crença nas leis eternas, que há de morrer comigo, e um pouco do espírito de caridade, para não querer mal aos meus semelhantes.

No Brasil de agora, mundo opaco, projetado, com incalculável velocidade através do espaço tenebroso, no rumo de um alvo desconhecido, me contento de ser uma energia humana, em que, apesar dos homens, se não extingue a centelha do ideal, e uma oração, perenemente lançada a Deus pela nossa Pátria.

Estou bem pago enquanto o Criador me reservar por todo o futuro o regaço da vida moral, onde lancei âncora entre a família, a religião, a consciência e o trabalho.

Nessa companhia, por mais tempo que ainda me caiba, de respirar o oxigênio do nosso planeta, os meus livros, as minhas idéias e os meus trabalhos me bastarão para me encher os dias e as noites.

Mas o Senhor não me desluziu a memória do passado; e, desse passado, cujas forças morais guardo entesouradas, ilesas, vibrantes ainda hoje, como se uma eterna fonte de calor solar conservasse inalteravelmente a mesma temperatura aos lados íntimos da minha natureza, que olham para o coração de minha mãe, a alma de meu pai e o berço do meu nascimento, sinto, agora mesmo, reviver um episódio, que, neste momento, me parece ligar, por um doirado elo de meio século, com um dos primeiros dias da minha vida pública esta radiosa noite de hoje.

Era também noite essa em que a velha Paulicéia, nesses longos recantos do tempo de outrora, se arraiara, para ver passar os últimos batalhões, que voltavam da guerra do Paraguai, recolhendo-se a quartéis na velha cidade estudiosa. Estava eu nos anos derradeiros do meu curso, mas já tribuno, jornalista já, e já lutador público, com todo o sangue na guela do meu temperamento incendiado nos grandes e nobres entusiasmos. Quando a força regressante do Sul, assomando num dos extremos da rua de S. Bento, bateu por ela a marcha, músicas à frente, bandeiras desfraldadas, e, numa torrente de harmonia e

bravos, se acercou do sobrado, onde eu me achava, o quartanista não se conteve no ímpeto da sua comoção. Uma onda borbotante de calor patriótico se precipitou daquela sacada, golfando em redemoinho sobre os soldados, sobre o povo, sobre a rua, de um momento para outro incendiado em clamores patrióticos. A multidão conclamou... Romperam em aclamações as fileiras. Uma espécie de curto-círcuito se declarou na massa humana e ninguém mais conteve a explosão de almas inflamadas.

Não era grande coisa o orador. Mas o discurso tinha o vigor, a coragem, a audácia da verdade profundamente sentida, e, por entre os seus acentos, fuzilavam palavras de liberdade, palavras constitucionais, palavras de ordem, mas suspeitas à situação conservadora que então pesava sobre o país. O município quis suspender o tríduo de festas oficiais. Falou-se em submeter a processo disciplinar o perigoso estudante. Ameaçaram-no, até, de uma reação material.

Mas o brio, irritado pelas bravatas do oficialismo local, não o deixou torcer.

Mudou, sim, de casa. Mas pela mesma rua, três noites consecutivas, se renovou a passagem da força armada, três se assistiu ao

mesmo espetáculo, três, de outra casa, a voz do jovem liberal colheu esses aplausos ainda quentes do calor das batalhas, calor que, bebendo-se ali, no delírio da turba apaixonada, fervia em ebóluições de civismo e se exalava em hinos à liberdade.

Aí está, senhores, como eu tive, há mais de meio século, o primeiro contato com o elemento militar. Tive-o, dai a tempos, na abolição. Tive-o, logo após, em 1889, dia a dia, no *Diário de Notícias*. Tive-o mais tarde, em 15 de novembro, na revolução, entrando por ela juntos, para sairmos juntos na República.

De novo o tive, diariamente, no governo provisório, de 1889 a 1891. E, de então até hoje, nunca cessei de o ter, pela tribuna, pela imprensa, pelos tribunais, na resistência à opressão, nas reivindicações do direito, nas vitórias da lei e da liberdade.

Mas nunca me esqueceram aquelas cenas invidáveis, em que os vencedores do Paraguai fraternizavam na cidade acadêmica de S. Paulo, com o povo e os estudantes, cabendo-me a mim, como eles acadêmico também, a sorte de falar aos gloriosos soldados em nome da mocidade acadêmica e do povo paulista.

Deus afaste do Brasil a calamidade infernal da gue-

ra. Se algum dia, porém, (longe seja, bem longe) cair sobre a nossa pátria o mal dos males, queira o Senhor que os nossos descendentes, quando se encontrarem com as armas brasileiras, como os nossos soldados e marinheiros, ao volverem da luta, seja tendo eles mantido a integridade nacional, e trazendo, com a nossa independência, intactos esses louros, com que vinham carregados aqueles batalhões saudados por mim, há cinqüenta e dois anos, nas ruas de S. Paulo, quando tornavam triunfantes dos campos de batalha.

Na história do Clube Militar, que, aqui há pouco, evocava o seu presidente, em nossa presença, assistimos à viva antecipação do seu futuro e nesse futuro, que, diante de nós vimos animar-se com os traços da realidade, tivemos a prefiguração do nosso porvir militar. Assim paise sobre a evolução, que para ele nos leva, o gênio de condutor de homens, de associação do civismo com a guerra, que foi Deodoro.

O vosso digno presidente acaba de concorrer com a contribuição terminante do seu depoimento para a restituição, ao seu glorioso antecessor, da justiça, que lhe tem subtraído, com versões arbitrárias, os adulteradores das origens do seu novo régimen.

Eu, aliás, não havia mister desse testemunho irrecusável, para saber que ao grande marechal é que verdadeiramente cabem as honras da fundação das novas instituições, e que, já antes da revolução, a república estava irrevogavelmente resolvida no ânimo do ilustre capitão e seus companheiros, assim militares, como civis.

Ante Deus e a Nação brasileira o afirmo (e não pela primeira vez), com a autoridade incontestável de parte direta nesses acontecimentos; por quanto, na reunião de 11 de novembro em casa de Deodoro, quando ali compareci, a convite dele, sendo seu intermediário Benjamin Constant, já encontrei adotada pelo consenso unânime de todos, a forma republicana; e, ao outro dia, me apresentou, já organizado, Quintino Bocaiúva o ministério, com que se instaurava, três dias mais tarde, o Govêmo Provisório.

Estas memórias, que são para ufanar a nossa nacionalidade, mostrando quão alto e esclarecido amor da pátria casa, no seio dos nossos Exércitos, o instinto da boa democracia e da boa liberdade com o da boa educação militar, dão a este Clube, onde comungam numa só

entidade os dois elementos da nossa organização armada, dos mais elevados lugares na história contemporânea do Brasil. Daqui saíram, como nos acaba de evidenciar, marechal Hermes, na sua concludente narrativa, daqui, debaixo da influência desta casa e sob a direção do seu instituidor, saiu a redenção dos cativos e, depois, a republicanização brasileira.

Pelo discurso inaugural do seu presidente acabamos de ver como a corrente dessa cultura cívica ainda não cessou de correr aqui, e pela alocução do seu orador tivemos a evidência de que a cultura da guerra tem entre os membros desta instituição mestres consumados. A esses deve tocar a influência decisiva na organização da nossa defesa nacional.

Devo agora concluir, senhores. Graças, mil graças a todos vós: ao benemérito Clube Militar, pelo seu gentil gasalhado; ao honrado presidente, pela atitude do seu coração magnânimo; ao eloquente orador, pelo entusiasmo dos seus conceitos; ao luzido auditório, pelos seus generosos aplausos.

*Reprodução de texto de documento da Casa de Rui Barbosa (1949).*

*Marques Saraiva.  
Desde 1932, estabelecendo  
parcerias de sucesso.*



Marques Saraiva Gráficos e Editores Ltda.  
Rua Santos Rodrigues, 240 - Estácio - Rio de Janeiro RJ  
Tels: (021) 502.9498  
Fax: (021) 293.5580

## O EXEMPLO DO FUTEBOL

**D**o caso do Brasil, a identidade e auto-estima nacionais estão mais associadas à natureza, à festa e ao esporte do que a processos ou acontecimentos históricos e políticos. Apesar de todos os esforços do país, que inclui um dos mais rápidos processos de industrialização neste século, o Brasil, infelizmente, ainda é visto por muitos estrangeiros como o "país do futebol" ou o "país do Carnaval". Muito diferente, por exemplo, da França, cuja imagem está associada à Revolução de 1789 e a suas conquistas republicanas, ou dos EUA, que celebram com fervor a data de sua independência e sustentam a imagem do país da liberdade.

O envolvimento do brasileiro com o futebol, capaz de comover e de hipnotizar o país inteiro durante a Copa do Mundo, provavelmente se deve à primazia mundial do Brasil nesse esporte. Mas também ao fato de que, no futebol, traços culturais arraigados, com a improvisação, o jeitinho, a ginga e a espontaneidade, deixam de representar um déficit ou

uma inaptidão do país ao progresso e funcionam como uma vitória sobre os países mais desenvolvidos, cujos êxitos estão associados à racionalidade, à disciplina, ao cálculo frio.

O fato de que as proezas do futebol brasileiro sejam um vínculo da auto-estima nacional e sirvam em alguma medida para compensar frustrações históricas não as desmerecem, muito pelo contrário.

Seria porém positivo se a energia coletiva voltada para o futebol e o apego do país por sua seleção pudessem servir de exemplo para outras áreas, onde, infelizmente, há pouco o que comemorar. Seria muito bom se o habitual empenho nacional no acompanhamento do futebol, como o demonstrado até ontem, antes do infortúnio da derrota, e mesmo apesar dela, estivesse também voltado para problemas como a miséria, a falta de saúde e de educação. Seria muito bom se o futebol deixasse de ser uma válvula de escape de um país com condições de ter muitas outras razões para se orgulhar.

(Reprodução de editorial da Folha de S. Paulo, edição de 13.07.98)

## O ENDEREÇO DO BRASIL

**R**este mês de abril a bela igreja barroca N.S. dos Prazeres, nos montes Guararapes, em Pernambuco, vai assistir a uma velha e nova comemoração. A festança tradicional de todos os anos recorda que naqueles cerros *se escreveu com sangue o endereço do Brasil*. É assim que Gilberto Freyre entende o conjunto de batalhas para expulsar invasores, quando se juntaram na tarefa, com muito heroísmo, brancos, pretos, índios. Brancos do Brasil e de Portugal. E mais: não só de Pernambuco, da região; não só um esforço físico mas de fé (não estou a me referir a uma guerra de religião), ajudando a tese da morenidade racial, revigorando o cristocentrismo e dando ao Brasil o sentimento fundamental de nação.

A nação brasileira inquestionavelmente nasceu ali. O Estado discute se lá mesmo, em Pernambuco, terra onde *uivam as revoluções*, ou no episódio imortal de Vila Rica.

Já a comemoração nova, que é costume de pouco tempo, registra o nascimento

do Exército Brasileiro, num abril, o de 1648.

Registros deste tipo aportam como imperativo de cultura e um compromisso de civismo, espécie de luta da memória contra o esquecimento, da felicidade contraposta ao arrivismo.

Os atos podem até variar, em função do ânimo dos que os patrocinem ou deles participem, sem confundir, entretanto, os valores permanentes que os justificam, inclusive de fundo nomeadamente nacional.

É festa para reverenciar a ordem, o cumprimento do dever. Mas só a ordem, só cumprimento do dever? Não. Também se cultua o pacifismo, concebido como etapas que levam à fascinante e criativa convivência entre contrários.

É a festa de Guararapes ocasião para se observar a pluralidade convergente. A unidade sem as monotônias da uniformidade.

Ao se assinalar que o Exército Brasileiro completa, neste mês, 350 anos, associando-o legitimamente a uma das batalhas nas ravinadas e cumeadas de Guararapes, honra seja dada a Zenildo Lucena. Esse soldado brasileiro tem tido inigualável liderança para

valorizar, no Exército, sentimentos democráticos, gestos de tolerância, apreço à cultura, apoio à modernização e, também, inequivocamente, respeito à fidelidade histórica.

Se é verdade que o tempo tem carícias com as coisas antigas, acariciemos as comemorações de Guararapes, nos seus múltiplos rostos e na sua alma única.

O poeta mesmo já ensinou *Costuma-se o eterno em cada instante/ Na crença de reservas infantis/ Importe mais o vértice da chama/ que a cera a consumir ou consumida* (David Mourão Ferreira)

O exército que nasceu com a nação brasileira, juntando gente do meio rural no enfrentamento de invasores encapsulados na cidade, deu a conhecer em Guararapes as digitais com que continuou, a de ser um Exército e não só de oficiais. O mesmo exército que repeliu a quem desejou amesquinhá-lo pelo envolvimento na cata de escravo fugido, como se soldado fosse *capitão-do-mato*.

O Exército do Brasil chega aos 350 anos devolvido ao seu leito de compromisso democrático e no contributo amplo ao esforço pelo desen-

volvimento social, como querem esse agrestino das barrancas do Rio Una, o pernambucano Zenildo Lucena e seus companheiros de comando. O mesmo sentimento que, no final dos anos 80, orientou Leônidas Pires Gonçalves, também integrante de uma legião de chefes militares que vivem repetindo a frase de Caxias: *Temo os tiros mais do que os tiranos*.

Os beneditinos, esses admiráveis beneditinos, que não cedem às paranoias medievais de certos sobas eclesiásticos que enganam tanto que de tão fingidores que são, podem manter abertas as portas da igreja que é ex-voto, capela votiva erigida pelo general Barreto de Menezes.

Portas de igreja que integra uma Igreja do enlace e nunca a da prática solerte da diáspora. Ali passará o povo brasileiro, que desde aquela época da Insurreição se mostrou organismo em plena ação, *num plano desenvolvido e normal, como a respiração e o amor*.

O mesmo povo que, faz séculos, tem subido pelas suas encostas para ser cada vez mais brasileiro, como se numa só voz repetisse Mauro Mota: *Guararapes, montes/ Sagrado dos Pernambuca-*

*nos,/ Germinais da nação,/ Cenário mais antigo que compomos/ Para ser o que somos.*

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 08.04.98, e assinada pelo Acadêmico Marcos Víncios Vilaça)

## NOVO HOLOCAUSTO: O NEOLIBERALISMO

 Europa sempre foi a fonte das idéias políticas que buscavam a transformação do mundo. A sua força estava na capacidade de desencadear paixões, retirar o homem do seu egoísmo, força que é motora da história, construtora de civilizações.

O século 20 foi um tempo de grandes conquistas. Nessa direção enfrentamos duas guerras, as ideologias dogmáticas, a sedução da revolução e da revolta que dominou os pensadores políticos, os ativistas, os escritores, os poetas, os filósofos. Todos buscavam um mundo melhor para todos os homens.

Avançamos. Conquistas sociais, tecnológicas científicas foram feitas para melhorar a qualidade de vida de todos os homens e defendê-

los da exploração de nações, uns contra outros.

A sensação que se tem, neste fim de século, é de que a história parou. Ela não se move. O neoliberalismo é um atraso, uma proposta de destruição da idéia social, do coletivo. É a aplicação da Lei de Darwin sobre a evolução biológica, de que no mundo animal vence o mais forte, o mais apto para sobreviver, por meio da lei da competição. É o que se tenta aplicar à economia. Constrói-se uma teoria amoral de imposição de políticas de abertura, independente dos interesses nacionais, sem uma ética de justiça social em que todos estamos obrigados a criar a felicidade dos homens e não somente a nossa própria felicidade, o que é a sublimação do hedonismo.

Todos os pensadores políticos estão se indagando: o que passa pela história do mundo neste fim de século? A destruição do Estado de bem-estar social, o desemprego como base da estrutura da nova ordem, a exclusiva visão da competição em que devem vencer os mais fortes, a condenação à derrota dos mais fracos?

A idéia da igualdade das nações, do gênero humano buscando a justiça social, a

idéia da própria paz, não como ausência de guerra, mas como um estado de segurança coletiva, o direito a uma vida digna, tudo isso desaparece diante da destruição do compromisso maior com o social. O econômico passa a ser o único objetivo dogmático para a realização humana. Tudo é lucro, o sucesso nos negócios, o prestígio.

A longo prazo nada há de mais terrível do que o que se está construindo. É a antihistória, o holocausto da diversidade humana, a vitória da ética do êxito. Aos pobres, aos excluídos, o desaparecimento. Os Estados nacionais destinados a proteger e harmonizar os conflitos, a amparar os fracos contra os fortes, o império da lei e não dos homens, desaparecem ante o império do poder econômico, incontrastável, globalizado, desumano.

Há uma percepção de que algo está errado. É preciso resistir. Dizer, pregar e proclamar que esse caminho não é humano.

Quando vejo a aspiração maior da vida, o emprego, a conquista da segurança estável, ser destruída, o Estado do bem-estar aniquilado e as ameaças de sanções para quem não acertar o passo,

começo a temer pelo próprio homem.

Tudo que é injusto, repetido, não dura. É impossível ficar insensível, apático e fechar os olhos a esse modelo mundial de dominação.

(Reprodução de matéria publicada na Folha de S. Paulo, edição de 03.04.1998, e assinada pelo Senador José Sarney)

## DO RUBICÃO AO PARANOÁ

**F** guerra! É uma coisa séria demais para ser confiada aos militares. (Clemenceau)

Volta à baila o debate sobre a criação do Ministério da Defesa. Apesar de ser um dos mais controvértidos temas e, provavelmente, nada tem de novo. De longa data, ciclicamente torna à discussão, segundo a conjuntura política vivida.

Desde a antiga Roma, que proibia às legiões cruzar o Rubicão, e dos tempos de Cromwell, os militares são vistos com suspeita pelos políticos. Nos bastidores do poder há um conflito permanente para subordinar o militar ao poder político. As tentativas de colocar o Exército e a Marinha sob a égide de um único Disraeli, em

1856, no reinado da rainha Vitória. Todavia, os ingleses – precursores na coordenação e no controle unificado das três Forças Armadas – só lograram implantar o Ministério da Defesa com o primeiro-ministro trabalhista Attlee, sucessor de Churchill, em 1946. Assim mesmo, na realidade, o Exército britânico, a Royal Navy e a RAF continuaram desfrutando de grande liberdade de manobra. Prolongados e controversos debates ainda se seguiram durante certo período, em que argumentava o risco de perda do espírito de corpo de cada uma das forças singulares. Só em 1962, o conservador MacMillan obteve, efetivamente, a integração completa das Forças Armadas – um dos mais importantes feitos do seu gabinete –, abolindo o tradicional cargo de primeiro-lorde do Almirantado, caçando a autonomia das três forças e instalando a direção unificada delas no edifício acinzentado de White Hall.

Após a bem-sucedida invasão da Normandia – operação Overlord –, Eisenhower sentenciou que haviam terminado os dias da atuação isolada de cada Força Singular – Exército, Força Aérea e Marinha.

Os norte-americanos criaram o Departamento de Defesa em 1947, mas encontraram o arquirracionalizador do Pentágono no secretário de Defesa do governo Kennedy – Robert McNamara. A administração McNamara caracterizou-se por eleger o custo-benefício como fator determinante na tomada de decisões e por levar em conta o custo marginal no desenvolvimento de sistemas de armas estratégicas competitivas. Tais medidas reduziram o orçamento de Departamento de Defesa em mais de um bilhão de dólares, diminuíram consideravelmente o efetivo de funcionários civis de seus quadros, padronizaram e simplificaram o material usado pelas Forças Armadas (da cueca verde-oliva de cós alto com seis botões distribuída então pelo Exército aos mais sofisticados artigos), resultando tudo em maior eficiência e eficácia operacionais. Duas revoluções principais ocorreram com a nomeação de McNamara em 1961: a reformulação das estratégias e das forças de Tio Sam, bem como a revisão absoluta do processo de tomada de decisão no Pentágono.

O exemplo histórico da mais completa integração de forças é o canadense, veri-

ficado em 1968. Chegou ao extremo de centralizar a formação básica dos cadetes das três academias militares e de padronizar o fardamento de soldados, marinheiros e aviadores, com um uniforme verde-escuro brilhante e galões dourados nas mangas. Essa experiência não foi bem sucedida. Levou o moral dos militares ao fundo do poços e acabou sendo revista.

O problema da integração das Forças Armadas numa única pirâmide é talvez dos mais complexos de todas as questões organizacionais tanto administrativa como politicamente.

Há séculos, desde o Rubicão até o Paranoá, o permanente desafio político tem sido como manter o controle civil subjetivo dos militares sem resultar em maior poder concentrado noutros grupos belicosos.

O controle civil é obtido na medida em que se reduz o poder dos profissionais no manejo da violência.

A fórmula mais simples de minimizar o poder militar parece residir em drásticos cortes nos orçamentos das Forças Armadas e reduzir o prestígio dos militares na sociedade, incluindo pagamento de vencimentos aviltantes. Não constitui novidade al-

guma. Esta é a receita eficaz apontada por Huntington em *O Soldado e o Estado*, a partir dos idos anos 50.

Conclui-se, pois, que o controle civil subjetivo dos militares compreende relações de poder entre grupos civis. É promovido por um poder à custa dos demais.

Assim, controle civil subjetivo é empregado por grupos carentes de poder sobre as Forças Armadas em disputa com outros que o dispõem, cometendo grande variedade de pecados e abrindo um saco de maldades.

Na verdade, o que se deve buscar não é a promoção do controle civil subjetivo mas do objetivo, traduzido pela maximização do profissionalismo militar, ou seja, pelo equilíbrio do poder político entre militares e civis. A única forma de alcançá-lo é tornando os militares instrumento do Estado, o que implica garantir-lhes condições e meios para exercer a nobre e sacrificada profissão de soldado com autoridade, dignidade e respeito, segundo a sua destinação constitucional.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 26.05.98, e assinada por L.P. Macedo Carvalho, Presidente do IGHMB)

## VOLTANDO A FINS E MEIOS



Mold Toynbee, o famoso historiador inglês, apontava três movimentos totalitários como os causadores dos maiores genocídios da história: a inquisição, o nazismo e o comunismo. O balanço da brutal残酷 dos dois primeiros foi exaustivamente exposto em prosa, verso e imagem. Quanto ao comunismo, *Le livre noir du communisme*, recentemente editado na França e já traduzido em dezenas de países, tenta fazer um balanço do lado terrível da grande utopia do século que finda.

Somando as dezenas de milhões de mortos dos regimes comunistas pelo mundo, o organizador da obra – o ex-membro do PC francês Stéphane Courtois – afirma que a violência foi um elemento intrínseco à sua *praxis*. E vai além. Trata como assemelhados o genocídio de raça hitlerista e o genocídio de classe marxista.

É interessante notar que as maiores violências contra a humanidade sempre empunharam as bandeira da legitimidade dos fins. Todos esses movimentos tinham como racionalização valores que se queria impor como supremos e universais. Em

todos os três casos extremos de violência contra a humanidade, porém, seus líderes sempre justificaram os meios cruéis que empregavam pela qualidade dos fins que afirmavam perseguir, dentro da melhor tradição de Maquiavel: *se um princípio conseguir conservar seu Estado, todos louvarão seus meios.*

Desses movimentos cruéis, o mais longo foi a inquisição. Ela durou quase meio milênio, espalhando o terror e a intolerância em nome da salvação das almas. É o grande exemplo histórico de como os deuses mais mansos, quando nos falam pela boca dos homens, podem ser muito perigosos. O mais curto macabro deles foi o nazismo, até porque sua alucinação de raça superior era, por definição, antiuniversal e monstruosamente desumana. Acabou sendo o totalitarismo que mais matou – e da forma mais cruel – por unidade de tempo. Mas a contabilidade do horror encerrada no *Le livre noir du communisme*, embora não se constitua em grande novidade, provocou forte impacto na intelectualidade europeia, em cujas cabeças ainda ressoa a tão recente queda do Leste.

O jornal *L'Unità*, ex-órgão oficial do PC italiano,

publicou recentemente entrevistas sobre o livro com dois importantes pensadores contemporâneos: Norberto Bobbio e Eric Hobsbawm. O italiano Bobbio é um democrata que despreza os radicalismos. No seu recente *Destra e Sinistra*, lembra que tanto a extrema direita como a extrema esquerda mantêm sob suspeita a democracia. As virtudes guerreiras e heróicas, típicas dos extremismos, se opõem inevitavelmente às virtudes da tolerância e da paciente busca da mediação, indispensáveis à prática do compromisso. Já Hobsbawm, professor da University of London e autor do famoso *Age of extremes*, embora temporariamente afastado, em 1956, por discordar da invasão da Hungria, sempre permaneceu membro do pequeno exótico *British Communist Party*.

Quanto à brutal estatística exposta no *Le livre noir*, Hobsbawm faz pequeno reparo quanto à ênfase. Diz que essa não é a história do comunismo, mas apenas o catálogo de suas violências. Já Bobbio acha que as atrocidades comunistas foram relativizadas por vários fatores. Primeiro, a contribuição da URSS à derrota do nazismo. Depois, por ter sido

o comunismo a grande ideal que percorre toda a história da humanidade e que, por razões imprevistas, fracassou. Com o nazismo, sua teoria de raça superior é, desde o início, essencialmente falsa e perversa. Mas Bobbio pergunta-se se a forma despótica de poder não seria congênita à própria essência do comunismo. Ainda em 1920, Trotski dissera que, posta a tarefa de abolição da propriedade individual, não haveria outro caminho a não ser um poder ditatorial. Lenin, consciente da violência inevitável, racionalizava: *A crueldade, imposta pelas circunstâncias, será compreendida e perdoada. Tudo será compreendido. Tudo!* Karl Popper desenvolveu a tese da legitimação histórica do poder. Tanto a legitimação na história passada, própria do pensamento conservador, como a legitimação por meio da história futura, típica do pensamento revolucionário. Bobbio conclui lembrando que não há muita diferença entre proclamar *Deus está conosco*, lema do exército nazista ou *A história está conosco*, lema dos revolucionários de todos os tempos.

Já Hobsbawm coloca a questão da comparação entre

os dois totalitarismos numa dimensão mais ampla. Para ele, a URSS não pode ser definida somente como sistema de terror: *Havia o sonho de uma sociedade equalitária. Havia tudo aquilo que, no passado, atraiu as pessoas para o socialismo e o comunismo. Pode-se e deve-se criticar o comunismo. Mas não se pode criticá-lo e julgá-lo do mesmo modo que o nazismo.* Giancarlo Bosetti, o conductor das entrevistas, lembra a triste ironia de alguém que, após a queda do muro de Berlim, teria dito aos russos: *Obrigado por terem tentado.* Certamente, ninguém ousaria dizer semelhante frase aos nazistas.

Crueldade não é monopólio dos regimes autoritários. Para Seymour Hersch, em seu *O lado negro de Camelot*, Kennedy esteve disposto a arriscar um confronto nuclear para se livrar de Fidel Castro. No Vietnã, um objetivo discutível justificou uma matança brutal. Pelo menos a segundo bomba atômica sobre Nagasaki teria sido desnecessária. E Churchill, em suas memórias, sente-se um deus e confessa certa frieza quando propôs – em reunião com Stalin no final da guerra –

uma partilha da Europa que significou dor e separação para milhões de pessoas. O fato é que, embora os regimes democráticos também possam ser atrozes, a história por enquanto ainda lhes dá enorme vantagem. Até porque as eleições acabam por estabelecer certas verdades. Derrotado nas urnas logo após ter comandado a vitória, um amargurado Churchill percebeu que o povo o queria na guerra, mas não o aceitava conduzindo a paz.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 15.06.98, e assinada por Gilberto Dupas, Coordenador da Área de Assuntos Internacionais do Instituto de Estudos Avançados da USP)

## IDADE DA PEDRA

**M**ultiplicar quebra-molas agressivos e camuflados para forçar a redução de velocidade nas estradas é sintoma claro de país que prefere punir selvagemente porque não sabe fiscalizar civilizadamente. Opta-se pela repressão desproporcional e imprevisível porque não há tradição de prevenção e controle cotidianos.

Momentos de grande afluxo rodoviário em feriados

prolongados, como na Semana Santa, são mais do que propícios para reflexões a respeito da deseducação nas estradas e nos falsos corretivos imaginados para contê-la. Seria preferível cobrar conduta ponderada por parte dos motoristas, informá-los e policiá-los convenientemente, a deixá-los entregues à própria sorte e aos azares dos absurdos calombos que proliferam descontroladamente, com o propósito de avariar os veículos.

Esses obstáculos, significativamente chamados de quebra-molas (depois de serem conhecidos como mataburros, num Brasil mais rural) são autênticas armadilhas, espalhadas de forma indiscriminada e muitas vezes disfarçada, antes de qualquer aldeola, para deter à força os automóveis e ônibus.

De suaves lombadas, que funcionavam como alerta para redução de velocidade, evoluíram sadicamente para monumentais corcovas feitas em qualquer ponto. Essa versão traduz a ausência do império da lei, substituída pelas arapucas da idade da pedra.

Numa sociedade com as regras e agentes que cobram o seu cumprimento, obedecer

os códigos e normas não é prática eventual. É hábito internalizado.

No Brasil, em função de feriados, festas, solenidades, visitantes ilustres, improvisam-se operações esporádicas, controles espasmódicos, batidas e barreiras policiais, reboques ameaçadores e quebra-molas, destinadas a travar provisoriamente o desrespeito à lei cotidianamente tolerado.

Nos estados Unidos, a polícia rodoviária trafega pelas estradas, espreita os desviantes atrás de cartazes, não tem o hábito de dialogar com motoristas e pespega multas implacavelmente.

No Brasil, polícia rodoviária é sedentária, fica nas barreiras e pedágios, negocia longamente com infratores e deixa a repressão por conta dos quebra-molas.

Na França, há serviço oficial de informação permanente sobre as estradas, chamado *bison futé*. Trata-se de um boletim constante que situa o motorista em relação aos principais engarrafamentos, ao fluxo do tráfego nas principais rodovias e artérias do país, detalhando as condições do fluxo de veículos nos principais acessos de Paris.

Enquanto não tivermos educação, informação, fiscaliza-

lização, vamos ter de aguentar os absurdos quebra-molas, os sinais mais visíveis de que, em matéria de trânsito, estamos na fase da pedra lascada.

(Reprodução de editorial do Jornal do Brasil, edição de 08.04.98)

## NA PONTA DA LÍNGUA INCULTA E BELA

**I**ma saudável epidemia tornou conta da imprensa brasileira. Os grandes jornais publicam alentadas seções de valorização da língua portuguesa, que alguns até ajudam a abastardar com sua crônica e indesculpável falta de cuidado. Quando sai na manchete do jornal que *Ronalinho marca gol de placa na Itália*, não há quem se choque com o lamentável cacofato antes que a página seja definitivamente impressa?

Desses tempos saudáveis de reação participa também a **Folha**, com sua oportuna e bem escrita seção *Inculta & Bela*, assinada pelo competente Pasquale Cipro Neto, que também produz em *O Globo* o *Ao pé da letra*.

O professor Sérgio Nogueira é autor de *Língua Viva*, no Jornal do Brasil,

enquanto Napoleão Mendes de Almeida, durante muitos anos, deu ligações admiráveis em *O Estado de S. Paulo*. O jornal carioca *O Dia* presta a sua contribuição aos domingos, com o *Na ponta da língua*. E há outros exemplos por aí.

A que se deve atribuir tamanho e súbito interesse? Numa audiência recente com o presidente Fernando Henrique Cardoso, ao receber a nova diretoria da Academia Brasileira de Letras, o tema aflorou com naturalidade, ao ser comentada a elaboração do *Dicionário da ABL*, que está sendo tocada pelos especialistas Sílvio Elia, Antônio José Chediak e Evanildo Bechara, professores do colégio Pedro II, mais Diógenes de Almeida Campos (representante da Academia Brasileira de Ciência).

Arriscamo-nos a uma interpretação, sempre passível de discussão. Em primeiro lugar, pode-se registrar o fato, facilmente comprovável, de que nunca se escreveu e falou tão mal o idioma de Ruy Barbosa. Culpa, quem sabe, da deterioração do nosso sistema de educação básica.

Em segundo, o pouco apreço que devotamos ao gosto pela leitura. Nossa

índice *per capita* alcança dois livros por habitante; na França, por exemplo, oscila em torno de oito.

Não se pode estranhar a afluência de interessados a espaços culturais como o centro Pompidou, em Paris, por onde transitam diariamente cerca de 25 mil pessoas. Tudo feito de modo científico, para fazer com que os usuários se interessem, desde cedo, pelos mistérios da leitura. *O atelier des enfants* é simplesmente genial; dá gosto ver as crianças às volta com os materiais impressos, ricamente ilustrados, competindo com os vídeos em nítida vantagem.

Em terceiro lugar, para não ir muito longe, podemos citar a *contribuição* dos meios televisivos. Donos de uma força descomunal, salvo as exceções de praxe, como os programas gerados pela TV Cultura de São Paulo, praticam um magistral desserviço à educação brasileira. Comunicadores falam mal, atores não se expressam adequadamente, dublagens são feitas de forma chula, programas infantis deseducam – o que se pode esperar desse triste universo?

A classe dita culta mostra-se displicente em relação à língua nacional, e a indi-

gência vocabular tomou conta da juventude e dos não tão jovens assim, quase como se aqueles se orgulhassem de sua própria ignorância e estes quisessem voltar atrás no tempo.

Novas formas de regência verbal são adotadas, e, também por influência do economês, todos *oportunizam*, *absolutizam*, *otimizam* a nível disso e daquilo e *colocam* perguntas e dúvidas enquanto alunos...

Para que estudar verbos irregulares se é mais fácil dizer *interviu* ou *manteu* ou, ainda, descobrir outras utilidades para o *aliás* e o *inclusive*? E o triste *houveram*?

Cursos superiores de pedagogia e de direito se omitem no estudo da língua portuguesa. Esses cursos, mais do que os outros, deveriam ser os primeiros a cultivá-la — se não por sentido cívico, por força do seu dever e da sua função junto à sociedade.

Hoje, no Brasil, há *butiques* e não lojas; multiplicam-se os nomes de fantasia em inglês e francês, como *Design, Fast Man, Déjà Vu, Crazy Machine, Company*. Lojas para a classe alta ostentam seu *pedigree* em palavras estrangeiras e pre-

ços altos. Fachadas de prédios sofisticados não se contentam com uma numeração correta e conforme às posturas municipais. É preciso que se distingam de outros por inspirações estrangeiras.

Os chamados anglicismos estão, entre nós, nacionalizados e incorporados ao dicionário por transformação semântica ou morfológica: *bife, clube, bonde, dólar, iate, teste* não agredem mais a língua nacional.

Também não se podem ignorar a experiência tecnológica e científica e as relações comerciais, políticas e diplomáticas, que não prescindem de expressões como *blue chip, spread, prime rate, bit, software* e muitas outras.

Essas expressões pioneiras, expressivas e sintéticas, sem similares ainda em nossa língua, não chegam a arranhá-la.

Constituem um jargão especializado, que não interessa à população em geral, mais preocupada com o salário mínimo e os preços do arroz e do feijão.

A conclusão é que se deve cuidar dessa matéria de forma inteligente, sem patriotadas, mas com objetividade, no sentido de valorizar o

idioma de Machado de Assis e Eça de Queirós. Se a nossa pátria é a língua portuguesa, por que não cuidar dela?

(Reprodução de matéria publicada na Folha de S. Paulo, edição de 15.01.98, e assinada pelo professor e escritor Arnaldo Niskier)

## DOIS MUNDOS MUÇULMANOS

 Té recentemente, os muçulmanos formavam, com poucas exceções, um mundo só, unido, coerente, baseado na interpretação genuína do Alcorão. Hoje, basta olhar em volta de si (nos jornais, na TV) para se dar conta de que há já dois mundos muçulmanos: o mundo tradicional, baseado na mesma interpretação literal do texto sagrado, e o mundo liberal, que interpreta livremente a lei.

Essa diversidade é melhor concretizada nas vestimentas femininas: em países como Afeganistão, Arábia Saudita, Yêmen, Argélia, a mulher vestida é transformada em coluna preta, da qual pode-se ver, no máximo, os olhos. Por contraste, em países muçulmanos liberais como a Turquia, Kuwait, Marrocos,

a mulher se veste como deseja, dentro dos costumes morais, respeitados em todo o Oriente. Simbolicamente, na revista *O Árabe* editada no Kuwait pelo próprio Estado (e que é talvez a melhor revista de língua árabe), a capa apresenta sempre uma mulher bonita, sem nenhum traço de véu ou *Chador*.

Em assuntos mais fundamentais, é ainda a condição da mulher que melhor simboliza as diferenças. É a mulher igual ao homem? O Alcorão diz que o homem e a mulher são iguais, mas o homem a ultrapassa de um degrau. Qual é a extensão desse degrau? O próprio texto sagrado determina que a mulher herda a metade do que herda um homem e que, nos tribunais, o testemunho de um homem vale o de duas mulheres.

Tal é o texto da lei, e é aplicado rigorosamente nos países tradicionais; e além disso, tratam a mulher como se não tivesse vontade própria e deve ser inteiramente submissa ao homem.

Nos países liberais, até a lei deixa de ser aplicada; pois consideram que as leis antigas devem evoluir e acompanhar a vida que está sempre evoluindo. O que estava

certo no século 6 pode virar errado no século 20. A mulher passa a ser tratada em igualdade com o homem, mesmo nas leis. Há naturalmente diferenças de um país para outro, tanto nos países tradicionalistas como nos países liberais.

Eis os dez pontos mais importantes em volta dos quais se opõem os países liberais aos países tradicionalistas. Podemos procurar a aplicação desses princípios em qualquer país e determinar, em consequência, seu lugar no mundo.

Pode a mulher mostrar o corpo? Sair à rua sem véu? Usar roupas ocidentais? Consumir bebidas alcoólicas? Dançar? Ir ao cinema? Ver televisão? Trabalhar fora? Freqüentar escolas mistas? Viajar sozinha?

Em certos países tradicionalistas, como a Arábia Saudita e o Afeganistão, cinema, música, álcool, jogos, diversões mistas são expressamente proibidos às mulheres.

Eis também alguns acontecimentos isolados que dão um retrato bem significativo de cada país:

1. A Turquia, o mais avançado dos países liberais, proibiu, no início deste ano, o Partido Islâmico que pre-

gava a volta à interpretação severa do Alcorão. Além disso, o Governo promoveu reformas no sistema educacional para acabar com o ensino religioso e para acabar com o uso de roupas islâmicas nas escolas e no trabalho.

2. O Presidente do Irã, Mohamed Katami, enviou saudações natalinas ao Papa João Paulo II, em dezembro último, querendo promover um abertura entre as autoridades religiosas cristãs e muçulmanas. Assim mesmo, a pena de morte pode ser aplicada no Irã a quem não professa claramente a religião oficial (o Islã).

3. No Afeganistão, a lei dos Talibás reaviva a prática do apedrejamento. Aplicações dessa pena não eram vistas desde os anos 40.

4. O Egito, antigamente o país mais progressista, decretou, em abril do ano passado, que as normas do Alcorão serão agora seguidas com total rigidez.

5. No Sudão, os intelectuais estão abandonando Marx e voltando ao Islã.

Para medir a importância mundial dos rumos que serão escolhidos pela maioria dos países muçulmanos, devemos nos lembrar de que os muçulmanos representam o

terço da população mundial – ou seja dois bilhões de pessoas. Controlam assim 50 países dos quase 200 países que constituem a comunidade mundial. Os muçulmanos estão presentes na África, no Oriente Médio, na Ásia. E, o que é mais importante, o Islã está crescendo até em países tradicionalmente cristãos como os Estados Unidos, a França, a Grã-Bretanha, a Alemanha.

Em vista da importância crescente do Islã no mundo, torna-se essencial acompanhar os acontecimentos para verificar qual dos dois mundos islâmicos vai prevalecer. O próprio papel do Islã no mundo dependerá desse desfecho. Se predominarem os países tradicionalistas, o Islã ficará isolado no mundo e só exercerá influência nos seus próprios territórios. Mas se predominarem os países liberais, o Islã se tornará uma força mundial a competir em pé de igualdade com o cristianismo, o judaísmo e as religiões orientais na dominação do mundo.

(Reprodução de matéria publicada no *Jornal do Brasil*, edição de 25.02.98, e assinada pelo Escritor e Jornalista Mansour Challita)

## CAPACETES AZUIS PARA O BRASIL

**D**o noticiário dos jornais anuncia diariamente as proezas de uma poderosa organização ilegal, o MCC (Movimento Com Caminhões), cujas colunas motorizadas e armadas, veiculadas por verdadeiras frotas de caminhões e contando com excelente apoio logístico (de onde sai o dinheiro para tudo isso?) percorrem o país de Norte a Sul e vice-versa, invadindo propriedades e agredindo ou aprisionando seus proprietários, destruindo instalações, desafiando as autoridades, desacatando a Justiça e até matando gente, além de atacar a Força Pública com foices e facões. Um país onde tais coisas ocorrem sem que o seu governo tenha força ou coragem para pôr cobro a tais descalabros é, de toda evidência, um país em estado de grave comoção interna.

Agora as manchetes anunciam que o chefe do MCC, impropriamente chamado MST, ameaça o governo com enfrentamento.

Quando uma facção ameaça o governo com enfrentamento, coloca-se inevitavelmente a figura da desobediência armada – em outras palavras, da guerra civil, sob

a forma, no caso, de guerrilha rural apoiada por agitação urbana *com participação*, diz o chefe do movimento, da Igreja, de estudantes, de sem-teto, de operários, de profissionais liberais e outras agremiações de classe. Está configurado o quadro da insurreição contra o Poder constituído. *Usque tandem, Catalina* (até quando, Rainha?), perguntaria Cícero, se vivo fosse, vais abusar da paciência do Governo?, que, enquanto isso, parece imitar a polícia prudente do tatu – enrolar-se em forma de bola e fingir-se de morto.

Vigora na França, através dos tempos e sob qualquer governo, um princípio histórico que tem força de lei: quando a autoridade do governo é desafiada, quando ocorre um confronto entre baderneiros e a autoridade legítima, *Force doit rester à la Loi*: a autoridade deve prevalecer, custe o que custar e doa a quem doer. Foi assim que o jovem general Bonaparte dispersou, a tiros de canhão, as colunas de insurretos que marchavam contra a Convenção Nacional. Foi assim que tropas do exército francês retomaram, à viva força, a cidade de Paris, caída em mãos dos anarquistas da *Comuna*, em

1881. Foi assim que o general De Gaulle, em 1968, foi a Koblentz, quartel-general das forças francesas estacionadas na Alemanha, para intimidar pessoalmente ao general comandante das mesmas a ordem de preparar-se a marchar com suas tropas sobre Paris e reprimir ali a baderne estudantil que dominara a capital.

A situação que vivemos atualmente é de grande perigo, e o excelentíssimo senhor presidente da República tem, quanto a ela, a clara e justa consciência desse perigo, como prova a entrevista por ele concedida a um jornal português, na qual afirmou com sobrada razão: *os sem-terra nada têm a ver com a agricultura; o movimento dos sem-terra tem inspiração maoísta, guevarista e católica*. Tem plena razão o primeiro magistrado da Nação: o jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, publicou (a expensas da prefeitura daquela capital) um cincioneiro dos sem-terra, no qual figuram trovas como estas: *Temos na Ásia o Mao e o Ho-Chi-Minh, Parte da Ásia e na Europa têm o Lenin, E aqui na América temos o Chê e o Fidel*. E adiante: *Se for dura essa parada, a gente pega nas armas; A foice mudou*

*seu uso e virou arma*. E ainda: *A cerca foi derrubada, A terra foi conquistada. Agora precisamos do poder*. Razão assiste também ao senhor presidente da república quando aponta a estranhável presença da Igreja Católica junto aos sem-terra – com caminhões. Todas as invasões de terras estão sendo apoiadas por sacerdotes ou religiosos ligados à Pastoral da Terra, militantes desse catolicismo de esquerda tão bem definido pelo grande pensador e escritor católico francês Léon Bloy em uma frase lapidar: *le catholicisme de gauche est un protestantisme de merde* (o catolicismo de esquerda é um protestantismo de...)

Em que pesse, porém, a clarividência do senhor presidente da República, os escalões inferiores do governo, tanto na área federal quanto na estadual, não parecem dispostos a usar de medidas enérgicas – talvez por ser este um ano eleitoral, em que o bom mocismo e a tolerância são politicamente corretos. Intimamente talvez também pelo fato de que, nos casos em que as autoridades locais decidiram agir com rigor para dispersar bandos de desordeiros armados e

anunciadas assustam: a primeira preocupação se dirige à liberdade de informação que estará irremediavelmente comprometida com a anunciada tipificação penal da chamada *coação indireta no curso de processo judicial* que, antes de decisão judicial, publiquem notícia para influenciar testemunha ou juiz (como se os juízes brasileiros julgassem por influência da pressão social) com pena de três meses a um ano de detenção. Se tal novidade vingasse antes do impeachment do presidente Collor, assegurada estaria a impunidade de PC Farias e de todos que participaram do escândalo que terminou com a reafirmação do Estado democrático no Brasil.

Outras inovações se pretendem: o desaparecimento da punibilidade do adultério, da bigamia e do rapto consensual, que protegem a família; a introdução da permissão para a eutanásia (o chamado piedoso) e do aborto, que protegem a vida; e da emissão de cheques sem fundo, modalidade de estelionato cuja punição protege o patrimônio e as atividades econômicas; pretendeu-se, até, passar a reduzir as penas do

estupro e do seqüestro com resultado morte.

O problema da violência não é somente institucional. É inegável, diante da realidade, que vivemos, infelizmente, os primórdios de uma cultura de violência.

Quando executivos e diretores de órgãos da mídia se reúnem para determinar as programações das televisões não se lembram que as imagens violentas irão influenciar o comportamento social amortecido com o cotidiano exibido em horários inadequados.

Quando cenas de sexo explícito invadem o santuário dos lares longe das salas restritas, ninguém se cuida de que se macula o sentimento do amor e se incute no espírito das pessoas que o prazer deve ser o alvo exclusivo dos atos de criação da vida.

No universo da vida os fenômenos econômicos, políticos e sociais interagem, bem como os fatores que os condicionaram. É comum ao observador imaginar que, se tratando de fatos econômicos, políticos ou sociais somente os fatores de tal natureza devem ser considerados e cobra-se de cada área de Poder a solução para as dificuldades constatadas.

No campo da violência, então, se imagina que a solução real deriva, exclusivamente, das instituições intimamente unidas às suas causas e a seus efeitos. Mas não é bem assim: o Poder Público tem, sem dúvida, grande parcela de responsabilidade mas, ele próprio, nos Estados democráticos se forma e exerce sob o influxo das forças sociais e não apenas políticas ou econômicas.

A eficácia das leis, na verdade, depende da sua correspondência com os anseios da sociedade e, principalmente, dos valores que alicerçam a cultura do povo. Se analisarmos a cultura nacional iremos verificar que o povo brasileiro sempre foi cordial e solidário, marcado pela prevalência dos valores morais e que reage quando constata a quebra do comportamento ético por parte de seus governantes nas três esferas e nos três campos do Poder.

Sem dúvida que a adequação das leis a esses valores e a atuação do Judiciário e do Executivo importam grandemente na busca da minoração da violência mas, o mais importante, a nosso sentir, é reforçar os laços da solidariedade social.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 09.04.98, e assinada pelo Desembargador Gama Malcher)

## ESPECIALISTA EM HUMANIDADE

**D**uando Paulo VI decidiu ser o primeiro papa a falar na Assembléia Geral das Nações Unidas, em meados dos anos 66, ela se apresentou não como representante do Estado do Vaticano, mas simplesmente da Igreja, *especialista em humanidade*.

Segundo Peter Hebblethwaite, o ex-jesuíta inglês que escreveu as biografias dos dois maiores pontífices deste século, João XXIII teria sido o primeiro papa cristão da história e Paulo VI, o primeiro papa moderno. A sensibilidade deste último ao mundo moderno iria se revelar um ano antes da explosão de maio de 68, quando publicou sua encíclica social, *Populorum Progressio*.

É nela que se encontra a fórmula lapidar, *o desenvolvimento é o novo nome da paz*. Como antigo discípulo de Jacques Maritain, Paulo VI entendia o desenvolvimento como a promoção de

*todos os homens e do homem todo*.

Isto é, a elevação, o aperfeiçoamento da totalidade dos homens, sem exclusões ou marginalizações, mas também a integridade do ser humano, completo na sua dimensão física e espiritual.

Na segunda-feira passada, tivemos em Genebra uma sessão comemorativa dos anos da Declaração dos Direitos Humanos, com a participação do secretário-geral da ONU, Kofi Anan, da comissária para os direitos humanos, a ex-presidente da Irlanda Mary Robinson, o presidente Vaclav Havel e Elie Wiesel. Ao falar nessa ocasião, citei a frase do papa e observei que, nesse sentido amplo, também se poderia dizer que o desenvolvimento é o novo nome dos direitos humanos. Ou, se quiserem, que os direitos humanos pressupõem, como direito-síntese, o direito ao desenvolvimento, à realização integral de cada um e de todos.

É interessante que já na Declaração de Independência, Jefferson havia escrito que o homem tinha direito inalienável à vida, à liberdade e à busca da felicidade. Ora, o que é essa misteriosa busca da felicidade se não o que hoje chamaríamos de direito ao desenvolvimento?

Essa paixão pelo desenvolvimento integral está justamente na origem da organização para a qual trabalho, a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento, ou Unctad. A *Populorum Progressio* e a Unctad são filhas da mesma época, os anos 60, a era da cultura alternativa, da rebelião da juventude, da revolução do *rock and roll* e do próprio estilo de vida. Naquela altura, 20 anos depois de a Carta de São Francisco lançar as bases da paz e segurança e a Declaração Universal fazer o mesmo para os direitos humanos, tornava-se evidente que a paz e os direitos humanos não podiam existir no vácuo. Eles necessitavam de fundações materiais sólidas de bem-estar e prosperidade para todos. Lincoln tinha sido profético ao sustentar que uma nação não poderia sobreviver metade livre e metade escrava. Pela mesma razão, a paz e os direitos humanos não poderão sobreviver num mundo um quarto próspero e três quartos miseráveis.

É curioso como no preciso instante em que se completa a primeira fase de elaboração do conceito de desenvolvimento, com a

incorporação da idéia da inclusão horizontal, planetária, de todos os homens e da dimensão vertical do homem inteiro, percebe-se que falta alguma coisa. Estava ausente, em primeiro lugar, a dimensão do tempo. De fato ainda que sejamos capazes de promover todos os viventes, como podemos garantir que sobrará algo para permitir a realização de nossos netos e bisnetos? Mas além do tempo, faltava igualmente outro aspecto. O homem não se basta a si mesmo, não sobrevive no vazio. Simples elo na cadeia da vida, depende não só das outras espécies vivas, mas da atmosfera, dos oceanos, das águas, do universo material a ser *homonizado* na visão expressão de Teilhard de Chardim. Em outras palavras, faltava a dimensão ecológica, o conceito de desenvolvimento sustentável.

Isto tudo pode soar abstrato, nebuloso. Tomemos, porém, o caso do Brasil. Como construir um projeto de país sem definir os fins com clareza? Se não soubermos identificar corretamente os fins, é quase certo que nos enganaremos na escolha dos meios. No período autoritário, falava-se em Brasil grande, sinônimo

de potência econômica, suporte do poder militar, com seu corolário de programa nuclear, de indústria de armamentos. É isso que queremos, é a exacerbção dos desequilíbrios como consequência do puro jogo exponencial das forças de mercado ou desejamos algo além do que pode fazer o mecanismo de preços, como, por exemplo, a redução substancial das desigualdades herdadas e agravadas?

Se essa última é a nossa opção, teremos então de escolher políticas de integração e pleno emprego, não de exclusão, medidas de redistribuição da renda, de elevação cultural e combate à passividade diante de um tipo de mercado que faz dos programas de TV de maior degradação e baixeza os preferidos de audiência.

Nesse sentido, nada melhor do que voltar a um livrinho hoje meio esquecido, *Princípios para a Ação* do dominicano padre Lebret, fundador de Economia e Humanismo. Ele nos convida a meditar de novo o Evangelho do caminho de Jericó e pergunta: o moribundo à beira da estrada? É o infeliz que encontramos (...), mas é também o proletariado oprimido, os ricos materializa-

*dos, a burguesia sem grandeza (...). Devemos acolher antes de tudo em nosso coração a miséria do povo (...). Cuidar das necessidades imediatas adianta pouco, enquanto as inteligências não forem alargadas (...), enquanto os humildes não se unirem para a conquista progressiva da própria felicidade (...). Colocar em nosso coração e sobre nossos ombros a miséria do povo (...). Desde que a gente começa a se preocupar seriamente com a miséria, ela chove em volta de nós, ela nos submerge (...). Quem quiser ter muitos amigos, não precisa senão por-se a serviço dos abandonados dos oprimidos (...). O contrário da miséria: não a abundância, mas o valor. O principal não é produzir riquezas, mas valorizar o homem, a humanidade, o universo.*

Não é preciso ser cristão, nem mesmo religioso para subscrever esses princípios. Vivê-los na prática é outro problema. Mas que projeto maravilhoso para construir o Brasil de nossos sonhos, para justificar ter nascido neste país, neste tempo!

*(Reprodução de matéria publicada na Folha de S. Paulo, edição de 21.03.98, e assinada pelo diplomata*

mata Rubens Ricupero, Secretário-geral da UNCTAD)

## A FARRA DO BOI

**G**uia não posso ser arrolado como xenófobo nem como alguém que em algum instante se deixou seduzir pelos *ismos*, nem contra a participação do capital estrangeiro na economia nacional. Resistí sempre às tentações ideológicas, sem ser sectário, com uma visão universal, sem perder a consciência de que a minha pátria começa no meu chão natal. Invoco esses *defeitos* para condenar a decisão do governo de permitir a participação de 100% de capital estrangeiro nas privatizações do setor de comunicações. Já temos desnacionalizadas, entre outras, a indústria farmacêutica, a indústria de alimentos, a automobilística, a petroquímica marchando e, agora, é um passo para incluir nesse rol o setor das teles. Penso que, para resolver um problema transitório, assumimos a hipoteca política de renunciar à participação majoritária do capital nacional num setor dos mais estratégicos da sociedade.

Na verdade, na raiz dessa decisão está um problema conjuntural: as contas públicas. Elas não são nada boas. O déficit público dos últimos 12 meses é de 6,53% do PIB. As despesas com juros foram da ordem de US\$ 49,77 bilhões; isso sem falar no rombo da Previdência, agravado pela recessão e pelo desemprego, que, afastando trabalhadores, afasta contribuições. A dívida, que era de R\$ 250 bilhões antes da crise asiática, passou para R\$ 290 bilhões. O governo precisa de dinheiro e está alarmado com o desempenho da balança comercial, que não reagiu positivamente às expectativas. O péssimo resultado da venda das distribuidoras de energia de São Paulo alerta que as privatizações podem tornar-se doações, com preços baixos e sem disputas. Daí a abertura, esta sim, selvagem do sistema Telebrás ao capital estrangeiro, em sua totalidade. Ele já não precisa de sócios nacionais. É um bem ou um mal. Os sinais de que vamos ter dinheiro para cobrir o déficit (acentuado, apenas neste ano) acalmam o mercado financeiro globalizado. O capital internacional, vendo a nossa vulnerabilidade, pressiona. O pior

é que entregamos uma coisa mais delicada: o mercado nacional. Nos Estados Unidos, França, Alemanha, Japão – países com liderança mundial –, jamais se abrem setores estratégicos assim. Lá, isso é proibido.

A explicação do governo para as críticas dos perigos dessa decisão é que se está montando uma rede de agências reguladoras. O Brasil não tem nem cultura nem recursos humanos administrativos para exercer, eficientemente, essa função, já difícil nos países ricos. Essas agências, como todos os órgãos – exemplo do Cade – que já existem com essa tarefa, não foram invulneráveis às pressões.

Tony Blair, o primeiro-ministro inglês, afirmou que a política atual deve ser *sem preconceitos ideológicos. O que conta são os resultados.*

Se tivermos sucesso na privatização das teles com as novas normas, o resultado será diminuir um pouco os juros da dívida, queimando um patrimônio do país sem uma visão do que isso vai significar para o Brasil, afastado o capital e o empresariado nacional. Acho que o Brasil tem um destino mundial, não é um simples país-satélite. Tem que ter a

visão do futuro. As telas não podem ser a farra do boi.

(Reprodução de matéria publicada na Folha de São Paulo, edição de 22-05-98, e assinada pelo Senador José Sarney).

## REFLEXÕES TAILANDESES EM MACRO

**F**rase foi aos poucos caindo de moda. Era tão repetida entre nós há um ano, que levava à tentação de alguns em repensá-la na contramão da lógica, como perigoso exercício de *reductio ad absurdum*; o Brasil não é a Tailândia! – gorjeiam num e noutra, malgrado seus povos apreciem mandioca e leite de coco às refeições, o clima de Bangkok assemelhe-se a algo entre Belém e Cuiabá e suas inundações monçônicas nada fiquem a dever às cariocas nos últimos 40 versões; por último, sejam os tailandeses os maiores exportadores mundiais de enlatados de abacaxi, nativo da Amazônia. Gilberto Freyre diria que esses e outros pontos de contato intercontinentais e interoceânicos se devem ao luso-tropicalismo, no que tinha razão o mestre de *Apipucos*.

Com efeito, a linguagem desses tempos coage-nos indicar, como base do fenômeno, o ciclo da globalização mercantilista, faz quinhentos anos inaugurado por navegadores portugueses e logo consolidado por militares e funcionários de carreira das Índias. Senhores do Oriente em nome da Fé e do Império, o desastre de Alcácer el kebir e a consequente perda de independência para os espanhóis, ao longo de sessenta anos, estragariam a festa. Quebrou-se o monopólio asiático dos nossos ancestrais, obrigando-os a dividir butins com outros europeus. É quando tem início o que Panikkar chamou de dominação ocidental da Ásia por quase quatro séculos. Mediante habilidosa diplomacia, desde Luís XIV, dos vetores colonialistas escapou o Sião, o Reino vetusto e pitoresco que, em 1939, adotaria o geônimo Tailândia, *terra dos homens livres*, jamais colonizada.

Dois anos mais tarde, deixou-se contudo ocupar pelas hordas militaristas do Império Nipônico, a este associando-se e entrando na guerra ao lado do Eixo. Dessa insensatez restou o episódio infeliz da famosa

Ponte do Rio Kwai, etapa em seu território da estratégia ferrovia tai-birmana, cujas obras mataram 76 mil prisioneiros e trabalhadores forçados, hoje local de peregrinação de autoridades e veteranos dos países envolvidos no conflito do Pacífico. Cessado este, a Tailândia foi acudida prontamente pelos EUA, em 1945-46, obviando a pretensões de expansionismo punitivo da Grã-Bretanha e ao revanchismo francês, pois a aliança com o Japão facultara-lhe abocanhar-se de porções da Malaiia, Birmânia, do Camboja e Laos. Passaria então a ser outra a aliança estratégica, que Bill Clinton qualificou de especial, por ocasião de visita de estado efetuada à Tailândia, em 1996.

Por décadas a fio, Washington apoiou uma sucessão de ditaduras militares no Reino, que enfrentou a Guerra Fria enviando tropas aos teatros de operações na Coréia e no Vietnam; combateu insurgências comunistas internas, em colaboração com a CIA e o Pentágono; e com estes participou ativamente de sabotagens e bombardeios no Laos e Camboja, neste de maneira indireta, cedendo bases aeronavais às forças de ataque norte-americanas. Em

1968, tinham estas mais de cinqüenta mil oficiais e praças estacionados em solo tailandês, por motivo de guerra na Indochina, o que resultou no início de ampla modernização das infraestruturas nacionais. Os anos 70, com um curto interregno de governo civil, foram dedicados a construções de rodovias, escolas, hospitais e outras edificações públicas, bem como ao aproveitamento dos potenciais energéticos, às telecomunicações, à obras de saneamento e aos investimentos sociais.

Na primeira metade da década passada, todo esse esforço foi penalizado com graves problemas financeiros, em 1984-85, superados pela adoção de um modelo de crescimento que, por mais de onze anos, iria revelar-se como o mais acelerado no universo econômico, acusando taxas de dois dígitos ou nunca inferiores a 8%. Ao iniciar-se o exercício de 1996, a economia tailandesa apresenta claros sinais de superaquecimento, sua capacidade chegara ao extremo, enquanto as instituições do sistema econômico multilateral (FMI, Bird, BasD, OMC, BCI) e as redes bancárias multinacionais não faziam

caso do problema. Uns raros analistas, inclusive tailandeses, levantaram objeções a respeito, sem maiores consequências, recolhendo manifestações desdenhosas, desinteresse pelo que diziam e escreviam, ou silêncios consternados.

A Tailândia, com quase 61 milhões de habitantes, era uma das economias de ponta, no Sudeste Asiático. Junto com a Malásia e a Indonésia apresentava desempenho elevado, v.g., exportava US\$ 8,5 bilhões acima do valor total das vendas brasileiras de mercadorias, e sólidos eram os seus fundamentos. Em pouco mais de dez meses, soariam os alarmas e rapidamente o país ficaria a descoberto, como epicentro de um terremoto ou olho de um tufão, não importa como se prefira denominar o fenômeno, de qualquer modo devastador. A globalização de nossos tempos, acelerada pelos veículos eletrônicos da Era da Informação, não teve dificuldades para identificar o calcanhar-de-aquiles da

mais competitiva e diversificada economia do Sudeste Asiático. Simples especulações cambiais desmontaram o modelo, precipitando a crise financeira que veio confundir governos e pen-

sadores econômicos, contagiar mercados bursáteis pelo mundo a fora e quase destruir economias de alto desempenho na região.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 26.04.98, e assinada pelo Embaixador do Brasil na Tailândia, Arnaldo Carrilho)

## O QUE O BRASIL PODE GASTAR COM DEFESA

**A**o contrário do que afirmam alguns, o Brasil é um dos países que menos gasta com suas Forças Armadas. Os valores efetivamente gastos (e não meramente autorizados) anualmente com a defesa são da ordem de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, que foi estimado em US\$ 806 bilhões em 1997. Mesmo assim, as três forças singulares vêm procurando, na medida do possível, dar continuidade a seus planos de reaparelhamento.

Ainda em 1998, a Marinha deverá incorporar à sua Aviação Naval 23 aeronaves de ataque McDonnell-Douglas A-4 Skyhawk de segunda-mão, adquiridas ao Kuwait. Deverão ser ainda

recebidos novos helicópteros, e terá continuidade o projeto de modernização das fragatas classe Niterói. Nos próximos anos, serão incorporados novos submarinos e navios de superfície, em sua maioria construídos no país. O Exército recentemente incorporou quatro helicópteros Sikorsky UH-60 Blackhawk e adquiriu, no exterior, carros-de-combate Leopard I, de fabricação alemã, e M-60, produzidos nos EUA, de segunda-mão, além de armamento leve. A Força Terrestre também está modernizando seu material de artilharia e investindo em sua capacidade de guerra eletrônica.

Mais que as outras forças singulares, a Força Aérea Brasileira está atravessando uma fase difícil, embora haja soluções à vista. Quando estiver em plena operação o Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia), no início do próximo século, todo o território nacional estará coberto por uma rede de radares de vigilância integrada ao Sisdacta (Sistema de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo). Além de uma rede de radares terrestres fixos e móveis, o Sivam incluirá oito aeroná-

ves Embraer ERJ-145, sendo cinco da versão ERJ-145AEW (de alarme aéreo antecipado) e três da versão ERJ-145RS (de sensoreamento remoto), e poderá receber dados e imagens enviados por satélites.

Apesar disso, praticamente toda a frota de aeronaves atualmente em serviço na FAB deverá atingir seu limite de vida útil nos próximos anos. As unidades de ataque estão sendo equipadas com 56 aeronaves (das 79 originalmente previstas) Aline/Aermacchi/Embraer AMX (A-1), de projeto ítalo-brasileiro. A situação do treinamento deverá melhorar com a entrada em serviço de 100 unidades do Embraer EMB-314 ALX, prevista para 1999. Sua versão de dois lugares, designada AT-29, deverá substituir o Aermacchi/Embraer EMB-326 (AT-26) Xavante na formação de futuros pilotos de caça e a versão monoposto A-29 será utilizada em missões de ataque leve e para interceptar aeronaves utilizadas pelo narcotráfico, em áreas de fronteira. A aquisição de novos aviões de patrulha anti-submarino e de transporte também está prevista.

Particularmente grave é a situação das unidades de primeira linha da aviação de caça. Cerca de 20 aeronaves Dassault-Breguet Mirage IIIID (F-103D/E) e 48 Northrop F-5E/F Tiger II aproximam-se inexoravelmente de sua vida útil. Os Mirage III, incorporados à FAB em 1972, deverão dar baixa até 2005, após 33 anos de serviço. Já os F-5 remanescentes do lote original, incorporado em 1975, e do lote adicional de aviões de segunda-mão, adquirido em 1989, serão submetidos a um programa de modernização (com custo estimado de US\$350 milhões), a fim de permitir sua permanência em serviço até 2015. Quando for desativado, esse tipo de aeronave terá servido à FAB por 40 anos!

O projeto de reaparelhamento mais importante da FAB é o da substituição dos Mirage e F-5 por uma aeronave de caça de quarta geração, atualmente conhecida como F-X. Sem exagero, podemos dizer que a sobrevivência da Força Aérea Brasileira depende dessa aeronave. Os prováveis candidatos a uma futura licitação são os americanos Lockheed Martin F-16C/D Falcon e

McDonnell-Douglas (recentemente absorvida pela Boeing) F/A-18C/D Hornet; o sueco Saab JAS-39 Gripen (comercializado pela British Aerospace), o Eurofighter 2000 (um projeto conjunto britânico, alemão, italiano e espanhol); os franceses Mirage 2000-5 e Rafale C (ambos da Dassault-

Breguet; e os russos Mapo MIG-29 e Sukhoi Su-27. Uma quantidade mínima de 56 novos caças deverá ser adquirida (a um custo unitário previsto de US\$35/40 milhões), mas especula-se que a FAB poderá adquirir entre 72 e 149 aeronaves, entre 2004 e 2015. A vida útil prevista para o F-X

estende-se até o ano 2035, mas é possível que o mesmo ainda esteja em serviço em 2040.

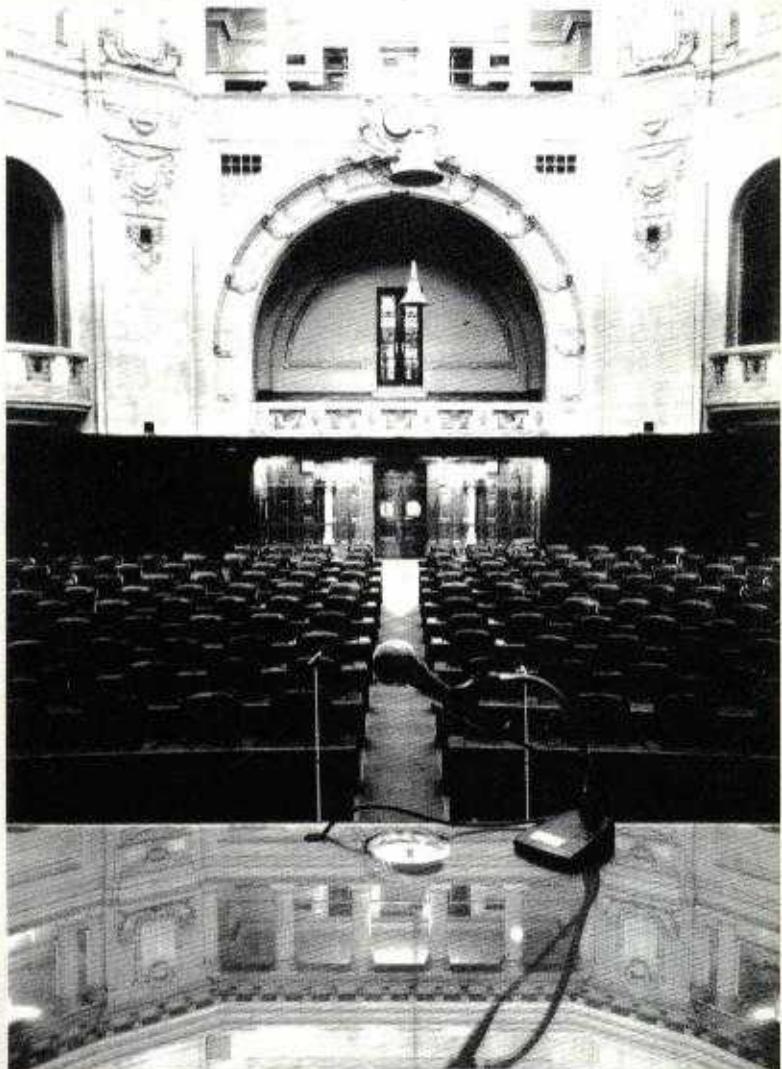
*(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 11.06.98, e assinada por Eduardo Italo Pesce, membro do U.S: Naval Instituto e do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos – CEBRES)*

EDITORAS



Governo ruim custa caro para o cidadão. A sociedade requer quadros técnicos e políticos mais preparados, intelectual e moralmente, para se dedicar à função-Governo. Sensível a essas preocupações, a UFRJ decidiu criar a ESCOLA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNO

Intendida exatamente para o aperfeiçoamento daqueles que formulam, gerem e interpretam políticas públicas - em nível federal, estadual e municipal - relacionadas aos três poderes da República.



Escola de Políticas Públcas e Governo  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

A sala de aula dos líderes brasileiros.

The logo consists of the letters 'BR' in a bold, white, sans-serif font. It is positioned within a dark, rounded rectangular frame. Above the frame is a horizontal yellow bar.

# QUALIDADE

Compromisso permanente com a qualidade. Sempre. Pode ser pesquisando,

## SEM

produzindo, refinando ou distribuindo derivados de petróleo e gás. Desde que

## LIMITES.

tenha sempre qualidade. Qualidade nos produtos e serviços e total compromisso

# COMPROMISMO

com a qualidade de vida. Que se repete todos os dias. Do poço ao posto.

# PETROBRAS.

Do cuidado com a prospecção até a performance do motor do seu carro. Sem limites.

The logo features the letters 'BR' in a bold, white, sans-serif font, enclosed within a dark, rounded rectangular frame. To the right of the frame, the word 'PETROBRAS' is written in a bold, black, sans-serif font.

[www.petrobras.com.br](http://www.petrobras.com.br)